

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Fazenda****Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas**

Memorando.SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃOCONTAS.nº 9/2021

Belo Horizonte, 16 de abril de 2021.

Para: Alberto Luiz Alves Viotti

Controlador Setorial da SEF

Assunto: Relatório de Prestação de Contas 2020 da Unidade Orçamentária 1191**Referência:** Processo nº 1190.01.0007922/2021-19.

Senhor Controlador Setorial,

Em cumprimento ao disposto na Resolução SEF/MG Nº 5.450 de 04/03/2021, na Decisão Normativa TCE/MG 001/2021 de 23/02/2021 e na Instrução Normativa TCE/MG Nº 14 de 14/12/2011, apresentamos os documentos de gestão da unidade orçamentária 1191 (SEF), relacionados abaixo, para compor a prestação de contas anual da SEF/MG relativa ao exercício de 2020.

Dispositivos do Anexo III - art. 5º, II, da D.N nº 001/2021	Documentos
II.	Rol dos responsáveis, nos termos do art. 6º, I, contendo as informações exigidas no art. 7º, ambos da Instrução Normativa nº 14, de 14/12/2011
	Relatório de gestão, contendo no mínimo as seguintes informações:
	a) descrição da execução do programa de trabalho por meio do cumprimento das metas físicas e financeiras, por função, subfunção, programa, projeto, subprojeto, atividade, subatividade e operações especiais, em nível de grupo de natureza e elemento da despesa, evidenciando com indicadores de eficiência, eficácia ou efetividade, a implementação da ação governamental, com esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos;
	b) descrição das medidas adotadas com vistas a sanar eventuais disfunções estruturais ou conjunturais que prejudicaram ou inviabilizaram a execução das ações programadas;

c) informações sobre a execução dos programas e ações do governo, sob a responsabilidade do órgão, com identificação de ação governamental estratégica no PPAG 2020-2023, abrangendo a execução física e financeira das ações realizadas, bem como os indicadores institucionais de desempenho, se for o caso;

d) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

e) demonstração da execução física e financeira de projetos, subprojetos, atividades e subatividades objetos de financiamento nacional e internacional, especificando as partes envolvidas, detalhando os valores totais previstos e os valores realizados no exercício e até o exercício, bem como as contrapartidas oferecidas e os motivos que inviabilizaram a plena conclusão de etapa ou da totalidade da ação proposta, indicando as providências adotadas, quando aplicável;

f) outras informações consideradas relevantes pelo órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso.

g) demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os, por procedência, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados;

h) relação dos decretos de abertura de créditos adicionais, contendo número do decreto e de seu registro no SIAFI, data e valor.

i) informações relativas a execução de Despesa de Exercícios Anteriores, sua composição e evolução nos últimos dois anos.

j) demonstrativos da execução contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, acompanhados das notas explicativas, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP:

III.

1) Balancete de Verificação Consolidado Anual – UO de dezembro

2) Balancete Mensal referente ao mês de dezembro

3) Balancete de Encerramento em 31 de dezembro do exercício findo.

4) Demonstrativo dos Créditos Autorizados por Projeto/Atividade.

5) Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa por Projeto/Atividade – Total

6) Demonstrativo da Execução da Despesa por Natureza da Despesa/Item.

7) Composição dos Créditos Autorizados por Classificação Econômica da Despesa.

8) Posição Acumulada da Execução Orçamentária da Despesa.
9) Demonstrativo da Receita e Despesa, Segundo as Categorias Econômicas, quando couber.
10) Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada
11) Demonstrativo da Composição da Despesa Autorizada.
12) Demonstrativo Segundo a Natureza da Despesa por Item – Consolidação Geral.
13) Demonstrativo por Funções, Subfunções, Programas e Projetos/Atividades.
14) Demonstrativo de Restos a Pagar.
15) Demonstração da Dívida Flutuante.
16) Extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo, bem como dos meses subsequentes em que se deram os lançamentos bancários de ajustes, acompanhados das respectivas conciliações bancárias das contas contábeis Banco Conta Movimento e Aplicações Financeiras e ainda de relatório que detalhe as pendências apuradas e especifique os acertos realizados.
17) Certificação dos agentes responsáveis pela movimentação das contas auxiliares que compõem a conta Recursos de Movimentações da Unidade Tesouraria de que os saldos retratam fielmente o disponível do órgão
18) Relatório de Conformidade Contábil – RCC.
19) Relatório circunstanciado das comissões designadas para levantamento completo dos inventários físicos e financeiros dos seguintes itens, constando a certificação de conformidade entre os saldos físico e contábil, com conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo:
a) valores em tesouraria;
b) materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares,
c) bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e/ou recebidos em cessão, inclusive imóveis, que são objeto de registro no Ativo;
d) obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante; e
e) contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos.

Atenciosamente,

Marcela Carvalho Santiago

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças, em exercício



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago, Superintendente**, em 19/04/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28183928** e o código CRC **4D0F0F8C**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas

Anexo nº I - Item II/I - Dirigente Máximo/SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃO DE CONTAS/2021

PROCESSO Nº 1190.01.0008074/2021-86

Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Exercício: 2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA 14/2011, ARTIGO 6º - ROL DE RESPONSÁVEIS

I - DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE JURISDICIONADA DE QUE TRATA AS CONTAS

Nome	Cargo / Função	CPF	Masp	Nº da Resolução/Ato - Data de Publicação		Competência Delegada	
Gustavo de Oliveira Barbosa	Secretário de Estado de Fazenda	494.126.476.20	753.201-3	Ato s/nº Gov. em 01/01/2019	01/01/2019	Inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado	0
Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes	Secretário de Estado Adjunto de Fazenda	[REDACTED]	753.236-9	Ato s/nº Gov. retroativo a 26/02/2019	18/04/2019	Lei nº 23.304 de 30/05/2019 art. 62	0

Hudson Ferreira Botelho
Responsável pela emissão
CPF: [REDACTED] / MASP: 669.236-2
CRC: MG-055228/0

Marcelo Augusto Farah Dias
Diretor da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
CPF: [REDACTED] / MASP: 668.753-7

Blenda Rosa Pereira Couto
Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças
CPF: [REDACTED] / MASP: 669.763-5



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Ferreira Botelho, Contador(a)**, em 16/04/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 16/04/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago, Superintendente**, em 19/04/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28183998** e o código CRC **7DAA9CD5**.

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas

Anexo nº I - Item II/VI - Dirigente de U.A. ou Gerente P.G./SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃO DE CONTAS/2021

PROCESSO Nº 1190.01.0008074/2021-86

Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Exercício: 2020**INSTRUÇÃO NORMATIVA 14/2011, ARTIGO 6º - ROL DE RESPONSÁVEIS****VI) DIRIGENTE DE UNIDADE ADMINISTRATIVA OU GERENTE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE PROGRAMA GOVERNAMENTAL**

Unidade Administrativa	Nome	Cargo / Função	Ordenador - Titular/Adicional	CPF	Masp	Nº e Data de Publicação Res./Ato
1190.006 - Gabinete	Andréa Riechert Senko	Chefe de Gabinete	Titular		753.202-1	AS - 4, 02/01/
1190.007 - Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Geraís - CC/MG	Manoel Procópio Nazareno de Moura Junior	Presidente do CCMG	Titular		372.492-0	Ato do Governador de 02/07/2019
	Geraldo da Silva Datas	Presidente do CCMG	Titular		291.419-0	Ato do Governador de 14/03/2020
1190.010 - Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF	Geber Soares de Oliveira	Superintendente	Titular		303.297-6	R1
1190.025 - Superintendência Central de Contadoria Geral - SCCG	Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira	Superintendente	Titular		339.606-6	R1
1190.027 - Superintendência de Tributação - SUTRI	Marcelo Hipólito Rodrigues	Superintendente	Titular		370385-7	4
1190.029 - AF/1º Nível/BH-3	Alexandre Cotta Pacheco	Superintendente Regional	Adicional		371.194-2	R1
	Flávia Costa Camargos	Delegada Fiscal	Adicional		556.265-7	R1
	Marinês Accioly Domingues	Delegada Fiscal	Adicional		370.812-0	R1
	Eduardo Lucchesi Barbosa	Delegado Fiscal	Adicional		374.453-9	R1
	Mariana Moreira Alves	Delegada Fiscal	Adicional		669.195-0	R1
	Darcy da Silva Passos	Delegado Fiscal	Adicional		666.369-4	R1
	Daniel Cruz de Assis Rocha	Chefe de AF/BH-1	Adicional		669.952-4	R1
	Cristiano Valdir Heleno Evangelista da Silva	Chefe de AF/BH-2	Adicional		668.954-1	R1
	Maria Amy Guimarães de Oliveira	Chefe de AF/BH-3	Titular		338.852-7	R1
	Rosilânia Maia Graçano Moura	Chefe de AF	Titular		326.545-1	R1

1190.046 - AF/2º Nível/Barbacena	Fernanda Baesso Gomes	Chefe de AF	Titular		752.642-9	R1
	Hamilton José Belcavello	Delegado Fiscal	Adicional		668.814-7	R1
1190.057 - AF/2º Nível/Divinópolis	Helena Aparecida Ferreira Noronha	Chefe de AF	Titular		337.789-2	R1
	Montovany Ângelo de Faria	Delegado Fiscal	Adicional		668.310-6	R1
	Eduardo da Silva Mendonça	Superintendente Regional	Adicional		669.201-6	R1
1190.060 - AF/2º Nível/Governador Valadares	Marcos José da Silva Pinto	Superintendente Regional	Adicional		386.988-0	09.07.2019
	Paulo Carneiro Junior	Chefe de AF	Titular		338.422-9	R1
	Glauco Saraiva Almeida Peixoto	Delegado Fiscal	Adicional		387.258-7	R2
1190.063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	Carlos Gustavo B. Damasceno	Superintendente Regional	Adicional		668.794-1	ATO GOV
	Paulo Roberto G. Nogueira	Delegado Fiscal	Adicional		309.758-1	ATO GOV
	Rosaria Maria Silveira	Delegado Fiscal	Adicional		455.506-6	ATO GOV
	Evaldo Luiz Goulart de Mattos	Chefe de AF	Titular		262535-8	Ato Gov
	Cássio G. Martins Novaes	Delegado Fiscal	Adicional		372.322-8	Ato Gov.
1190.064 - AF 2º Nível/Contagem	Antônio de Castro Vaz de Mello Filho	Superintendente Regional	Adicional		387.789-1	R1
	Frederico Augusto Teixeira Barral	Delegado Fiscal	Adicional		668.772-7	R1
	Marcelo Impelizeri de Moura	Delegado Fiscal	Adicional		386.743-9	R1
	Gustavo Almeida Vieira	Delegado Fiscal	Adicional		668.877-4	R1
	Rodolfo Marques Caldeira	Chefe de AF/2º Nível/Contagem	Titular		668.922-8	R1
	Demetrius Garcia Cruz	Chefe de AF/1º Nível/Contagem	Adicional		669.183-6	R1
1190.065 - AF/2º Nível/Ipatinga	Wagner Antônio de Araújo	Chefe de AF	Titular		362831-0	R1
	Vilma Mendes Alves Stoffel	Delegada Fiscal	Adicional		666.365-2	R1
	Weber dos Santos Coutinho	Superintendente Regional	Adicional		327.251-5	R1

1190.079 - AF/2º Nível/Montes Claros	Saulo Geraldo Silqueira	Superintendente Regional	Adicional		371.782-4	R1
	Gilmar Soares Barbosa	Delegado Fiscal	Adicional		387.779-2	R1
	Charles Dias Leite Júnior	Chefe de AF	Titular		339.227-1	R1
1190.086 - AF/2º Nível/Paracatu	Walkyria Cristina da Silva Melo Brito	Chefe de AF	Titular		338.929-3	R1
1190.088 - AF/2º Nível/Patos de Minas	Emílio Veloso Bueno	Chefe de AF	Titular		669234-7	R1
	Renato Zica de Oliveira	Delegado Fiscal	Adicional		669.270-1	R1
1190.095 - AF/2º Nível/Pouso Alegre	Maria Luiza Couto	Chefe de AF	Titular		309.753-2	R1
	Carlos Eduardo Lima Ferreira	Delegado Fiscal	Adicional		668.884-0	R1
1190.098 - AF/2º Nível/São João Del Rei	Marco Antonio Guimarães	Chefe de AF	Titular		339.588-6	R1
1190.102 - AF/2º Nível/ Teófilo Otoni	Arivaldo Rodrigues da Silva	Chefe de AF	Titular		262.930-1	R1
	Mário Antonio Cupello de Assunção	Delegado Fiscal	Adicional		669.166-1	R2
1190.104 - AF/2º Nível/ Ubá	Wender Ricardo Bellosi	Chefe de AF	Titular		668.828-7	R1
	Yvens Lucchesi	Delegado Fiscal	Adicional		668.933-5	R1
1190.105 - AF/1º Nível/Uberaba	Wagner José da Silva Júnior	Chefe de AF	Titular		752.393-9	R1
	João Carlos Aparecido Minto	Delegado Fiscal	Adicional		547.137- 0	R1
	Gustavo Antônio dos Santos	Superintendente Regional	Adicional		374.720- 1	R1
1190.106 - AF/1º Nível Uberlândia	Pedro Antônio Alves	Chefe de AF	Titular		341113-9	R1
	Esly Winder Ribas Rocha	Superintendente Regional	Adicional		386.935-1	R1
	Marcos Antônio Ribeiro	Delegado Fiscal	Adicional		372.352-5	R1
1190.108 - AF/2º Nível/Varginha	Lúcio Teixeira Lopes	Superintendente Regional	Adicional		371.129-8	R1
	Marcelo Henrique Silveira	Delegado Fiscal	Adicional		668.787-5	R1
	Ana Maria Ponciano Rodrigues Rezende	Chefe de AF	Titular		331.969-6	R1

1190.121 - Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF	Blenda Rosa Pereira Couto	Superintendente	Titular		669.763-5	R1
1190.122 - Superintendência de Tecnologia da Informação - STI	Lindenberg Naffah Ferreira	Superintendente	Titular		288.761-0	R1
1190.123 - Superintendência de Fiscalização - SUFIS	Carlos Renato Machado Confar	Superintendente	Titular		668.786-7	R1
1190.124 - Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais - SAIF	Leônidas Marcos Torres Marques	Superintendente	Titular		668.414-6	R1
1190.125 - Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - SCGOV	Andresa Linhares de Oliveira Nunes	Superintendente	Titular		391.885-1	R1
1190.126 - Núcleo de Atividades Fiscais Estratégicas - NAFE/SUFIS	Francisco Carlos Prata Lara	Gerente de Área	Adicional		381.622-0	R2
1190.131 - Superintendência de Crédito e Cobrança - SUCRED	Leonardo Guerra Ribeiro	Superintendente	Titular		458.127-8	R1

Legenda:

RES.: Resolução

R1: Resolução Nº 5.334 de 30/12/2019 que dispõe sobre normas gerais da execução orçamentária e financeira na SEF em 2020. "...Art. 5º O ordenador de despesa é o titular da unidade ou aquele formalmente designado em substituição, mediante publicação no Diário Oficial do Estado. § 1º O titular da Superintendência Regional da Fazenda – SRF, o Chefe de Administração Fazendária 1º nível BH-1, BH-2 e Contagem, o Delegado Fiscal e o Delegado Fiscal de Trânsito são ordenadores de despesa adicionais, cuja execução será de responsabilidade da unidade executora identificada no Anexo IV desta Resolução..."

R2: Resolução Nº 5.331, de 26/12/2019 que delega competência para a prática de atos de ordenação de despesas.

MG: Minas Gerais

O.S: Ordem de Serviço

AFRE: Auditor Fiscal da Receita Estadual

GEFAZ: Gestor Fazendário

TFAZ: Técnico Fazendário

AF: Administração Fazendária

DF: Delegacia Fiscal

DFT: Delegacia Fiscal de Trânsito

AS/CH/DS: Cargos da SEF

Hudson Ferreira Botelho

Responsável pela emissão

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.236-2

CRC: MG-055228/0

Marcelo Augusto Farah Dias

Diretor da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 668.753-7

Blenda Rosa Pereira Couto

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.763-5



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Ferreira Botelho, Contador(a)**, em 16/04/2021, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 16/04/2021, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago, Superintendente**, em 19/04/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28184115** e o código CRC **A7203452**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas

Anexo nº I - Item II/VII -/SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃO DE CONTAS/2021

PROCESSO Nº 1190.01.0008074/2021-86

Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Exercício: 2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA 14/2011, ARTIGO 6º - ROL DE RESPONSÁVEIS

VII) DIRIGENTE DE UNIDADE ADMINISTRATIVA OU GERENTE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO PATRIMONIAL

Unidade Administrativa	Nome	Cargo / Função	Ordenador - Titular/Adicional	CPF	Masp	Nº e Data de Publicação Res./Ato
1190.006 - Gabinete	Andréa Riechert Senko	Chefe de Gabinete	Titular		753.202-1	AS - 4, 02/01/19
1190.007 - Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais - CC/MG	Manoel Procópio Nazareno de Moura Junior	Presidente do CCMG	Titular		372.492-0	Ato do Governador nº 02/07/2019
	Geraldo da Silva Datas	Presidente do CCMG	Titular		291.419-0	Ato do Governador nº 14/03/2020
1190.010 - Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF	Geber Soares de Oliveira	Superintendente	Titular		303.297-6	R1
1190.025 - Superintendência Central de Contadoria Geral - SCCG	Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira	Superintendente	Titular		339.606-6	R1
1190.027 - Superintendência de Tributação - SUTRI	Marcelo Hipolito Rodrigues	Superintendente	Titular		370385-7	45
1190.029 - AF/1º Nível/BH-3	Alexandre Cotta Pacheco	Superintendente Regional	Adicional		371.194-2	R1
	Flávia Costa Camargos	Delegada Fiscal	Adicional		556.265-7	R1
	Marinês Accioly Domingues	Delegada Fiscal	Adicional		370.812-0	R1
	Eduardo Lucchesi Barbosa	Delegado Fiscal	Adicional		374.453-9	R1
	Mariana Moreira Alves	Delegada Fiscal	Adicional		669.195-0	R1
	Darcy da Silva Passos	Delegado Fiscal	Adicional		666.369-4	R1
	Daniel Cruz de Assis Rocha	Chefe de AF/BH-1	Adicional		669.952-4	R1
	Cristiano Valdir Heleno Evangelista da Silva	Chefe de AF/BH-2	Adicional		668.954-1	R1
	Maria Amy Guimarães de Oliveira	Chefe de AF/BH-3	Titular		338.852-7	R1
1190.046 - AF/2º Nível/Barbacena	Rosilânia Maia Graçano Moura	Chefe de AF	Titular		326.545-1	R1
	Fernanda Baesso Gomes	Chefe de AF	Titular		752.642-9	R1

	Hamilton José Belcavello	Delegado Fiscal	Adicional		668.814-7	R1
1190.057 - AF/2º Nível/Divinópolis	Helena Aparecida Ferreira Noronha	Chefe de AF	Titular		337.789-2	R1
	Montovany Ângelo de Faria	Delegado Fiscal	Adicional		668.310-6	R1
	Eduardo da Silva Mendonça	Superintendente Regional	Adicional		669.201-6	R1
1190.060 - AF/2º Nível/Governador Valadares	Marcos José da Silva Pinto	Superintendente Regional	Adicional		386.988-0	09.07.2019
	Paulo Carneiro Junior	Chefe de AF	Titular		338.422-9	R1
	Glauco Saraiva Almeida Peixoto	Delegado Fiscal	Adicional		387.258-7	R2
1190.063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	Carlos Gustavo B. Damasceno	Superintendente Regional	Adicional		668.794-1	ATO GOV
	Paulo Roberto G. Nogueira	Delegado Fiscal	Adicional		309.758-1	ATO GOV
	Rosaria Maria Silveira	Delegado Fiscal	Adicional		455.506-6	ATO GOV
	Evaldo Luiz Goulart de Mattos	Chefe de AF	Titular		262535-8	Ato Gov
	Cássio G. Martins Novaes	Delegado Fiscal	Adicional		372.322-8	Ato Gov.
1190.064 - AF 2º Nível/Contagem	Antônio de Castro Vaz de Mello Filho	Superintendente Regional	Adicional		387.789-1	R1
	Frederico Augusto Teixeira Barral	Delegado Fiscal	Adicional		668.772-7	R1
	Marcelo Impelizeri de Moura	Delegado Fiscal	Adicional		386.743-9	R1
	Gustavo Almeida Vieira	Delegado Fiscal	Adicional		668.877-4	R1
	Rodolfo Marques Caldeira	Chefe de AF/2º Nível/Contagem	Titular		668.922-8	R1
	Demetrius Garcia Cruz	Chefe de AF/1º Nível/Contagem	Adicional		669.183-6	R1
1190.065 - AF/2º Nível/Ipatinga	Wagner Antônio de Araújo	Chefe de AF	Titular		362831-0	R1
	Vilma Mendes Alves Stoffel	Delegada Fiscal	Adicional		666.365-2	R1
	Weber dos Santos Coutinho	Superintendente Regional	Adicional		327.251-5	R1
	Saulo Geraldo Silqueira	Superintendente	Adicional		371.782-4	R1

		Regional				
1190.079 - AF/2º Nível/Montes Claros	Gilmar Soares Barbosa	Delegado Fiscal	Adicional		387.779-2	R1
	Charles Dias Leite Júnior	Chefe de AF	Titular		339.227-1	R1
1190.086 - AF/2º Nível/Paracatu	Walkyria Cristina da Silva Melo Brito	Chefe de AF	Titular		338.929-3	R1
1190.088 - AF/2º Nível/Patos de Minas	Emílio Veloso Bueno	Chefe de AF	Titular		669234-7	R1
	Renato Zica de Oliveira	Delegado Fiscal	Adicional		669.270-1	R1
1190.095 - AF/2º Nível/Pouso Alegre	Maria Luiza Couto	Chefe de AF	Titular		309.753-2	R1
	Carlos Eduardo Lima Ferreira	Delegado Fiscal	Adicional		668.884-0	R1
1190.098 - AF/2º Nível/São João Del Rei	Marco Antonio Guimarães	Chefe de AF	Titular		339.588-6	R1
1190.102 - AF/2º Nível/ Teófilo Otoni	Arivaldo Rodrigues da Silva	Chefe de AF	Titular		262.930-1	R1
	Mário Antonio Cupello de Assunção	Delegado Fiscal	Adicional		669.166-1	R2
1190.104 - AF/2º Nível/ Ubá	Wender Ricardo Bellosi	Chefe de AF	Titular		668.828-7	R1
	Yvens Lucchesi	Delegado Fiscal	Adicional		668.933-5	R1
1190.105 - AF/1º Nível/Uberaba	Wagner José da Silva Júnior	Chefe de AF	Titular		752.393-9	R1
	João Carlos Aparecido Minto	Delegado Fiscal	Adicional		547.137-0	R1
	Gustavo Antônio dos Santos	Superintendente Regional	Adicional		374.720-1	R1
1190.106 - AF/1º Nível Uberlândia	Pedro Antônio Alves	Chefe de AF	Titular		341113-9	R1
	Esly Winder Ribas Rocha	Superintendente Regional	Adicional		386.935-1	R1
	Marcos Antônio Ribeiro	Delegado Fiscal	Adicional		372.352-5	R1
1190.108 - AF/2º Nível/Varginha	Lúcio Teixeira Lopes	Superintendente Regional	Adicional		371.129-8	R1
	Marcelo Henrique Silveira	Delegado Fiscal	Adicional		668.787-5	R1
	Ana Maria Ponciano Rodrigues Rezende	Chefe de AF	Titular		331.969-6	R1

1190.121 - Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF	Blenda Rosa Pereira Couto	Superintendente	Titular		669.763-5	R1
1190.122 - Superintendência de Tecnologia da Informação - STI	Lindenberg Naffah Ferreira	Superintendente	Titular		288.761-0	R1
1190.123 - Superintendência de Fiscalização - SUFIS	Carlos Renato Machado Confar	Superintendente	Titular		668.786-7	R1
1190.124 - Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais - SAIF	Leônidas Marcos Torres Marques	Superintendente	Titular		668.414-6	R1
1190.125 - Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - SCGOV	Andresa Linhares de Oliveira Nunes	Superintendente	Titular		391.885-1	R1
1190.126 - Núcleo de Atividades Fiscais Estratégicas - NAFE/SUFIS	Francisco Carlos Prata Lara	Gerente de Área	Adicional		381.622-0	R2
1190.131 - Superintendência de Crédito e Cobrança - SUCRED	Leonardo Guerra Ribeiro	Superintendente	Titular		458.127-8	R1

Legenda:

RES.: Resolução

R1: Resolução Nº 5.334 de 30/12/2019 que dispõe sobre normas gerais da execução orçamentária e financeira na SEF em 2020. "...Art. 5º O ordenador de despesa é o titular da unidade ou aquele formalmente designado em substituição, mediante publicação no Diário Oficial do Estado. § 1º O titular da Superintendência Regional da Fazenda – SRF, o Chefe de Administração Fazendária 1º nível BH-1, BH-2 e Contagem, o Delegado Fiscal e o Delegado Fiscal de Trânsito são ordenadores de despesa adicionais, cuja execução será de responsabilidade da unidade executora identificada no Anexo IV desta Resolução..."

R2: Resolução Nº 5.331, de 26/12/2019 que delega competência para a prática de atos de ordenação de despesas.

MG: Minas Gerais

O.S: Ordem de Serviço

AFRE: Auditor Fiscal da Receita Estadual

GEFAZ: Gestor Fazendário

TFAZ: Técnico Fazendário

AF: Administração Fazendária

DF: Delegacia Fiscal

DFT: Delegacia Fiscal de Trânsito

AS/CH/DS: Cargos da SEF

Hudson Ferreira Botelho

Responsável pela emissão

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.236-2

CRC: MG-055228/0

Marcelo Augusto Farah Dias

Diretor da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 668.753-7

Blenda Rosa Pereira Couto

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.763-5



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Ferreira Botelho, Contador(a)**, em 16/04/2021, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 16/04/2021, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago, Superintendente**, em 19/04/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



ANEXO I - ITEM II/II - (58J84J14) SEI 1190.01.0008074\505J-8e\ bñ J4

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28184174** e o código CRC **CDEE9AF8**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas

Anexo nº I - Item II/VIII -/SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃO DE CONTAS/2021

PROCESSO Nº 1190.01.0008074/2021-86

Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Exercício: 2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA 14/2011, ARTIGO 6º - ROL DE RESPONSÁVEIS

VIII - DIRIGENTE DE UNIDADE ADMINISTRATIVA OU GERENTE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO OU DE MUNICÍPIO

Declaramos que a Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda não possui Valores Mobiliários do Estado ou de Município.

Hudson Ferreira Botelho

Responsável pela emissão

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.236-2

CRC: MG-055228/0

Marcelo Augusto Farah Dias

Diretor da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 668.753-7

Blenda Rosa Pereira Couto

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.763-5



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Ferreira Botelho, Contador(a)**, em 16/04/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 16/04/2021, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago, Superintendente**, em 19/04/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28184200** e o código CRC **C5BAE6EF**.

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas

Anexo nº I - Item II/IX -/SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃO DE CONTAS/2021**PROCESSO Nº 1190.01.0008074/2021-86**Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Exercício: 2020**INSTRUÇÃO NORMATIVA 14/2011, ARTIGO 6º - ROL DE RESPONSÁVEIS****IX) ORDENADOR DE DESPESAS**

Unidade Administrativa	Nome	Cargo / Função	Ordenador - Titular/Adicional	CPF	Masp	Nº e Data da Publicação - Res./Ato	C
1190.006 - Gabinete	Elisa Vieira Marques Brigagão Dias	Assessora	Adicional		331.910-0	R2	R2
	Magda Cristina Meira Bezerra	Assessora	Adicional		752.599-1	R2	R2
	Silvestre Dias da Silva	Assessor	Adicional		668.564-8	R2	R2
	Andréa Riechert Senko	Chefe de Gabinete	Titular		753.202-1	Ato s/n do Governador designou a Chefe de Gabinete	
1190.007 - Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Geras - CC/MG	Manoel Procópio Nazareno de Moura Junior	Presidente do CCMG	Titular		372.492-0	Ato do Governador	
	Geraldo da Silva Datas	Presidente do CCMG	Titular		291.419-0	Ato do Governador	
	Claudia Campos Lopes Lara	AFRE/Gerente Administrativo	Adicional		343.228-3	R2	R2
	Edwaldo Pereira de Salles	AFRE/Assessor	Adicional		288.744-6	R2	R2
1190.010 - Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF	Geber Soares de Oliveira	Superintendente	Titular		303.297-6	R1	R1
	Felipe Afonso Costa	Diretor Central do Tesouro Estadual	Adicional		753.159-3	R2	R2
	Luciana de Souza Faria	Diretora Central do Tesouro Estadual II	Adicional		669.033-6	R2	R2
1190.025 - Superintendência Central de Contadoria Geral - SCCG	Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira	Superintendente	Titular		339.606-6	R1	R1
	Dênis Robinson de Amorim Paixão	Assessor	Adicional		356.452-3	R2	R2
	Nilson Eustáquio de Souza	Diretor	Adicional		234.388-7	R2	R2
	Isabella Kênia Viegas Fonseca	Diretora	Adicional		668.977-2	R2	R2
1190.027 - Superintendência de Tributação - SUTRI	Marcelo Hipolito Rodrigues	Superintendente	Titular		370385-7		4963
	Wilton Antônio Verçosa	Assessor	Adicional		259.025-5	R2	R2
	Itamar Peixoto de Melo	Assessor	Adicional		297215-6	R2	R2
	Alexandre Cotta Pacheco	Superintendente Regional	Adicional		371.194-2	R1	R1

1190.029 - AF/1º Nível/BH-3	Flávia Costa Camargos	Delegada Fiscal	Adicional		556.265-7	R1	R1
	Marinês Accioly Domingues	Delegada Fiscal	Adicional		370.812-0	R1	R1
	Eduardo Lucchesi Barbosa	Delegado Fiscal	Adicional		374.453-9	R1	R1
	Mariana Moreira Alves	Delegada Fiscal	Adicional		669.195-0	R1	R1
	Darcy da Silva Passos	Delegado Fiscal	Adicional		666.369-4	R1	R1
	Daniel Cruz de Assis Rocha	Chefe de AF/BH-1	Adicional		669.952-4	R1	R1
	Cristiano Valdir Heleno Evangelista da Silva	Chefe de AF/BH-2	Adicional		668.954-1	R1	R1
	Maria Amy Guimarães de Oliveira	Chefe de AF/BH-3	Titular		338.852-7	R1	R1
	Nisiomar Vaz Guimarães	Assessor	Adicional		316.749-1	R2	R2
	Valeska Carneiro Elganin	Gerente de Área	Adicional		380.979-5	R2	R2
1190.046 - AF/2º Nível/Barbacena	Rosilânia Maia Graçano Moura	Chefe de AF	Titular		326.545-1	R1	R1
	Fernanda Baesso Gomes	Chefe de AF	Titular		752.642-9	R1	R1
	Hamilton José Belcavello	Delegado Fiscal	Adicional		668.814-7	R1	R1
	Maria Cecília da Rocha Kleinsorge	Gerente de Área	Adicional		669.078-8	R2	R2
	Wander José de Almeida Rodrigues	AFRE	Adicional		381.487-8	R2	R2
1190.057 - AF/2º Nível/Divinópolis	Helena Aparecida Ferreira Noronha	Chefe de AF	Titular		337.789-2	R1	R1
	Ana Cristina Nogueira Gonçalves Couto	Gerente de Área	Adicional		317.879-5	R2	R2
	Jairo Ferreira	Gerente de Área	Adicional		262.629-9	R2	R2
	Lucimeire Cardoso	Gerente de Área	Adicional		336.879-2	R2	R2
	Montovany Ângelo de Faria	Delegado Fiscal	Adicional		668.310-6	R1	R1
	Carlos Márcio de Araújo Mesquita	Coordenador Fiscalização	Adicional		668.771-9	R2	R2
	Cleber Pena Quadros	Coordenador Fiscalização	Adicional		339.853-4	R2	R2

	Eduardo da Silva Mendonça	Superintendente Regional	Adicional		669.201-6	R1	R1
	Eliana Maria Simões	GEFAZ	Adicional		309.440-6	R2	R2
	Mercês Maria da Silva Soares	Assessor	Adicional		263.112-5	R2	R2
1190.060 - AF/2º Nível/Governador Valadares	Marcos José da Silva Pinto	Superintendente Regional	Adicional		386.988-0	09.07.2019	
	Paulo Carneiro Junior	Chefe de AF	Titular		338.422-9	R1	R1
	Carlos Eduardo Leite Lopes	Gerente de Área	Adicional		668.808-9	R2	R2
	Ailton Ganem Ribas de Menezes	GEFAZ	Adicional		752.552-0	R2	R2
	Glauco Saraiva Almeida Peixoto	Delegado Fiscal	Adicional		387.258-7	R2	R2
	Marcelo Moraes Neves da Rocha	Coordenador Fiscalização	Adicional		381.711-1	R2	R2
	Elane Alves de Andrade	Assessora	Adicional		322.984-6	R2	R2
	Cristóvão Murta Neto	Coordenador Regional	Adicional		314.060-5	R2	R2
	Carlos Gustavo B. Damasceno	Superintendente Regional	Adicional		668.794-1	ATO GOV	
	Luiz Fernando da Silva Paes	Coordenador Regional I	Adicional		371.101-7	R2	R2
	Marcia Cristina da Silva	Assessor I	Adicional		669.041-6	R2	R2
	Paulo Roberto G. Nogueira	Delegado Fiscal	Adicional		309.758-1	ATO GOV	
	Andrea Sales Vintena	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.099-4	RESOLUÇÃO 5362	
	Flavio Augusto de Castro	Coordenador Fiscalização	Adicional		455.462-2	R2	R2
	Waltencyr Farinazzo Giovannetti	Coordenador Fiscalização	Adicional		457.168-3	R2	R2

1190.063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	Rosaria Maria Silveira	Delegado Fiscal	Adicional		455.506-6	ATO GOV	
	Aline Ferreira C.E. Coutinho	Coordenador Fiscalização	Adicional		668.803-0	R2	R2
	Alexandre de Castro Lima	Coordenador Fiscalização	Adicional		372.504-1	R2	R2
	Amaury Rangel Q. Junior	Coordenador Fiscalização	Adicional		668.935-0	Resolução 5362	
	Evaldo Luiz Goulart de Mattos	Chefe de AF	Titular		262535-8	Ato Gov	
	Robson Muniz Coimbra	Assessor I	Adicional		362.562-6	R2	R2
	Airton Almeida da Silva	Gerente de Area	Adicional		668.983-0	R2	
	Cássio G. Martins Novaes	Delegado Fiscal	Adicional		372.322-8	Ato Gov.	06/1
	Jose Francisco Cordeiro Guimaraes	Coordenador Fiscalização	Adicional		455.466-3	R2	R2
1190.064 - AF 2º Nível/Contagem	Antônio de Castro Vaz de Mello Filho	Superintendente Regional	Adicional		387.789-1	R1	R1
	Frederico Augusto Teixeira Barral	Delegado Fiscal	Adicional		668.772-7	R1	R1
	Marcelo Impelizeri de Moura	Delegado Fiscal	Adicional		386.743-9	R1	R1
	Gustavo Almeida Vieira	Delegado Fiscal	Adicional		668.877-4	R1	R1
	Rodolfo Marques Caldeira	Chefe de AF/2º Nível/Contagem	Titular		668.922-8	R1	R1
	Dartha Lima Cesar Rezende	Gerente de Área	Adicional		669.154-7	R2	R2
	Rafael Marcos Bertol	Coordenador	Adicional		669.144-8	R2	R2
	Demetrius Garcia Cruz	Chefe de AF/1º Nível/Contagem	Adicional		669.183-6	R1	R1
	Wagner Antônio de Araújo	Chefe de AF	Titular		362831-0	R1	R1
	James de Lima Almeida	Gerente de Área	Adicional		752149-5	R2	R2
	Marli Ferreira da Silveira Schuwarden	Gerente de Área	Adicional		669.799-9	R2	R2
	Fabricio Carlos Amorim Bicalho	Chefe de AF	Adicional		669.797-3	R2	R2

1190.065 - AF/2º Nível/Ipatinga	Vilma Mendes Alves Stoffel	Delegada Fiscal	Adicional		666.365-2	R1	R1
	André Freire Antunes	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.215-6	R2	R2
	Henrique Miranda Carneiro	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.097-8	R2	R2
	Weber dos Santos Coutinho	Superintendente Regional	Adicional		327.251-5	R1	R1
	Maria da Consolação Castro Ribeiro	Assessora	Adicional		296.705-7	R2	R2
1190.079 - AF/2º Nível/Montes Claros	Saulo Geraldo Silqueira	Superintendente Regional	Adicional		371.782-4	R1	R1
	Mariana Mendes Santos	Assessora	Adicional		752.400-2	R2	R2
	Rosiris de Oliveira Dias Fonseca	Coordenadora Regional	Adicional		301.971-8	R2	R2
	Gilmar Soares Barbosa	Delegado Fiscal	Adicional		387.779-2	R1	R1
	Roberto Barbosa Campolina	Coordenador Fiscalização	Adicional		339.842-7	R2	R2
	Wilson Barbosa de Souza	Gerente de Área	Adicional		914.450-2	R2	R2
	Charles Dias Leite Júnior	Chefe de AF	Titular		339.227-1	R1	R1
	Demétrius Lima Martinelli	Gerente de Área	Adicional		327.299-4	R2	R2
1190.086 - AF/2º Nível/Paracatu	William Alves Rocha	Gerente de Área	Adicional		752.595-9	R2	R2
	Walkyria Cristina da Silva Melo Brito	Chefe de AF	Titular		338.929-3	R1	R1
	Antônio dos Reis Zacarias	Gerente de Área I	Adicional		667.035-0	R2	R2
	Geraldo Toshiaki Ikuno	AFRE	Adicional		667.138-2	R2	R2
1190.088 - AF/2º Nível/Patos de Minas	Lucas Daniel Alves Bernardes	Chefe de AF	Adicional		752.401-0	R2	R2
	Emílio Veloso Bueno	Chefe de AF	Titular		669234-7	R1	R1
	Fernanda Lima e Silva Martins Ramos	Gerente de Área	Adicional		752.426-7	R2	R2
	Leandro Batista Ferreira	Gerente de Área	Adicional		668.895-6	R2	R2
	José Geraldo de Oliveira	Chefe de AF	Adicional		668.869-1	R2	R2
	Cláudia Machado de Amorim Gomes	Gerente de Área	Adicional		336.465-0	R2	R2
	Renato Zica de Oliveira	Delegado Fiscal	Adicional		669.270-1	R1	R1

1190.095 - AF/2º Nível/Pouso Alegre	Maria Luiza Couto	Chefe de AF	Titular		309.753-2	R1	R1
	Moises de Souza	Gerente de Área I	Adicional		339.838-5	R2	R2
	Elaine Cristian de Souza Cruz	GEFAZ	Adicional		669.938-3	R2	R2
	Carlos Eduardo Lima Ferreira	Delegado Fiscal	Adicional		668.884-0	R1	R1
	André Costa de Oliveira Lima	Coordenador Fiscalização	Adicional		387.230-6	R2	R2
	Marcelo Bernardi	Coordenador Regional I	Adicional		388.317-0	R2	R2
1190.098 - AF/2º Nível/São João Del Rei	Marco Antonio Guimarães	Chefe de AF	Titular		339.588-6	R1	R1
	Celso De Resende Lacerda	Gerente de Área I	Adicional		262.626-5	R2	R2
	João da Mata de Oliveira Resende	Efetivo	Adicional		358.210-3	R2	R2
1190.102 - AF/2º Nível/ Teófilo Otoni	Arivaldo Rodrigues da Silva	Chefe de AF	Titular		262.930-1	R1	R1
	José Alberto Lima	Gerente de Área I	Adicional		261.954-2	R2	R2
	Luciana Nunes Lago	Gerente de Área I	Adicional		337.719-9	R2	R2
	Mário Antonio Cupello de Assunção	Delegado Fiscal	Adicional		669.166-1	R2	R2
	Mariza Onofra de Carvalho	AFRE	Adicional		234.905-8	R2	R2
	Maruza Constantino Amorim	GEFAZ	Adicional		296.436-9	R2	R2
1190.104 - AF/2º Nível/ Ubatuba	Wender Ricardo Bellosi	Chefe de AF	Titular		668.828-7	R1	R1
	Maria Amélia Carneiro Vidigal	Gerente de Área I	Adicional		341.109-7	R2	R2
	Anamari Ferrari da Cunha	Gerente De Área I	Adicional		389.779-0	R2	R2
	Yvens Lucchesi	Delegado Fiscal	Adicional		668.933-5	R1	R1
	Paulo Penteado Pinheiro	Coordenador Fiscalização	Adicional		752.809-4	R2	R2
	Alberto Yukio Honda	Gerente de Área I	Adicional		669.170-6	R2	R2

1190.105 - AF/1ºNível/Uberaba	Carlos Célio Cardoso	Assessor I	Adicional		335.349-7	R2	R2
	João Luiz Cornélio	Coordenador	Adicional		669.174-5	R2	R2
	Márcio Eustáquio Bento	Chefe de AF/ 2ºNível	Adicional		331.912-6	R2	R2
	Ronaldo Reines de Souza	Chefe de AF/2º.Nível	Adicional		669.813-8	R2	R2
	Adelaide Jurema Gomes C.N. Cavalcanti	Assessor I	Adicional		334.008-0	R2	R2
	Cloves Anibal Walter	Coordenador Regional	Adicional		331.908-4	R2	R2
	Paulo Augusto Martins Bravo	Assessor Técnico Fazendário	Adicional		387.245-4	R2	R2
	José Antonio Damianci Filho	Coordenador Fiscalização	Adicional		386.839-5	R2	R2
	Rafael Timotheo Beltran	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.207-3	R2	R2
	Silvane Maia Alves Pereira	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.001-0	R2	R2
	Wagner José da Silva Júnior	Chefe de AF/1º Nível	Titular		752.393-9	R1	R2
	João Carlos Aparecido Minto	Delegado Fiscal	Adicional		547.137- 0	R1	R1
	Gustavo Antônio dos Santos	Superintendente Regional	Adicional		374.720- 1	R1	R1
1190.106 - AF/1º Nível Uberlândia	Pedro Antônio Alves	Chefe de AF	Titular		341113-9	R1	R1
	Joaquim Roberto Vicentini Gomes	Gerente de Área I	Adicional		669.191-9	R2	R2
	Marden de Sousa Silva	Assessor I	Adicional		339.589-4	R2	R2
	Renato Nascimento Silva	Chefe de AF/2º Nível/Araguari	Adicional		752.171-9	R2	R2
	Mara Rúbia Silva Rodrigues	GEFAZ	Adicional		373.954-7	R2	R2
	José Barbosa Carrijo Junior	GEFAZ	Adicional		668.908-7	R2	R2
	Carlos Magno Moreira	Gerente de Área I	Adicional		307.347-5	R2	R2
	Wilian Almeida de Souza	Chefe de AF/2º Nível/Ituiutaba	Adicional		279.160-6	R2	R2
	Ronaldo Dias Fonseca	Gerente de Área I	Adicional		339.236-2	R2	R2

	Esly Winder Ribas Rocha	Superintendente Regional	Adicional		386.935-1	R1	R1
	Daniel Marasquini Stipp	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.264-4	R2	R2
	Reginalda Aparecida Nascimento Silva	Assessor I	Adicional		339.841-9	R2	R2
	Paula Travaglia	Coordenador	Adicional		669.966-4	R2	R2
	Marcos Antônio Ribeiro	Delegado Fiscal	Adicional		372.352-5	R1	R1
	Mauricio Calhau Freitas	Coordenador Fiscalização	Adicional		386.989-8	R2	R2
	Marly Moura Guimarães	Gerente de Área I	Adicional		340.148-6	R2	R2
1190.108 - AF/2º Nível/Varginha	Lúcio Teixeira Lopes	Superintendente Regional	Adicional		371.129-8	R1	R1
	José Nilton Ferreira da Cunha	Coordenador Regional I	Adicional		337.793-4	R2	R2
	Leandro Abreu Nogueira	Assessor I	Adicional		339.585-2	R2	R2
	Marcelo David	Coordenador Regional II	Adicional		381.445-6	R2	R2
	Marcelo Henrique Silveira	Delegado Fiscal	Adicional		668.787-5	R1	R1
	Raul Kiyoshi Fukushima	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.051-5	R2	R2
	Stela Maria Carvalho da Silva Comunian	GEFAZ	Adicional		296.443-5	R2	R2
	Ana Maria Ponciano Rodrigues Rezende	Chefe de AF	Titular		331.969-6	R1	R1
	Anderson Ricardo de Carvalho	Gerente de Área I	Adicional		669.675-1	R2	R2
	Cristiano Vilas Boas Moraes	Gerente de Área I	Adicional		669.987-0	R2	R2
	Rosane da Silva Garcia Akvarenga	Gerente de Área I	Adicional		339.866-6	R2	R2
	Eder Wilson Ribeiro	AFAZ	Adicional		356.605-6	R2	R2
	Valteir da Silva	TFAZ	Adicional		362.641-3	R2	R2

1190.121 - Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF	Blenda Rosa Pereira Couto	Superintendente	Titular		669.763-5	R1	R1
	Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes	Diretor	Adicional		752.538-9	R2	R2
	Erich Fernando de Araujo Silva	Diretor	Adicional		669.610-8	R2	R2
	Marcela Carvalho Santiago	Assessora	Adicional		753.142-9	R2	R2
	Marcelo Augusto Farah Dias	Diretor	Adicional		668.753-7	R2	R2
	Maria de Lourdes Ferreira Machado	Diretora	Adicional		301.446-1	R2	R2
	Paulo Sérgio Martins de Oliveira	Diretor	Adicional		339.594-4	R2	R2
	Renata Viana Simões	Diretora	Adicional		669.573-8	R2	R2
	Marcos Vinícius de Souza	Gerente de Área	Adicional		669.592-8	Resolução 5385	
	Viviane Pereira Alves	Gerente de Área	Adicional		669.186-9	Resolução 5385	
1190.122 - Superintendência de Tecnologia da Informação - STI	Lindenberg Naffah Ferreira	Superintendente	Titular		288.761-0	R1	R1
	Anderson Aparecido Félix	Diretor	Adicional		372.489-5	R2	R2
	Guilherme Couto Soares	Diretor	Adicional		669.158-8	R2	R2
	Rogério Zupo Braga	Diretor	Adicional		668.359-3	R2	R2
1190.123 - Superintendência de Fiscalização - SUFIS	Carlos Renato Machado Confar	Superintendente	Titular		668.786-7	R1	R1
	Pierre Julião Pimentel	Assessor	Adicional		669.277-6	R2	R2
	Adriano Araújo Campolina	Diretor	Adicional		669.147-1	R2	R2
	Amauri Cunha Silva	Assessor	Adicional		341.445-5	R2	R2
	Leônidas Marcos Torres Marques	Superintendente	Titular		668.414-6	R1	R1
	Ricardo Alves de Sousa	Diretor	Adicional		455.500-9	R2	R2
	Renato Oliveira Deluca	Diretor	Adicional		371.773-3	R2	R2

1190.124 - Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais - SAIF	Maria Bernardete Bouzada Dias Rêgo	Coordenadora	Adicional		241.777-2	R2	R2
	Luiz Antônio Zanon	Gestor Proefe	Adicional		546.669-3	R2	R2
1190.125 - Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - SCGOV	Andresa Linhares de Oliveira Nunes	Superintendente	Titular		391.885-1	R1	R1
	Daniel Comanducci Nascimento	Diretor	Adicional		668.988-9	R2	R2
	Daniela Gomes Pereira	Coordenadora	Adicional		752.780-7	R2	R2
	Eduardo Mendes Costa	Coordenador	Adicional		752.433-3	R2	R2
	Patrícia Mara Souza da Silva	Coordenadora	Adicional		753.170-0	R2	R2
	Ramon Alves Campos Neres	Diretor	Adicional		669.869-0	R2	
	Vanessa Lamêgo Avendanha	Coordenadora	Adicional		752.396-2	R2	R2
	Jussara Kele Araújo Valadares	Coordenadora	Adicional		752.649-4	Resolução 5262	
	Marcel Freire de Melo	Coordenador	Adicional		669.717-1	Resolução 5262	
1190.126 - Núcleo de Atividades Fiscais Estratégicas - NAFE/SUFIS	Francisco Carlos Prata Lara	Gerente de Área	Adicional		381.622-0	R2	R2
	Leonardo Drumond Moreira	Coordenador Fiscalização	Adicional		667.324-8	R2	R2
	Paulo Sérgio De Almeida Coelho	GEFAZ	Adicional		668.745-3	R2	R2
	Isa Augusta Moura De Mendonça	Coordenadora Apoio	Adicional		668.980-6	R2	R2
1190.131 - Superintendência de Crédito e Cobrança - SUCRED	Leonardo Guerra Ribeiro	Superintendente	Titular		458.127-8	R1	R1
	Leonardo Augusto Rodrigues Borges	Diretor	Adicional		386.905-4	R2	R2

Legenda:

RES.: Resolução

R1: Resolução Nº 5.334 de 30/12/2019 que dispõe sobre normas gerais da execução orçamentária e financeira na SEF em 2020. "...Art. 5º O ordenador de despesa é o titular da unidade ou aquele formalmente designado em substituição, mediante publicação no Diário Oficial do Estado. § 1º O titular da Superintendência Regional da Fazenda – SRF, o Chefe de Administração Fazendária 1º nível BH-1, BH-2 e Contagem, o Delegado Fiscal e o Delegado Fiscal de Trânsito são ordenadores de despesa adicionais, cuja execução será de responsabilidade da unidade executora identificada no Anexo IV desta Resolução..."

R2: Resolução Nº 5.331, de 26/12/2019 que delega competência para a prática de atos de ordenação de despesas.

MG: Minas Gerais

O.S: Ordem de Serviço

AFRE: Auditor Fiscal da Receita Estadual

GEFAZ: Gestor Fazendário

TFAZ: Técnico Fazendário

AF: Administração Fazendária

DF: Delegacia Fiscal

DFT: Delegacia Fiscal de Trânsito

AS/CH/DS: Cargos da SEF

Hudson Ferreira Botelho

Responsável pela emissão

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.236-2

CRC: MG-055228/0

Marcelo Augusto Farah Dias

Diretor da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 668.753-7

Blenda Rosa Pereira Couto

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.763-5



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Ferreira Botelho, Contador(a)**, em 16/04/2021, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 16/04/2021, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago, Superintendente**, em 19/04/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28184279** e o código CRC **BA75C75B**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas

Anexo nº I - Item II/X - Encarregado Op. Crédito/SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃO CONTAS/2021

PROCESSO Nº 1190.01.0008074/2021-86

Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Exercício: 2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA 14/2011, ARTIGO 6º - ROL DE RESPONSÁVEIS

X - ENCARREGADO PELO CONTROLE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO AVAIS, GARANTIAS E DIREITOS DO ESTADO OU DE MUNICÍPIO

Declaramos que a Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda não possui operações de crédito, avais, garantias e direitos do Estado ou de Município.

Hudson Ferreira Botelho

Responsável pela emissão

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.236-2

CRC: MG-055228/0

Marcelo Augusto Farah Dias

Diretor da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 668.753-7

Blenda Rosa Pereira Couto

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.763-5



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Ferreira Botelho, Contador(a)**, em 16/04/2021, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 16/04/2021, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago, Superintendente**, em 19/04/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28184406** e o código CRC **EB9D5027**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas

Anexo nº I - Item II/XI -/SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃO DE CONTAS/2021

PROCESSO Nº 1190.01.0008074/2021-86

Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Exercício: 2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA 14/2011, ARTIGO 6º - ROL DE RESPONSÁVEIS

XI) ENCARGADO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA OU OUTRO CORRESPONSÁVEL POR ATOS DE GESTÃO

Unidade Administrativa	Nome	Cargo / Função	Ordenador - Titular/Adicional	CPF	Masp	Nº e Data da Publicação - Res./Ato	Cod
1190.006 - Gabinete	Elisa Vieira Marques Brigagão Dias	Assessora	Adicional		331.910-0	R2	R2
	Magda Cristina Meira Bezerra	Assessora	Adicional		752.599-1	R2	R2
	Silvestre Dias da Silva	Assessor	Adicional		668.564-8	R2	R2
	Andréa Riechert Senko	Chefe de Gabinete	Titular		753.202-1	Ato s/n do Governador designou a Chefe de Gabinete	
1190.007 - Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Geras - CC/MG	Manoel Procópio Nazareno de Moura Junior	Presidente do CCMG	Titular		372.492-0	Ato do Governador	
	Geraldo da Silva Datas	Presidente do CCMG	Titular		291.419-0	Ato do Governador	
	Claudia Campos Lopes Lara	AFRE/Gerente Administrativo	Adicional		343.228-3	R2	R2
	Edwaldo Pereira de Salles	AFRE/Assessor	Adicional		288.744-6	R2	R2
1190.010 - Superintendência Central de Administração Financeira	Geber Soares de Oliveira	Superintendente	Titular		303.297-6	R1	R1
	Felipe Afonso Costa	Diretor Central do Tesouro Estadual	Adicional		753.159-3	R2	R2
	Luciana de Souza Faria	Diretora Central do Tesouro Estadual II	Adicional		669.033-6	R2	R2
1190.025 - Superintendência Central de Contadoria Geral - SCCG	Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira	Superintendente	Titular		339.606-6	R1	R1
	Dênis Robinson de Amorim Paixão	Assessor	Adicional		356.452-3	R2	R2
	Nilson Eustáquio de Souza	Diretor	Adicional		234.388-7	R2	R2
	Isabella Kênia Viegas Fonseca	Diretora	Adicional		668.977-2	R2	R2
1190.027 - Superintendência de Tributação - SUTRI	Marcelo Hipólito Rodrigues	Superintendente	Titular		370385-7		4963
	Wilton Antônio Verçosa	Assessor	Adicional		259.025-5	R2	R2
	Itamar Peixoto de Melo	Assessor	Adicional		297215-6	R2	R2
	Alexandre Cotta Pacheco	Superintendente	Adicional		371.194-2	R1	R1

1190.029 - AF/1º Nível/BH-3		Regional					
	Flávia Costa Camargos	Delegada Fiscal	Adicional		556.265-7	R1	R1
	Marinês Accioly Domingues	Delegada Fiscal	Adicional		370.812-0	R1	R1
	Eduardo Lucchesi Barbosa	Delegado Fiscal	Adicional		374.453-9	R1	R1
	Mariana Moreira Alves	Delegada Fiscal	Adicional		669.195-0	R1	R1
	Darcy da Silva Passos	Delegado Fiscal	Adicional		666.369-4	R1	R1
	Daniel Cruz de Assis Rocha	Chefe de AF/BH-1	Adicional		669.952-4	R1	R1
	Cristiano Valdir Heleno Evangelista da Silva	Chefe de AF/BH-2	Adicional		668.954-1	R1	R1
	Maria Amy Guimarães de Oliveira	Chefe de AF/BH-3	Titular		338.852-7	R1	R1
	Nisiomar Vaz Guimarães	Assessor	Adicional		316.749-1	R2	R2
	Valeska Carneiro Elganim	Gerente de Área	Adicional		380.979-5	R2	R2
1190.046 - AF/2º Nível/Barbacena	Rosilânia Maia Graçano Moura	Chefe de AF	Titular		326.545-1	R1	R1
	Fernanda Baesso Gomes	Chefe de AF	Titular		752.642-9	R1	R1
	Hamilton José Belcavello	Delegado Fiscal	Adicional		668.814-7	R1	R1
	Maria Cecília da Rocha Kleinsorge	Gerente de Área	Adicional		669.078-8	R2	R2
	Wander José de Almeida Rodrigues	AFRE	Adicional		381.487-8	R2	R2
1190.057 - AF/2º Nível/Divinópolis	Helena Aparecida Ferreira Noronha	Chefe de AF	Titular		337.789-2	R1	R1
	Ana Cristina Nogueira Gonçalves Couto	Gerente de Área	Adicional		317.879-5	R2	R2
	Jairo Ferreira	Gerente de Área	Adicional		262.629-9	R2	R2
	Lucimeire Cardoso	Gerente de Área	Adicional		336.879-2	R2	R2
	Montovany Ângelo de Faria	Delegado Fiscal	Adicional		668.310-6	R1	R1
	Carlos Márcio de Araújo Mesquita	Coordenador Fiscalização	Adicional		668.771-9	R2	R2
	Cleber Pena Quadros	Coordenador	Adicional		339.853-4	R2	R2

		Fiscalização					
	Eduardo da Silva Mendonça	Superintendente Regional	Adicional		669.201-6	R1	R1
	Eliana Maria Simões	GEFAZ	Adicional		309.440-6	R2	R2
	Mercês Maria da Silva Soares	Assessor	Adicional		263.112-5	R2	R2
1190.060 - AF/2º Nível/Governador Valadares	Marcos José da Silva Pinto	Superintendente Regional	Adicional		386.988-0	09.07.2019	
	Paulo Carneiro Junior	Chefe de AF	Titular		338.422-9	R1	R1
	Carlos Eduardo Leite Lopes	Gerente de Área	Adicional		668.808-9	R2	R2
	Ailton Ganem Ribas de Menezes	GEFAZ	Adicional		752.552-0	R2	R2
	Glauco Saraiva Almeida Peixoto	Delegado Fiscal	Adicional		387.258-7	R2	R2
	Marcelo Moraes Neves da Rocha	Coordenador Fiscalização	Adicional		381.711-1	R2	R2
	Elane Alves de Andrade	Assessora	Adicional		322.984-6	R2	R2
	Cristóvão Murta Neto	Coordenador Regional	Adicional		314.060-5	R2	R2
	Carlos Gustavo B. Damasceno	Superintendente Regional	Adicional		668.794-1	ATO GOV	
	Luiz Fernando da Silva Paes	Coordenador Regional I	Adicional		371.101-7	R2	R2
	Marcia Cristina da Silva	Assessor I	Adicional		669.041-6	R2	R2
	Paulo Roberto G. Nogueira	Delegado Fiscal	Adicional		309.758-1	ATO GOV	
	Andrea Sales Vintena	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.099-4	RESOLUÇÃO 5362	
	Flavio Augusto de Castro	Coordenador Fiscalização	Adicional		455.462-2	R2	R2
	Waltencyr Farinazzo Giovannetti	Coordenador Fiscalização	Adicional		457.168-3	R2	R2

1190.063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	Rosaria Maria Silveira	Delegado Fiscal	Adicional		455.506-6	ATO GOV	
	Aline Ferreira C.E. Coutinho	Coordenador Fiscalização	Adicional		668.803-0	R2	R2
	Alexandre de Castro Lima	Coordenador Fiscalização	Adicional		372.504-1	R2	R2
	Amaury Rangel Q. Junior	Coordenador Fiscalização	Adicional		668.935-0	Resolução 5362	
	Evaldo Luiz Goulart de Mattos	Chefe de AF	Titular		262535-8	Ato Gov	
	Robson Muniz Coimbra	Assessor I	Adicional		362.562-6	R2	R2
	Airton Almeida da Silva	Gerente de Area	Adicional		668.983-0	R2	
	Cássio G. Martins Novaes	Delegado Fiscal	Adicional		372.322-8	Ato Gov.	06/1
	Jose Francisco Cordeiro Guimaraes	Coordenador Fiscalização	Adicional		455.466-3	R2	R2
1190.064 - AF 2º Nível/Contagem	Antônio de Castro Vaz de Mello Filho	Superintendente Regional	Adicional		387.789-1	R1	R1
	Frederico Augusto Teixeira Barral	Delegado Fiscal	Adicional		668.772-7	R1	R1
	Marcelo Impelizeri de Moura	Delegado Fiscal	Adicional		386.743-9	R1	R1
	Gustavo Almeida Vieira	Delegado Fiscal	Adicional		668.877-4	R1	R1
	Rodolfo Marques Caldeira	Chefe de AF/2º Nível/Contagem	Titular		668.922-8	R1	R1
	Dartha Lima Cesar Rezende	Gerente de Área	Adicional		669.154-7	R2	R2
	Rafael Marcos Bertol	Coordenador	Adicional		669.144-8	R2	R2
	Demetrius Garcia Cruz	Chefe de AF/1º Nível/Contagem	Adicional		669.183-6	R1	R1
	Wagner Antônio de Araújo	Chefe de AF	Titular		362831-0	R1	R1
	James de Lima Almeida	Gerente de Área	Adicional		752149-5	R2	R2
	Marli Ferreira da Silveira Schuwarten	Gerente de Área	Adicional		669.799-9	R2	R2
	Fabricio Carlos Amorim Bicalho	Chefe de AF	Adicional		669.797-3	R2	R2

1190.065 - AF/2º Nível/Ipatinga	Vilma Mendes Alves Stoffel	Delegada Fiscal	Adicional		666.365-2	R1	R1
	André Freire Antunes	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.215-6	R2	R2
	Henrique Miranda Carneiro	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.097-8	R2	R2
	Weber dos Santos Coutinho	Superintendente Regional	Adicional		327.251-5	R1	R1
	Maria da Consolação Castro Ribeiro	Assessora	Adicional		296.705-7	R2	R2
1190.079 - AF/2º Nível/Montes Claros	Saulo Geraldo Silqueira	Superintendente Regional	Adicional		371.782-4	R1	R1
	Mariana Mendes Santos	Assessora	Adicional		752.400-2	R2	R2
	Rosiris de Oliveira Dias Fonseca	Coordenadora Regional	Adicional		301.971-8	R2	R2
	Gilmar Soares Barbosa	Delegado Fiscal	Adicional		387.779-2	R1	R1
	Roberto Barbosa Campolina	Coordenador Fiscalização	Adicional		339.842-7	R2	R2
	Wilson Barbosa de Souza	Gerente de Área	Adicional		914.450-2	R2	R2
	Charles Dias Leite Júnior	Chefe de AF	Titular		339.227-1	R1	R1
	Demétrius Lima Martinelli	Gerente de Área	Adicional		327.299-4	R2	R2
	William Alves Rocha	Gerente de Área	Adicional		752.595-9	R2	R2
1190.086 - AF/2º Nível/Paracatu	Walkyria Cristina da Silva Melo Brito	Chefe de AF	Titular		338.929-3	R1	R1
	Antônio dos Reis Zacarias	Gerente de Área I	Adicional		667.035-0	R2	R2
	Geraldo Toshiaki Ikuno	AFRE	Adicional		667.138-2	R2	R2
	Lucas Daniel Alves Bernardes	Chefe de AF	Adicional		752.401-0	R2	R2
1190.088 - AF/2º Nível/Patos de Minas	Emílio Veloso Bueno	Chefe de AF	Titular		669.234-7	R1	R1
	Fernanda Lima e Silva Martins Ramos	Gerente de Área	Adicional		752.426-7	R2	R2
	Leandro Batista Ferreira	Gerente de Área	Adicional		668.895-6	R2	R2
	José Geraldo de Oliveira	Chefe de AF	Adicional		668.869-1	R2	R2
	Cláudia Machado de Amorim Gomes	Gerente de Área	Adicional		336.465-0	R2	R2

	Renato Zica de Oliveira	Delegado Fiscal	Adicional		669.270-1	R1	R1
1190.095 - AF/2º Nível/Pouso Alegre	Maria Luiza Couto	Chefe de AF	Titular		309.753-2	R1	R1
	Moises de Souza	Gerente de Área I	Adicional		339.838-5	R2	R2
	Elaine Cristian de Souza Cruz	GEFAZ	Adicional		669.938-3	R2	R2
	Carlos Eduardo Lima Ferreira	Delegado Fiscal	Adicional		668.884-0	R1	R1
	André Costa de Oliveira Lima	Coordenador Fiscalização	Adicional		387.230-6	R2	R2
	Marcelo Bernardi	Coordenador Regional I	Adicional		388.317-0	R2	R2
1190.098 - AF/2º Nível/São João Del Rei	Marco Antonio Guimarães	Chefe de AF	Titular		339.588-6	R1	R1
	Celso De Resende Lacerda	Gerente de Área I	Adicional		262.626-5	R2	R2
	João da Mata de Oliveira Resende	Efetivo	Adicional		358.210-3	R2	R2
1190.102 - AF/2º Nível/ Teófilo Otoni	Arivaldo Rodrigues da Silva	Chefe de AF	Titular		262.930-1	R1	R1
	José Alberto Lima	Gerente de Área I	Adicional		261.954-2	R2	R2
	Luciana Nunes Lago	Gerente de Área I	Adicional		337.719-9	R2	R2
	Mário Antonio Cupello de Assunção	Delegado Fiscal	Adicional		669.166-1	R2	R2
	Mariza Onofra de Carvalho	AFRE	Adicional		234.905-8	R2	R2
	Maruza Constantino Amorim	GEFAZ	Adicional		296.436-9	R2	R2
1190.104 - AF/2º Nível/ Ubatuba	Wender Ricardo Bellosi	Chefe de AF	Titular		668.828-7	R1	R1
	Maria Amélia Carneiro Vidigal	Gerente de Área I	Adicional		341.109-7	R2	R2
	Anamari Ferrari da Cunha	Gerente De Área I	Adicional		389.779-0	R2	R2
	Yvens Lucchesi	Delegado Fiscal	Adicional		668.933-5	R1	R1
	Paulo Penteado Pinheiro	Coordenador Fiscalização	Adicional		752.809-4	R2	R2

1190.105 - AF/1ºNível/Uberaba	Alberto Yukio Honda	Gerente de Área I	Adicional		669.170-6	R2	R2
	Carlos Célio Cardoso	Assessor I	Adicional		335.349-7	R2	R2
	João Luiz Cornélio	Coordenador	Adicional		669.174-5	R2	R2
	Márcio Eustáquio Bento	Chefe de AF/ 2ºNível	Adicional		331.912-6	R2	R2
	Ronaldo Reines de Souza	Chefe de AF/2º.Nível	Adicional		669.813-8	R2	R2
	Adelaide Jurema Gomes C.N. Cavalcanti	Assessor I	Adicional		334.008-0	R2	R2
	Cloves Anibal Walter	Coordenador Regional	Adicional		331.908-4	R2	R2
	Paulo Augusto Martins Bravo	Assessor Técnico Fazendário	Adicional		387.245-4	R2	R2
	José Antonio Damianci Filho	Coordenador Fiscalização	Adicional		386.839-5	R2	R2
	Rafael Timotheo Beltran	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.207-3	R2	R2
	Silvane Maia Alves Pereira	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.001-0	R2	R2
	Wagner José da Silva Júnior	Chefe de AF/1º Nível	Titular		752.393-9	R1	R2
	João Carlos Aparecido Minto	Delegado Fiscal	Adicional		547.137- 0	R1	R1
1190.106 - AF/1º Nível Uberlândia	Gustavo Antônio dos Santos	Superintendente Regional	Adicional		374.720- 1	R1	R1
	Pedro Antônio Alves	Chefe de AF	Titular		341113-9	R1	R1
	Joaquim Roberto Vicentini Gomes	Gerente de Área I	Adicional		669.191-9	R2	R2
	Marden de Sousa Silva	Assessor I	Adicional		339.589-4	R2	R2
	Renato Nascimento Silva	Chefe de AF/2º Nível/Araguari	Adicional		752.171-9	R2	R2
	Mara Rúbia Silva Rodrigues	GEFAZ	Adicional		373.954-7	R2	R2
	José Barbosa Carrijo Junior	GEFAZ	Adicional		668.908-7	R2	R2
	Carlos Magno Moreira	Gerente de Área I	Adicional		307.347-5	R2	R2
	Wilian Almeida de Souza	Chefe de AF/2º Nível/Ituiutaba	Adicional		279.160-6	R2	R2
	Ronaldo Dias Fonseca	Gerente de Área I	Adicional		339.236-2	R2	R2

	Esly Winder Ribas Rocha	Superintendente Regional	Adicional		386.935-1	R1	R1
	Daniel Marasquini Stipp	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.264-4	R2	R2
	Reginalda Aparecida Nascimento Silva	Assessor I	Adicional		339.841-9	R2	R2
	Paula Travaglia	Coordenador	Adicional		669.966-4	R2	R2
	Marcos Antônio Ribeiro	Delegado Fiscal	Adicional		372.352-5	R1	R1
	Mauricio Calhau Freitas	Coordenador Fiscalização	Adicional		386.989-8	R2	R2
	Marly Moura Guimarães	Gerente de Área I	Adicional		340.148-6	R2	R2
1190.108 - AF/2º Nível/Varginha	Lúcio Teixeira Lopes	Superintendente Regional	Adicional		371.129-8	R1	R1
	José Nilton Ferreira da Cunha	Coordenador Regional I	Adicional		337.793-4	R2	R2
	Leandro Abreu Nogueira	Assessor I	Adicional		339.585-2	R2	R2
	Marcelo David	Coordenador Regional II	Adicional		381.445-6	R2	R2
	Marcelo Henrique Silveira	Delegado Fiscal	Adicional		668.787-5	R1	R1
	Raul Kiyoshi Fukushima	Coordenador Fiscalização	Adicional		669.051-5	R2	R2
	Stela Maria Carvalho da Silva Comunian	GEFAZ	Adicional		296.443-5	R2	R2
	Ana Maria Ponciano Rodrigues Rezende	Chefe de AF	Titular		331.969-6	R1	R1
	Anderson Ricardo de Carvalho	Gerente de Área I	Adicional		669.675-1	R2	R2
	Cristiano Vilas Boas Moraes	Gerente de Área I	Adicional		669.987-0	R2	R2
	Rosane da Silva Garcia Akvarenga	Gerente de Área I	Adicional		339.866-6	R2	R2
	Eder Wilson Ribeiro	AFAZ	Adicional		356.605-6	R2	R2

	Valteir da Silva	TFAZ	Adicional		362.641-3	R2	R2
1190.121 - Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF	Blenda Rosa Pereira Couto	Superintendente	Titular		669.763-5	R1	R1
	Arlison Leandro Fernandes Correa Lopes	Diretor	Adicional		752.538-9	R2	R2
	Erich Fernando de Araujo Silva	Diretor	Adicional		669.610-8	R2	R2
	Marcela Carvalho Santiago	Assessora	Adicional		753.142-9	R2	R2
	Marcelo Augusto Farah Dias	Diretor	Adicional		668.753-7	R2	R2
	Maria de Lourdes Ferreira Machado	Diretora	Adicional		301.446-1	R2	R2
	Paulo Sérgio Martins de Oliveira	Diretor	Adicional		339.594-4	R2	R2
	Renata Viana Simões	Diretora	Adicional		669.573-8	R2	R2
	Marcos Vinícius de Souza	Gerente de Área	Adicional		669.592-8	Resolução 5385	
	Viviane Pereira Alves	Gerente de Área	Adicional		669.186-9	Resolução 5385	
1190.122 - Superintendência de Tecnologia da Informação - STI	Lindenberg Naffah Ferreira	Superintendente	Titular		288.761-0	R1	R1
	Anderson Aparecido Félix	Diretor	Adicional		372.489-5	R2	R2
	Guilherme Couto Soares	Diretor	Adicional		669.158-8	R2	R2
	Rogério Zupo Braga	Diretor	Adicional		668.359-3	R2	R2
1190.123 - Superintendência de Fiscalização - SUFIS	Carlos Renato Machado Confar	Superintendente	Titular		668.786-7	R1	R1
	Pierre Julião Pimentel	Assessor	Adicional		669.277-6	R2	R2
	Adriano Araújo Campolina	Diretor	Adicional		669.147-1	R2	R2
	Amauri Cunha Silva	Assessor	Adicional		341.445-5	R2	R2
	Leônidas Marcos Torres Marques	Superintendente	Titular		668.414-6	R1	R1
	Ricardo Alves de Sousa	Diretor	Adicional		455.500-9	R2	R2

1190.124 - Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais - SAIF	Renato Oliveira Deluca	Diretor	Adicional		371.773-3	R2	R2
	Maria Bernardete Bouzada Dias Rêgo	Coordenadora	Adicional		241.777-2	R2	R2
	Luiz Antônio Zanon	Gestor Proefe	Adicional		546.669-3	R2	R2
1190.125 - Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - SCGOV	Andresa Linhares de Oliveira Nunes	Superintendente	Titular		391.885-1	R1	R1
	Daniel Comanducci Nascimento	Diretor	Adicional		668.988-9	R2	R2
	Daniela Gomes Pereira	Coordenadora	Adicional		752.780-7	R2	R2
	Eduardo Mendes Costa	Coordenador	Adicional		752.433-3	R2	R2
	Patrícia Mara Souza da Silva	Coordenadora	Adicional		753.170-0	R2	R2
	Ramon Alves Campos Neres	Diretor	Adicional		669.869-0	R2	
	Vanessa Lamêgo Avendanha	Coordenadora	Adicional		752.396-2	R2	R2
	Jussara Kele Araújo Valadares	Coordenadora	Adicional		752.649-4	Resolução 5262	
	Marcel Freire de Melo	Coordenador	Adicional		669.717-1	Resolução 5262	
1190.126 - Núcleo de Atividades Fiscais Estratégicas - NAFE/SUFIS	Francisco Carlos Prata Lara	Gerente de Área	Adicional		381.622-0	R2	R2
	Leonardo Drumond Moreira	Coordenador Fiscalização	Adicional		667.324-8	R2	R2
	Paulo Sérgio De Almeida Coelho	GEFAZ	Adicional		668.745-3	R2	R2
	Isa Augusta Moura De Mendonça	Coordenadora Apoio	Adicional		668.980-6	R2	R2
1190.131 - Superintendência de Crédito e Cobrança - SUCRED	Leonardo Guerra Ribeiro	Superintendente	Titular		458.127-8	R1	R1
	Leonardo Augusto Rodrigues Borges	Diretor	Adicional		386.905-4	R2	R2

	Rodrigo Santos Faria	Diretor	Adicional		669.070-5	R2	R2

Legenda:

RES.: Resolução

R1: Resolução Nº 5.334 de 30/12/2019 que dispõe sobre normas gerais da execução orçamentária e financeira na SEF em 2020. "...Art. 5º O ordenador de despesa é o titular da unidade ou aquele formalmente designado em substituição, mediante publicação no Diário Oficial do Estado. § 1º O titular da Superintendência Regional da Fazenda – SRF, o Chefe de Administração Fazendária 1º nível BH-1, BH-2 e Contagem, o Delegado Fiscal e o Delegado Fiscal de Trânsito são ordenadores de despesa adicionais, cuja execução será de responsabilidade da unidade executora identificada no Anexo IV desta Resolução..."

R2: Resolução Nº 5.331, de 26/12/2019 que delega competência para a prática de atos de ordenação de despesas.

MG: Minas Gerais

O.S: Ordem de Serviço

AFRE: Auditor Fiscal da Receita Estadual

GEFAZ: Gestor Fazendário

TFAZ: Técnico Fazendário

AF: Administração Fazendária

DF: Delegacia Fiscal

DFT: Delegacia Fiscal de Trânsito

AS/CH/DS: Cargos da SEF

Hudson Ferreira Botelho

Responsável pela emissão

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.236-2

CRC: MG-055228/0

Marcelo Augusto Farah Dias

Diretor da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 668.753-7

Blenda Rosa Pereira Couto

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.763-5



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Ferreira Botelho, Contador(a)**, em 16/04/2021, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 16/04/2021, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago, Superintendente**, em 19/04/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28184400** e o código CRC **2E58CFB4**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas

Anexo nº I - Item II/XII -SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃO DE CONTAS/2021

PROCESSO Nº 1190.01.0008074/2021-86

Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Exercício: 2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA 14/2011, ARTIGO 6º - ROL DE RESPONSÁVEIS

XII) ENCARGADO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

Nome	Cargo / Função	CPF	Masp	Nº da Resolução/Ato - Data de Publicação		Competência Delegada
Osvaldo Lage Scavazza	Subsecretário da Receita	[REDACTED]	547.155-2	Ato s/n do Governador	03/06/2019	R1
Jefferson Nery Chaves	Subsecretário da Receita em Exercício	[REDACTED]	296.426-0	OS 70/2020		R1
Fernando Eduardo Bastos de Melo	Subsecretário da Receita em Exercício	[REDACTED]	309.741-7	OS 365/2020		R1

R1: Resolução Nº 5.334 de 30/12/2019 que dispõe sobre normas gerais da execução orçamentária e financeira na SEF em 2020. "...Art. 5º O ordenador de despesa é o titular da unidade ou aquele formalmente designado em substituição, mediante publicação no Diário Oficial do Estado. § 1º O titular da Superintendência Regional da Fazenda – SRF, o Chefe de Administração Fazendária 1º nível BH-1, BH-2 e Contagem, o Delegado Fiscal e o Delegado Fiscal de Trânsito são ordenadores de despesa adicionais, cuja execução será de responsabilidade da unidade executora identificada no Anexo IV desta Resolução..."

Hudson Ferreira Botelho

Responsável pela emissão

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.236-2

CRC: MG-055228/0

Marcelo Augusto Farah Dias

Diretor da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 668.753-7

Blenda Rosa Pereira Couto

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.763-5



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Ferreira Botelho, Contador(a)**, em 16/04/2021, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 16/04/2021, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago, Superintendente**, em 19/04/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28184452** e o código CRC **4DA0BB1E**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas

Anexo nº I - Item II/XIII -/SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃOCONTAS/2021

PROCESSO Nº 1190.01.0008074/2021-86

Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Exercício: 2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA 14/2011, ARTIGO 6º - ROL DE RESPONSÁVEIS

XIII) ENCARGADO DE ALMOXARIFADO OU DE MATERIAL EM ESTOQUE

Unidade Administrativa	Nome	Cargo / Função	Ordenador - Titular/Adicional	CPI
1190.006 - Gabinete	Andréa Riechert Senko	Chefe de Gabinete	Titular	
1190.007 - Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Geras - CC/MG	Manoel Procópio Nazareno de Moura Junior	Presidente do CCMG	Titular	
	Geraldo da Silva Datas	Presidente do CCMG	Titular	
1190.010 - Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF	Geber Soares de Oliveira	Superintendente	Titular	
1190.025 - Superintendência Central de Contadoria Geral - SCCG	Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira	Superintendente	Titular	
1190.027 - Superintendência de Tributação - SUTRI	Marcelo Hipolito Rodrigues	Superintendente	Titular	
1190.029 - AF/1º Nível/BH-3	Maria Amy Guimarães de Oliveira	Chefe de AF	Titular	
1190.046 - AF/2º Nível/Barbacena	Rosilânia Maia Graçano Moura	Chefe de AF	Titular	
	Fernanda Baesso Gomes	Chefe de AF	Titular	
1190.057 - AF/2º Nível/Divinópolis	Helena Aparecida Ferreira Noronha	Chefe de AF	Titular	
1190.060 - AF/2º Nível/Governador Valadares	Paulo Carneiro Junior	Chefe de AF	Titular	
1190.063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	Evaldo Luiz Goulart de Mattos	Chefe de AF	Titular	

1190.064 - AF 2º Nível/Contagem	Rodolfo Marques Caldeira	Chefe de AF/2º Nível/Contagem	Titular	
1190.065 - AF/2º Nível/Ipatinga	Wagner Antônio de Araújo	Chefe de AF	Titular	
1190.079 - AF/2º Nível/Montes Claros	Charles Dias Leite Júnior	Chefe de AF	Titular	
1190.086 - AF/2º Nível/Paracatu	Walkyria Cristina da Silva Melo Brito	Chefe de AF	Titular	
1190.088 - AF/2º Nível/Patos de Minas	Emílio Veloso Bueno	Chefe de AF	Titular	
1190.095 - AF/2º Nível/Pouso Alegre	Maria Luiza Couto	Chefe de AF	Titular	
1190.098 - AF/2º Nível/São João Del Rei	Marco Antonio Guimarães	Chefe de AF	Titular	
1190.102 - AF/2º Nível/ Teófilo Otoni	Arivaldo Rodrigues da Silva	Chefe de AF	Titular	
1190.104 - AF/2º Nível/ Ubá	Wender Ricardo Bellosi	Chefe de AF	Titular	
1190.105 - AF/1º Nível/Uberaba	Wagner José da Silva Júnior	Chefe de AF	Titular	
1190.106 - AF/1º Nível Uberlândia	Pedro Antônio Alves	Chefe de AF	Titular	
1190.108 - AF/2º Nível/Varginha	Ana Maria Ponciano Rodrigues Rezende	Chefe de AF	Titular	
1190.121 - Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF	Blenda Rosa Pereira Couto	Superintendente	Titular	
	Erich Fernando de Araujo Silva	Diretor	Adicional	
1190.122 - Superintendência de Tecnologia da Informação - STI	Lindenberg Naffah Ferreira	Superintendente	Titular	
1190.123 - Superintendência de Fiscalização - SUFIS	Carlos Renato Machado Confar	Superintendente	Titular	
1190.124 - Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais - SAIF	Leônidas Marcos Torres Marques	Superintendente	Titular	
1190.125 - Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - SCGOV	Andresa Linhares de Oliveira Nunes	Superintendente	Titular	
1190.126 - Núcleo de Atividades Fiscais	Francisco Carlos Prata Lara	Gerente de Área	Adicional	

Estratégicas - NAFE/SUFIS				
1190.131 - Superintendência de Crédito e Cobrança - SUCRED	Leonardo Guerra Ribeiro	Superintendente	Titular	

Legenda:

RES.: Resolução

R1: Resolução Nº 5.334 de 30/12/2019 que dispõe sobre normas gerais da execução orçamentária e financeira na SEF em 2020. "...Art. 5º O ordenador de despesa é o titular da unidade ou aquele formalmente designado em substituição, mediante publicação no Diário Oficial do Estado. § 1º O titular da Superintendência Regional da Fazenda – SRF, o Chefe de Administração Fazendária 1º nível BH-1, BH-2 e Contagem, o Delegado Fiscal e o Delegado Fiscal de Trânsito são ordenadores de despesa adicionais, cuja execução será de responsabilidade da unidade executora identificada no Anexo IV desta Resolução..."

R2: Resolução Nº 5.331, de 26/12/2019 que delega competência para a prática de atos de ordenação de despesas.

MG: Minas Gerais

O.S: Ordem de Serviço

AFRE: Auditor Fiscal da Receita Estadual

GEFAZ: Gestor Fazendário

TFAZ: Técnico Fazendário

AF: Administração Fazendária

DF: Delegacia Fiscal

DFT: Delegacia Fiscal de Trânsito

AS/CH/DS: Cargos da SEF

Hudson Ferreira Botelho

Responsável pela emissão

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.236-2

CRC: MG-055228/0

Marcelo Augusto Farah Dias

Diretor da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 668.753-7

Blenda Rosa Pereira Couto

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

CPF: [REDACTED] / MASP: 669.763-5



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Ferreira Botelho, Contador(a)**, em 16/04/2021, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 16/04/2021, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago, Superintendente**, em 19/04/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28184611** e o código CRC **0E448616**.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIFICADO

EXTRATOS BANCÁRIOS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO FINDO E RESPECTIVAS CONCILIAÇÕES RELATIVAS ÀS CONTAS CONTÁBEIS “BANCOS CONTA MOVIMENTO” E “APLICAÇÕES FINANCEIRAS”, ACOMPANHADOS DE RELATÓRIO IDENTIFICANDO AS PENDÊNCIAS VERIFICADAS E OS AJUSTES REALIZADOS.

Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Código U.O.: 1191

Exercício Financeiro: 2020

Declaramos que a Unidade Orçamentária 1191 – Secretaria de Estado de Fazenda, possui a conta bancária nº 22.053-1, Ag. 1615-2, junto ao Banco do Brasil (001) cadastrada na tabela financeira do SIAF/MG com a descrição "EMG/SEF - CAMBIO BOLETOS. A movimentação financeira se processa de acordo com as normas e procedimentos relacionados à sistemática da Unidade de Tesouraria (Liberação Financeira Escritural da SCAF/SEF). Declaramos ainda que a referida conta possuía saldo igual a Zero em 31/12/2020, conforme extrato bancário - documento SEI 27275351.

Belo Horizonte, 25 de março de 2021.

Leonardo Lana Antoniazzi de Rezende Figueiredo - MASP 668.870-9

Gerente - Divisão Financeira

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Marcelo Augusto Farah Dias - MASP 668.753-7

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lana Antoniazzi de Rezende Figueiredo, Gerente de Área**, em 29/03/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 30/03/2021, às 08:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27275182** e o código CRC **6085CD6B**.

Referência: Processo nº 1190.01.0004522/2021-57

SEI nº 27275182



Consultas - Extrato de conta corrente

G3340219449068251
02/01/2021 21:47:53

Cliente - Conta atual

Agência 1615-2
Conta corrente 22593-2 SECRETARIA E F M GERAIS
Período do extrato 12 / 2020

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
24/11/2020		0000	00000 000 Saldo Anterior			0,00 C
02/12/2020		0000	14049 855 BB CP Admin Diferenciado	1.200.071	10.000,00 C	
02/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.016.780.670.103	1.259,21 D 8.740,79 C	
03/12/2020		0000	12334 920 Bloq Judicial-Bacen Jud	12.017.636.030.301	300,00 *	
03/12/2020		0000	11334 284 Bloq Judicial-Bacen Jud	12.017.636.030.301	300,00 D 8.440,79 C	
07/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.082.829.521.203	3.438,00 D 5.002,79 C	
09/12/2020		0000	14175 976 TED-Pag Fornecedores	918.751.342	326.279,57 C	
			033 2271 8164344000148 BP BIOENERGIA			
09/12/2020		0000	13134 393 TED Transf.Eletr.Disponiv	231.005	978.800,00 D	
09/12/2020		0000	00000 855 BB CP Admin Diferenciado	71	647.517,64 C	0,00 C
10/12/2020		0000	14049 855 BB CP Admin Diferenciado	1.200.071	13.224,80 C	
10/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.039.138.950.102	13.224,80 D	0,00 C
11/12/2020		0000	14049 855 BB CP Admin Diferenciado	1.200.071	38.100,00 C	
11/12/2020		0000	11162 631 Desbl Judicial-Bacen Jud	339.710.001	9.813,91 C	
11/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.010.861.420.101	13.216,08 D	
11/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.010.870.910.202	13.200,00 D	
11/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.010.873.590.101	14.900,00 D 6.597,83 C	
14/12/2020		0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	934.647.674	432.897,63 C	
			341 0058 7455944000100 USINA FRUTAL A			
14/12/2020		0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	934.661.032	288.186,83 C	
			341 0045 6059962000100 USINA ITAPAGIP			
14/12/2020		0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	934.770.123	557.838,78 C	
			341 5388 5980986000127 AGROINDUSTRIAL			
14/12/2020		0000	12334 920 Bloq Judicial-Bacen Jud	12.018.782.040.201	1.000,00 *	
14/12/2020		0000	11334 284 Bloq Judicial-Bacen Jud	12.018.782.040.201	1.000,00 D	
14/12/2020		0000	00000 345 BB CP Admin Diferenciado	71	1.284.521,07 D	0,00 C
15/12/2020		0000	14049 855 BB CP Admin Diferenciado	1.200.071	10.000,00 C	
15/12/2020		0000	11162 631 Desbl Judicial-Bacen Jud	346.890.001	300,00 C	
15/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.017.636.030.301	300,00 D	
15/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.018.579.940.101	8.350,00 D 1.650,00 C	
16/12/2020		0000	14049 855 BB CP Admin Diferenciado	1.200.071	13.429,71 C	
16/12/2020		0000	12334 920 Bloq Judicial-Bacen Jud	12.019.074.110.201	861,05 *	
16/12/2020		0000	12334 920 Bloq Judicial-Bacen Jud	12.019.126.240.101	788,95 *	
16/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.010.870.330.101	13.429,71 D	
16/12/2020		0000	11334 284 Bloq Judicial-Bacen Jud	12.019.074.110.201	861,05 D	
16/12/2020		0000	11334 284 Bloq Judicial-Bacen Jud	12.019.126.240.101	788,95 D	0,00 C
17/12/2020		0000	14049 855 BB CP Admin Diferenciado	1.200.071	10.000,00 C	
17/12/2020		0000	11162 631 Desbl Judicial-Bacen Jud	348.060.001	1.000,00 C	
17/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.018.782.040.201	1.000,00 D	
17/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.018.899.500.201	1.999,94 D 8.000,06 C	
18/12/2020		0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	961.719.629	260.975,79 C	
			033 0096 1105558000102 WD AGROINDUSTR			
18/12/2020		0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	965.196.316	523.976,00 C	
			341 3035 8493354000127 VALE DO TIJUCO			
18/12/2020		0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	965.198.170	274.706,00 C	
			341 3035 8057019000186 VALE PONTAL AC			
18/12/2020		0000	11162 631 Desbl Judicial-Bacen Jud	349.330.001	861,05 C	
18/12/2020		0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.074.110.201	861,05 D	
18/12/2020		0000	00000 345 BB CP Admin Diferenciado	71	1.067.657,85 D	0,00 C
21/12/2020		0000	14049 855 BB CP Admin Diferenciado	1.200.071	83.924,77 C	
21/12/2020		0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	970.823.461	381.718,50 C	

341 4230 8355201000113 BIOENERGETICA					
21/12/2020	0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	972.379.176	409.373,44 C	
237 2042 7674341000191 USINA UBERABA					
21/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.139.510.101	7.999,97 D	
21/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.168.050.102	1.050,00 D	
21/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.183.700.101	6.704,13 D	
21/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.195.120.102	4.927,26 D	
21/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.197.810.201	700,00 D	
21/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.199.490.202	4.000,00 D	
21/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.200.420.101	500,00 D	
21/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.201.990.201	3.204,40 D	
21/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.202.360.201	4.107,60 D	
21/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.216.090.807	43.924,77 D	
21/12/2020	0000	00000 345 BB CP Admin Diferenciado	71	797.898,58 D	0,00 C
22/12/2020	0000	14049 855 BB CP Admin Diferenciado	1.200.071	10.000,00 C	
22/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.200.820.201	500,00 D	9.500,00 C
23/12/2020	0000	14049 855 BB CP Admin Diferenciado	1.200.071	72.761,10 C	
23/12/2020	0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	984.940.688	204.063,20 C	
341 0749 22587687000146 USINA MONTE AL					
23/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.325.600.101	72.761,10 D	
23/12/2020	0000	00000 345 BB CP Admin Diferenciado	71	213.563,20 D	0,00 C
24/12/2020	0000	14049 855 BB CP Admin Diferenciado	1.200.071	71.500,62 C	
24/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.344.980.201	32.242,92 D	
24/12/2020	0000	13373 500 Transf Depósito Judicial	12.019.345.250.101	39.257,70 D	0,00 C
28/12/2020	0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	992.626.542	203.223,23 C	
389 0001 7930999000117 BAMBUI BIOENER					
28/12/2020	0000	14175 976 TED-Crédito em Conta	992.669.039	111.512,75 C	
104 4260 23796998000188 CIA AGRICOLA P					
28/12/2020	0000	00000 345 BB CP Admin Diferenciado	71	314.735,98 D	0,00 C
30/12/2020	1043	99015 870 Transferência recebida	551.043.000.031.477	28.982,48 C	
30/12 1043 31477-3 DAMFI-DESTILAR					
30/12/2020	3434	99015 870 Transferência recebida	553.434.000.002.011	1.530.540,50 C	
30/12 3434 2011-7 S A USINA CORU					
30/12/2020	0000	14134 612 Recebimentos Diversos	170.939	211.373,60 C	
AGROPEU - AGRO INDUSTRIAL DE POMPEU					
30/12/2020	0000	14175 976 TED-Pag Fornecedores	100.117.411	707.783,80 C	
341 3035 13537735000362 DELTA SUCROENE					
30/12/2020	0000	14175 976 TED-Impostos Trib Taxas	100.117.414	780.906,82 C	
341 3035 13537735000362 DELTA SUCROENE					
30/12/2020	0000	14175 976 TED-Impostos Trib Taxas	100.117.416	108.248,69 C	
341 3035 13537735000362 DELTA SUCROENE					
30/12/2020	0000	14175 976 TED-Pag Fornecedores	100.172.647	482.075,34 C	
237 2372 15527906000136 BIOSEV S.A					
30/12/2020	0000	14175 976 TED-Pag Fornecedores	100.241.718	96.844,90 C	
341 0781 10452413000160 DESTILARIA VER					
30/12/2020	0000	00000 345 BB CP Admin Diferenciado	71	3.946.756,13 D	0,00 C
31/12/2020	0000	00000 999 S A L D O			0,00 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JC631756 MARCELO A F DIAS.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G3320113544219101
01/02/2021 14:01:49

Cliente	
Agência	1615-2
Conta	22593-2 SECRETARIA E F M GERAIS
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2020

S PUBLICO DIFERENCIA - CNPJ: 7.214.377/0001-92							
Data	Histórico	Valor	Valor IR Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2020	SALDO ANTERIOR	3.314.778,00			742.064,540915		
02/12/2020	RESGATE	10.000,00			2.238,407610	4,467461581	739.826,133305
	Aplicação 27/02/2020	10.000,00			2.238,407610		
09/12/2020	RESGATE	647.517,64			144.901,196927	4,468683860	594.924,936378
	Aplicação 27/02/2020	308.251,71			68.980,425270		
	Aplicação 28/02/2020	339.265,93			75.920,771657		
10/12/2020	RESGATE	13.224,80			2.959,280337	4,468924365	591.965,656041
	Aplicação 28/02/2020	13.224,80			2.959,280337		
11/12/2020	RESGATE	10.000,00			2.237,558073	4,469157748	589.728,097968
	Aplicação 28/02/2020	10.000,00			2.237,558073		
11/12/2020	RESGATE	13.200,00			2.953,576657	4,469157748	586.774,521311
	Aplicação 28/02/2020	13.200,00			2.953,576657		
11/12/2020	RESGATE	14.900,00			3.333,961529	4,469157748	583.440,559782
	Aplicação 28/02/2020	14.900,00			3.333,961529		
14/12/2020	APLICAÇÃO	1.284.521,07			287.403,090674	4,469405903	870.843,650456
15/12/2020	RESGATE	10.000,00			2.237,312122	4,469649050	868.606,338334
	Aplicação 28/02/2020	10.000,00			2.237,312122		
16/12/2020	RESGATE	13.429,71			3.004,483520	4,469889720	865.601,854814
	Aplicação 28/02/2020	13.429,71			3.004,483520		
17/12/2020	RESGATE	10.000,00			2.237,074217	4,470124382	863.364,780597
	Aplicação 28/02/2020	10.000,00			2.237,074217		
18/12/2020	APLICAÇÃO	1.067.657,85			238.830,601897	4,470356150	1.102.195,382494
21/12/2020	APLICAÇÃO	797.898,58			178.476,806504	4,470600946	1.280.672,188998
21/12/2020	RESGATE	10.000,00			2.236,835746	4,470600946	1.278.435,353252
	Aplicação 28/02/2020	10.000,00			2.236,835746		
21/12/2020	RESGATE	10.000,00			2.236,835746	4,470600946	1.276.198,517506
	Aplicação 28/02/2020	10.000,00			2.236,835746		
21/12/2020	RESGATE	10.000,00			2.236,835746	4,470600946	1.273.961,681760
	Aplicação 28/02/2020	10.000,00			2.236,835746		
21/12/2020	RESGATE	10.000,00			2.236,835746	4,470600946	1.271.724,846014
	Aplicação 28/02/2020	10.000,00			2.236,835746		
21/12/2020	RESGATE	43.924,77			9.825,249565	4,470600946	1.261.899,596449
	Aplicação 28/02/2020	43.924,77			9.825,249565		
22/12/2020	RESGATE	10.000,00			2.236,712685	4,470846911	1.259.662,883764
	Aplicação 28/02/2020	10.000,00			2.236,712685		
23/12/2020	APLICAÇÃO	213.563,20			47.765,217350	4,471102862	1.307.428,101114
23/12/2020	RESGATE	72.761,10			16.273,635889	4,471102862	1.291.154,465225
	Aplicação 28/02/2020	72.761,10			16.273,635889		
24/12/2020	RESGATE	32.242,92			7.211,012605	4,471344285	1.283.943,452620
	Aplicação 28/02/2020	32.242,92			7.211,012605		
24/12/2020	RESGATE	39.257,70			8.779,842816	4,471344285	1.275.163,609804
	Aplicação 28/02/2020	39.257,70			8.779,842816		
28/12/2020	APLICAÇÃO	314.735,98			70.385,537490	4,471600150	1.345.549,147294
30/12/2020	APLICAÇÃO	3.946.756,13			882.531,713657	4,472084197	2.228.080,860951
31/12/2020	SALDO ATUAL	9.964.709,92			2.228.080,860951		2.228.080,860951

Resumo do mês	
SALDO ANTERIOR	3.314.778,00
APLICAÇÕES (+)	7.625.132,81
RESGATES (-)	980.458,64
RENDIMENTO BRUTO (+)	5.257,75
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	5.257,75

SALDO ATUAL = 9.964.709,92

Valor da Cota

30/11/2020	4,466967248
31/12/2020	4,472328671

Rentabilidade

No mês	0,1200
No ano	2,2420
Últimos 12 meses	2,2420

Transação efetuada com sucesso por: JE098020 MARCELO AUGUSTO FARAH DIAS.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA - DEZEMBRO/2020

Unidade Executora: 1190.001 - SPGF/SEF - Gestão Financeira/Contábil

Banco: 001/Banco do Brasil

Agência: 1615-2

Conta Corrente: 22.593-2

Conta Contábil: 1.1.1.1.1.02 - Bancos Conta Movimento

A) Saldo Contábil em 31/12/2020

8.431.480,13

B) DÉBITOS LANÇADOS NA CONTABILIDADE, NÃO LANÇADOS PELO BANCO

-

DATA	HISTÓRICO	VALOR

C) CRÉDITOS LANÇADOS NA CONTABILIDADE, NÃO LANÇADOS PELO BANCO

-

DATA	HISTÓRICO	VALOR

D) DÉBITOS LANÇADOS PELO BANCO, NÃO LANÇADOS NA CONTABILIDADE

8.431.480,13

DATA	HISTÓRICO	VALOR
31/12/2020	Transferências. c/c para aplic. financeira em dezembro	8.431.480,13

E) CRÉDITOS LANÇADOS PELO BANCO, NÃO LANÇADOS NA CONTABILIDADE

-

DATA	HISTÓRICO	VALOR

F) SALDO CONTÁBIL AJUSTADO (A - B + C - D + E)

-

G) SALDO DO EXTRATO EM 31/12/2020

-

PENDÊNCIAS / PROVIDÊNCIAS

Pendências: Item "D" - A divergência se deve a impossibilidade de realizar o lançamento contábil durante o período de ajustes em janeiro de 2021. A situação foi reportada a SCCG que após tentativas de solução, orientou realizar ajustes no exercício de 2021.

Providências: Os ajustes foram realizados com a contabilização dos valores em 04/02/2021.

HUDSON FERREIRA BOTELHO

Gerente da Divisão de Contabilidade Setorial

Contador CRC/MG 055228/0 - CPF: [REDACTED]

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA - DEZEMBRO/2020

Unidade Executora: 1190.001 - SPGF/SEF - Gestão Financeira/Contábil

Banco: 001/Banco do Brasil

Agência: 1615-2

Conta Corrente: 22.593-2

Conta Contábil: 1.1.1.1.1.10 - Aplicações FinanceirasA) Saldo Contábil em **31/12/2020**

1.524.776,00

B) DÉBITOS LANÇADOS NA CONTABILIDADE, NÃO LANÇADOS PELO BANCO

-

DATA	HISTÓRICO	VALOR

C) CRÉDITOS LANÇADOS NA CONTABILIDADE, NÃO LANÇADOS PELO BANCO

-

DATA	HISTÓRICO	VALOR

D) DÉBITOS LANÇADOS PELO BANCO, NÃO LANÇADOS NA CONTABILIDADE

-

DATA	HISTÓRICO	VALOR

E) CRÉDITOS LANÇADOS PELO BANCO, NÃO LANÇADOS NA CONTABILIDADE

8.439.933,92

DATA	HISTÓRICO	VALOR
dez/20	Transf. c/c para aplic. financeira em dezembro	8.431.480,13
dez/20	Rendimento aplicação mês novembro/2020	3.196,04
dez/20	Rendimento aplicação mês dezembro/2020	5.257,75

F) SALDO CONTÁBIL AJUSTADO (A - B + C - D + E)

9.964.709,92

G) SALDO DO EXTRATO EM **31/12/2020**

9.964.709,92

PENDÊNCIAS / PROVIDÊNCIAS

Pendências: Item "E" - A divergência se deve a impossibilidade de realizar o lançamento contábil do valor de aplicações financeiras durante o período de ajustes em janeiro de 2021. A situação foi reportada a SCCG que após tentativas de solução, orientou realizar ajustes no exercício de 2021. O valor referentes a rendimentos não foram lançados devido a falta de informações bancárias dos valores do rendimento.

Providências: Os ajustes foram realizados com a contabilização dos valores em 04/02/2021.

HUDSON FERREIRA BOTELHO

Gerente da Divisão de Contabilidade Setorial

Contador CRC/MG 055228/0 - CPF: [REDACTED]



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIFICADO

CERTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS AUXILIARES QUE COMPÕEM A CONTA RECURSOS DE MOVIMENTAÇÕES DA UNIDADE DE TESOUREARIA DE QUE OS SALDOS RETRATAM FIELMENTE O DISPONÍVEL DO ÓRGÃO.

Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

- Certificamos que, em 31/12/2020, os saldos disponíveis na conta contábil nº 1.1.1.1.2.01.02 - Contas de Movimentação Interna - CMI apresentavam os valores descritos abaixo:

ANO	UO	UNIDADE EXECUTORA	CONTA	AUXILIAR	SALDO 31 12 2020
2020	1191 - SEF	1190009	1.1.1.1.2.01.02 - CONTAS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA - CMI	159990900190000009004523 - DESCR.: CONTA INTERNA UNIDADE TESOUREARIA (REGULARIZAÇÃO DE DAE)	510,78
2020	1191 - SEF	1190009	1.1.1.1.2.01.02 - CONTAS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA - CMI	159990900190000009006015 - DESCR.: RECURSOS FONTE 60.2 REPASSADOS PELA LOTERIA MINEIRA.	7.825,06
2020	1191 - SEF	1190009	1.1.1.1.2.01.02 - CONTAS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA - CMI	169990900190000009006569 - DESCR.: TIPO DE CONTABANCARIA / BANCO / AGENCIA / CONTA BANCARIA	54.982,72
				Soma:	63.318,56

Leonardo Lana Antoniazzi de Rezende Figueiredo - MASP 668.870-9

Gerente - Divisão Financeira

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Marcelo Augusto Farah Dias - MASP 668.753-7

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Belo Horizonte, 25 de março de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lana Antoniazzi de Rezende Figueiredo, Gerente de Área**, em 29/03/2021, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 30/03/2021, às 08:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **27275843** e o código CRC **65CFAF08**.

Referência: Processo nº 1190.01.0004522/2021-57

SEI nº 27275843



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Execução da Despesa

Declaração - SEF/SPGF-DPOF-EXECUÇÃO DESPESA - 2021

Belo Horizonte, 25 de março de 2021.

Esta declaração tem por objetivo atestar a obediência, no âmbito da Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda, em relação à descentralização de recursos financeiros lastreados por relatórios extraídos da base de dados do SIAFI, ao artigo 5º da Lei 8666/93 que estabelece *in verbis*:

Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Leonardo Lana Antoniazzi de Rezende Figueiredo - MASP 668.870-9

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Marcelo Augusto Farah Dias - MASP 668.753-7

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lana Antoniazzi de Rezende Figueiredo, Gerente de Área**, em 29/03/2021, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias, Diretor**, em 30/03/2021, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27281711** e o código CRC **205D0816**.

Referência: Processo nº 1190.01.0004522/2021-57

SEI nº 27281711



Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/Divisão de Prestação de Contas

Anexo nº I - Item III - J/18 - RCC/SEF/SPGF-DPOF-PRESTAÇÃOCONTAS/2021

PROCESSO Nº 1190.01.0008074/2021-86

Secretaria de Estado de Fazenda
Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL - RCC - ANEXO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaramos que os registros contábeis processados no SIAFI-MG estão lastreados em documentação legal e atendem à legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 4.320/6 Público - NBCASP e normativos expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, diante do que atestamos sua regularidade e conformidade, ressalvadas as observações relatadas

2 - INCONFORMIDADES

ordem	Número/Nome/Dados da Conta Contábil/UE	Saldo(R\$)	Inconformidades
2.2	1.1.3.4.1.02.00.00 - Pagamento sem Crédito Orçamentário	2.017,57	
2.2.1	Refere-se a despesa além do crédito, exercício de 1990. Este valor foi transferido da conta contábil 2.1.4.03.01.00.00 - Despesa Realizada Além do Crédito - Pessoa constante do Plano de Contas Único do SIAFI. Essa transferência foi contabilizada através da Partida Contábil nº. 501, no exercício de 1997, atendendo a determi 1.1.3.02.99.00.00 - Responsabilidades Apuradas a Reclassificar da UE 1190.001 - Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação (Orçamento)/SGF através da Nota de Pagamento sem Crédito Orçamentário, através da NLC nº 2007/0529, em 27/12/2007, atendendo as solicitações contidas no Memo SCCG/DCAO/222/07, de 06/11/		
	121 - SPGF	2.017,57	Pagamento sem crédito orçamentário
2.3	1.1.3.4.1.88.00.00 - Outras Responsabilidades	134.723,21	
2.3.1	Diversas Tomadas de Contas Especial, com a apuração e identificação dos responsáveis e quantificação do dano ao erário, respaldados pelos Relatórios de Contr		Aguardando manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
2.3.1.1	029 - AF/1º Nível/BH-3	101.149,99	PTA desaparecido, reconstituído e não ressarcido.
			Abaloamento veículo GMG-9176. TCE-MG 16/2003
			Abaloamento veículo GMG-9517. TCE-MG 17/2003
			Abaloamento veículo GMG-9519. TCE-MG 13/2003.
			Multas de trânsito GMG-9519, GMG-9498, GMG-9546, GMG-9533. TCE-MG 34-
			Desaparecimento 02 maq. Calcular e 01 impressora inkjet. TCE-MG 22/2005.
			Desaparecimento micro computador. TCE-MG 11/2005.
			Multas de trânsito GMG-9519, HMG-1173, GMG-9529 - TCE-MG 4/2005, 25/200
			Abaloamento veículo GMG-9186 TCE-MG 14/2005.
2.3.1.2	095 - AF/2º Nível/Pouso Alegre	10.679,11	Acidente veic. Placa GMG-9273 Patr: 1153597 - Convertido Tomada de Contas de:

2.3.1.3	106 - AF/1º Nível/Uberlândia	6.925,77	6.925,77	Acidente veículo GMG-9453 - Processo encaminhado ao TCE-MG nº 680.993-1 OF/TCE/MG SEC/4º Câmara nº 7808 de 20.04.04. O processo foi arquivado pelo T
2.3.1.4	121 - SPGF	2.350,47	15.968,34	Danos causados ao veículo GMG-3268 - Arquivado em 03/02/2017 pelo TCE-MG.
		11.444,72		Danos causados ao veículo GMG-9557 - Arquivado em 11/02/2019. TCE-MG http
		211,16		Danos causados ao veículo HMG-1236 - Arquivado em 05/11/2013 pelo TCE-MG
		104,86		Danos causados ao veículo HMG-5498 - Arquivado em 19/02/2005. TCE-MG.
		253,24		Danos causados ao veículo GMG-9556 - Processo encaminhado ao TCE/MG via of
		1.603,89		Desaparecimento máquina fotográfica pat. 28000.001-3 e projetor multimídia pa servidor, CPF ██████████ Registro pendente de baixa.
2.4	1.2.1.2.1.06.03.00 - Depósitos Judiciais/Recursal		1.069.214,09	
2.4.1	121 - SPGF	1.069.214,09		Registro efetuado em cumprimento de determinações judiciais, das ações movidas p
2.5	2.1.3.1.1.01.00.00 - Fornecedores e Contas a Pagar Pagamento de Encargos Financeiros		28,00	
2.5.1	Ressarcidos ao Estado			
2.5.1.1	121 - SPGF		28,00	Valor a ser ressarcido pela DGI/DBENS.
	ECT		28,00	
	Emp./OP	Data	Valor	
	0302 - 0676 (25,07) e 0304 - 0677 (2,93)	10 e 11/08/2020	28,00	
2.5.1.2	124 - SAIF		115,30	Ressarcido
	PM de BH e ECT		115,30	
	Emp./OP	Data	Valor	
	0024 - 0071 (113,76) e 0025 - 0073 (1,54)	11 e 14/12/2020	115,30	
2.6	2.1.8.8.1.08.00.00 - Depósitos de Terceiros		30.082,33	
2.6.1	064 - AF/2º Nível/Contagem	55,03	55,03	Retenção Indevida de INSS prestadora ADMISA SERVIÇOS, executada pela AF encontra-se SubJudice. No ano de 2000 a execução orçamentária era executada pe Janeiro de 2017.
2.6.2	102 - AF/2º Nível/Teófilo Otoni	30.027,30	30.027,30	Refere-se ao pagamento do condomínio do prédio da AF e DF Teófilo Otoni. O bloqueados por ordem judicial.
2.7	2.1.8.8.1.88.00.00 - Outros Valores Restituíveis - Outros Consignatários-Retenções ISSQN		0,06	
2.7.1	122 - STI	0,06	0,06	Valor disponível para anulação. Será posteriormente anulado.
2.8	6.3.1.1.0.00.00.00 - Restos a Pagar Não Processados a Liquidar - Exercícios Anteriores 2019		592.306,82	
	010- SCAF			
	ECT	Valor		

2.8.1	ANEXO I - Item III - 118 - BCC (S8T82348)		2EI JT80'OT'000801\1505T-8e \ b8' eo
	RPNP 2019 0001	0,02	0,02
2.8.2	029 - AF/1º Nível/BH-3		
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0001	77.499,00	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendimentos e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0002	1.523,26	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0003	1.338,70	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0004	1.202,02	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0007	80,92	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0008	1.556,08	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0009	319,11	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0011	1.129,39	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0013	812,48	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0014	805,56	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0016	381,82	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli	Valor	
	RPNP 2019 0017	492,97	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Claro	Valor	
	RPNP 2019 0069	1.894,04	Existem despesas pendentes a serem faturadas
	Telemar Norte Leste S/A	Valor	
RPNP 2019 0073	1.005,27	Existem despesas pendentes a serem faturadas	
Telemar Norte Leste S/A	Valor		
RPNP 2019 0077	989,14	Existem despesas pendentes a serem faturadas	
Telemar Norte Leste S/A	Valor		
RPNP 2019 0089	687,92	Existem despesas pendentes a serem faturadas	
		198.619,14	

Claro	2019	0100	Valor
RPNP	2019	0100	954,70
CTIS tecnologia S.A			Valor
RPNP	2019	0112	1.994,61
MGS Minas Gerais Administração e Serviços S/A			Valor
RPNP	2019	0158	312,55
Vicente Pedrosa & Irmãos Ltda			Valor
RPNP	2019	0162	56,86
MGS Minas Gerais Administração e Serviços S/A			Valor
RPNP	2019	0355	95.482,74
MGS Minas Gerais Administração e Serviços S/A			Valor
RPNP	2019	0431	8.100,00

060 - AF/2º Nível/Governador Valadares			
Cemig Distribuição S.A.			Valor
RPNP	2019	0001	1.744,30
Cemig Distribuição S.A.			Valor
RPNP	2019	90001	148,00
RPNP	2019	90001	4,77
COPASA			Valor
RPNP	2019	0002	258,90
Agile Empreendim. e Serviços Eireli			Valor
RPNP	2019	90002	1.768,16
ECT			Valor
RPNP	2019	0003	552,00
			25,54
Ticket Soluções Hdftg S/A			Valor
RPNP	2019	90003	2.506,69
Telemar Norte Leste S/A			Valor
RPNP	2019	0004	158,61
Claro			Valor
RPNP	2019	0005	562,68
Agile Empreendim e Serviços Eireli			Valor
RPNP	2019	0006	1.875,75
Agile Empreendim. e Serviços Eireli			Valor
RPNP	2019	0007	3.390,64
Agile Empreendim. e Serviços Eireli			Valor

Existem despesas pendentes a serem faturadas
Existem despesas pendentes a serem faturadas
Existem despesas pendentes a serem faturadas
Existem despesas pendentes a serem faturadas
Existem despesas pendentes a serem faturadas
Existem despesas pendentes a serem faturadas
Existem despesas pendentes a serem faturadas
Existem despesas pendentes a serem faturadas

Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Manter saldo
Saldo não utilizado
Manter saldo
Manter saldo
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado

2.8.3

Telemar Norte Leste S/A	Valor
RPNP 2019 0034	35,63
ECT	Valor
RPNP 2019 0035	1.661,13
Telemar Norte Leste S/A	Valor
RPNP 2019 0036	26,48
Telemar Norte Leste S/A	Valor
RPNP 2019 0037	22,37
Conservo Serviços Gerais Ltda	Valor
RPNP 2019 0040	59,72
Telemar Norte Leste S/A	Valor
RPNP 2019 0043	156,08
Telemar Norte Leste S/A	Valor
RPNP 2019 0044	83,86
CTIS tecnologia S.A	Valor
RPNP 2019 0050	2.600,00
Agile Empreendimentos e Serviços Eireli	Valor
RPNP 2019 0052	6.606,55
CTIS tecnologia S.A	Valor
RPNP 2019 0053	1.591,50
ECT	Valor
RPNP 2019 0061	1.200,00
ECT	Valor
RPNP 2019 0064	150,00
Ticket Soluções Hdfgt S/A	Valor
RPNP 2019 0079	915,20
P&P Turismo Eireli	Valor
RPNP 2019 0089	1.801,69
ECT	Valor
RPNP 2019 0111	653,44
Claro	Valor
RPNP 2019 0115	60,00
Telemar Norte Leste S/A	Valor
RPNP 2019 0117	23,38
Telemar Norte Leste S/A	Valor
RPNP 2019 0118	31,97
Telemar Norte Leste S/A	Valor

58,401,62

[illegible]

RPNP	2019	0119	30,00
Telemar Norte Leste S/A			Valor
RPNP	2019	0120	39,85
Telemar Norte Leste S/A			Valor
RPNP	2019	0121	238,12
Claro			Valor
RPNP	2019	0122	199,10
ECT			Valor
RPNP	2019	0129	0,08
Cristovão Murta Neto			Valor
RPNP	2019	0131	129,28
P&P Turismo Eireli			Valor
RPNP	2019	0140	40,46
Glauco Saraiva De Almeida Peixoto			Valor
RPNP	2019	0154	98,45
Glauco Saraiva De Almeida Peixoto			Valor
RPNP	2019	0155	84,80
CTIS tecnologia S.A			Valor
RPNP	2019	0171	2.998,65
Telemar Norte Leste S/A			Valor
RPNP	2019	0177	27,93
Telemar Norte Leste S/A			Valor
RPNP	2019	0178	52,02
Telemar Norte Leste S/A			Valor
RPNP	2019	0179	123,29
Telemar Norte Leste S/A			Valor
RPNP	2019	0180	108,49

Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Aguardando fatura
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado
Saldo não utilizado

064 - AF/2º Nível/Contagem			
Agile Empreendim. e Serviços Eireli			Valor
RPNP	2019	0005	14,09
065 - AF/2º Nível/Ipatinga			
CTIS TECNOLOGIA S.A			Valor
RPNP	2019	0003	1.034,25
		0049	1.990,81
P&P Turismo Eireli			Valor

14,09	Flata de baixa do RPNP
	Contrato pende de baixa no Portal de Compras

2.8.4	ANEXO I - Item III - 3.178 - BCC (S8T82348)			2EI JT80 OT'000801\1505T-8e \ b8. e2	4.964,03		
	RPNP	2019	0086			1.855,96	Contrato pendente de baixa no Portal de Compras
	Telemar Norte Leste S/A					Valor	
	RPNP	2019	0108	83,01		Contrato pendente de baixa no Portal de Compras	
2.8.5	079 - AF/2º Nível/Montes Claros			1.300,16			
	ECT		Valor				
	RPNP	2019	0104		1.127,78		
	RPNP	2019	0127		172,38	Resto a pagar não processado referente ao exercício de 2019 sem despesa pendente	
2.8.6	095 - AF/2º Nível/Pouso Alegre			2.238,15			
	ECT		Valor				
	RPNP	2019	0006		2.238,15	Empenhos a serem anulados.	
2.8.7	098 - AF/2º Nível/S. João Del Rei			5,32			
	Telemar Norte Leste		Valor				
	RPNP	2019	0006		5,32	Portal de compras apresenta erro não permitindo especificação para cancelamento.	
	102 - AF/2º Nível/Teófilo Otoni						
	Cemig Distribuição S.A.		Valor				
	RPNP	2019	0008		33,93	RPNP não cancelado	
	Banco Do Brasil S.A		Valor				
	RPNP	2019	0013		4.223,68	RPNP não cancelado	
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli		Valor				
	RPNP	2019	0014		335,35	Diferença de reajuste CCT a pagar	
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli		Valor				
	RPNP	2019	0015		710,16	Diferença de reajuste CCT a pagar	
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli		Valor				

2.8.9	ANEXO I - Item III - 1178 - BCC (S8T82348)			5.223,35	0080141505T-8e \ b0' e1
	RPNP	2019	0026	83,12	
	ECT			Valor	
2.8.10	RPNP	2019	0063	3.181,77	Empenhos a serem anulados.
	121 - SPGF			114.600,29	
	Agile Empreendim. e Serviços Eireli			Valor	
	RPNP	2019	0004	26.161,28	Pendência de Faturamento
	ECT			Valor	
	RPNP	2019	0011	2.883,72	Pendência de Faturamento
	SVS Sistema De Vigilancia E Seguranca Patrimonial Eireli			Valor	
	RPNP	2019	0017	54.882,19	Pendência de Faturamento
	CTIS tecnologia S.A			Valor	
	RPNP	2019	00114	3.359,38	Pendência de Faturamento
	CTIS tecnologia S.A			Valor	
	RPNP	2019	00115	27.313,72	Pendência de Faturamento
2.8.11	122 - STI			137.210,62	
	SVS Sistema de Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli			Valor	
	RPNP	2019	0016	48.701,85	Como a empresa entrou em processo de falência e não foram emitidas as últimas o saldo de empenho.Pendência de Faturamento
	Prodemge			Valor	
	RPNP	2019	0052	164,99	Saldo cancelado
	SVS Sistema de Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli			Valor	
	RPNP	2019	0076	33.210,65	Como a empresa entrou em processo de falência e não foram emitidas as últimas o saldo de empenho. Pendência de faturamento
	Telemar Norte Leste S/A			Valor	
	RPNP	2019	0077	5.794,41	As notas fiscais 200660487069 e 2000666549573 foram registradas com valor int ocorreu somente dos valores principais, restando um saldo que ficou preso nessas fi
	HCL (Brazil) Tecnologia da Informação Eireli			Valor	
	RPNP	2019	0181	0,74	Saldo cancelado
	HCL (Brazil) Tecnologia da Informação Eireli			Valor	

	ANEXO I - Item III - 1178 - BCC (58182348) 2EI JT80'OT'000801\1505T-8e \ b0' e8	RPNP 2019 0182 49.337,98		Pendência de faturamento
2.8.12	123 - SUFIS		435,54	Inconsistência do Portal de Compras com o SIAFI
	Agile Empreendimentos e serviços Eireli	Valor		
	RPNP 2019 0060	435,54		
2.8.13	125-SCGOV		57.462,08	MGI MINAS GERAIS PARTICIPACOES S.A
	ECT	Valor		
	RPNP 2019 0025	57.462,08		
2.9	6.3.2.1.0.00.00.00 - Restos a Pagar Processados a Pagar - Exercícios Anteriores 2019		5.295,53	
2.9.1	029 - AF/1º Nível/BH-3		5.295,53	Encargos financeiros de faturas pagas em atraso, em 1999.
	ADMISA - Administradora Mineira de Serviços Ltda	Valor		
	RPP 2000 2513	5.295,53		
2.10	8.1.1.1.1.01.01.00 - Fianças Bancárias Recebidas - A executar		1.452.429,37	
2.10.1	Nível Auxiliar 200800253448000117 - Refere-se a Cartas Finanças nº 313931 e 557393/Banco Potencial S/A (CNPJ 00.253.448/0001-17), vigência expirada e fiscalização de portarias nas Unidades da SEF/MG pela empresa Adservis Multiperfil Ltda. Estas fianças estão pendentes do registro de baixa contábil devido ao c cláusulas trabalhistas. Com base no Parecer da Auditoria Setorial - AS/SEF Nº. 521/2011 de 13/09/2011, Nota Técnica da Assessoria Jurídica/SEF Nº. 1385/2011 de			
	121 - SPGF	96.402,17		Registro de fiança bancária pendente de baixa
2.10.2	Nível Auxiliar 201960701190481609 - Refere-se a Apólice vencida em 29/06/2020. Aguardando execução financeira residual do contrato 1900010632.			
	122 - STI	1.356.027,20		Apólice vencida em 29/06/2020. Aguardando execução financeira residual do contr
2.11	8.1.1.1.1.02.01.00 - Apólices de Seguros Recebidas - A executar		847.940,45	
	121 - SPGF		847.940,45	

2.11.1	Apólice nº 09-0745-02-0004292 - Pottencial Seguradora S/A CNPJ 11.699.534/0001-74 vigência expirada em 06/10/2011, contrato nº 1900010306 Terra Viagens e Turismo Ltda.	44.612,00	Seguro garantia vencido pendente de baixa.
	Apólice nº 33101/UBF - Garantias & Seguros S/A CNPJ:33.061.839/0001-99, vigência expirada em 15/10/2002, contrato nº 1900009179 Conservadora Rema Serviços Técnicos Ltda.	34.058,44	
	Apólice nº 587801450421151 - Sulina Seguradora S/A CNPJ 88.457.395/0001-05, vigência expirada em 17/05/2006, contrato nº 1900009411 Convip Serviços Gerais Ltda.	218.486,32	
	Apólice nº 587801750235433 Sulina Seguros S/A CNPJ 88.457.395/0001-05, vigência expirada em 02/01/2004, contrato nº 1900009313 Labor Serviços Gerais Ltda.	35.343,05	
	Apólice nº 09-0775-02-0018624 - Pottencial Seguradora S/A CNPJ 11.699.534/0001-74 vigência expirada em 06/10/2012 contrato nº 1900010391 Terra Viagens e Turismo Ltda.	47.981,39	
	Apólice nº 0775.06.545-2 - Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais CNPJ 61.198.164/0001-60 vigência expirada em 07/08/2013 contrato nº 1900010450 Êxodus Turismo Viagens e Intercâmbio Ltda.	52.555,60	
	Apólice nº 0775.06.545-2 Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais CNPJ 61.198.164/0001-60 vigência expirada em 06/08/2014 contrato nº 1900010450 Êxodus Turismo Viagens e Intercâmbio Ltda.	53.144,35	
	Apólice nº 01.0775-02-0101386 - Potencial Seguradora S.A. CNPJ 11.699.534/0001-74, vigência expirada em 06/08/2015 contrato nº 1900010450 Êxodus Turismo Viagens e Intercâmbio Ltda.	48.034,00	
	Apólice nº 014142013000107750016337 Endosso 0000 - Berkley International do Brasil Seguros Ltda. CNPJ 07.021.544/0001-89 vigência expirada em 29/08/2015 contrato nº 1900010562 América Terceirização	313.725,30	
2.11.2	122 - STI	980.115,25	
	Apólice de Seguro Garantia referente ao contrato 1900010816 celebrado com a INGRAM MICRO BRASIL LTDA, nº 030692018990775022634 8000, Proposta 489.936, com vigência no período de 28/06/2018 a 25/06/2020.	314.171,50	Apólice expirada

	Apólice com vigência expirada em 26/07/2020, referente ao contrato 1900010765, celebrado com a Stefanini Consultoria. NLC nº 182 de 2019.	665.943,75		Apólice expirada
2.12	8.1.1.9.1.06.88.00 - Outras Responsabilidades em Apuração		86.317,21	
2.12.1	Diversas Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano ao erário. Aguardando i Interno (RCI) da Auditoria Setorial convalidados pelo do Secretário de Estado de Fazenda.			
2.12.1.1	029 - AF/1º Nível/BH-3	0,01	0,05	Instauração da Tomada de Contas Especial/TCE nº 03/04, Portaria Sindicância nº 0
		0,01		Instauração da Tomada de Contas Especial/TCE nº 021/06, Resolução 3775/06 gerador Honda, veículo GMG9504.
		0,01		Instauração da Tomada de Contas Especial/TCE nº 022/06, Resolução 3775/06 de :
		0,01		Instauração da Tomada de Contas Especial/TCE nº 023/06, Resolução 3775/06 c Vales transporte.
		0,01		Instauração da Tomada de Contas Especial/TCE nº 024/06, Resolução 3775/0 HMG1174.
2.12.1.2	065 - AF/2º Nível/Ipatinga	0,01	0,01	Desaparecimento Impressora Epson 3JSM019417. TCE-MG 036/2005.
2.12.1.3	102 - AF/2º Nível/Teófilo Otoni	0,01	0,01	Apropriação indevida de valores públicos por servidor demitido.
2.12.1.4	106 - AF/1º Nível/Uberlândia	0,01	11.205,02	Furto mercadorias apreendidas.
		11.205,00		Acidente veículo HMG1161.
		0,01		Incendio veículo GMG9265.
2.12.1.5	108 - AF/2º Nível/Varginha	2,78	2,78	Desaparecimento concentrador terminal Patrim. 490877-1. Processo Extinta Execut
2.12.1.6	121 - SPGF	72.599,26	75.109,34	Divergências negativas e positivas apontadas no inventário de 2003 em diversas na
		2.060,08		Notificação de multa de trânsito aplicada ao veículo oficial placas GMG 9553, GM e GMG 9556.
		450,00		Bens não localizados da Unidade Executora 1190001 - SAD/DMP/Divisão de / 992.172.
2.13	8.1.1.9.1.10.00.00 - Bens Entregues p Cessão Onerosa e ou Comodato		165.594,40	

2.13.1	121 - SPGF		70.081,35		Unidade Financeira SCGA , Vencido em 18/06/2020.
			95.513,05		Unidade Financeira Gabinete SEF.
2.14	8.1.2.3.1.01.00.00 - Contratos de Fornecimento - A executar			34.658,70	
2.14.1	Contrato Individual por Unidade Executora			34.658,70	
2.14.1.1	4549 - Café Toko Ltda Vigência 31/12/2009			1.460,00	Fornecedor com Certidão Negativa do INSS vencida e não regularizada, impedindo Empresa não encaminhou notas fiscais.
	064 - AF/2º Nível/Contagem	1.460,00			
2.14.1.2	4482 - Café Toko Ltda Vigência 31/12/2009			1.347,50	Saldo refere-se a contrato encerrado, Fornecedor Toko Agropecuária. Foram emitidos
	102 - AF/2º Nível/Teófilo Otoni	1.347,50			
2.14.1.3	5302 - Auto Posto Marla Ltda Vigência 31/12/2011			22.541,71	Fornecedor com Certidão Negativa do INSS vencida e não regularizada, impedindo dez/2011. Falta de baixa do Contrato no Portal Compras 5583794.
	063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	22.541,71			
2.14.1.4	9211646 - Vicente Pedrosa & Irmãos Ltda Vigência 31/12/2019			3.745,89	Existência de despesas pendentes.
	029 - AF/1º Nível/BH-3	3.745,89			
2.14.1.5	9210422 - Ilha Auto Posto De Além Paraíba Ltda Vigência 31/12/2019			5.563,60	Ausência de baixa no Portal de Compras.
	063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	5.563,60			
2.15	8.1.2.3.2.01.00.00 - Contratos de Serviço - A executar			96.605.007,55	
2.15.1	Contratos Globais			15.579.190,15	
2.15.1.1	6494 - MGS Vigência 12/03/2017			2.038.802,54	Contrato/Termo Aditivo com vigência expirada. Aguardando Termo de Encerramento
	029 - AF/1º Nível/BH-3	606.874,20			
	057 - AF/2º Nível/Divinópolis	25.886,11			
	063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	180.204,21			
	065 - AF/2º Nível/Ipatinga	43.161,43			
	079 - AF/2º Nível/Montes Claros	0,01			
	105 - AF/1º Nível/Uberaba	195.144,43			
	106 - AF/1º Nível/Uberlândia	75.946,28			
	108 - AF/2º Nível/Varginha	108.355,46			
	121 - SPGF	803.230,41			
	9043494 - ECT Vigência 24/06/2019			326.017,24	

2.15.1.2	029 - AF/1º Nível/BH-3	40.825,00		Contrato vencido em 24/06/2019. Aguardando baixa do contrato no Portal de Com Contrato/Termo Aditivo Aguardando Termo de Encerramento no Portal de Compr.
	046 - AF/2º Nível/Barbacena	3.744,53		
	057 - AF/2º Nível/Divinópolis	4.315,74		
	060 - AF/2º Nível/Governador	17.769,76		
	063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	179,95		
	064 - AF/2º Nível/Contagem	12.571,57		
	065 - AF/2º Nível/Ipatinga	76.109,28		
	079 - AF/2º Nível/Montes Claros	60.875,55		
	086 - AF/2º Nível/Paracatu	243,43		
	088 - AF/2º Nível/Patos de Minas	174,66		
	095 - AF/2º Nível/Pouso Alegre	29.914,11		
	098 - AF/2º Nível/S. João Del Rei	21.896,16		
	102 - AF/2º Nível/Teófilo Otoni	9.077,51		
	104 - AF/2º Nível/Ubá	18.936,85		
	105 - AF/1º Nível/Uberaba	6.286,10		
	106 - AF/1º Nível/Uberlândia	866,64		
	108 - AF/2º Nível/Varginha	22.230,40		
2.15.1.3	6350 - ALGAR Telecom S/A Vigência 12/10/2019	497.605,27		Contrato/Termo Aditivo Aguardando Termo de Encerramento no Portal de Compr.
	057 - AF/2º Nível/Divinópolis	120.399,21		
	088 - AF/2º Nível/Patos de Minas	7.710,13		
	105 - AF/1º Nível/Uberaba	276.593,94		
	106 - AF/1º Nível/Uberlândia	76.128,52		
	108 - AF/2º Nível/Varginha	4.687,52		
	121 - SPGF	12.085,95		
2.15.1.4	6601- Svs Sistema De Vigilância E Segurança Patrimonial Eireli Vigência 27/11/2019	1.479.885,93		Contrato vencido, pendente de baixa.
	029 - AF/1º Nível/BH-3	1.105.230,65		
	105 - AF/1º Nível/Uberaba	93.184,99		
	121-SPGF	150.140,45		
	122-STI	131.329,84		
2.15.1.5	6617 - ECT Vigência 22/12/2019	5.433.183,79		Contrato/Termo Aditivo Aguardando Termo de Encerramento no Portal de Compr.
	029 - AF/1º Nível/BH-3	558.990,52		
	046 - AF/2º Nível/Barbacena	12.662,71		
	057 - AF/2º Nível/Divinópolis	189.053,68		
	060 - AF/2º Nível/Governador	304.455,19		
	063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	30.259,99		
	064 - AF/2º Nível/Contagem	459.851,96		
	065 - AF/2º Nível/Ipatinga	366.484,89		
	079 - AF/2º Nível/Montes Claros	173.714,85		
	086 - AF/2º Nível/Paracatu	76.864,54		
	088 - AF/2º Nível/Patos de Minas	46.761,84		
	095 - AF/2º Nível/Pouso Alegre	108.082,08		
	098 - AF/2º Nível/S. João Del Rei	7.709,27		

	102 - AF/2º Nível/Teófilo Otoni	155.907,63		
	104 - AF/2º Nível/Ubá	142.140,60		
	105 - AF/1º Nível/Uberaba	213.681,89		
	106 - AF/1º Nível/Uberlândia	365.437,30		
	108 - AF/2º Nível/Varginha	254.948,59		
	121 - SPGF	1.032.863,65		
	124 - SAIF	640.174,40		
	131 - SUCRED	293.138,21		
	2.15.1.6	9130630- CTIS Tecnologia S.A Vigência 08/02/2020		
007 - CCMG		12.035,24		
029 - AF/1º Nível/BH-3		158.221,46		
057 - AF/2º Nível/Divinópolis		73.472,40		
060 - AF/2º Nível/Governador		48.710,55		
063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora		85.929,03		
064 - AF/2º Nível/Contagem		75.357,25		
065 - AF/2º Nível/Ipatinga		67.988,50		
079 - AF/2º Nível/Montes Claros		73.687,56		
105 - AF/1º Nível/Uberaba		79.027,95		
106 - AF/1º Nível/Uberlândia		88.134,67		
108 - AF/2º Nível/Varginha		90.903,86		
121-SPGF		602.636,56		
2.15.1.7		9222929- CTIS Tecnologia S.A Vigência 08/02/2020		1.037.729,05
	029 - AF/1º Nível/BH-3	8.779,43		
	057 - AF/2º Nível/Divinópolis	9.050,66		
	060 - AF/2º Nível/Governador	22.678,83		
	063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	53.789,71		
	064 - AF/2º Nível/Contagem	23.430,33		
	065 - AF/2º Nível/Ipatinga	36.121,30		
	079 - AF/2º Nível/Montes Claros	25.206,77		
	105 - AF/1º Nível/Uberaba	108.989,86		
	106 - AF/1º Nível/Uberlândia	18.317,83		
	108 - AF/2º Nível/Varginha	25.300,12		
	121-SPGF	706.064,21		
2.15.1.8	6562 - Conserve Serviços Gerais Ltda Vigência 29/06/2020		3.309.861,30	Contrato vencido. Falta de baixa no portal de compras
	029 - AF/1º Nível/BH-3	1.236.230,27		
	057 - AF/2º Nível/Divinópolis	70.695,33		
	060 - AF/2º Nível/Governador	28.122,51		
	063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	298.153,30		
	064 - AF/2º Nível/Contagem	132.455,10		
	065 - AF/2º Nível/Ipatinga	38.663,33		
	079 - AF/2º Nível/Montes Claros	22.550,06		
	105 - AF/1º Nível/Uberaba	171.386,16		
	106 - AF/1º Nível/Uberlândia	126.326,78		

	108 - AF/2º Nível/Varginha	53.202,04		
	121-SPGF	1.132.076,42		
2.15.2	Contrato Individual por Unidade Executora		81.025.817,40	
2.15.2.1	9040575 - Serta Serv. Tec. Adm. LTDA-EPP Vigência 27/12/2015		1.977,07	
	063 - AF/1º Nível/Juiz de Fora	1.977,07		Falta de Baixa do contrato no Portal Compras.
2.15.2.2	6294 - CIMCORP Comércio Internacional e Informática S.A. Vigência 30/07/2016		183.370,00	
	122 - STI	183.370,00		Aguardando solução da pendência da empresa para posterior baixa do contrato. Irre
2.15.2.3	6086 - AMC Informática Ltda Vigência 03/12/2016		1.111.513,47	
	121 - SPGF	1.111.513,47		Aguardando baixa do contrato vencido, no Portal de Compras.
2.15.2.4	6114 - Digiseg Alarmes Ltda. EPP Vigência 21/01/2017		1.895,51	
	108 - AF/2º Nível/Varginha	1.895,51		Contrato com saldo, com vigência expirada com despesas pendentes a liquidar impossibilitando o reforço e pagamento das faturas.
2.15.2.5	9085509 - AMC Informática Ltda Vigência 01/06/2017		96.301,06	
	121-SPGF	96.301,06		Contrato vencido, pendente de baixa.
2.15.2.6	9039418- Software AG Brasil Informática e Serviço L T D A Vigência 18/06/2020		5.639,45	
	122-STI	5.639,45		Não há pendências
2.15.2.7	9162740- Companhia De Tecnologia Da Informação Do Estado De Minas Gerais - PRODEMGE Vigência 13/11/2018		120.794,34	
	122-STI	120.794,34		O contrato apresenta pendências.
2.15.2.8	9051195 - MGI Minas Gerais Participações S.A Vigência 29/01/2019		3.856.042,60	
	125 - SCGA	3.856.042,60		No dia 14 de julho de 2020, conforme OP 105, a DCGA realizou pagamento à MGI apresentado pela MGI, constatou-se que o valor é devido, o qual já foi atestado despesa residual do contrato.

2.15.2.9	9192548- S/A 29/06/2019	Capgemini - BCC (S8888888) - Brasil Vigência	14.553.825,27	
	122-STI	14.553.825,27		Até o momento não há pendências neste contrato, o que permite a efetivação da bai
2.15.2.10	9197763- Companhia De Tecnologia Da Informação Do Estado De Minas Gerais - PRODEMGE Vigência 11/12/2019		32.968,99	
	122-STI	32.968,99		Contrato encerrado com o fornecedor.
2.15.2.11	6615 -Anjo da Guarda Alarmes Eletrônicos Ltda -ME Vigência 14/12/2019		425,33	
	106 - AF/1º Nível/Uberlândia	425,33		Contrato vencido na Unidade Executora que ainda não foi realizada a Baixa contrat
2.15.2.12	9211658- Seguradora Lider do Consórcio Seguro DPVAT SA Vigência 31/12/2019		597,55	
	121-SPGF	597,55		Contrato vencido, pendente de baixa no Portal de Compras.
2.15.2.13	9035080- Claro S.A. Vigência 12/05/2020		912.944,07	
	121-SPGF	912.944,07		Contrato vencido, pendente de baixa no Portal de Compras.
2.15.2.14	9218840- AHL Construções Eirelli - E P P Vigência 22/07/2020		72.347,43	
	122-STI	72.347,43		Contrato vencido em 22/07/2020.
2.15.2.15	9219377- AHL Construções Eirelli - E P P Vigência 18/06/2020		18.828,80	
	122-STI	18.828,80		Contrato encerrado com o fornecedor.
2.15.2.16	9219380- AHL Construções Eirelli - E P P Vigência 18/06/2020		41,07	
	122-STI	41,07		Contrato encerrado com o fornecedor.
	9219501- AHL Construções Eirelli -			

2.15.2.17	E P P Vigência 03/08/2020		99.793,90	
	122-STI	99.793,90		Contrato vencido em 03/08/2020.
2.15.2.18	6594 - PRODEMGE Vigência 14/10/2020		59.956.511,49	
	025 - SCCG	59.956.511,49		O contrato 6594 vence em 14/10/2020 e não é da Empresa Brasileira de Correios e
2.16	8.1.2.3.3.01.00.00 - Contratos de Aluguel - A executar		20.732,77	
2.16.1	6610 - Banco do Brasil S.A. Vigência 03/12/2015		2.714,16	
	102 - AF/2º Nível/Teófilo Otoni	2.714,16		Refere ao saldo de contrato do Banco do Brasil no Portal Compras.
216.2	9055476 - Alpheu Alves Pereira Vigência 31/05/2020		14.400,00	
	064 - AF/2º Nível/Contagem	14.400,00		Contrato vencido
2.16.3	5661 - Gameleira Pecuária Ltda - EPP Vigência 31/07/2020		3.618,61	
	064 - AF/2º Nível/Contagem	3.618,61		Contrato vencido

Informações Adicionais

3 As informações constantes deste RCC, foram subsidiadas pelos Relatórios de Conformidade Contábil elaborados pelas Unidades Executoras da SEF, e certificados disponibilizados no site do SIAFI-MG e módulo Contábil, <https://www.contabilidade.mg.gov.br/grp-contabil-web/>.

LOCAL: BELO HORIZONTE DATA DA EMISSÃO: 04/01/2021

GERENTE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE SETORIAL

HUDSON FERREIRA BOTELHO - CRC/MG 055.228/0
CPF [REDACTED]

Nome

DIRETOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

MARCELO AUGUSTO FARAH DIAS - M 668.753-7

Nome/Masp

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

BLENDIA ROSA PEREIRA COUTO M 669.763-5

Nome/Masp



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Ferreira Botelho**, Contador(a), em 16/04/2021, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Farah Dias**, Diretor, em 16/04/2021, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Santiago**, Superintendente, em 19/04/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28185346** e o código CRC **395CF312**.

RELATÓRIO DE INVENTÁRIO FÍSICO 2020
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1191

SUMÁRIO

Introdução	2
Inventário de Bens em Uso e Estocados	5
Inventário de Bens Cedidos.....	11
Inventário de Bens Recebidos em Cessão	14
Inventário de Bens Imóveis.....	14
Inventário de Materiais em Almoxarifado.....	17
Conclusão	15
Termo de Responsabilidade.....	15
Anexos	16
Membros das Comissões.....	21

Introdução

A função Controle Patrimonial engloba as atividades de controle, utilização, guarda e conservação dos bens permanentes, de bens móveis e imóveis. O inventário é um procedimento de controle legalmente exigido a todos os órgãos da Administração Pública. O trabalho busca a perfeita compatibilização entre o bem registrado na contabilidade e a sua existência física, permitindo a identificação e correção de possíveis distorções do Controle Patrimonial.

O Controle Patrimonial é composto das atividades de tombamento, baixa, transferência e movimentação dos bens, envolvendo também a implementação de procedimentos, revisão da contabilidade relativa ao patrimônio, identificação de todos os bens (placas e etiquetas) e o inventário, que representa uma comparação dos registros com o levantamento feito anteriormente e um completo saneamento contábil, sendo o procedimento administrativo que consiste no levantamento físico e financeiro de todos os bens móveis em uso, estocados, cedidos e, ou recebidos em cessão; assim como dos materiais de consumo estocados em almoxarifados ou em unidades equivalentes no encerramento de cada exercício financeiro.

O levantamento dos dados do inventário é efetuado por uma comissão designada pelo dirigente máximo do órgão em período determinado em regulamento específico para a realização do encerramento do exercício, com vistas a comprovar a quantidade e o valor dos materiais do acervo do órgão/entidade. O Decreto de encerramento do exercício financeiro do ano corrente estabelece, ainda, os prazos e critérios para constituição das comissões, para apresentação de relatórios pela comissão e para apresentação do relatório conclusivo com saldos finais em 31 de dezembro do ano corrente, bem como para os ajustes necessários mediante autorização. Sendo assim, o inventário anual irá confrontar os dados reais obtidos no levantamento com as informações constantes nos sistemas institucionais que controlam as movimentações dos materiais. O inventário na administração pública é, desta forma, uma das formas de controle dos bens públicos e é realizado para fins de controle e preservação dos bens públicos passíveis de registros contábeis.

A realização do Inventário Anual da Secretaria de Estado de Fazenda/SEF-MG, no exercício 2020, se norteou pelos dispositivos legais abaixo.

- ✓ **Decreto nº 48.080, de 11 de novembro de 2020**, *que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2020 para os órgãos e as entidades da administração pública estadual*
- ✓ **Resolução nº 5.416, de 24 de novembro de 2020**, *que dispõe sobre a constituição de comissões especiais de inventário, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), a que se refere o art. 3º do Decreto Estadual nº 48.080, de 11 de novembro de 2020*
- ✓ **Ofício Circular SEPLAG/SCL nº 08 de 01 de dezembro de 2020**, *que dispõe sobre o Inventário anual bens móveis e imóveis*
- ✓ **Decreto nº 47.754, de 14 de novembro 2019**, *que estabelece regras para a reavaliação geral dos materiais permanentes dos órgãos e das entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo no exercício de 2019*

Conforme corrobora a Resolução SEF/MG nº 5.416, de 24 de novembro de 2020, foram constituídas comissões no âmbito de cada Unidade Central da SEF e das Regionais para apuração dos Inventários Físicos dos Bens em Uso e Estocados, Cedidos, Recebidos em Cessão, inclusive, Imóveis e dos Materiais em Almoxarifado na **Unidade Orçamentária 1191**, as quais foram indicadas no anexo V da referida Resolução. Neste contexto foram instituídas 11 (onze) comissões para realização dos inventários de bens móveis, imóveis e material de consumo da SEF/MG, sendo uma Comissão Central e dez Comissões Regionais, com total de 241 servidores integrantes.

A Comissão Central é composta por presidente e vice-presidente, indicados pelo titular da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SPGF, por servidores da Divisão de Bens e Serviços Fazendários/DBENS e representantes das unidades centrais. Em cada Superintendência Regional da SEF/MG foi instituída uma Comissão composta por um presidente e um coordenador e por servidores da respectiva unidade indicados pelos seus titulares.

No órgão central foi instituída uma comissão de consolidação dos dados enviados pelas comissões de cada Unidade Central e Regionais da SEF, denominada **Comissão Central de Consolidação SEF/2020**.

A Comissão de Consolidação SEF/2020 é composta pela presidente e pelo vice-presidente da Comissão de Inventário SEF e por 06 (seis) servidores da Diretoria de Bens e Serviços Fazendários/DBENS, responsáveis por gerir a frota, o patrimônio, o material de consumo (almoxarifado central) e os bens imóveis da SEF.

As orientações e informações relativas ao Inventário Anual de 2020, inclusive o manual do Aplicativo Inventário APP, foram disponibilizadas a todos os integrantes das comissões nos canais de comunicação abaixo e foi conferida ampla divulgação de todas as etapas do processo do Inventário.

- ✓ Canal **Fale com a SPGF**
- ✓ Comunicados e esclarecimento de dúvidas pelo endereço eletrônico: comissaodeconsolidacao@fazenda.mg.gov.br
- ✓ Informativo - **Fazenda em Notícias da SEF**
- ✓ Plataforma Teams
- ✓ SEI!
- ✓ Intranet da SEF pelo sítio: <http://portalintranet.fazenda.mg.gov.br/openintranet/opencms/spgf/index.html>

As orientações referentes ao contexto da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), foram repassadas pela Comissão Central de Consolidação às comissões das unidades da SEF por meio de Comunicados, em conformidade com o Ofício Circular emitido pela SEPLAG/SCL nº 08, no dia 01 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Inventário anual bens móveis e imóveis, o qual transcrevemos: *"devido à a pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), ressaltamos a importância e necessidade de adoção das medidas de proteção e prevenção ao vírus Covid-19 na realização do inventário anual de 2020. Assim, para os procedimentos necessários a realização do inventário anual de 2020 devem ser seguidas as recomendações estipuladas tanto pela Organização Mundial de Saúde - OMS, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pela Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES-MG. Reforça-se a orientação quanto à utilização de máscaras, conforme rege a Lei Estadual nº 26.636/2020 e as respectivas legislações municipais. Ainda, caso apresente sintomas como febre, tosse, aumento da secreção, dor de garganta, coriza, congestão nasal, comunique imediatamente a chefia responsável."*

Neste contexto e de acordo com as orientações do Ofício supracitado, também foram repassadas as orientações às comissões regionais e centrais, referentes aos bens utilizados pelos servidores em teletrabalho *"os bens móveis permanentes em uso por servidores públicos em regime de teletrabalho poderão ser inventariados através de uma declaração do servidor, preferencialmente com foto do bem e contendo no mínimo: Número de patrimônio; Descrição do item de matéria; Elemento item; Marca e modelo; Número de série (quando cabível)."*

No decorrer dos levantamentos físicos e dos saldos finais do ano de 2020 a movimentação de bens permanentes no SIAD foi vedada no período de 25 de novembro a 31 de dezembro de 2020, com exceção dos registros de notas fiscais/faturas no SIAD e das movimentações de cunho emergencial, as quais foram devidamente justificadas pelos chefes das unidades solicitantes e autorizadas pela presidente e vice-presidente da Comissão Central, mediante análise prévia.

No período destinado aos levantamentos físicos dos saldos finais de 2020 de material de consumo, a solicitação de requisições de material de consumo no SIAD ficou vedada (28 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020).

A metodologia para as coletas de dados dos patrimônios foi realizada mediante a utilização de Aparelhos Celulares cedidos voluntariamente por servidores da SEF por meio do aplicativo **"Inventário APP"** (para smartphones com sistema operacional Android com câmera digital para a captura das informações contidas no código de barras das plaquetas de patrimônio) e alguns casos, excepcionais e justificados, foram utilizados os coletores de dados.

O **"Inventário APP"** foi amplamente divulgado e seu uso foi incentivado aos participantes nos trabalhos de campo do Inventário 2020, sendo a ferramenta oficial do Estado de Minas Gerais para realização do inventário anual. O

aplicativo foi desenvolvido com o objetivo de substituir o coletor de dados na leitura dos patrimônios durante a fase de campo do inventário, gerando transparência das informações de coleta, além de agilidade, segurança, economicidade e eficiência ao processo. A Comissão Central por meio de comunicados, sensibilizou os integrantes das comissões e evidenciou a importância de seu uso, uma vez que sua utilização permite à Comissão de Consolidação identificar os patrimônios lidos e não lidos e os bens que foram informados manualmente, uma vez que o aplicativo controla informações de patrimônio inseridas manualmente, reduzindo assim a interferência manual no processo de coleta dos dados, trazendo maior celeridade e segurança ao processo, contribuindo para a confiabilidade das coletas e permitindo realização de auditoria quanto ao trabalho realizado. Já o aparelho Coletor de Dados tem limitações tecnológicas, como ausência de informações de bens não coletados, sendo necessário baixar e tratar as informações coletadas, imprimir a lista de bens e acompanhar manualmente, além de permitir a entrada manual de informação de coleta sem a identificação obrigatória da situação, o que pode comprometer a segurança das informações.

O Inventário foi realizado com data base em 30/11/2020. A data da disponibilização dos downloads dos arquivos no Portal de Compras foi a partir de 03/12/2020 e o período da leitura dos bens ocorreu de 03 a 11/12/2020. O envio dos arquivos correspondentes ao Portal de Compras ocorreu até dia 14/12/20.

Os trabalhos de planejamento, coordenação, orientação e consolidação dos dados finais da coleta foram realizados pela Presidente e pelo Vice-Presidente da Comissão Central de Inventário, por servidores da Divisão de Bens e Serviços Fazendários/DBENS/SPGF e por membros da Comissão Central de inventário, coordenados pelos presidentes e coordenadores das Comissões Regionais.

A comissão central de consolidação orientou e evidenciou por meio de Comunicados, aos responsáveis pela coleta dos dados do patrimônio, sobre a classificação dos bens de forma fidedigna, conforme corrobora o parágrafo primeiro do artigo 55 do **Decreto 47.754, de 14/11/2019**, que *estabelece regras para a reavaliação geral dos materiais permanentes dos órgãos e das entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo no exercício de 2019*.

"Art. 55 – A reavaliação deverá incluir análise do estado de conservação do material permanente.

1º– O estado de conservação dos materiais permanentes observará a seguinte classificação:

*I – **Novo** - material adquirido há menos de um ano e que ainda mantenha as mesmas características e condições de uso quando da sua aquisição;*

*II – **Bom** - material que esteja em perfeitas condições de uso e com data de aquisição superior a um ano;*

III – regular - material que esteja em condições de uso e requer reparações simples porque apresenta avarias que não impedem sua utilização;

*IV – **Péssimo** - péssimo: material que requer reparações importantes porque apresenta avarias que comprometem sua utilização;*

*V – **Sucata** - material sem valor porque apresenta avarias significativas que impedem sua utilização."*

Unidade Orçamentária 1191

Conforme elucida a Resolução SEF/MG nº 5.416/2020, este relatório apresenta a apuração dos Inventários Físicos/2020 na **Unidade Orçamentária 1191** de:

1 - Bens em Uso e Estocados

2 - Cedidos

3 - Recebidos em Cessão

4 - Imóveis

5 - Materiais em Almoxarifado

1 - INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS EM USO E ESTOCADOS

Para coleta de dados dos bens móveis que se encontravam nas unidades da SEF/MG, foram utilizados aparelhos celulares com aplicativo "Inventário APP", e alguns casos pontuais foram utilizados coletores eletrônicos de dados, que após serem carregados com informações extraídas do SIAD, foram utilizados na leitura de código de barras das plaquetas de identificação.

A Divisão de Gestão de Bens da Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Fazendários (DBENS/SPGF) extrai e conferiu os dados do Portal de Compras/MG e do Armazém de Informações da PRODEMGE referente ao quantitativo e qualitativo dos bens inventariados da SEF/2020, relacionados abaixo.

Foi inventariado na SEF/MG o total de 43.894 bens, incluindo bens próprios e cedidos a terceiros, distribuídos em 245 unidades da SEF/MG, sendo 244 unidades administrativas, para bens próprios e uma contábil, para os bens cedidos a terceiros.

DEMONSTRATIVOS DOS SALDOS DE BENS MÓVEIS POR ELEMENTO-ITEM Unidade Orçamentária 1191 – SEF

(Fonte: SIAD – Resumo por elemento de despesa – Órgão 1190 – SEF)

Posição em 30/11/2020

CÓDIGO/CLASSIFICAÇÃO	SALDO		
	SIAD	SIAFI	DIVERGÊNCIAS
52.03 - Armamento e equipamento de uso policial	6.230,39	6.230,39	0,00
52.04 - Maquinas, Aparelhos, Utensílios e Equip. de uso Industrial	1.279.540,32	1.279.540,32	0,00
52.06 - Equipamentos de Comunicação e Telefonia	1.324.243,65	1.324.243,65	0,00
52.07 - Equipamentos de Informática	40.129.476,37	39.973.308,83	156.167,54
52.08 - Equipamentos de Som, Vídeo, Fotográfico e Cinematográfico	750.173,28	750.173,28	0,00
52.09 - Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e de Laboratório	41.320,96	41.320,96	0,00
52.10 - Ferramentas, Equip. e Instr. p/ Oficina, Medição e Inspeção	13.865,64	13.865,64	0,00
52.11 - Instrumentos de Labor. Médicos e Odontológicos			0,00
52.12 - Maquinas, Aparelhos, Utensílios e Equip. de uso Administrativo	2.006.563,00	2.006.563,00	0,00
52.13 - Material Esportivo e Recreativo	1.243,08	1.243,08	0,00
52.14 - Mobiliário	10.188.645,63	10.188.645,63	0,00
52.15 - Objetos de artes e antiguidades			0,00
52.16 - Tratores, Similares e Implementos	34.501,54	34.501,54	0,00
52.17 - Veículos	7.579.431,00	7.579.431,00	0,00
52.18 - Coleção e Materiais Bibliográficos	245,37	245,37	0,00
52.20 - Equipamentos de Segurança Eletrônica	336.792,92	336.792,92	0,00
52.99 - Outros Materiais Permanentes	5.247,12	5.247,12	0,00
TOTAL	63.697.520,27	63.541.352,73	156.167,54

POSIÇÃO EM 31/12/2020

CÓDIGO/CLASSIFICAÇÃO	SALDO		
	SIAD	SIAFI	DIVERGÊNCIAS
52.03 - Armamento e equipamento de uso policial	6.230,39	6.230,39	0,00
52.04 - Maquinas, Aparelhos, Utensílios e Equip. de uso Industrial	1.278.184,72	1.278.184,72	0,00
52.06 - Equipamentos de Comunicação e Telefonia	1.324.243,65	1.324.243,65	0,00
52.07 - Equipamentos de Informática	40.126.657,41	39.068.727,38	1.057.930,03
52.08 - Equipamentos de Som, Vídeo, Fotográfico e Cinematográfico	750.173,28	750.173,28	0,00
52.09 - Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e de Laboratório	41.320,96	41.320,96	0,00
52.10 - Ferramentas, Equip. e Instr. p/ Oficina, Medição e Inspeção	13.865,64	13.865,64	0,00
52.11 - Instrumentos de Labor. Médicos e Odontológicos			0,00
52.12 - Maquinas, Aparelhos, Utensílios e Equip. de uso Administrativo	2.003.213,46	2.003.213,46	0,00
52.13 - Material Esportivo e Recreativo	1.243,08	1.243,08	0,00
52.14 - Mobiliário	10.155.531,13	10.155.531,13	0,00
52.15 - Objetos de artes e antiguidades			0,00
52.16 - Tratores, Similares e Implementos	34.501,54	34.501,54	0,00
52.17 - Veículos	7.579.431,00	7.579.431,00	0,00
52.18 - Coleção e Materiais Bibliográficos	245,37	245,37	0,00
52.20 - Equipamentos de Segurança Eletrônica	336.792,92	336.792,92	0,00
52.99 - Outros Materiais Permanentes	5.247,12	5.247,12	0,00
TOTAL	63.656.881,67	62.598.951,64	1.057.930,03

A Divisão de Gestão de Bens da Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Fazendários da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, extraiu os dados acima do SIAD, com as datas base de 30 de novembro e 31 de dezembro de 2020 e enviou à esta Comissão no processo SEI nº 1190.01.0023533/2020-87.

A diferença dos saldos entre a data base de novembro e de dezembro refere-se as movimentações ocorridas no período de fechamento do SIAD.

Conforme corrobora o artigo 9º da Resolução nº 5.416/2020, que dispõe sobre a constituição de comissões especiais de inventário, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, a que se refere o art. 3º do Decreto Estadual nº 48.080/2020:

"Art. 9º - Fica vedada a movimentação de bens permanentes de 25 de novembro a 31 de dezembro de 2020, período destinado aos levantamentos físicos e dos saldos finais do ano de 2020, salvo as movimentações de cunho emergencial devidamente justificadas pelo chefe da unidade e autorizadas pelo presidente da Comissão Central e a reavaliação de bens nesse período"

Neste contexto, as referidas movimentações foram autorizadas mediante o de cunho emergencial e foram devidamente justificadas e com ciência das chefias das unidades solicitantes.

Divergência entre os saldos SIAD X SIAFI

A Divisão de Gestão de Bens da Diretoria de Gestão de Bens e Serviços Fazendários da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, por meio do memorando nº01, do processo SEI nº 1190.01.0023533/2020-87, justificou a divergência identificada nos saldos do **SIAD X SIAFI**, o qual transcrevemos: *"Vimos por meio deste justificar a divergência apontado na conciliação dos saldos do SIAD e SIAFI em 31/12/2020 nas unidades executoras da SPGF (1190121) e STI (1190122) inseridas no Relatório das Comissões (23986040).*

Normalmente essas diferenças de saldo são verificadas quando uma Guia de Movimentação de Bens do SIAD não é confirmada pela unidade de destino dentro do mesmo mês de sua emissão. Quando isso ocorre, o saldo do SIAFI não reflete o do SIAD pois aquele somente contabiliza a movimentação após o aceite da Guia no SIAD.

Contudo, além dessa possibilidade, nos foi informado que o SIAFI operou em regime de ajuste de contas do dia 01/01/2021 a 08/01/2021 onde todas as operações realizadas nesse período são consideradas, contabilmente, ocorridas em 2020.

Dessa forma, comunicamos que no dia 05/01/2021, após o fechamento do SIAD, foi emitida a Guia SIAD nº 001/2020 pela SPGF transferindo 200 (duzentos) computadores à STI avaliados em R\$978.800,00 (novecentos e setenta e oito mil e oitocentos reais).

Porém, apesar dessa operação ter sido realizada em 2021 pelo SIAD, em função do citado regime de ajuste de contas em que o SIAFI se encontrava, esse sistema considerou ocorrida a transferência em 2020, ocasionando a citada divergência nos saldos levantados em 31/12/2020 nos sistemas.

Fato esse que também explica a divergência apontada de R\$79.130,03 (setenta e nove mil, cento e trinta reais e três centavos) nos saldos de 31/12/2020 da STI, além de eventuais movimentações em trânsito."

Bens não localizados e não lidos na 1191 - SEF

Durante o período de realização de coleta dos patrimônios nas unidades da SEF, verificou-se no relatório extraído do Armazém B.O, que o total de 284 (duzentos e oitenta e quatro) bens não foram localizados e/ou lidos nas unidades constantes no SIAD.

A Comissão Central de consolidação do Inventário 2020 realizou a análise bens **não lidos** no relatório e nestes casos, solicitou pelo SEI os arquivos TXT emitidos pelas unidades e as respectivas imagens e plaquetas de patrimônio dos referidos bens, comprovando suas leituras. As unidades enviaram a esta Comissão Central as comprovações e elucidações dos motivos da não leitura dos bens e suas respectivas localizações físicas.

A Comissão Central de consolidação do Inventário 2020 realizou a análise bens **não localizados** no relatório e efetivamente não foram localizados 179 (cento e setenta e nove) bens, quais sejam 167 (cento e sessenta e sete) na Superintendência Regional de Montes Claros; 08 (oito) na Superintendência de Tecnologia e Informação; 03 (três) na Superintendência de Fiscalização e 01 (um) na Superintendência Regional de Belo Horizonte. Nestes casos, a SPGF orientou que caso os referidos bens sejam localizados posteriormente, as unidades deverão informar à SPGF, que irá inserir a nota ao relatório final do processo de Inventário 2020, por meio de um despacho aditivo. E, caso os bens não sejam localizados, as unidades deverão instaurar uma Sindicância Administrativa Preliminar a fim de apurar as condições da não localização, bem como verificar eventuais responsabilidades, se for o caso e tão logo a portaria da sindicância seja emitida, incluir uma cópia nos processos do SEI.

BENS NÃO LOCALIZADOS E NÃO LIDOS				
Regional/ Superintendência	Unidade	Quantidade de bens	Descrição dos Bens	Motivo
SRF/Montes claros	AF/Pirapora	161	Diversos (Caso fortuito/força maior)	A
	AF/ Montes claros	06	04 estantes, 01 cadeira, 01 prateleira	
SUFIS	DEFIS e DIPLAF - LAUD	03	03 discos rígidos externos	B
SRF/Belo Horizonte	AF/Nova Lima	02	01 armário e 01 estação de trabalho	C
	DF/BH 4	01	01 Computador	
	DF/BH 5	07	07 Computadores	

STI		09	03 Switchs; 02 fontes de alimentação; 02 notebooks, 01 computador e 01 poltrona	D
SRF/Juiz de Fora	AF/Ubá	87	Diversos (Caso fortuito/força maior)	E
Corregedoria		02	01 armário e 01 poltrona	F
Subsecretaria Tesouro	Gabinete CAMG	01	01 webcam	G
Assessoria de Comunicação	Gabinete CAMG	02	01 carregador de pilhas e 01 computador	
SUTRI		01	01 computador	H
SRF/Uberaba		01	01 estação de trabalho	I
SRF/Governador Valadares		01	01 sistema de armazenamento	J
TOTAL		284		

Os motivos da não leitura e não localização dos bens estão elucidados abaixo, de acordo com as letras constantes na tabela acima (A à J):

- A) Diante de um memorando enviado da titular da SPGF ao titular da SRF/Montes Claros, por meio do Processo SEI nº 1190.01.0000891/2021-27, a Regional se manifestou acerca dos 167 (cento e sessenta e sete) bens não localizados, ora questionados, por meio do memorando nº 05, neste mesmo processo SEI!, o qual transcrevemos abaixo:

"Em atendimento ao Memorando SEF/SPGF-GAB nº 1/2021, e em relação aos questionamentos nele expostos informamos que:

- Em relação aos 161 (cento e sessenta e um) bens patrimoniais pertencentes à AF/Pirapora que não foram lidos/localizados devido ao desabamento parcial do telhado onde se localizava sua sede e interdição do imóvel pelo Corpo de Bombeiros, informamos que foi solicitado, em caráter de urgência, através do processo SEI Nº 1190.01.0000300/2021-76, a Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada para fazer o escoramento do telhado do imóvel em que estava instalada a AF/Pirapora. O referido processo estava em análise na SPGF, contudo no dia 13/01/2021, foi devolvido a esta Superintendência com a orientação de realizar a contratação por meio de Cotação Eletrônica de Preços – COTEP, o que está sendo providenciado pelo setor responsável.

Esclarecemos ainda, que não foi possível atestar se houve bens furtados quando do arrombamento do prédio, conforme Boletim de Ocorrência e demais documentos que compõe o processo SEI 1190.01.0000300/2021-76 citado acima, uma vez que, devido ao iminente risco de desabamento não há possibilidade da entrada de nenhum servidor no prédio da AF/Pirapora. Contudo, logo quando a situação estiver controlada, o serviço de escoras finalizado, será realizado todos os procedimentos de apuração de bens faltantes bem como abertura de processo de sindicância, caso seja necessário, com posterior repasse da conclusão desses trabalhos para a SPGF.

Registramos também o grande esforço do Chefe da AF para zelar pelo patrimônio da repartição. Desde a primeira ocorrência e diante da impossibilidade de contratação de segurança armada, o referido servidor, com recursos próprios, instalou barras de ferro na porta do fundo do prédio e blindou com solda os portões laterais. Realiza ainda uma ronda diária naquele local, além de sempre solicitar apoio da Polícia Militar para que realize rondas noturnas no entorno da repartição.

- Em relação aos 06 (seis) bens patrimoniais pertencentes à AF/Montes Claros que foram furtados, conforme registro no Boletim de Ocorrência nº 2018/ 046778350-001, informamos que o processo de sindicância administrativa SIGED nº 00040546.1191.2019, instaurado com a finalidade de apurar a responsabilidade civil e de dano ao patrimônio público, foi concluído em 03/01/2020, decidindo-se pela não instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, conforme Relatório de Auditoria da Controladoria Setorial/SEF nº 02/2020.

Ocorre que, por um lapso, não houve o envio da documentação, pela comissão de sindicância, ao setor competente para baixa, conforme preceitua o artigo 43 da Resolução Seplag n.º 37, de 09 de julho de 2010. Devido a isso, foi providenciado o envio de Memorando através do SEI n.º 1190.01.0001139/2021-24 na data de 15/01/2021 solicitando a baixa desses bens permanentes.”

B) Diante de um memorando enviado da SPGF ao titular da Superintendência de Fiscalização (SUFIS) por meio do processo de SEI nº 1190.01.0000910/2021-96, a unidade se manifestou acerca de 03 (três) bens não localizados. A unidade se manifestou pelo processo SEI supracitado o qual transcrevemos:

“Ressaltamos que esta SUFIS, mediante e-mail desse NAFE, teve conhecimento do desaparecimento do patrimônio nº 3342316-4, para o qual será providenciado a sindicância administrativa. Contudo resta necessário informações acerca dos patrimônios 3342325-3 e 3342329-6. ”

C) Diante de um memorando enviado da SPGF ao titular da SRF/Belo Horizonte, por meio do Processo SEI nº 1190.01.0000913/2021-15, acerca dos 07 (bens) bens não lidos e 03 (três) não localizados, quais sejam 01 (um) armário para escritório com o número de patrimônio 14685990 e 01 (uma) estação de trabalho com o número de patrimônio 3351561, ambos na Administração Fazendária de Nova Lima e 01 (um) bem na DF-BH5, qual seja 01 (um) computador, com o número de patrimônio 3349338-3. A unidade se manifestou pelo memorando nº 11 do processo SEI supracitado, o qual transcrevemos:

“Tendo em vista o indicado no relatório conclusivo do Inventário 2020, elaborado pela SRF/Belo Horizonte no processo SEI! 1190.01.0023154/2020-38, há 2 (dois) patrimônios referentes à AF/Nova Lima não localizados. No entanto, tais bens foram objeto de Sindicância Administrativa Patrimonial instruída no Processo SEI!1190.01.0011493/2020-23, havendo o titular da Unidade ressarcido ao erário o montante de R\$ 1.188,06 (um mil, cento e oitenta e oito reais e seis centavos), conforme Relatório de Sindicância (17854107) aprovado pelo Despacho Decisório 3 (18824458) da SRF/BH. Portanto, não resta pendência em relação a estes dois bens.

No que concerne ao computador (Patrimônio 3349445-2) da DF/BH-4, localizado no Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais – CCMG, a Unidade já solucionou a pendência realizando a transferência no SIAD do bem patrimoniado pela SRF/BH para a carga do referido órgão, conforme tela do SIAD (24306881).

Em relação aos computadores da DF/BH-5, consoante com o relatado pelo Delegado Fiscal no Memorando SEF/SRF-BH-DF-BH5.nº 5/2021 (24381290), temos a informar que dos 7 (sete) itens relacionados, 5 (cinco) foram localizados na Unidade e as fotos constam no documento Informação (24381223). O computador Patrimônio 3349389-8 encontra-se em utilização por servidor em exercício na DF/BH-4, para onde foi transferido, de acordo com o relatado no Memorando SEF/SRF-BH-DF-BH5.nº 6/2021 (24431857). O computador Patrimônio nº. 3349338-3 ainda não foi localizado pela Unidade. Caso a situação persista, será objeto de apuração por meio de Sindicância Administrativa.”

D) Diante de um memorando enviado da SPGF ao titular da STI, por meio do Processo SEI nº 1190.01.0000900/2021-75, foram questionados sobre 01 (um) bem não lido computador e 08 (oito) bens não localizados.

- ✓ Em relação a 01 (um) bem não lido na STI, da unidade da cidade administrativa, qual seja, computador com patrimônio nº 3348205-5, o bem foi localizado e atestado pela unidade por meio do processo SEI! 1190.01.0023269/2020-37.
- ✓ Em relação aos 08 (oito) bens não localizados, quais sejam, 03 (três) Switchs com patrimônios nº 3327533-5, 3327538-6 e 3327539-4; 02 (duas) fontes de alimentação com patrimônios nº 3346395-6 e 3346402-2; 02 (dois) notebooks com patrimônios nº 3342125-0 e 3352695-8 e 01 (uma) poltrona com patrimônio nº 3352163-8. Ainda não obtivemos retorno da unidade.

E) A Diretoria de Bens e Serviços Fazendários da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças da SEF, por meio do Processo nº 1190.01.0020192/2020-84 formalizou o processo de baixa dos 87 (oitenta e sete) bens não localizados na SRF/Juiz de Fora, que guarneciam a Administração Fazendária e Delegacia Fiscal de Ubá - AF/Ubá e DF/Ubá, e que foram totalmente destruídos ou desaparecidos em virtude da enchente que atingiu aquela cidade no dia 04 de março de 2020. A baixa dos referidos bens foi devidamente motivada no termos do art. 24, inciso IV, c/c art. 27 do Decreto nº 47.622/2019, com

autorização prevista no art. 25, parágrafo único, inciso I, do referido diploma legal. Conforme se depreende dos registros realizados no Boletim de Ocorrência (21978917) e da conclusão do Relatório da Sindicância da SRF/Juiz de Fora (21411402), instaurada por meio da Portaria SRF/Juiz de Fora nº 002/2020, foi apurada a ocorrência de fato de força maior em face das diversas provas colhidas pela comissão sindicante, cujos desdobramentos ocasionaram a ruína e o desaparecimento de diversos bens móveis na AF e DF de Ubá. Os bens foram inseridos nos Formulários de Autorização de Desfazimento (21411798, 21412104 e 21412256) totalizando os bens avaliados em R\$ 37.965,95.

- F) Diante de um memorando enviado da SPGF ao titular da Corregedoria por meio do Processo SEI nº 1190.01.0000896/2021-86, acerca de 02 (dois) bens não lidos, a unidade se manifestou pelo memorando nº 10 do processo SEI supracitado, o qual transcrevemos:

"Vimos por meio deste informar que os bens patrimoniais cadastrados sob os números 3083789-8 e 3336465-6 foram localizados, conforme informado pelo Coordenador da AF/1º Nível/BH-3/AMP, Sr. Cílio Flores dos Santos, nos termos dos e-mail's em anexo (24282898 e 24283002). Conforme solicitado pelo referido Coordenador, o armário baixo - patrimônio 3083789-8 foi transferido, via SIAD, para a unidade 1191031 (DF/1º Nível/BH-5), e a poltrona - patrimônio 3336465 foi transferida, também via SIAD, para a unidade 1191469 (AF/BH-3 Anexo II)."

- G) Os bens não lidos nas unidades do gabinete da subsecretaria do Tesouro e da Assessoria de Comunicação foram localizados e lidos oportunamente e atestados pelas unidades por meio do processo SEI! 1190.01.0000579/2021-12.

- H) Diante de um e-mail da Comissão Central à unidade de Superintendência de Tributação -SUTRI (Unidade SIAD 1191334), acerca de 01 (um) bem não lido na unidade, qual seja, 01 (um) computador Windows 7, com o número de patrimônio 33488088, a unidade justificou que no arquivo da leitura dos bens da SUTRI não consta a leitura deste computador, pois está localizado fisicamente no prédio do Anexo II da SEF e que nesta unidade foi afirmada a sua leitura. Sendo assim, a Superintendência de Fiscalização enviou à Comissão Central o arquivo TXT comprovando sua leitura pela unidade de localização, por meio do Processo SEI nº 1190.01.0000921/2021-90. A unidade se manifestou pelo memorando nº 2 do processo SEI supracitado, o qual transcrevemos:

"Em atendimento ao Memorando.SEF/SPGF/GAB.nº 8/2021, anexamos as fotografias do bem patrimonial nº 3348808-8 através do documento 24243780. Acrescentamos que o bem foi localizado e que sua leitura foi realizada na lista da unidade 1191357. O bem permanece na nossa carga patrimonial – unidade 1191334, pois é utilizado pela servidora Lucia Maria Bizzotto Randazzo, MASP 241.776-4, que está em exercício na DOLT/SUTRI."

- I) Diante de um e-mail da Comissão Central à unidade de Superintendência Regional de Uberaba, acerca de 01 (um) bem não lido na unidade, qual seja, 01 (um) estação de trabalho, com o número de patrimônio 3328874-7, a unidade justificou que no arquivo da leitura dos bens não consta a leitura deste computador, pois está sem plaqueta. Sendo assim, a unidade enviou à Comissão Central as fotos do bem comprovando sua localização, por meio do Processo SEI nº 1190.01.0000918/2021-74.
- J) Diante de um e-mail da Comissão Central à Superintendência Regional de Governador Valadares, acerca de 01 (um) bem não lido na unidade, qual seja, 01 (um) SISTEMA DE ARMAZENAMENTO (STORAGE) com número de patrimônio nº3351154-3, a unidade justificou que no arquivo da leitura dos bens da SRF/Governador Valadares não consta a leitura deste bem patrimonial, pois está localizado fisicamente em unidade diversa. A Comissão Central orientou sobre a realização da transferência da carga patrimonial do bem para a unidade do SIAD em que ele se encontra fisicamente, por meio do Processo SEI nº 1190.01.0000906/2021-10. A unidade se manifestou pelo memorando nº 15 do processo SEI supracitado, o qual transcrevemos:

"Atendendo solicitação contida no Memorando SEF/SPGF/GAB/Nº 04/2021, informamos-lhe que, o bem patrimonial Storage QNAP com 10HD instalados, patrimônio 3351154-3 foi devidamente transferido e recebido, conforme cópia do recibo anexa."

2 - INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS CEDIDOS

Em cumprimento ao Decreto Estadual nº 48.080/2020, que dispõe sobre o Encerramento Financeiro do Exercício de 2020 e a Resolução SEF nº 5.41/2020, que dispõe, entre outros, sobre o levantamento dos Inventários Físicos dos Bens Cedidos da Unidade Orçamentária 1191, referentes ao exercício de 2020, para órgãos e entidades da Administração Pública do Estadual de Minas, foram enviados ofícios da Comissão Central de Consolidação pelo SEI e por e-mail, aos responsáveis pelos convênios de cessão dos bens, solicitando a realização do inventário por meio da leitura dos bens cedidos e o retorno com o relatório conclusivo da leitura, bem como o preenchimento da declaração de conformidade de dados.

Os bens da SEF próprios cedidos a terceiros são no total de 367 (trezentos e sessenta e sete), no exercício de 2020, sendo localizados 182 (cento e oitenta e dois) bens patrimoniais na MGS – MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A e 185 (cento e oitenta e cinco) bens patrimoniais na MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A.

BENS MÓVEIS CEDIDOS À MGS

A Comissão Central, por meio de ofício enviado ao e-mail [REDACTED] (a unidade não tem acesso ao SEI), destinado ao Sr. Marcelo Magalhães Rosa Isoni, diretor-Presidente da Minas Gerais Administração e serviços S/A-MGS, solicitou a conferência física dos bens constantes e a respectiva declaração de conformidade, qual seja, a conferência física dos bens constantes no I Termo Aditivo ao Contrato Nº 1900010140, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Fazenda-SEF e a Minas Gerais Administração e serviços S/A-MGS.

A Cessão refere-se à prestação de Serviços de Gestão de Documentos com a CESSÃO DE USO de bens móveis sob a responsabilidade de guarda e conservação da MGS, quais sejam 182 (cento e oitenta e dois) Bens – Fichários de Aço e Arquivos para Escritório, no valor constante no Termo de Cessão de R\$ 1,82 (Um real e oitenta e dois centavos) e no valor de R\$ 70.081,35 (setenta mil, oitenta e um reais e trinta e cinco centavos), em valor atual no SIAD.

Segue abaixo o quadro resumo com os objetos cedidos e lidos pela cessionária.

BENS DA SEF EM CESSÃO DE USO	
CONTRATO	I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1900010140
CEDENTE	ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CESSIONÁRIO	MGS – MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A
OBJETO	Prestação de Serviços de Gestão de Documentos com a CESSÃO DE USO de bens móveis sob a responsabilidade de guarda e conservação da MGS
QUANTIDADE	182 Bens – Fichário de Aço e Arquivo para Escritório
VALOR	R\$ 1,82 (TERMO CESSÃO) / R\$ 70.081,35 (AVALIAÇÃO ATUAL SIAD)

BENS MÓVEIS CEDIDOS À MGI

A Comissão Central solicitou à MGI por meio do processo nº 1190.01.0022714/2020-84, a conferência física dos bens constantes no I Termo Aditivo ao Contrato Nº 1910002724, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Fazenda-SEF e a Minas Gerais Participações S/A-MGI. O ofício foi destinado ao Sr. Weverton Vilas Boas de Castro, diretor-Presidente da Minas Gerais Participações S/A-MGI.

A Cessão refere-se à Cessão gratuita de uso de móveis e equipamentos de escritório, quais sejam 185 (cento e oitenta e cinco) Bens, no valor constante no Termo de Cessão de R\$ 17.080,38 (dezessete mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e oito centavos) e no valor de R\$95.513,05 (noventa e cinco mil, seiscientos e quinhentos e treze reais e cinco centavos), em valor atualizado no SIAD. Segue abaixo o quadro resumo com os objetos cedidos e lidos pela cessionária.

BENS EM CESSÃO DE USO	
TERMO DE CESSÃO	1910002724
CEDENTE	ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CESSIONÁRIO	MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A
OBJETO	CESSÃO GRATUITA DE USO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO
QUANTIDADE	185 (CENTO E OITENTA E CINCO)
VALOR	R\$17.080,38 (TERMO CESSÃO) / R\$95.513,05 (ATUALIZAÇÃO SIAD)

3 - INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS RECEBIDOS EM CESSÃO

De acordo com as informações prestadas pela DBENS/SPGF/SEF, não houve no exercício de 2020 na SEF, bens móveis recebidos em cessão.

4 - INVENTARIO DE BENS IMÓVEIS

Considerando:

O anexo do Decreto Nº 48.08/020, o qual elenca as datas-limite referente ao encerramento do exercício financeiro de 2019: *"X – 21 de dezembro de 2020: entrega do Certificado de Realização do Inventário de Imóveis emitido pelo Módulo de Imóveis do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais – SIAD-MG devidamente assinado à Superintendência Central de Logística da SEPLAG"*;

E, tendo em vista:

O inciso I do Art. 6º da Resolução Nº5.416/20: *"São atribuições do presidente da Comissão Central: I – Encaminhar até 18 de dezembro de 2020, para a Coordenação de Patrimônio da Divisão de Gestão de Bens/DBENS/SPGF, a Certificação de Realização do Inventário de Imóveis sob a responsabilidade da SEF/MG"*;

A Coordenação de Patrimônio da DBENS/SPGF/SEF emitiu a Certidão de Realização do Inventário de Imóveis Próprios da SEF/MG de 2020 e enviou no dia 16/12/2020 à Superintendência Central de Logística da SEPLAG, no Processo SEI nº1190.01.0023197/2020-41. O registro das informações relatadas pela Coordenação de Patrimônio da DBENS/SPGF/SEF consta no Ofício 03, o qual transcrevemos: *"Vimos por meio deste encaminhar à Superintendência Central de Gestão Logística e à Diretoria Central de Gestão de Imóveis da SEPLAG o Certificado de Realização do Inventário de Imóveis (23236682) emitido através do Módulo de Imóveis do SIAD onde consta todos os imóveis próprios do estado vinculados à Secretaria de Estado de Fazenda no ano de 2020. Importante ressaltar que a gestão dos imóveis na SEF é descentralizada por regional conforme previsão nas Resolução SEF nº 3.597/2004 e alterada pela 3.995/2008 e que, portanto, consolidamos e atestamos todas as informações prestadas pelas Superintendências Regionais da Fazenda e já inseridas no processo SEI nº 1190.01.0001777/2020-67 que trata do Fundo de Ativos Imobiliários de Minas Gerais - FAIMG."*

Segue abaixo o certificado de realização do Inventário 2020.



CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO - 2020

Extrato Simplificado

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Imóveis próprios/vinculados ao Órgão/Entidade	
Quantidade total de imóveis próprios	113
Valor total de imóveis próprios	R\$ 142.841.948,97
Imóveis próprios/vinculados emprestados a terceiros	
Quantidade total de imóveis próprios emprestados a terceiros	1
Valor total dos imóveis próprios emprestados a terceiros	R\$ 32.209.269,02
Imóveis de terceiro emprestados ao Órgão/Entidade	
Quantidade total de imóveis de terceiros emprestados ao Órgão/Entidade	0
Valor total dos imóveis de terceiros emprestados ao Órgão/Entidade	R\$ 0,00

Conforme determinação do Decreto Estadual 48.080, de 11 de novembro de 2020, atestamos que foi realizado o inventário de bens imóveis do ano de 2020, por meio do Módulo de Imóveis, que os dados aqui exibidos são compatíveis com a realidade física.


Responsável pela Gestão de Imóveis
Fabiano Costa Souza
GERAZ
Assinatura: 732.597-5

Presidente da Comissão de Inventário

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

Certifico que li o Ofício Circular 8, consubstanciado no SEI 1500.01.0949988/2020-83, que oferece informações de como proceder à elaboração e envio deste Certificado.

As análises e levantamentos utilizados para elaboração do Inventário de Bens Imóveis do exercício de 2020 foram emitidas através do Módulo de Imóveis do SIAD e o relatório emitido pela Divisão de Gestão de Bens da Diretoria de Bens e Serviços Fazendários da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, constam a informação de que há 113 (cento e treze) imóveis próprios cadastrados em nome da SEF/MG em 2020, no valor total de R\$ 142.841.948,97 e 01 (um) imóvel próprio/vinculado emprestado a terceiros, no valor de R\$ 32.209.269,02.

5) INVENTARIO DE MATERIAIS EM ALMOXARIFADO

Para o inventário dos bens de consumo foram encaminhadas às comissões regionais, as instruções sobre a conferência física dos materiais de consumo em estoque nas unidades de almoxarifado e a solicitação dos relatórios de Consolidação de Inventário de Material de Consumo com as respectivas pendências, a serem preenchidos e enviados à Comissão Central pelo SEI à caixa SEF/SPGF/INVENTÁRIO, assinados no SEI! pelo presidente da Comissão Regional e enviados também para o e-mail comissaodeconsolidacao@fazenda.mg.gov.br.

Foram comparados os saldos de materiais de consumo no SIAD e SIAFI com base em 30 de novembro e 31 de dezembro de 2020. O inventário de materiais de consumo foi realizado no mesmo período do inventário de bens móveis e imóveis, sendo coordenados pelas mesmas comissões inventariantes.

O fechamento dos Almoxarifados ocorreu de 28/11 a 31/12/2020 e foi informado por esta Comissão que caso houvesse diferença do saldo de 30/11 para 31/12, seria necessário a unidade informar as movimentações existentes neste período.

A orientação às unidades referiu-se à emissão do relatório de Inventário pelo SIAD, com data base 30/11 e primeiro útil do mês de dezembro e com data base de 31/12/2020, e primeiro dia útil de 2021, antes de qualquer movimentação. Após, foi orientada a conferência física dos materiais em estoque foi realizada, comparando com o relatório de Inventário.

A Coordenação de Gestão de Suprimentos da Diretoria de Bens e Serviços Fazendários da SPGF por meio do Processo SEI nº 1190.01.0000207/2021-65, realizou a consolidação dos relatórios de inventário de materiais de consumo de todas as unidades de almoxarifado da SEF/MG, conforme tabela abaixo, com data base de 31/12/2020.

RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DO INVENTÁRIO DE MATERIAL DE CONSUMO

RESOLUÇÃO SEF Nº 5416, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020

Comissão Especial de Inventário- CONSOLIDADO SEF

1. RESUMO ELEMENTO / ITEM DESPESA (MATERIAL DE CONSUMO)

Posição em 30/12/2020

CONTA CONTÁBIL	Número de Itens em estoque*	Valor total (em R\$)
30.01 – ARTIGOS PARA CONFEÇÃO, VESTUÁRIO, CAMA, MESA, BANHO E COZINHA	2	103,25
30.02 – ARTIGOS PARA ESPORTE	0	0,00
30.03 – UTENSÍLIOS PARA REFEITÓRIO E COZINHA	25	4.173,93
30.04 – MATERIAL GRÁFICO E IMPRESSOS	67	72.169,84
30.05 – MATERIAL PARA ESCRITÓRIO	516	274.959,98
30.06 – MATERIAL DE DESENHO	0	0,00
30.07 – MATERIAL DE ENSINO	0	0,00
30.08 – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	23	20.121,91
30.09 – FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	0	0,00
30.10 – MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR	14	25.089,04
30.11 – MATERIAL ODONTOLÓGICO	0	0,00
30.12 – MEDICAMENTOS	0	0,00
30.13 – MATERIAIS DE LABORATÓRIO E PRODUTOS QUÍMICOS EM GERAL	0	0,00
30.14 – MATERIAL RADIOLÓGICO	0	0,00
30.15 – MATERIAL FOTOGRÁFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICAÇÃO	4	2.664,90
30.16 – MATERIAL DE INFORMÁTICA	21	8.625,41

30.17 – ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	16	29.341,50
30.18 – MATERIAS-PRIMAS E PRODUTOS PARA MANIPULAÇÃO E INDUSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	0	0,00
30.19 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADES DA ADM. PÚBLICA	35	6.749,30
30.20 – MATERIAL ELÉTRICO	58	58.843,90
30.21 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO OU DE TERCEIROS	0	0,00
30.22 – FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSÍLIOS	6	2.157,00
30.23 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	0	0,00
30.24 – PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	2	8,10
30.25 – MATERIAL DE SEGURANÇA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	4	7.044,80
30.26 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	0	0,00
30.27 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	1	80,00
30.28 – ANIMAIS DESTINADOS A ESTUDOS, A PREPARAÇÃO DE PRODUTOS E AO ABATE	0	0,00
30.29 – SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	1	35,70
30.30 – MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	6	2.570,06
30.31 – LIVROS TÉCNICOS	0	0,00
30.32 – MATERIAL CÍVICO E EDUCATIVO	0	0,00
30.33 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA AERONAVES	0	0,00
30.34 – PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AERONAVES	0	0,00
30.35 – HORTIFRUTIGRANJEIROS	0	0,00
30.36 – MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0	0,00
30.37 – MEDICAMENTOS – DECISÃO JUDICIAL	0	0,00
30.99 – OUTROS MATERIAIS	2	490,09
TOTAL	803	515.228,71

BELO HORIZONTE, 05 DE JANEIRO DE 2021

Edilson Marra da Silva - Masp. 356.624-7 - Membro da Comissão de inventário

Silvana Massa Bueno - Masp. 337.493- - Membro da Comissão de inventário

CONCLUSÃO

A organização dos trabalhos referentes ao Inventário 2020 foi pautada em um planejamento detalhado, com vistas ao cumprimento do objetivo principal, qual seja, promover o controle e preservação dos bens públicos passíveis de registros contábeis.

Em cada etapa, a gestão de responsabilidades compartilhadas foi de suma importância. A sinergia, a colaboração, o trabalho em equipe, o foco nas atividades propostas, a comunicação, o comprometimento e a motivação, em ações integradas entre todos os envolvidos, foi imprescindível para o êxito do processo.

As intercorrências citadas neste relatório deverão ser observadas pelas unidades, seguindo as recomendações da Comissão Central, tais como:

- ✓ Instauração de Sindicância Administrativa Preliminar a fim de apurar as condições da não localização dos patrimônios citados, bem como verificar eventuais responsabilidades, se for o caso;
- ✓ Transferência da carga patrimonial dos bens que se encontram fisicamente em unidades distintas no SIAD;
- ✓ Movimentações de bens fisicamente com o devido registro no SIAD;
- ✓ Alguns bens patrimoniais não lidos foram decorrentes de erros do relatório do SIAD. A providência tomada foi o relato da Comissão à SEPLAG do possível erro do sistema, no qual bens que foram lidos fora da unidade constaram como não lidos no Relatório do Órgão do SIAD.

Insta salientar que é imprescindível a contínua utilização do “**Inventário APP**” na coleta dos dados dos patrimônios, gerando transparência das informações de coleta, além de agilidade, segurança, economicidade e eficiência ao processo.

Os recursos metodológicos utilizados, as comunicações contínuas com os envolvidos e o mapeamento de dados, tornaram-se pontos de alinhamento essenciais. O resultado foi o cumprimento dos trabalhos de realização do inventário 2020 da SEF, finalizado com êxito.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Ana Cristina de Resende Dias, MASP 752.522-3, Presidente da Comissão do Inventário de Bens Físicos e Roberto da Silva Vieira MASP 361.877-4, Vice- Presidente da Comissão do Inventário de Bens Físicos, lotados na Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, certificam que as informações prestadas neste relatório estão corretas.

ANEXOS

1) Saldos SIAD e SIAF, comparativo dos meses de novembro e dezembro, das unidades executoras da SEF (Fonte: SIAD – Saldo SIAD e SIAF, comparativo novembro e dezembro)

POSIÇÃO EM 30/11/2020

COD UE	Nome Unidade Executora	Quant. Bens SIAD	SALDOS (R\$)		DIVERGÊNCIAS
			SIAD	SIAFI	
1190006	GABINETE	367	347.995,94	347.995,94	0,00
1190007	CCMG	549	404.963,59	404.963,59	0,00
1190010	SCAF	64	75.599,69	75.599,69	0,00
1190025	SCCG	73	88.972,40	88.972,40	0,00
1190027	SUTRI	69	87.235,58	87.235,58	0,00
1190029	AFBH3	6.557	4.088.409,77	4.088.409,77	0,00
1190046	Barbacena	237	201.311,39	201.311,39	0,00
1190057	Divinópolis	2.072	1.498.247,48	1.498.247,48	0,00
1190060	Gov. Valadares	1.768	1.385.679,21	1.385.679,21	0,00
1190063	Juiz de Fora	2.556	2.530.746,71	2.530.746,71	0,00
1190064	Contagem	3.215	2.560.346,70	2.560.346,70	0,00
1190065	Ipatinga	2.538	1.813.808,32	1.813.808,32	0,00
1190079	Montes Claros	2.700	1.976.829,65	1.976.829,65	0,00
1190086	Paracatu	683	395.328,77	395.328,77	0,00
1190088	Patos de Minas	797	569.426,17	569.426,17	0,00
1190095	Pouso Alegre	1.686	1.268.867,58	1.268.867,58	0,00
1190098	São João Del Rei	221	172.279,05	172.279,05	0,00
1190102	Teófilo Otoni	643	382.629,80	382.629,80	0,00
1190104	Ubá	747	602.347,03	602.347,03	0,00
1190105	Uberaba	2.250	2.192.295,35	2.192.295,35	0,00
1190106	Uberlândia	2.906	2.420.479,87	2.420.479,87	0,00
1190108	Varginha	4.531	3.156.329,17	3.156.329,17	0,00
1190121	SGF	2.853	3.951.949,12	3.951.949,12	0,00
1190122	STI	1.764	28.037.657,07	27.881.489,53	156.167,54
1190123	SUFIS	1.548	2.949.864,60	2.949.864,60	0,00
1190124	SAIF	217	301.374,76	301.374,76	0,00
1190125	SGOV	247	176.711,42	176.711,42	0,00
1190131	SUCRED	36	59.834,08	59.834,08	0,00
TOTAL SEF:		43.894	63.697.520,27	63.541.352,73	156.167,54

POSIÇÃO EM 31/12/2020

COD UE	Nome Unidade Executora	Quant. Bens SIAD	SALDOS (R\$)		DIVERGÊNCIAS
			SIAD	SIAFI	
1190006	GABINETE	367	347.995,94	347.995,94	0,00
1190007	CCMG	549	404.963,59	404.963,59	0,00
1190010	SCAF	64	75.599,69	75.599,69	0,00
1190025	SCCG	73	88.972,40	88.972,40	0,00
1190027	SUTRI	69	87.235,58	87.235,58	0,00
1190029	AFBH3	6.551	4.080.808,01	4.080.808,01	0,00
1190046	Barbacena	237	201.311,39	201.311,39	0,00
1190057	Divinópolis	2.072	1.498.247,48	1.498.247,48	0,00
1190060	Gov. Valadares	1.769	1.390.573,21	1.390.573,21	0,00
1190063	Juiz de Fora	2.556	2.530.746,71	2.530.746,71	0,00
1190064	Contagem	3.215	2.560.346,70	2.560.346,70	0,00
1190065	Ipatinga	2.549	1.844.170,08	1.844.170,08	0,00
1190079	Montes Claros	2.711	2.029.121,15	2.029.121,15	0,00
1190086	Paracatu	683	395.328,77	395.328,77	0,00
1190088	Patos de Minas	800	584.108,17	584.108,17	0,00
1190095	Pouso Alegre	1.686	1.268.867,58	1.268.867,58	0,00
1190098	São João Del Rei	221	172.279,05	172.279,05	0,00
1190102	Teófilo Otoni	643	382.629,80	382.629,80	0,00
1190104	Ubá	665	588.556,93	588.556,93	0,00
1190105	Uberaba	2.928	2.202.083,35	2.202.083,35	0,00
1190106	Uberlândia	2.252	2.528.147,87	2.528.147,87	0,00
1190108	Varginha	4.531	3.156.329,17	3.156.329,17	0,00
1190121	SGF	2.853	3.951.949,12	2.973.149,12	978.800,00
1190122	STI	1.677	27.798.725,07	27.719.595,04	79.130,03
1190123	SUFIS	1.548	2.949.864,60	2.949.864,60	0,00
1190124	SAIF	217	301.374,76	301.374,76	0,00
1190125	SGOV	247	176.711,42	176.711,42	0,00
1190131	SUCRED	36	59.834,08	59.834,08	0,00
TOTAL SEF:		43.769	63.656.881,67	62.598.951,64	1.057.930,03

2) Movimentações ocorridas em trânsito, durante o fechamento do SIAD

DATA	CONTÁBIL DE ORIGEM/SAÍDA	CONTÁBIL DE DESTINO/ENTRADA	Nº GUIA SIAD	ELEMENTO ITEM	TOTAL ITENS	VALOR	JUSTIFICATIVA
02/12/2020	1190122-1191	1190122 - 1191	1191452 /2020/3 12	5207	2	9.788,00	Computadores para SRF/Montes Claros
02/12/2020	1190122-1191	1190079 - 1191	1191431 /2020/3 13	5207	7	34.258,00	Computadores para DF/Montes Claros
02/12/2020	1190122-1191	1190065 - 1191	1191429 /2020/3 14	5207	4	19.576,00	Computadores para DF/Ipatinga
02/12/2020	1190122-1191	1190065 - 1191	1191153 /2020/3 15	5207	1	4.894,00	Computador para AF/J.Monlevade
02/12/2020	1190122-1191	1190060 - 1191	1191427 /2020/3 16	5207	1	4.894,00	Computador para DF/Gov.Valadares
02/12/2020	1190122-1191	1190060 - 1191	1191243 /2020/3 17	5207	2	390	Webcam para AF/Pedra Azul
02/12/2020	1190122-1191	1190102 - 1191	1191221 /2020/3 18	5207	1	4.894,00	Computador para AF/Araçuaí
02/12/2020	1190122-1191	1190079 - 1191	1191452 /2020/3 19	5207	2	8.245,50	Notebook para SRF/Montes Claros
					20	86.939,50	

Ofício Circular SEPLAG/SCL nº. 8/2020 (01 de dezembro de 2020)

Ao(À) Sr(a).:

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças ou equivalente

Assunto: **[Inventário anual bens móveis e imóveis].**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1500.01.0949988/2020-83].

Senhor(a) Superintendente ou equivalente,

A Superintendência Central de Logística - SCL, nos termos do art. 58 do Decreto nº 47.727/2019, tem a competência de propor e implementar políticas e ações de gestão logística e de imóveis, no âmbito dos órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo. Ademais, na condição de área central, a SCL deve prover orientações em relação às temáticas objeto de sua atuação.

Nesse sentido, considerando a publicação do Decreto nº 48.080/ 2020, que estabeleceu procedimentos e datas-limite para o encerramento do exercício financeiro de 2020, encaminhamos orientações acerca dos inventários de bens móveis – materiais permanentes e de consumo – e imóveis, a fim de auxiliar os órgãos e entidades no cumprimento do decreto supracitado. Ressaltamos que a perda dos prazos dispostos no Decreto 48.080/2020 poderá ensejar responsabilização do servidor encarregado da informação, do Diretor de Contabilidade ou responsável equivalente, do Diretor da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças –SPGF ou responsável equivalente, no âmbito de suas áreas de competência, nos termos da legislação vigente.

O Inventário anual consiste na verificação da existência física dos materiais de consumo em almoxarifado ou unidades equivalentes; dos materiais permanentes em uso, estocados, cedidos e recebidos em cessão e dos bens imóveis de propriedade do Estado de Minas Gerais, suas autarquias e fundações, em uso ou cedidos, bem como os bens imóveis recebidos em cessão para uso do órgãos/entidades.

Deve ser realizado por uma ou mais comissões, instituídas pelo dirigente máximo do órgão ou entidade por meio de ato publicado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais. Cada comissão deverá ser composta por pelos menos três servidores públicos efetivos ou ocupantes de cargo em comissão, que detenham conhecimento técnico específico, grau de instrução adequado e comprometimento, observada a segregação de funções.

Inventário de bens móveis (materiais permanentes e consumo)

Inicialmente, destaca-se que o inventário de materiais permanentes deverá ser realizado por meio do procedimento informatizado com o uso do smartphone ou coletor de dados, desenvolvido no Módulo Material Permanente (Matper) do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD). Caso o Órgão ou Entidade opte por outro formato, será necessário justificar a adoção de outro procedimento à Diretoria Central de Gestão Logística da SCL.

O inventário anual de materiais permanentes e de consumo ocorrerá com apenas uma fase de levantamento. Assim, para a realização do levantamento a comissão de inventário deverá:

- I- Emitir a listagem detalhada dos bens de cada unidade e/ou gerar o arquivo a ser importado para o coletor de dados a partir do SIAD;
- II- Efetuar o levantamento físico dos bens em cada unidade com o devido registro de suas características e quantidades; e
- III- Elaborar o relatório com a apuração prévia dos saldos, com data-base de 30 de novembro de 2020, relatando as divergências verificadas na realização do inventário. Trata-se do Relatório Prévio, que deverá ser entregue até 07 de dezembro de 2020.

Cumpre ressaltar que os órgãos e as entidades poderão emitir a lista detalhada de materiais permanentes e de consumo que serão inventariados com data-base anterior a 30 de novembro de 2020, **devendo-se paralisar as movimentações de tais materiais durante o levantamento em campo.**

Os bens móveis permanentes em uso por servidores públicos em regime de teletrabalho poderão ser inventariados através de uma declaração do servidor, preferencialmente com foto do bem e contendo no mínimo:

- a) Número de patrimônio;

- b) Descrição do item de material;
- c) Elemento item;
- d) Marca e modelo;
- e) Número de série (quando cabível);

O Relatório Prévio deve ser encaminhado ao diretor da SPGF ou unidade equivalente, devidamente assinado, para acerto das divergências e transcrição do valor contábil dos materiais permanentes e de consumo, quando couber, que deverão ser registrados no SIAD. Os ajustes devem ser feitos até 31 de dezembro de 2020.

Após a realização dos ajustes até a data acima mencionada, a comissão deverá elaborar o Relatório conclusivo, contendo os saldos finais com a posição de 31 de dezembro de 2020, que deverá ser assinado pelo Presidente, após anuência dos responsáveis pelas áreas de patrimônio/almoxarifado e de contabilidade. Este relatório deverá ser entregue até 06 de Janeiro de 2021 e conter:

- I- Procedimento metodológico utilizado para a realização do inventário;
- II- Relação dos materiais inventariados, agrupados segundo a conta contábil correspondente do Plano de Contas Único do Estado, detalhada em nível de elemento e item de despesa, conforme respectiva classificação econômica;
- III- Ocorrências e divergências detectadas na realização do inventário, devidamente registradas e detalhadas e;
- IV- Providências adotadas para sanar as pendências encontradas e resultados efetivados.

Os modelos do Relatório Conclusivo para materiais permanentes e de consumo estão disponíveis no site da SEPLAG, nos seguintes endereços eletrônicos:

<http://www.planejamento.mg.gov.br/documento/modelo-para-relatorio-inventario-de-consumo>

Modelo de Relatório Inventário Permanente:

<http://www.planejamento.mg.gov.br/documento/modelo-de-relatorio-inventario-permanente>

Inventário de bens imóveis

O inventário dos bens imóveis de propriedade ou posse dos órgãos, autarquias ou fundações do Poder Executivo será viabilizado mediante a emissão do CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE 2020, disponibilizado no Módulo de Imóveis do SIAD.

Este certificado deverá ser encaminhado à Diretoria Central de Gestão de Imóveis – DCGIM, **exclusivamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, até 21 de dezembro de 2020**. Antes da emissão do certificado, deve-se comprovar a quantidade, características (denominação, área, benfeitorias, etc.) e o valor dos bens imóveis de propriedade ou posse do órgão, autarquia ou fundação e efetuar a atualização cadastral dos imóveis do Módulo de Imóveis, a fim de as informações do módulo traduzam a situação atual dos imóveis públicos.

Por fim, devido à pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), ressaltamos a importância e necessidade de adoção das medidas de proteção e prevenção ao vírus Covid-19 na realização do inventário anual de 2020. Assim, para os procedimentos necessários a realização do inventário anual de 2020 devem ser seguidas as recomendações estipuladas tanto pela Organização Mundial de Saúde - OMS, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pela Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES-MG.

Reforça-se a orientação quanto à utilização de máscaras, conforme rege a Lei Estadual nº 26.636/2020 e as respectivas legislações municipais. Ainda, caso apresente sintomas como febre, tosse, aumento da secreção, dor de garganta, coriza, congestão nasal, comunique imediatamente a chefia responsável.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Viviane Carvalho Leite Caetano

Diretora Central de Gestão Logística

Aline Moraes da Silva

Diretora Central de Gestão de Imóveis

Marcos Eduardo Silva Soares

Superintendente Central de Logística

Rodrigo Ferreira Matias

Subsecretário do Centro de Serviços Compartilhados

RELATÓRIO DE INVENTÁRIO FÍSICO 2020

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1191

Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

Blenda Rosa Pereira Couto

Presidente da Comissão de Inventário SEF 2020

Ana Cristina de Resende Dias

Vice-Presidente da Comissão de Inventário SEF 2020

Roberto da Silva Vieira

Membros da Comissão Central e das Comissões Regionais de Inventário SEF 2020

Resolução nº 5.416 de 24 de novembro de 2020

ANEXO V

(a que se referem os artigos 1º a 10 da Resolução nº 5.416 de 24 de novembro de 2020)

Inventários Físicos dos Bens em Uso e Estocados, Cedidos, Recebidos em Cessão, inclusive imóveis e dos Materiais em Almoxarifado ou em outras unidades correspondentes da Unidade Orçamentária 1191

COMISSÃO CENTRAL

SERVIDOR MASP UNIDADE

Ana Cristina de Resende Dias – Presidente 752.522-3 SPGF

Roberto da Silva Vieira – Vice-Presidente 361.877-4 SPGF

André Marinho Marques 752.994-0 CCMG

Rogério de Oliveira Dias 302.761-2 CCMG

Emerson Soares Custódio 452.107-6 GABINETE

Julio César Duarte 367.393-6 GABINETE

Luiz Alberto Mesquita de Araújo 339.560-5 Corregedoria

Sonia Maria Tavares Rocha 272.285-8 Corregedoria

José Carlos Batista Silveira 358.426-5 NCONEXT – DF

Renata de Paula Carvalho Comanduci 669.905-2 - NCONEXT – DF

Manoel Jansen de Mello Leite Garcia 669.246-1 NCONEXT – RJ

Edyr Gomes da Silva 356.741-9 NCONEXT – RJ

Luiz Fernando Nogueira 349.148-7 NCONEXT – SP

Frederico Marques de Oliveira Sá 752.423-4 NCONEXT – SP

Ana Gabriela Caldeira Dias 669.687-6 SAIF

Vando De Almeida Lopes 661.494-5 SAIF

Átila Marcelo Mariano Calonge 7525215 367.626-9 SCAF

Gustavo Ratton Mascarenhas Silva 752.541-3 SCAF

Sergio Cunha – 753.242-7 SCCG

Maurisa Ricarda dos Anjos 348.751-9 SCCG

Ingrid Amaral Gonçalves 753.100-7 SCGOV

Marilia de Freitas Gomes 752.231-1 SCGOV

Antônio de Pádua Rodrigues 921.778-7 SPGF

Denison José da Silva 374.164-2 SPGF

Claudia Maria Mendes Pereira Fonseca 366.104-8 SPGF

Cássia Teixeira Campos 669.690-0 SPGF

Fábio Martins Hayashi 752.340-0 SPGF

Maria Célia Passos Simões 349.434-1 SPGF

Viviane Pereira Alves 669.186-9 SPGF

Luiz Sérgio Custódio 359.333-2 SPGF

Geraldo Magela Machado Costa 363.131-4 SPGF

Washington Gonçalves da Silva 616.430-5 SPGF

Ana Grasiely dos Reis 753.183-3 SPGF

Bruna Michels 753.184-1 SPGF

Felipe Araújo Carvalho 669.552-2 SPGF

Helvecio Dayrell da Cunha Pereira 348.031-6 SPGF

Ildete Maria de Jesus 906.075-7 SPGF

Jairo Leonardo de Siqueira 669.974-8 SPGF

Paulo Pinheiro Espindola 361.570-5 SPGF

Vanessa Nhome Meireles 753.180-9 SPGF

Alexandre Eustáquio Campos 669.175-2 SPGF

Amilton Las Cazas de Brito 669.722-1 SPGF

Camilo Lelis Paixao 271.834-4 SPGF

Carolina Lemos Coimbra Fernandes 669.902-9 SPGF

Célio dos Santos Lima 356.123-0 SPGF

Daniel Rodrigues Gomes 383.590-7 SPGF

Edilson Marra Da Silva 356.624-7 SPGF

Enzo Allan Samorano Pereira 753.199-9 SPGF

Ernani Lima de Lima Junior 350.630-0 SPGF

Fabício Correa Gonzaga 752.597-5 SPGF

Hermes Paulo Miranda 357.738-4 SPGF

Ivo Ferreira Borges 357.941-4 SPGF

Liliane Aparecida de Souza 363.133-0 SPGF

Luis Tadeu Cardoso Naves 752.604-9 SPGF

Ronald Magalhães Ribeiro 361.960-8 SPGF

Silvana Massa Bueno 337.493-1 SPGF

Thiago Silva Moreira Moraes 669.560-5 SPGF

Antônio José de Albuquerque Moreira 752.223-8 STI/Bahia

Alexandre de Magalhães Longo 669.178-6 STI/Bahia

Jairo Jorge Salum 358.028-9 STI/CAMG

João Batista de Oliveira Costa 669.622-3 STI/CAMG

Jairo Jorge Salum 358.028-9 STI/CAMG

Jacqueline Penha Castello Branco de Souza 365.704-6 SUCRED

Renata Alves do Santos 753.096-7 SUCRED

Telma Ribeiro Sampaio 904.712-7 SUCRED

Lucas Hott Martins Ferreira 753.092-6 SUFIS

Rodrigo Rosa dos Santos 669.725-4 SUFIS

Andrea Maria de Oliveira Baião 902.625-3 SUTRI

Rodrigo Higino Lima 752.357-4 SUTRI

COMISSÃO REGIONAL DE BELO HORIZONTE

SERVIDOR MASP

Cílio Flores dos Santos – Presidente 356.166-9

Nisiomar Vaz Guimarães – Coordenador 316.749-1

Cecilia Santos 669.608-2

César Camilo Baeta de Ávila 356148-7

Érika Cilene Andrade Silva 668.739-6

Evandro Rodrigues de Ávila 357.077-7

Fernanda Venturato Vieira 752.602-3

Geraldo Gomes Ribeiro 340.135-3

Joaquim Gentil Roberto dos Santos 262.539-0

Leandro Marco da Silva 668.926-9

Leandro Pinto Chioqueta 669.649-6

Marco Helenio Maciel 669.618-1

Marcos Vinícius de Carvalho Souza 669.917-7

Renata Magalhães Figueiroa 752.533-0

Robson Caldeira Fagundes 361.886-5

Rogério Flávio Vieira Fonseca 70000-5

Ronald Inácio de Souza 668.930-1

Ronaldo Gomes 361.978-0

Sérgio Augusto Guimarães Muniz 668.892-3

Silea Mara Fonseca Lage Fischer 752.195-8

Vanessa Felipe 752.194-1

Wladimir Zloccowick Maia 371.135-5

COMISSÃO REGIONAL DE CONTAGEM

SERVIDOR MASP

Rodolfo Marques Caldeira – Presidente 668.922-8

Geovane Geraldo Vieira Nonato 669.765-0

Luiz Carlos Pereira 669.997-9

Nilton Da Silva 361.320-5

Rafael Marcos Bertol 669.144-8

COMISSÃO REGIONAL DE DIVINÓPOLIS

SERVIDOR MASP

Jairo Ferreira – Presidente 262.629-9

Carlos Eduardo dos Reis – Coordenador 668.923-6

Brígida Helena Rezende 903.533-8

Fernando Assis dos Santos 339.827-8

Flávia Cristiane da Costa Neves 752.607-2

João Bosco Aparecido Marques 358.138-6

José Antônio Elias 358.357-2

José Francisco Andrade 358.538-7

José Francisco Ramos F. da Silva 347.856-7

Júlia Cambraia Marinho Campos 752.446-5

Leonardo de Castro Myrrha 669.975-5

Matheus Gustavo Soares 669.891-4

Mayton Ferreira da Silva 752.333-5

Miguel Ângelo Nascimento 324.889-5

Milton Antônio de Miranda 262.205-8

Rodney Alexandre Dias de Sousa 669.919-3

Sérgio Murilo Costa 362.303-0

Silvana Rodrigues Rocha 903.095-8

Valéria Marques Gomides 339.848-4

COMISSÃO REGIONAL DE GOVERNADOR VALADARES

SERVIDOR MASP

Stanislau Almeida Gomes – Presidente 342.514-7

Adriana Maria Pereira de Oliveira 339.849-2

Arnaldo Ribeiro Lima 355.827-7

Humberto Túlio Vilaça Freitas 753.302-9

José de Arimateia Neto 668.887-3

Larissa Medrado da Silva 669.908-6

Lídia Branco Abreu Nascimento 669.794-0

Marconi Silva Dutra 359.566-7

Maria Júlia Rocha Porto 360.389-1

Robson André de Carvalho Gomes 669.658-7

Romeu Emílio de Blasi 361.946-7

Sergio Ricardo Chaves Sena 306.815-2

COMISSÃO REGIONAL DE IPATINGA

SERVIDOR MASP

Marcelo Gonzaga Tasca – Presidente 752.579-3

Amós Pereira da Costa 669.889-8

Ana Paula Camargo Hirle 669.241-2

Cássio Francisco Pimenta Dias 356.065-3

Cássio Luiz da Silva Motta 356.070-3

Danilo Rocha Alvarenga 669.784-1

Fernando Gomes Leal Sobrinho 752.342-6

Flávio Lúcio Vieira 357.203-9

Josângela Ferreira Lana M. Cunha 669.921-9

Luís Carlos Butters 359.219-3

Manoel Zampier Carvalho 669.778-3

Mônica de Fátima Pereira 965.522-6

Raul Vieira Junior 361.693-5

COMISSÃO REGIONAL DE JUIZ DE FORA

SERVIDOR MASP

Angelo Groppo Bicalho – Presidente 669.783-3

Airton Almeida da Silva 668.983-0

Aline Maciel Vidigal 669.972-2

Anamari Ferrari da Cunha 389.779-0

Carlos Benedito de Oliveira 355.996-0

Cláudia Cristina Silva Pires 523.631-0

David Wesley Braga Teodoro 752.225-3

Eugênio Pacelli Fava de Souza 357.019-9

Fernanda Muzzi Bravo Costa 336.327-2

Fernanda Oliveira de Sá Romeu 669.821-1

Flavia Tilli Pereira 668.957-4

Geisla Ritha de Moraes Carvalho Pascini 668.867-5

Jane Esteves Pereira Araújo 337.791-8

João Batista Arêdes de Faria 358.109-7

João da Mata de Oliveira Resende 358.210-3

José Célio Paiva do Amaral 262.377-5
José de Paula Azevedo 327.141-8
José Luiz de Oliveira Ferraz 358.638-5
Maria Cecília da Rocha Kleinsorge 669.078-8
Patrícia de Souza Junqueira 669.818-7
Patrick Augusto Ribeiro 752.398-8
Paulo Giovani Toledo 339.839-3
Paulo Penteado Pinheiro 752.809-4
Roselis Teixeira Gomide 234.911-6
Sergio José de Oliveira Marthon 362.287-5
Túlio Ribeiro Sabino 362.577-9
Yvens Lucchesi 668.933-5

COMISSÃO REGIONAL DE MONTES CLAROS

SERVIDOR MASP

Roberta Rodrigues Fernandes – Presidente 669.709-8
Álisson de Freitas Belém 752.542-1
Amaury Cardoso Alkimim 752.536-3
Antônio Carlos Neves de Brito 314.399-7
Charles Dias Leite Júnior 339.227-4
Domingos Teodolindo Costa Mota 356.548-8
Donato Fernandes Barbosa 356.550-4
Francino Hélio Lucas 357.213-8
Francisco de Assis de Souza 357.230-2
Guilherme Pereira Duarte Filho 357.603-0

João Pena Lopes Silveira 358.222-8

José Rones Ferreira 340.142-9

Jurandir Francisco Figueiredo 358.942-1

Roberto Carlos Morais Santiago 339.842-7

Sebastião Leonardo Dias Sampaio 668.931-9

Wilson Barbosa de Souza 914.450-2

COMISSÃO REGIONAL DE UBERABA

SERVIDOR MASP

Carlos Célio Cardoso – Presidente 335.349-7

Sérgio Ricardo Gonçalves - Coordenador 902.662-6

Claudiana Elias Madruga 668.853-5

Iara Marília Borges Bonetti 752.219-6

João Luiz Cornélio 669.174-5

Manoel Henrique de Oliveira 457.154-3

Márcio Eustáquio Bento 331.912-6

Ronaldo Reines de Souza 669.813-8

Sérgio Ricardo Gonçalves 902.662-6

Vitor Cunha Passarelli 669.764-3

COMISSÃO REGIONAL DE UBERLÂNDIA

SERVIDOR MASP

Reginalda Aparecida N. Silva – Presidente 339.841-9

Antônio dos Reis Zacarias 667.035-0

Carlos Antônio Oliveira 906.431-2

Carlos Magno Moreira 307.347-5

Edilson Carlos 356.622-1

Emilio Veloso Bueno 669.234-7

Frederico Ferreira de Aguiar 752.218-8

Joaquim Roberto Vicentini Gomes 669.191-9

José Antônio do Carmo Júnior 668.806-3

José Furtado Filho 924.847-7

José Geraldo de Oliveira 668.869-1

José Geraldo Nunes 358.564-3

Josiane Gomes da Silva 752.403-6

Lucas Daniel Alves Bernardes 752.401-0

Mauro Machado Gonzaga 331.856-5

Odair José Fernandes 361.376-7

Oswaldo Fontoura Filho 361.450-0

Paula Travaglia 669.966-4

Rayane Rosa da Silva 752.234-5

Wendel José de Sa 752.193-3

COMISSÃO REGIONAL DE VARGINHA

SERVIDOR MASP

Cristiano Vilas Boas Moraes – Presidente 669.987-0

José Carlos Rodolfo – Informática 924.733-9

Alexandre Douglas Guedes Zanini 752.354-1

Anderson Rodrigo Nadalete 670.010-8

Braz Nunes da Rosa 355.945-7

Carlos Augusto Gonçalves Clemente 669.834-4

Carlos Gonçalves de Paiva Junior 669.602-5

Claudes Alves de Oliveira 356.191-7

Eder Wilson Ribeiro 356.605-6

Edson de Paiva Rezende 752.388-9

Edson Neri de Oliveira Resende 301.440-4

Evaldo Batista Ribeiro 357.064-5

Francisco Borges 357.234-4

Hermes Lapa Corsini 357.737-6

Joele Alvarenga Jardim 752.324-4

José Antônio Pereira 358.363-0

Jose Antonio Teixeira 358.372-1

Luiz Claudio Alvarenga 359.267-2

Márcio Ramos de Carvalho 752.229-5

Maria Luiza Couto 309.753-2

Rafael Souza de Queiroz 752.179-2

Ramses Machado Resende Dutra 669.748-6

Ronaldo Misseno Rodrigues 361.987-1

Virna Vilela Figueiredo 374.465-3

Yuri Dias de Oliveira 752.165-1

Zilmar Cícero Pereira 363.057-1



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/Comissão de inventário

Ateste SEF/SPGF-INVENTARIO nº. 26492964/2021

Belo Horizonte, 09 de março de 2021.

Ateste SEF/SPGF-INVENTARIO

Ana Cristina de Resende Dias, MASP 752.522-3, Presidente da Comissão do Inventário de Bens Físicos e Roberto da Silva Vieira MASP 361.877-4, Vice- Presidente da Comissão do Inventário de Bens Físicos, lotados na Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, certificam que as informações prestadas no documento 26492705 - Relatório de Inventário Bens Físicos da SEF, unidade 1191, de 2020 - estão corretas.

Ana Cristina de Resende Dias

Presidente da Comissão de Inventário SEF 2020

Roberto da Silva Vieira

Vice- Presidente da Comissão de Inventário SEF 2020



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina de Resende Dias, Assessora**, em 09/03/2021, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26492964** e o código CRC **F9061086**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretaria de Estado de Fazenda/Comissão de Inventário - 1191

Relatório Relatório SEF/CI - 1191 NOVEMBRO/2020 - SEF/CI - 1191

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2020.

**COMISSÃO ESPECIAL DE INVENTÁRIO - DÍVIDAS
DO PASSIVO CIRCULANTE E VALORES EM
TESOURARIA**

**RELATÓRIO PRELIMINAR CONSOLIDADO
DE APURAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE
E DOS VALORES EM TESOURARIA**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO) - 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXERCÍCIO – 2020

NOVEMBRO

Composição da Comissão:	
Presidente:	Luanna Chaves Esteves
Membros:	Adriana de Souza Teixeira Marise Couto e Silva Sônia Viana de Sá

I - OBJETIVO

Apresentar o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Inventário na apuração das informações referente ao Passivo Circulante e Valores em Tesouraria da Unidade Orçamentária (UO) 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), com a posição até 30 de novembro de 2020.

II - BASE LEGAL

- **Decreto Estadual nº 48.080**, de 11 de novembro de 2020. Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2020 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;
- **Resolução SEF nº 5.416**, de 24 de novembro de 2020. Dispõe sobre a constituição de comissões especiais de inventário no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF/MG;
- **Procedimento Operacional Padrão nº. SGF DPOF/POP-037**, revisado e disponibilizado em 01 de dezembro de 2020. Procedimento para o levantamento do inventário físico e financeiro dos valores em tesouraria e de apuração do passivo circulante pelas Unidades Executoras e Comissão Especial de Inventário que abrange a UO 1191-SEF/MG.

III - METODOLOGIA

O levantamento do passivo circulante e dos valores em tesouraria da UO 1191-SEF/MG baseou-se nos dispositivos da Resolução/SEF nº. 5.416/2020 e Procedimento Operacional Padrão nº. SPGF DPOF POP 037, dividindo-se em duas etapas:

1ª) Apuração *in-loco* pelas Unidades Executoras (UE); e

2ª) Consolidação das informações pela Comissão Especial de Inventário do Passivo Circulante e Valores em Tesouraria.

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF/SPGF) revisou o POP com a descrição do passo-a-passo a ser seguido na apuração e consolidação das informações dos inventários do passivo circulante e valores em tesouraria no âmbito da UO 1191-SEF/MG. Esse POP, as planilhas para preenchimento e os documentos legais foram disponibilizados em 01/12/2020 na Intranet/SEF para *download* e/ou consulta.

Diante dessas informações, a Comissão Especial de Inventário de que trata o Anexo I da Resolução/SEF nº. 5.416/2020 enviou mensagem eletrônica (com os arquivos em anexos) a todas as Unidades Executoras que compõem a UO 1191-SEF/MG em 30/11/2020, ressaltando os procedimentos a serem observados para a elaboração dos inventários com a data base de 30/11/2020.

As Unidades Executoras, munidas das orientações constantes do POP e repassadas pela Comissão Especial de Inventário, procederam ao levantamento dos inventários com a designação de servidores da área, que:

- requisitaram os relatórios contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI-MG);
- realizaram a conciliação das contas contábeis de garantias de valores e bens e do passivo circulante através do confronto dos saldos com os processos físicos e documentação correspondente;
- preencheram os demonstrativos dos inventários com as informações apuradas; e
- encaminharam estes demonstrativos por e-mail à Comissão Especial de Inventário, devidamente certificados digitalmente pelo Chefe/equivalente da Unidade.

Por sua vez, a Comissão Especial de Inventário, ao receber os demonstrativos dos inventários encaminhados pelas Unidades Executoras, realizou a triagem das informações apuradas, requisitou a correção e complementação de informações específicas e preencheu os Demonstrativos Consolidados do Passivo Circulante e dos Valores em Tesouraria da UO 1191-SEF/MG, confrontando os valores apurados com os saldos constantes do Balancete PCASP,

referente a novembro de 2020.

IV - RESULTADOS APURADOS

IV.1 – Passivo Circulante:

Foi elaborado por essa Comissão, o DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE APURAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE da UO 1191-SEF/MG (Anexo I), posição até 30/11/2020, apontando uma dívida fluante no valor de **R\$ 4.579.577,36** (quatro milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos) correspondente a **950** (novecentos e cinquenta) processos de despesa.

As Unidades Executoras encaminharam os Demonstrativos de Inventário de Apuração do Passivo Circulante – posição até 30/11/2020 – informando a correlação entre os registros contábeis constantes do SIAFI-MG e os documentos processuais. Os saldos das contas contábeis, exibidos no sistema SIAFI-MG, representados pelo Relatório 'Balancete de Verificação U.O' (RGDRD34T), somam **R\$ 4.579.577,36** (quatro milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos). A confrontação dos valores não apresentou diferença.

Inobstante a nova diretriz contábil com enfoque patrimonialista emanado das Normas Internacionais de Contabilidade, excluir da composição do Passivo Circulante os valores de Restos a Pagar não Processados, salientamos que conforme a Lei 4.320/64, que dita as normas gerais do direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, os referidos valores devem ser inseridos no cômputo da Dívida Flutuante.

Assim, conforme apuração e certificação das Unidades executoras da SEF-MG o saldo registrado no Balancete de Verificação da unidade orçamentária 1191- SEF, na conta contábil 6.3.1.1 Restos a Pagar não Processados a liquidar totalizou em 30/11/2020 o valor de **R\$5.212.690,44** que em consonância com o artigo Art. 92. [Lei nº 4.320 de 17 de Março de 1964](#), somado aos valores apurados nas contas do grupo 2.1 -Passivo Circulante de **R\$ 4.579.577,36** demonstram o valor da Dívida Flutuante da UO 1191 -SEF, posição em 30/11/2020.

IV.2 – Valores em Tesouraria:

Foi elaborado o DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DE VALORES EM TESOURARIA da UO 1191-SEF/MG, posição até 30/11/2020, com base nas informações passadas pelas Unidades, demonstrando o montante de **R\$ 24.467.053,01 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, cinquenta e três reais e um centavo)** em garantias de valores e bens, conforme a seguir.

I - FIANÇAS BANCÁRIAS RECEBIDAS (ATIVO COMPENSADO - CONTA CONTÁBIL 8.1.1.1.1.01.01.00)

Unidade 1190.121 – Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
BANCO POTENCIAL S.A. CNPJ 00.253.488/0001-17	1900009790	313931		89.696,71	16/10/2008 a 15/10/2009
Objeto:	Carta Fiança onde o Banco Potencial S.A. responsabiliza-se como fiador da Empresa Adservis Multiperfil Ltda, referente ao controle,				

	operação e fiscalização de portarias nas Unidades da SEF.
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
BANCO POTENCIAL S.A. CNPJ 00.253.488/0001-17	1900009790	557393		6.705,46	16/10/2008 a 15/10/2009
Objeto:	Carta Fiança onde o Banco Potencial S.A. responsabiliza-se como fiador da Empresa Adservis Multiperfil Ltda, referente ao controle, operação e fiscalização de portarias nas Unidades da SEF.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Total da Unidade: R\$96.402,17

Unidade 1190.122 – Superintendência de Tecnologia da Informação

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Itau Unibanco S.A.	1900010631	100418110089400		1.356.027,20	29/06/2020
Objeto:	Prestação de serviços técnicos de informática sob demanda. (Capgemini Brasil S.A..)				

Total da Unidade: R\$1.136.027,20

Total de Fianças Bancárias: R\$1.452.429,37

II - APÓLICES DE SEGUROS RECEBIDAS (ATIVO COMPENSADO - CONTA CONTÁBIL

Unidade 1190.029 – AF/BH-3

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
UBF Garantias E Seguros S/A 33.061.839/0001-99	1900009179		33101	34.058,44	15/10/2002
Objeto:	Garantia de indenização dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do contrato com a empresa Conservadora Rema Serviços Técnicos Ltda.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

AnexoRelatórioSEF/19-111911NTasEMBRAPe2026s(23128083627) SEI/SE001000020078/202049186/ 5g. 117

Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Sulina Seguradora S/A 88.457.395/0001-05	1900009411		587801450421151	218.486,32	17/05/2005 a 17/05/2006
Objeto:	Seguro Garantia de Prestação de Serviços da Empresa Convip Serviços Gerais Ltda.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Potencial Seguradora S.A. 11.669.534/0001-74	1900010306		09-0745-02-0004292	44.612,00	06/10/2010 a 06/10/2011
Objeto:	Seguro de prestação de serviços de reserva, alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para as Unidades da SEF. Empresa Terra Viagens e Turismo Ltda				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Pottencial Seguradora S.A. 11.699.534/0001-74	1900010391		09-0775-02-0018624	47.981,39	07/10/2011 a 06/10/2012
Objeto:	Seguro de prestação de serviços de reserva, alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para as Unidades da SEF. Empresa Terra Viagens e Turismo Ltda				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Porto Seguro Companhia De Seguros Gerais 61.198.164/0001-60	1900010450		0775.06.545-2 ENDOSSO 449-8	53.144,35	07/08/2013 a 06/08/2014
Objeto:	Seguro de prestação de serviços de reserva, alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para as Unidades da SEF. Empresa Êxodus Turismo Viagens e Intercâmbio Ltda				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Potencial Seguradora S.A. 11.699.534/0001-74	1900010450		01.0775-02-0101386	48.034,00	05/08/2014 a 06/08/2015

Objeto:	Seguro de prestação de serviços de reserva, alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para as Unidades da SEF. Empresa Êxodus Turismo Viagens e Intercâmbio Ltda
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Porto Seguro Companhia De Seguros Gerais. 61.198.164/0001-60	1900010450		0775.06.545-2	52.555,60	07/08/2012 a 07/08/2013
Objeto:	Seguro de prestação de serviços de reserva, alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para as Unidades da SEF. Empresa Êxodus Turismo Viagens e Intercâmbio Ltda.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Junto Seguros	1900010628		03-0775-0214944	165.233,33	01/10/2019 a 30/06/2020
Objeto:	Seguro garantia de prestação de serviços auxiliares referentes as categorias de copeiro (a), eletricista, garagista, operador de equipamento reprográfico, recepcionista, telefonista e trabalhador da manutenção de edificações, a serem executados nas unidades do contratante, instaladas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais – pela empresa Conserve Serviços Gerais Ltda.				

Observação:	Registro baixado em 03/12/2020.

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
BMG SEGUROS S.A.	1900010906		017412020000107750012722 Ramo 0775	116.397,03	16/07/2020 a 16/10/2021
Objeto:	Seguro garantia de prestacao de servicos auxiliares a serem executados nas unidades do contratante, instaladas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais – pela empresa GUARDISERVICE ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Berkley International do Brasil Seguros Ltda. 07.021.544/0001/89	1900010390		014142014000-10775-00-26370	30.349,03	13/10/2014 a 12/10/2015
Objeto:	Seguro garantia de prestação de serviços auxiliares referentes as categorias de copeiro (a), eletricista, garagista, operador de equipamento reprográfico, recepcionista, telefonista e trabalhador da manutenção de edificações, a serem executados nas unidades do contratante, instaladas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais – pela empresa Conserve Serviços Gerais Ltda.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO				1.653,63	Exercício 2020

SEGURO DPVAT S.A.					2020
Objeto:	Garantia de seguro obrigatório dpvat – exercício 2020, referente aos veículos oficiais da frota SEF/MG, processo de compras 1501561/01/2020.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Berkley International do Brasil Seguros S/A 07.021.544/0001- 89	1900010562		014142013000- 10775-00- 16337	283.376,27	30/08/2014 a 29/08/2015
Objeto:	Seguro garantia de prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação, copa, preparo de lanches e refeições, carregamento e descarregamento, incluindo o fornecimento de saneantes domissanitários, equipamentos, materiais de limpeza, de higiene pessoal e utensílios, prestados nas unidades da sef, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene – pela empresa América Terceirização Ltda.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	1900010678		0775.06.4.388-5	420.025,64	28/12/2019 a 27/12/2020
Objeto:	Seguro garantia de prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação, copa, preparo de lanches e refeições, carregamento e descarregamento, incluindo o fornecimento de saneantes domissanitários, equipamentos, materiais de limpeza, de higiene pessoal (papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido) e utensílios, prestados nas unidades da SEF/capital, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene – pela empresa Ágile				

Empreendimentos e Serviços Eireli.

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Porto Seguro Cia De Seguros Gerais 61.198.164/0001-60	1900010641		0775.56.684-7 ENDOSSO 574-2	67.092,81	28/11/2018 a 28/11/2019
Objeto:	Registro a ser baixado. Aguardando certificação das Unidades.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Junto Seguros	1900010864		03-0775-0210733	3.920,40	30/04/2019 a 31/07/2022
Objeto:	Seguro garantia de prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento da frota de veículos dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, por meio da implantação, manutenção e administração de um sistema informatizado e integrado, com a instalação de dispositivo eletrônico nos veículos e nos postos próprios do Estado; que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão nº 29/2019, pela empresa Unidata Automação Ltda.				

Total da Unidade 1190121: R\$1.622.263,29

Unidade 1190.122 – Superintendência de Tecnologia da informação

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
J. Malucelli Seguradora S/A	1900010708		03-0775-0190886	5.098,75	10/10/2021
Objeto:	Aquisição de 08 (oito) servidores tipo Rack x86, modelo D - (IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA).				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Pottencial Seguradora S/A	1900010816		0306920189907750226348000	314.171,50	25/09/2020
Objeto:	Aquisição de novos appliances (instalações, treinamentos, expansão de licenças de suporte e atualização) e aquisição de novas licenças para a ferramenta de BI (Business Intelligence) - (INGRAM MICRO BRASIL LTDA).				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Pottencial Seguradora S/A	1900010765		0306920179907750179856000	665.943,75	26/07/2020
Objeto:	Prestação de serviços técnicos de informática sob demanda - (STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A)				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Junto Seguros S/A	1900010900		0307750221173	15.100,00	18/08/2021
Objeto:	Prestação de serviços de manutenção, suporte e atualização de licenças VMware - (IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA).				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
BMG Seguros S/A	1900010909		0174120200001077500117556	10.228,00	02/09/2020
Objeto:	Prestação de serviços de suporte técnico e atualização de versões para a ferramenta IBM Cognos Analytics, utilizada no ambiente computacional analítico Data Center - (AMM TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA).				

Total da Unidade 1190122: R\$1.010.542,00

Total de Garantias por Seguro: **R\$23.014.623,64**

Total de Garantia de Valores e Bens: R\$ 24.467.053,01 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, cinquenta e três reais e um centavo)

Os saldos das contas contábeis, exibidos no sistema SIAFI-MG, representados pelo Relatório 'Balancetes PCASP' (RGDRD34T), somam **R\$ 24.467.053,01** (vinte e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, cinquenta e três reais e um centavo).

Sendo assim, não apuramos qualquer divergência com os relatórios contábeis. Os saldos apurados estão de acordo com os saldos apresentados pelo SIAFI.

V - CONCLUSÃO

A composição do saldo referente à conta contábil "Garantias de Valores e Bens" (8.1.1.1.1.00) reflete os registros das apólices de seguro-garantia e fianças bancárias lastreados pelos processos contratuais da SEF/MG de competência dos Ordenadores de Despesa.

O Passivo Circulante evidenciado no Balancete Mensal da UO 1191-SEF/MG – novembro/2020 – reflete todas as obrigações assumidas e certificadas pelas Unidades Executoras/SEF até 30/11/2020.

Ressaltamos que a gestão da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF/SPGF) junto às Unidades Executoras foi fundamental e relevante para o controle financeiro e contábil, contribuindo diretamente para o desempenho das atividades dessa Comissão Especial de Inventário.

Em cumprimento as determinações contidas na Resolução/SEF nº 5.416/2020, encaminhamos os Demonstrativos Consolidados do Inventário Físico e Financeiro do Passivo Circulante e Valores em Tesouraria, posição até 30 de novembro de 2020, da UO 1191-SEF/MG, visando à apreciação pela Superintendente de Gestão e Finanças (SPGF) e posterior encaminhamento ao Diretor de Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF), para providências contábeis necessárias e para compor a Prestação de Contas Anual.

Belo Horizonte, 15 de novembro de 2020.

Luanna Chaves Esteves

Presidente – Masp 753.144-5

Adriana de Souza Teixeira

Membro - Masp 363.125-6

Marise Couto Silva

Membro - Masp 265.251-9

Sônia Viana de Sá

Membro - Masp 907.377-6



Documento assinado eletronicamente por **Luanna Chaves Esteves, Presidente (a) da Comissão**, em 15/12/2020, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana de Souza Teixeira, Membro da Comissão**, em 15/12/2020, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marise Couto Silva, Membro da Comissão**, em 15/12/2020, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Viana de Sá, Membro da Comissão**, em 15/12/2020, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23150074** e o código CRC **C48DBA89**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretaria de Estado de Fazenda/Comissão de Inventário - 1191

Relatório SEF/CI - 1191 - Consolidado - Dez 2020 - Revisado - SEF/CI - 1191

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2021.

**COMISSÃO ESPECIAL DE INVENTÁRIO - DÍVIDAS DO PASSIVO CIRCULANTE E
VALORES EM TESOURARIA
RELATÓRIO CONCLUSIVO CONSOLIDADO
DE APURAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE
E DOS VALORES EM TESOURARIA**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO) - 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**EXERCÍCIO - 2020
DEZEMBRO**

Composição da Comissão:	
Presidente:	Luanna Chaves Esteves
Membros:	Adriana de Souza Teixeira
	Marise Couto e Silva
	Sônia Viana de Sá

I - OBJETIVO

Apresentar os resultados obtidos por meio do trabalho desenvolvido pela Comissão Especial de Inventário, constituída pela Resolução 5.416, de 24 de novembro de 2020, para apuração das informações referentes ao Passivo Circulante e Valores em Tesouraria da Unidade Orçamentária (UO) 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), com a posição até 31 de dezembro de 2020, após o período de ajuste.

II - BASE LEGAL

- **Decreto Estadual nº 48.080**, de 11 de novembro de 2020. Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2020 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;
- **Resolução SEF nº 5.416**, de 24 de novembro de 2020. Dispõe sobre a constituição de comissões especiais de inventário no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF/MG. A referida resolução institui o dia 29/01/2021 para apresentação do relatório de inventário consolidado dos saldos contábeis pertencentes ao Grupo Passivo Circulante e dos Valores em Tesouraria, com saldos finais em 31 de dezembro de 2020;
- **Procedimento Operacional Padrão nº. SPGF DPOF/POP-037**, revisado e disponibilizado em 01 de dezembro de 2020. Procedimento para o levantamento do inventário físico e financeiro dos valores em tesouraria e de apuração do passivo circulante pelas Unidades Executoras e Comissão Especial de Inventário que abrange a Unidade Orçamentária (UO) - 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), que compreende as Unidades Executoras (UE's):
 - 1190006 - SEF - GABINETE
 - 1190007 - CONSELHO CONTRIBUINTES MG
 - 1190010 - SEF - SCAF
 - 1190025 - SEF - SCCG
 - 1190027 - SEF - SUTRI
 - 1190029 - AF/1º NIVEL/BH - 3
 - 1190046 - AF/2º NIVEL/BARBACENA
 - 1190057 - AF/2º NIVEL/DIVINOPOLIS
 - 1190060 - AF/2º NIVEL/GOV.VALADARES
 - 1190063 - AF/1º NIVEL/JUIZ DE FORA
 - 1190064 - AF/2º NIVEL/CONTAGEM
 - 1190065 - AF/2º NIVEL/IPATINGA
 - 1190079 - AF/2º NIVEL/MONTES CLAROS
 - 1190086 - AF/2º NIVEL/PARACATU
 - 1190088 - AF/2º NIVEL/PATOS DE MINAS
 - 1190095 - AF/2º NIVEL/POUSO ALEGRE

- o 1190098 - AF/2º NÍVEL/SAO JOAO D.REY
- o 1190102 - AF/2º NÍVEL/TEÓFILO OTONI
- o 1190104 - AF/2º NÍVEL/UBA
- o 1190105 - AF/1º NÍVEL/UBERABA
- o 1190106 - AF/1º NÍVEL/UBERLÂNDIA
- o 1190108 - AF/2º NÍVEL/VARGINHA
- o 1190121 - SPGF
- o 1190122 - SUP.TECNOLOGIA INFORMACAO
- o 1190123 - SUP. DE FISCALIZACAO
- o 1190124 - SUP.ARREC.INF.FISCAL
- o 1190125 - SUP.CENT.GOV.ATIVOS SCGA
- o 1190126 - DEFIS/SUFIS
- o 1190131 - SUP CRED COBRANÇA-SUCRED

III - METODOLOGIA

O levantamento do passivo circulante e dos valores em tesouraria da UO 1191-SEF/MG baseou-se nos dispositivos da Resolução/SEF nº. 5.416/2020 e Procedimento Operacional Padrão nº. SPGF DPOF POP 037, dividindo-se em duas etapas:

1ª) Apuração *in-loco* pelas Unidades Executoras (UEs); e

2ª) Consolidação das informações pela Comissão Especial de Inventário do Passivo Circulante e Valores em Tesouraria.

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF/SPGF) revisou o POP com a descrição do passo-a-passo a ser seguido na apuração e consolidação das informações dos inventários do passivo circulante e valores em tesouraria no âmbito da UO 1191-SEF/MG. Esse POP, as planilhas para preenchimento e os documentos legais foram disponibilizados em 01/12/2020 por e-mail para *download* e/ou consulta.

Diante dessas informações, a Comissão Especial de Inventário de que trata o Anexo I da Resolução/SEF nº. 5.416/2020 enviou mensagem eletrônica a todas as Unidades Executoras que compõem a UO 1191-SEF/MG, ressaltando os procedimentos a serem observados para a elaboração dos inventários com a data base de 31/12/2020.

As Unidades Executoras, munidas das orientações constantes do POP e repassadas pela Comissão Especial de Inventário, procederam ao levantamento dos inventários com a designação de servidores da área, que:

- requisitaram os relatórios contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI-MG);
- consultaram no módulo contábil o balancete de verificação (PCASP);
- realizaram a conciliação das contas contábeis de garantias de valores e bens e do passivo circulante através do confronto dos saldos com os processos físicos e documentação correspondente;
- preencheram os demonstrativos dos inventários com as informações apuradas; e
- encaminharam estes demonstrativos por e-mail à Comissão Especial de Inventário, devidamente certificados digitalmente pelo Chefe/equivalente da Unidade.

Por sua vez, a Comissão Especial de Inventário, ao receber os demonstrativos dos inventários encaminhados pelas Unidades Executoras, realizou a triagem das informações apuradas, requisitou a correção e complementação de informações específicas e preencheu os Demonstrativos Consolidados do Passivo Circulante e dos Valores em Tesouraria da UO 1191-SEF/MG, confrontando os valores apurados com os saldos constantes do Balancete PCASP, referente a dezembro de 2020, atendendo ao Art. 14, inciso I da Resolução Nº 5.416, de 24 de novembro de 2020.

IV - RESULTADOS APURADOS

IV.1 – Passivo Circulante:

Foi elaborado por essa Comissão, o DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE APURAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE da UO 1191-SEF/MG (Anexo I), posição até 31/12/2020, após o período de ajuste, apontando um Passivo Circulante no valor de **R\$ 6.496.018,12** (seis milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, dezoito reais e doze centavos) correspondente a **662** (seiscentos e sessenta e dois) processos de despesa.

As Unidades Executoras encaminharam os Demonstrativos de Inventário de Apuração do Passivo Circulante – posição até 31/12/2020 – informando a correlação entre os registros contábeis constantes do SIAFI-MG e os documentos processuais.

Após análise dos respectivos demonstrativos certificados e enviados pelas Unidades Executoras da SEF, verificou-se que o somatório dos saldos das contas contábeis integrantes do Passivo Circulante, correlacionados aos documentos processuais registrados no SIAFI-MG, totalizou **R\$ 6.496.018,22** (seis milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, vinte e dois centavos), apresentando uma divergência no valor de **R\$ 0,10** (dez centavos) em confronto com o saldo do Passivo Circulante no valor de **R\$ 6.496.018,12** (seis milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, dezoito reais e doze centavos), apresentado no Balancete de Verificação da UO 1191 de Dezembro/2020.

A divergência encontrada foi apontada e justificada pela Unidade Executora conforme detalhamento a seguir:

Conta 2.1.3.1.1.01 - Fornecedores e Contas a Pagar: Saldo apontado R\$0,10 (dez centavos), a maior em relação ao saldo da conta no Balancete de Verificação.

Unidade Executora 1190.079 – AF/2º Nível/Montes Claros

Conta:	2.1.3.1.1.01 - Fornecedores e Contas a Pagar
Soma dos Processos:	R\$1.346,03
Saldo do Balancete:	R\$1.345,93
Diferença apurada:	(R\$0,10)
Justificativa:	Liquidação registrada a menor, empenho nº 2020/10 (valor da fatura R\$69,85 - valor liquidado R\$69,75). Esta diferença foi paga pelo servidor diretamente ao credor e posterior baixa da fatura pela quitação da mesma .

IV.2 – Valores em Tesouraria:

Foi elaborado o DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DE VALORES EM TESOUREARIA da UO 1191-SEF/MG, posição até 31/12/2020, com base nas informações passadas pelas Unidades. O saldo demonstrando o montante de **R\$24.365.506,57** (vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e seis reais e cinquenta e sete centavos) refere-se a garantias de valores e bens, conforme a seguir.

I - FIANÇAS BANCÁRIAS RECEBIDAS (CONTA CONTÁBIL 8.1.1.1.1.01.00)

Unidade 1190.121 – Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
BANCO POTENCIAL S.A. CNPJ 00.253.488/0001-17	1900009790	313931		89.696,71	16/10/2008 a 15/10/2009
Objeto:	Carta Fiança onde o Banco Potencial S.A. responsabiliza-se como fiador da Empresa Adservis Multiperfil Ltda, referente ao controle, operação e fiscalização de portarias nas Unidades da SEF.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAF-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
BANCO POTENCIAL S.A. CNPJ 00.253.488/0001-17	1900009790	557393		6.705,46	16/10/2008 a 15/10/2009
Objeto:	Carta Fiança onde o Banco Potencial S.A. responsabiliza-se como fiador da Empresa Adservis Multiperfil Ltda, referente ao controle, operação e fiscalização de portarias nas Unidades da SEF.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAF-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Total da Unidade: R\$96.402,17

Unidade 1190.122 – Superintendência de Tecnologia da Informação

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Itau Unibanco S.A.	1900010631	100418110089400		1.356.027,20	29/06/2020
Objeto:	Prestação de serviços técnicos de informática sob demanda. (Capgemini Brasil S.A..)				

Total da Unidade: R\$1.136.027,20

Total de Fianças Bancárias: R\$1.452.429,37

II - APÓLICES DE SEGUROS RECEBIDAS (CONTA CONTÁBIL 8.1.1.1.1.02.01.00)

Unidade 1190.029 – AF/BH-3

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
SOMPO Seguros S/A			1800653319-4	20.381.818,35	16/07/2021
Objeto:	Seguro do imóvel localizado à [REDACTED] de Lourdes				

Unidade 1190.121 – Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
UBF Garantias E Seguros S/A 33.061.839/0001-99	1900009179		33101	34.058,44	15/10/2002
Objeto:	Garantia de indenização dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do contrato com a empresa Conservadora Rema Serviços Técnicos Ltda.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Sulina Seguros S/A 88.457.395/0001-05	1900009313		587801750235433	35.343,05	02/01/2003 a 02/01/2004
Objeto:	Seguro garantia prestado pela empresa em caráter de fiadora e principal pagadora da Empresa Labor Serviços Gerais Ltda.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Sulina Seguradora S/A 88.457.395/0001-05	1900009411		587801450421151	218.486,32	17/05/2005 a 17/05/2006
Objeto:	Seguro Garantia de Prestação de Serviços da Empresa Convip Serviços Gerais Ltda.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Potencial Seguradora S.A. 11.669.534/0001-1	1900010306		09-0745-02-0004292	44.612,00	06/10/2010 a 06/10/2011

74				74.012,00	
Objeto:	Seguro de prestação de serviços de reserva, alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para as Unidades da SEF. Empresa Terra Viagens e Turismo Ltda				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Pottencial Seguradora S.A. 11.699.534/0001-74	1900010391		09-0775-02-0018624	47.981,39	07/10/2011 a 06/10/2012
Objeto:	Seguro de prestação de serviços de reserva, alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para as Unidades da SEF. Empresa Terra Viagens e Turismo Ltda				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Porto Seguro Companhia De Seguros Gerais 61.198.164/0001-60	1900010450		0775.06.545-2 ENDOSSO 449-8	53.144,35	07/08/2013 a 06/08/2014
Objeto:	Seguro de prestação de serviços de reserva, alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para as Unidades da SEF. Empresa Êxodus Turismo Viagens e Intercâmbio Ltda				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Potencial Seguradora S.A 11.699.534/0001-74	1900010450		01.0775-02-0101386	48.034,00	05/08/2014 a 06/08/2015
Objeto:	Seguro de prestação de serviços de reserva, alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para as Unidades da SEF. Empresa Êxodus Turismo Viagens e Intercâmbio Ltda				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Porto Seguro Companhia De			0775.06.545		07/08/2013 a

Seguros Gerais. 61.198.164/0001- 60	1900010450		01713.000.343- 2	52.555,60	07/08/2013 a 07/08/2012 a
Objeto:	Seguro de prestação de serviços de reserva, alteração e entrega de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional para as Unidades da SEF. Empresa Êxodus Turismo Viagens e Intercâmbio Ltda.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
BMG SEGUROS S.A.	1900010906		017412020000107750012722 Ramo 0775	116.397,03	16/07/2020 a 16/10/2021
Objeto:	Seguro garantia de prestação de serviços auxiliares a serem executados nas unidades do contratante, instaladas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais – pela empresa GUARDISERVICE ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Berkley International do Brasil Seguros Ltda. 07.021.544/0001/89	1900010390		014142014000- 10775-00-26370	30.349,03	13/10/2014 a 12/10/2015
Objeto:	Seguro garantia de prestação de serviços auxiliares referentes as categorias de copeiro (a), eletricista, garagista, operador de equipamento reprográfico, recepcionista, telefonista e trabalhador da manutenção de edificações, a serem executados nas unidades do contratante, instaladas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais – pela empresa Conservo Serviços Gerais Ltda.				
Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.				1.653,63	Exercício 2020
Objeto:	Garantia de seguro obrigatório dpvat – exercício 2020, referente aos veículos oficiais da frota SEF/MG, processo de compras 1501561/01/2020.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Berkley International do Brasil Seguros S/A 07.021.544/0001- 89	1900010562		014142013000- 10775-00-16337	283.376,27	30/08/2014 a 29/08/2015
Objeto:	Seguro garantia de prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação, copa, preparo de lanches e refeições, carregamento e descarregamento, incluindo o fornecimento de saneantes domissanitários, equipamentos, materiais de limpeza, de higiene pessoal e utensílios, prestados nas unidades da sef, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene – pela empresa América Terceirização Ltda.				

Observação:	A DAC informou por meio de e-mail em 19/08/2020 que a AJUR reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registro das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada.

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	1900010678		0775.06.4.388-5	420.025,64	28/12/2019 a 27/12/2020
Objeto:	Seguro garantia de prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação, copa, preparo de lanches e refeições, carregamento e descarregamento, incluindo o fornecimento de saneantes domissanitários, equipamentos, materiais de limpeza, de higiene pessoal (papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido) e utensílios, prestados nas unidades da SEF/capital, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene – pela empresa Ágile Empreendimentos e Serviços Eireli.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Porto Seguro Cia De Seguros Gerais 61.198.164/0001-60	1900010641		0775.56.684-7 ENDOSSO 574-2	67.092,81	28/11/2018 a 28/11/2019
Objeto:	Registro a ser baixado. Aguardando certificação das Unidades.				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Junto Seguros	1900010864		03-0775-0210733	3.920,40	30/04/2019 a 31/07/2022
Objeto:	Seguro garantia de prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento da frota de veículos dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, por meio da implantação, manutenção e administração de um sistema informatizado e integrado, com a instalação de dispositivo eletrônico nos veículos e nos postos próprios do Estado; que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão nº 29/2019, pela empresa Unidata Automação Ltda.				

Total da Unidade 1190121: R\$1.457.029,96

Unidade 1190.122 – Superintendência de Tecnologia da informação

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
J. Malucelli Seguradora S/A	1900010708		03-0775-0190886	5.098,75	10/10/2021
Objeto:	Aquisição de 08 (oito) servidores tipo Rack x86, modelo D - (IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA).				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Potencial Seguradora S/A	1900010816		0306920189907750226348000	314.171,50	25/09/2020
Objeto:	Aquisição de novos appliances (instalações, treinamentos, expansão de licenças de suporte e atualização) e aquisição de novas licenças para a ferramenta de BI (Business Intelligence) - (INGRAM MICRO BRASIL LTDA).				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade

Potencial Seguradora S/A	1900010765		0306920179907750179856000	665.943,75	26/07/2020
Objeto:	Prestação de serviços técnicos de informática sob demanda - (STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A)				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Junto Seguros S/A	1900010900		0307750221173	15.100,00	18/08/2021
Objeto:	Prestação de serviços de manutenção, suporte e atualização de licenças VMware - (IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA).				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
BMG Seguros S/A	1900010909		0174120200001077500117556	10.228,00	02/09/2020
Objeto:	Prestação de serviços de suporte técnico e atualização de versões para a ferramenta IBM Cognos Analytics, utilizada no ambiente computacional analítico Data Center - (AMM TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA).				

Empresa	Contrato	Nº Carta Fiança	Nº Apólice	Valor	Validade
Potencial Seguradora S/A	1900010816		0306920209907750428597000	63.686,89	29/08/2021
Objeto:	Aquisição de novos appliances (instalações, treinamentos, expansão de licenças de suporte e atualização) e aquisição de novas licenças para a ferramenta de BI (Business Intelligence) - (INGRAM MICRO BRASIL LTDA).				

Total da Unidade 1190122: R\$1.074.228,89

Total de Garantias por Seguro: R\$22.913.077,20

Total de Garantia de Valores e Bens: R\$24.365.506,57 (vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e seis reais e cinquenta e sete centavos).

Os saldos das contas contábeis, exibidos no sistema SIAFI-MG, representados pelo Relatório 'Balancetes PCASP' (RGDRD34T), somam **R\$24.365.506,57** (vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e seis reais e cinquenta e sete centavos).

De acordo com informações das Unidades Executoras 1190.121-SPGF, os registros contábeis correspondentes às cartas-fianças e apólices de seguro vencidas são mantidos com base no Parecer da Auditoria Setorial/SEF nº 521/2011, de 13/09/2011; Nota Técnica da Assessoria Jurídica/SEF nº 1.385/2011, de 27/09/2011; e Relatório da Advocacia Geral do Estado nº 15.122, de 31/10/2011.

Sendo assim, não apuramos qualquer divergência com os relatórios contábeis. Os saldos apurados estão de acordo com os saldos apresentados pelo balancete de verificação consolidado da unidade 1191 - SEF.

V - CONCLUSÃO

A composição do saldo referente à conta contábil "Garantias de Valores e Bens" (8.1.1.1.1) reflete os registros das apólices de seguro-garantia e fianças bancárias lastreados pelos processos contratuais da SEF/MG de competência dos Ordenadores de Despesa. A Comissão constatou haver conformidade entre os valores apurados nas Unidades Executoras componentes da Unidade Orçamentária 1191 -SEF/MG e o saldo constante no relatório emitido pelo SIAFI/MG, assim como no balancete de verificação exibido no módulo contábil.

O Passivo Circulante evidenciado no Balancete de Encerramento da UO 1191-SEF/MG - dezembro/2020 - reflete todas as obrigações assumidas e certificadas pelas Unidades Executoras/SEF até 31/12/2020. Inobstante a nova diretriz contábil com enfoque patrimonialista emanado das Normas Internacionais de Contabilidade, excluir da composição do Passivo Circulante os valores de Restos a Pagar não Processados, ressaltamos que conforme a **Lei 4.320/64**, que dita as normas gerais do direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, os referidos valores devem compor a Dívida Flutuante.

Assim conforme apuração do consolidado das Unidades executoras da SEF-MG, informamos que o saldo registrado no Balancete de Verificação da unidade orçamentária 1191-SEF, na conta contábil 6.3.8.1 - Restos a Pagar não Processados totalizou em 31/12/2020 o valor de **R\$ 58.559.855,55** (cinquenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a **774** (setecentos e setenta e quatro) processos de despesa, que em consonância com o artigo Art. 92. Lei nº 4.320 de 17 de Março de 1964, somado aos valores apurados nas contas do grupo 2.1 -Passivo Circulante de **R\$ 6.496.018,12** (seis milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, dezoito reais e doze centavos) correspondente a **662** (seiscentos e sessenta e seis) processos de despesa, demonstram o valor da Dívida Flutuante da UO 1191 -SEF, posição em 31/12/2020 em **R\$ 59.156.280,11** (cinquenta e nove milhões, cento e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta reais e onze centavos) totalizando o montante de **1436** (mil quatrocentos e trinta e seis) processos de despesa.

Salientamos que a gestão da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF/SPGF) junto às Unidades Executoras foi fundamental e relevante para o controle financeiro e contábil, contribuindo diretamente para o desempenho das atividades dessa Comissão Especial de Inventário.

Em cumprimento as determinações contidas na Resolução/SEF nº 5.416/2020, encaminhamos os Demonstrativos Consolidados do Inventário Físico e Financeiro do Passivo Circulante e de Valores em Tesouraria, posição até 31 de dezembro de 2020, da UO 1191-SEF/MG, visando à apreciação do Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças (DPOF) para providências contábeis necessárias e posterior encaminhamento à Superintendente de Gestão e Finanças (SPGF) para compor a Prestação de Contas Anual.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2020.

Luanna Chaves Esteves

Presidente - Masp 753.144-5

Adriana de Souza Teixeira

Membro - Masp 363.125-6

Marise Couto Silva

Membro - Masp 265.251-9

Sônia Viana de Sá

Membro - Masp 907.377-6

VI - ANEXOS

Anexo I 24832343 - Demonstrativo Consolidado de Apuração do Passivo Circulante da UO 1191-SEF/MG (PCASP), posição até 31/12/2020, após o período de ajustes.

Anexo II 24768081- Balancete de Verificação Consolidado da UO 1191-SEF/MG (PCASP), dezembro de 2020, após período de ajustes.

Anexo III 22583141 - Resolução/SEF 5.416 de 24/11/2020.

Anexo IV 22582985 - Decreto Nº 48.080 de 11/11/2020.

Anexo V 22582973 - Procedimento Operacional Padrão nº. SPGF DPOF/POP-037



Documento assinado eletronicamente por **Luanna Chaves Esteves, Presidente (a) da Comissão**, em 08/02/2021, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marise Couto Silva, Membro da Comissão**, em 08/02/2021, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana de Souza Teixeira, Membro da Comissão**, em 08/02/2021, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Viana de Sá, Membro da Comissão**, em 08/02/2021, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25213212** e o código CRC **D9C83B1E**.

RELATÓRIO DE GESTÃO

**Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

Órgão/Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS
Dirigente Máximo: GUSTAVO DE OLIVEIRA BARBOSA

Mensagem

A Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais concluiu mais um ano com expressivas ações que facilitaram a vida dos contribuintes e buscaram o equilíbrio financeiro do Estado

O exercício de 2020 foi marcado pela pandemia causada pelo Covid-19 e as iniciativas da SEF/MG contribuíram significativamente para o enfrentamento da crise econômica, por meio de medidas emergenciais, decorrentes do estado de calamidade.

Neste viés, as dificuldades impostas pelo novo contexto exigiram esforços adicionais e imprescindíveis à superação dos óbices, visando assegurar o equacionamento das contas públicas e, conseqüentemente, o cumprimento da missão do órgão, qual seja, *“Prover e gerir os recursos financeiros do Estado para garantir o desenvolvimento econômico e a justiça fiscal em benefício da sociedade mineira”*.

Historicamente, as situações enfrentadas na SEF/MG sempre foram desafiadoras.

Para tanto, foi de suma relevância o mapeamento e aperfeiçoamento dos processos relacionados à Gestão Estratégica, sendo digna de destaque a iniciativa de revisão do **Plano Anual SEF 2020**.

Considerando os desdobramentos do novo contexto, o êxito desta revisão foi resultado de análises rigorosas e criteriosas das duas unidades finalísticas da SEF/MG, a **Subsecretaria da Receita Estadual** e a **Subsecretaria do Tesouro Estadual**.

Dentre as diversas ações alcançadas pela SEF/MG, em 2020, destacam-se:

- Simplificação tributária;
- Adoção de medidas com foco no contribuinte, implementadas no período da pandemia;
- Expansão da autorregularização;
- Reforma da previdência;
- Transparência: Portais do Tesouro Estadual;
- Projeto de Lei 2.273/20 – Nota Fiscal Mineira.

Neste trilhar, ressalta-se que tais ações contribuíram para tornar Minas Gerais um Estado atrativo para as empresas, transparente, eficiente na arrecadação e gestão dos recursos públicos, sem aumentar impostos.

No que concerne à simplificação tributária, foram implementadas várias iniciativas com foco no aperfeiçoamento e facilitação dos procedimentos e dos serviços prestados ao contribuinte.

Em outra frente, o Projeto Expansão da autorregularização permitiu a regularização espontânea de um maior número de pendências e irregularidades em uma plataforma digital,

simplificando a relação dos contribuintes com a Receita Estadual e estimulando a conformidade tributária.

Outro marco importante foi a aprovação da Reforma da Previdência do Estado de Minas Gerais, sendo a atuação da SEF/MG fundamental na elaboração das mudanças no novo modelo proposto do regime previdenciário. Dentre os resultados a serem alcançados com esta implementação, destaca-se a economia que será gerada aos cofres do governo mineiro, sendo de R\$ 1,1 bilhão por ano, a partir de 2021.

No âmbito do Tesouro Estadual, foram realizadas diversas ações, com destaque para o cumprimento integral, no exercício de 2020, do acordo com a Associação Mineira dos Municípios (AMM), visando a quitação das parcelas referentes às quotas-partes dos valores devidos de ICMS, IPVA e Fundeb. Além disso, a STE inovou com a implementação de quatro portais de transparência, permitindo a todos cidadãos, contribuintes e gestores municipais, acesso às informações econômico-financeiras do Estado, como execução de receita e despesa, dívidas, panorama das empresas vinculadas ao governo estadual, e previdência complementar.

Diante dos desafios apresentados no atual cenário, a SEF/MG demonstrou entregas expressivas, atuando sempre de forma positiva e tempestiva.

Sabemos que temos que continuar trabalhando, avançando na agenda de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, para que não nos desviemos desse cenário positivo.

Por fim, destacamos que o presente Relatório de Gestão apresenta, detalhadamente, os reflexos das ações da SEF/MG, que demonstram, de forma fidedigna, uma seleção dos principais resultados alcançados ao longo de 2020.

Este relatório, então, é produto do esforço coletivo das diversas unidades da SEF/MG, na certeza que esse afã de cada vez mais aprimorar a elaboração do texto conforme diretrizes emanadas do TCE se perpetuará nos demais exercícios financeiros.

GUSTAVO DE OLIVEIRA BARBOSA

Secretário de Estado de Fazenda

Sumário:

1.	Visão Geral	6
2.	Governança, estratégia e alocação de recursos	11
3.	Riscos, oportunidades e perspectivas:.....	22
4.	Resultados e Desempenho da Gestão:	28
5.	Atendimento às exigências contidas na DN TCEMG nº 01/2019:	35
5.1	RESUMO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS EM 2020	37
5.2	RELATÓRIOS SOBRE A GESTÃO	38
 A) Descrição da execução do programa de trabalho por meio do cumprimento das metas físicas e financeiras, por função, subfunção, programa, projeto, subprojeto, atividade, subatividade e operações especiais, em nível de grupo de natureza e elemento da despesa, evidenciando com indicadores de eficiência, eficácia ou efetividade, a implementação da ação governamental, com esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos.		
		38
 B) Descrição das medidas adotadas com vistas a sanear eventuais disfunções estruturais ou conjunturais que prejudicaram ou inviabilizaram a execução das ações programadas.....		
		73
 C) Informações sobre a execução dos programas e ações do governo, sob a responsabilidade do órgão, com identificação de ação governamental estratégica no PPAG 2020-2023, abrangendo a execução física e financeira das ações realizadas, bem como os indicadores institucionais de desempenho, se for o caso.		
		73
 D) Relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais.....		
		74
 E) Demonstração da execução física e financeira de projetos, subprojetos, atividades e subatividades objetos de financiamento nacional e internacional, especificando as partes envolvidas, detalhando os valores totais previstos e os valores realizados no exercício e até o exercício, bem como as contrapartidas oferecidas e os motivos que inviabilizaram a plena conclusão de etapa ou da totalidade da ação proposta, indicando as providências adotadas, quando aplicável.....		
		74
 F) Outras informações consideradas relevantes pelo órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso.		
		75

G) Demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os, por procedência, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados.....	75
I) Informações relativas à execução de Despesa de Exercícios Anteriores, sua composição e evolução nos últimos dois anos.....	82

6. Sustentabilidade ambiental:.....	83
7. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis:	85
8. Conclusão.....	149
8.1 Referências Bibliográficas.....	149

1. Visão Geral

A Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF

A Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF, órgão do Governo do Estado de Minas Gerais, tem como finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas a política tributária e fiscal, a gestão dos recursos financeiros, a política e as diretrizes da gestão contábil do Estado e as atividades pertinentes à gestão da governança corporativa estadual, assim como responsabilizar-se pela implementação das políticas tributária e fiscal e pelo provimento, controle e administração dos recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos da Administração Pública.

A SEF, a partir de 2019, orientada pelas recomendações do diagnóstico de maturidade da gestão fiscal (MD-GEFIS – BID), vem retomando os processos relacionados à gestão estratégica, através da formação da equipe e estruturação de sua Assessoria Estratégica (AEST/SEF) e da construção do seu modelo de gestão estratégica SEF 2030+ regulamentado pelo Decreto nº 47.756/2019.

Dentro do escopo do SEF 2030+ foram redefinidos, em oficinas cocriativas realizadas em 20/11/2019, os **norteadores estratégicos** da SEF para o horizonte 2020-2030, apresentados a seguir:

Propósito: Contribuir para o bem-estar da sociedade mineira.

Missão: Prover e gerir os recursos financeiros do Estado para garantir o desenvolvimento econômico e a justiça fiscal em benefício da sociedade mineira.

Visão: Ser a melhor Administração Tributária e Financeira do Brasil: inovadora e orientada ao cidadão.

Valores: Inovação, Transparência, Integridade, Simplicidade, Cooperação, Adaptabilidade, Respeitabilidade, Resultados.

SEF: Principais Normas Direcionadoras de Atuação

A Secretaria possui como principais normas direcionadoras de sua atuação as relacionadas a seguir:

- Constituição do Estado de Minas Gerais;
- Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, a qual “estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências”;
- Decreto nº 47.686, de 26 de julho de 2019, que “define a estrutura orgânica dos órgãos do Poder Executivo do Estado”;
- Decreto nº 47.794, de 19 de dezembro de 2019, o qual “dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Fazenda”;

- Decreto nº 45.781, de 24 de novembro de 2011, o qual “dispõe sobre a localização das Superintendências Regionais da Fazenda e a localização, a abrangência, a subordinação e a classificação das unidades integrantes da sua estrutura orgânica complementar”;
- Resolução nº 5.385, de 20 de agosto de 2020, “dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF”;
- Resolução nº 5.372, de 28 de maio de 2020, “dispõe sobre a estrutura administrativa e as respectivas atribuições da Corregedoria, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais”.

Legislação Tributária:

- Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, “dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios”;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, “institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”;
- Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, “consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”;
- Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, “aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS)”;
- Decreto nº 43.709, de 23 de dezembro de 2003, “aprova o Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (RIPVA)”;
- Decreto nº 43.981, de 3 de março de 2005, “aprova o Regulamento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (RITCD)”;
- Decreto nº 38.886, de 1º de julho de 1997, “aprova o Regulamento das Taxas Estaduais”;
- Decreto nº 44.747, de 03 de março de 2008, “estabelece o Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA)”;
- Lei nº 13.515, 07 de abril de 2000, “contém o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais”;
- Decreto nº 46.085, de 13 de novembro de 2012, “regulamenta a Lei nº 13.515, de 7 de abril de 2000, que contém o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais”;
- Decreto Estadual nº 47.908, de 2 de abril de 2020, “dispõe sobre a compensação de dívidas de órgãos da Administração Pública direta, de fundações e de autarquias do Estado com crédito tributário relativo ao ICMS, nas hipóteses e nos termos que especifica, e dá outras providências”.

SEF: Estrutura Organizacional

O organograma da SEF está abaixo representado e pode ser integralmente visualizado através do link:

<http://www.fazenda.mg.gov.br/secretaria/Organograma/ORGANOGRAMA-SEF-DECRETO-47794.pdf>

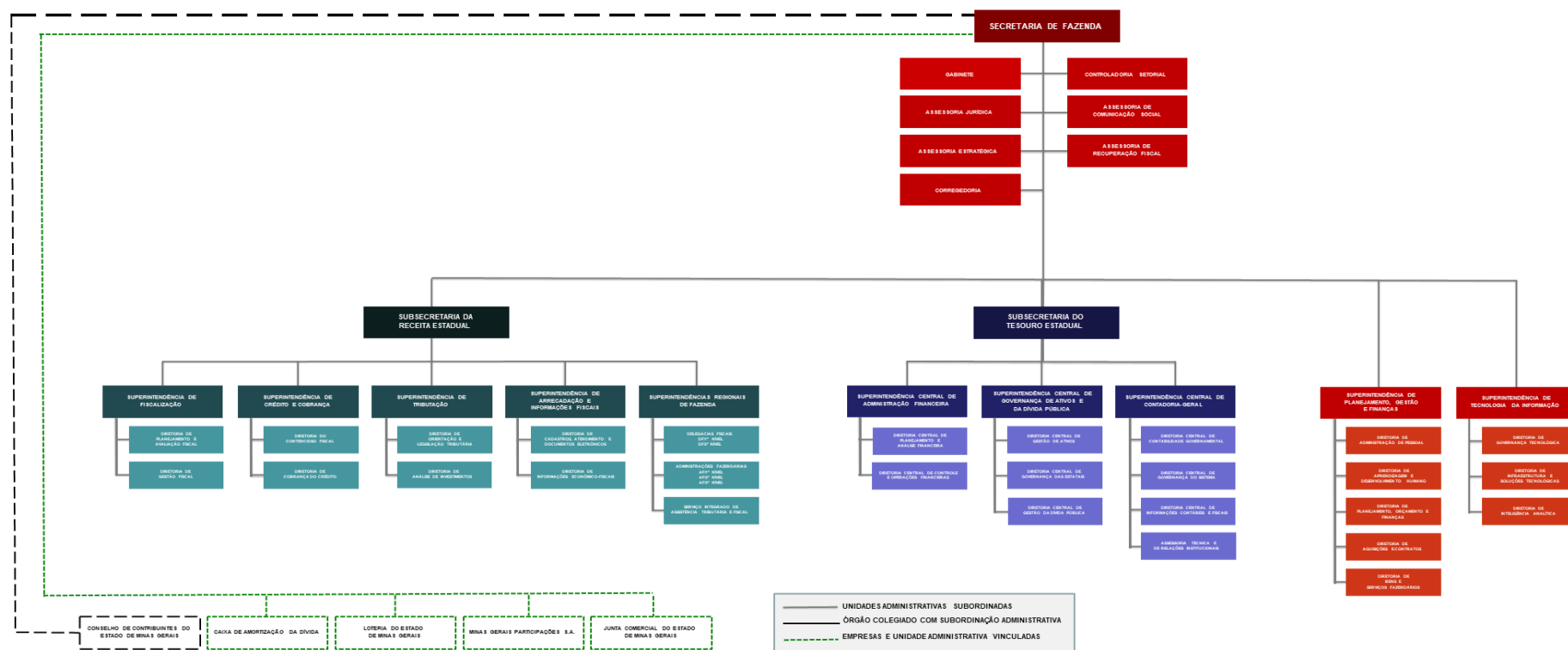


Figura 1: Organograma da SEF

Fonte: site da SEF

SEF: Processos de Negócio

O diagrama a seguir apresenta os principais processos de negócios da SEF que estão organizados por macroprocessos finalísticos - administração tributária e financeira - e macroprocessos transversais. Apresenta também os 3 (três) objetivos estratégicos da SEF: *Alcançar a Sustentabilidade Fiscal*, *Promover a Simplificação do Ambiente de Negócio e dos Serviços Prestados* e *Aprimorar a Governança e a Gestão Fazendária*. Todos orientados para o propósito, missão e a visão da Secretaria.

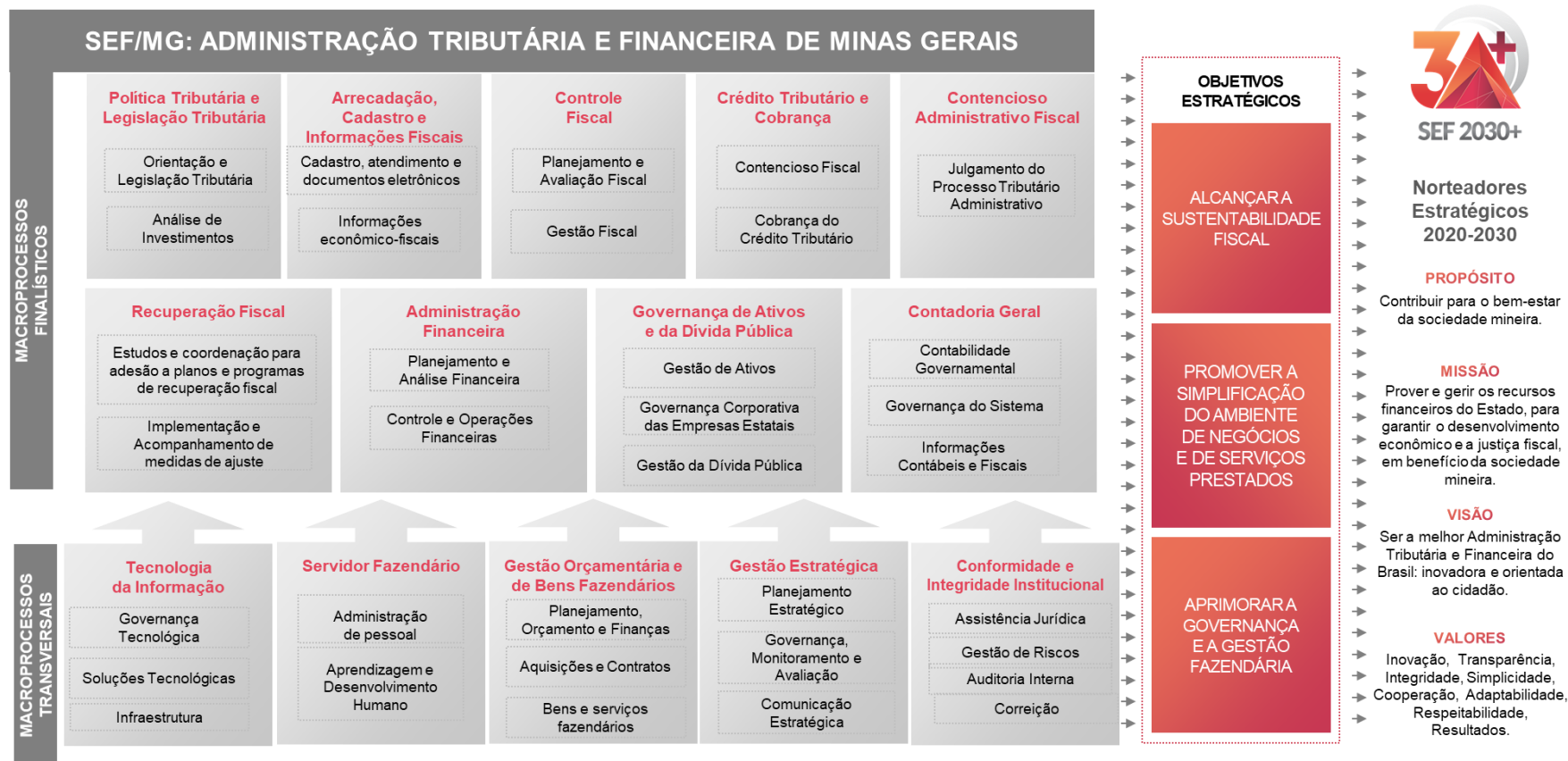


Figura 2: Diagrama Macroprocessos SEF - Fonte: Decreto nº 47.794, de 19 de dezembro de 2019.

SEF: Processos Finalísticos

A seguir são apresentados os detalhamentos dos principais processos das 2 (duas) unidades finalísticas desta Secretaria, responsáveis pelos macroprocessos “administração tributária e financeira” – Subsecretaria da Receita Estadual e Subsecretaria do Tesouro Estadual.

Os macroprocessos da **ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**, exercidos pela Subsecretaria da Receita Estadual (SRE), organizam-se a partir de uma gestão integrada de suas áreas de Tributação, Fiscalização, Arrecadação e Crédito e Cobrança, que de forma interdependente e sinérgica garantem o cumprimento das obrigações tributárias, elevando a arrecadação de tributos e prestando serviços ao contribuinte-cidadão.

Assim, de modo transversal, a SRE, através de seu Gabinete, 04 Superintendências Centralizadas -Superintendência de Tributação, Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais, Superintendência de Fiscalização, Superintendência de Crédito e Cobrança - e 10 Superintendências Regionais desenvolve seus processos de trabalho, buscando por uma administração tributária focada na arrecadação, na simplificação das obrigações tributárias acessórias, na desburocratização dos processos e na qualidade dos serviços e atendimento ao contribuinte-cidadão.

A Subsecretaria do Tesouro Estadual (STE), responsável pelos macroprocessos relativos à **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**, tem por competência: estabelecer a política financeira do Estado, exercer o controle e o acompanhamento do gasto público, dos recursos financeiros e do endividamento público estadual, gerir as atividades pertinentes à governança corporativa das estatais e à política de gestão de ativos, exercer a orientação normativa, a supervisão técnica e o controle das atividades contábeis do Estado e promover a aplicação da política de gestão de riscos fiscais.

Para tanto, e visando prestar serviços de qualidade para seus clientes (governo federal e sociedade, municípios e órgãos e entidades da administração pública estadual de Minas Gerais), a STE dispõe de uma estrutura composta por pessoas, processos e tecnologia organizada em 03 (três) unidades de negócios: Superintendência Central de Administração Financeira (SCAF), Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública (SCGOV) e Superintendência Central de Contadoria Geral (SCCG).

2. Governança, estratégia e alocação de recursos

O Processo de Planejamento Institucional

A Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), em 2019, orientada pelas diretrizes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e pelas recomendações do diagnóstico de maturidade da gestão fiscal (MD-GEFIS – BID) instituiu, pelo Decreto nº 47.756, de 19 de novembro de 2019, o **SEF 2030+** que tem por objetivo propor caminhos para uma administração fazendária forte, ágil, inovadora, conectada às transformações tecnológicas e sociais e protagonista da retomada da sustentabilidade fiscal, da indução do crescimento econômico e do retorno do investimento pelo Estado.

No âmbito do Governo Estadual, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2019-2030 apresenta um conjunto de diretrizes estratégicas para a área temática “Fazenda”:

- promover a recuperação fiscal, com vistas à melhoria dos serviços públicos e à retomada da capacidade de investimento do Estado;
- preservar e acompanhar o incremento das receitas estaduais por meio do aprimoramento da política tributária e de medidas de controle administrativo-fiscal, aproximando-se dos pagadores de tributos;
- aperfeiçoar a gestão das contas públicas por meio do incremento de ações de gerenciamento da dívida pública, com foco na sustentabilidade e adoção de práticas de identificação, monitoramento e mitigação de riscos ao equilíbrio fiscal;
- modernizar a Administração Fazendária, estimulando a inovação do modelo de gestão e dos processos de trabalho, o uso de tecnologias da informação e investimento no capital humano e implementar política de gestão de ativos e haveres financeiros.

Neste sentido o PMDI 2019-2030 estabeleceu para o objetivo “recuperar o equilíbrio econômico e financeiro do Estado” os seguintes indicadores e metas para os anos de 2022, 2026 e 2030:

Tabela 1: Indicadores e Meta SEF – PMDI 2019-2030

Indicador	Descrição	Valor Referênci a	Ano Referênci a	Metas R\$ (bilhões)		
				2022	2026	2030
Receita Tributária	Arrecadação de impostos (ICMS + IPVA +ITCD +Taxas)	R\$55,4 bi	2018	67,0	80,2	96,4
Índice de comprometiment o com despesa de pessoal	Relação entre o gasto com pessoal e a RCL - (Receita Corrente Líquida)x100	66,65%	2018	57%	49%	46,5%

Fonte: PMDI 2019-2030

Por fim, com base no PMDI 2019-2030 o Governo de Minas Gerais construiu seu Plano Estratégico 2019-2022, integrando ao mesmo um conjunto de projetos estratégicos,

indicadores e metas de responsabilidade de cada Secretaria, sendo os mesmos monitorados pelo Exmo. Governador do Estado.

No âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, a Assessoria Estratégica (AEST/SEF), sob a gestão do Secretário Adjunto, é responsável por promover o gerenciamento estratégico setorial e fomentar a implementação de iniciativas inovadoras, de forma alinhada à estratégia governamental. Para tanto, a AEST/SEF trabalha de forma integrada e colaborativa com as unidades da SEF.

Assim, um dos desafios da Assessoria, a partir de 2019, foi a retomada da gestão estratégica na Secretaria com a construção do SEF 2030+ que tem como escopo definir: 1) Norteadores estratégicos da SEF; 2) Eixos estratégicos temáticos e seus desafios; 3) Planejamento estratégico e Planos anuais alinhados; 4) Painel estratégico, monitoramento e avaliação suportados por um sistema de governança.

Na primeira fase do SEF 2030+ foram reformulados os norteadores estratégicos da instituição, quando foi realizada uma oficina de cocriação composta pela liderança e atores-chave da instituição e redefinidos o propósito, missão, valores e visão para horizonte 2020-2030. Nessa oportunidade, também foram propostos 10 (dez) temas estratégicos estruturantes, denominados Eixos estratégicos temáticos. Esses temas orientaram um processo de reflexão para a construção dos desafios estratégicos para o período 2020 e posteriormente para 2021-2023.

Em sua segunda fase do SEF 2030+, a Secretaria voltou-se para a construção de uma proposta de modelo de gestão estratégica, que contemplasse os processos de planejamento com formulação e ciclos de revisão das estratégias, de monitoramento e avaliação de resultados e da apresentação de resultados anuais. O modelo adotado é apresentado na figura abaixo.

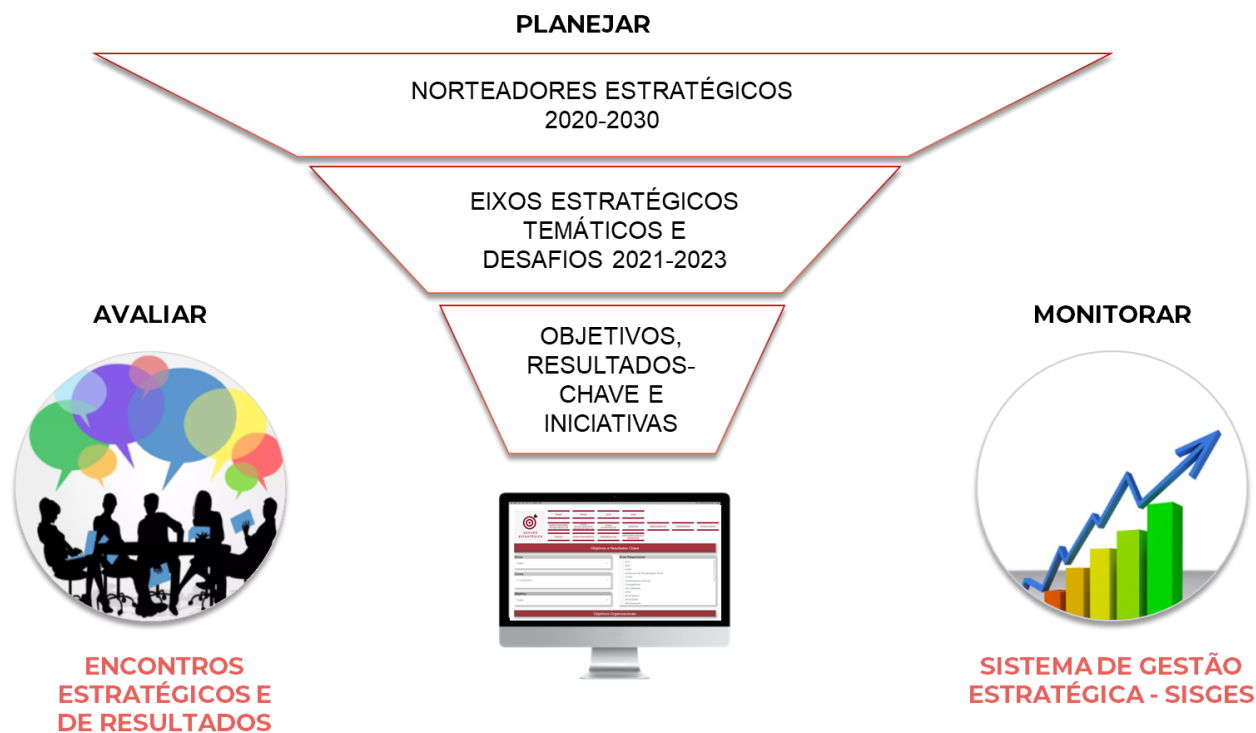


Figura 3: Modelo de Gestão Estratégica da SEF
Fonte: Assessoria Estratégica SEF

O modelo de planejamento anual encontra-se estruturado na metodologia OKR (*Objectives and Key Results*) adaptada ao contexto da SEF e tem como um dos seus princípios o alinhamento e o engajamento de todos em torno dos objetivos estratégicos organizacionais, onde cada unidade contribui com objetivos departamentais e seus resultados-chave (indicadores e metas) e iniciativas (projetos estratégicos e planos de ação).

O modelo prevê:

- ciclos curtos de replanejamento, para revisão e geração de novas estratégias capazes de lidar com os novos desafios e alcançar a visão futuro da SEF;
- monitoramento mensal e avaliação de resultados trimestral com encontros estratégicos pelo Comitê de Governança e Gestão Estratégica;
- monitoramento a partir de Painel Estratégico, ferramenta que consolida e apresenta os resultados dos OKR e iniciativas estratégias (projetos estratégicos e planos de ação);
- alinhamento com programas e planos oficiais do governo;
- alinhamento do orçamento com a estratégia.

Neste sentido o 1º ciclo de planejamento estratégico na SEF iniciou com a construção do Plano Anual SEF 2020, a partir da definição dos objetivos estratégicos organizacionais e dos objetivos departamentais (Unidades). Para cada objetivo foram definidos os resultados-chave (indicadores e metas) e iniciativas (projetos estratégicos ou planos de ação) para o ano de 2020.

O mês de março de 2020 marcou o início da pandemia COVID-19, que impactou de maneira determinante na estratégia da Secretaria para aquele ano, evidenciando a necessidade de revisão do Plano Anual SEF 2020. O processo de revisão do Plano Anual - 2º Ciclo - foi realizado a partir de uma reflexão conjunta das unidades finalísticas e transversais em torno dos efeitos e desafios da pandemia na organização.

Nesse cenário foi definida pela Alta Gestão, a partir de desafios estratégicos identificados no contexto da pandemia, uma visão para 2020: *“Ser uma Secretaria reconhecida pela sociedade mineira por garantir sua adequação e seu pleno funcionamento no contexto fiscal e financeiro do Estado”*. Os desafios estratégicos e a visão serviram de base para a construção do Plano Anual SEF 2020 - 2º ciclo - com seus objetivos, resultados-chave e iniciativas.

A seguir são apresentados os objetivos estratégicos – organizacionais e departamentais do Plano Anual SEF 2020 – 1º Ciclo e 2º Ciclo.

Quadro 1: Plano Anual SEF 2020: objetivos 1º e 2º ciclos

Objetivos Estratégicos Organizacionais	Objetivos Departamentais (Unidades)	
	1º Ciclo	2º Ciclo
Alcançar a Sustentabilidade Fiscal	Impulsionar resultados financeiros (SRE ¹).	Impulsionar resultados financeiros.
	Aumentar a qualidade do atendimento aos órgãos da Administração Pública mineira (STE ²).	Gerir o Tesouro de forma inteligente, inovadora e proativa.
	Gerar informações assertivas para a tomada de decisão (STE).	
Promover a simplificação do ambiente de negócios e de serviços prestados pela SEF ³	Tornar o Tesouro digital (STE).	Tornar o Tesouro digital.
	Melhorar a relação entre Estado e municípios (STE).	Transformar o Tesouro em referência de qualidade nos serviços prestados.
	Assegurar serviços de qualidade (SRE).	Assegurar serviços de qualidade.
		Simplificar procedimentos.
	Simplificar procedimentos (SRE).	Desenvolver soluções para transformação digital na SEF.
		Aperfeiçoar procedimentos do contencioso administrativo.
		Promover o desenvolvimento do Servidor Fazendário 2020/2030+.
Aprimorar a Governança e a Gestão Estratégica Fazendária	(-)	Aprimorar a governança de TI.
		Melhorar a gestão dos instrumentos jurídicos.
		Inovar a correição com prevenção, detecção e contenção da prática de ilícitos.
		Garantir celeridade, economicidade e segurança jurídica dos procedimentos disciplinares.

Fonte: Plano Anual SEF 2020 – 1º e 2º ciclos

Destacam-se para 2020 os principais **indicadores, metas, programas e projetos** que foram estabelecidos entre a Secretaria e o Governo Estadual em seu planejamento 2019-2022 e

¹ SRE: Subsecretaria da Receita Estadual

² STE: Subsecretaria do Tesouro Estadual

³ A descrição do objetivo apresentada se refere àquela constante no Plano Anual SEF 2020 – 2º Ciclo. No Plano Anual SEF 2020 – 1º Ciclo a descrição do objetivo era: “Promover a Simplificação e a qualidade do ambiente de negócios e dos serviços prestados pela SEF”.

integrados como resultados-chave e iniciativas dos objetivos estratégicos organizacionais da SEF.

O objetivo estratégico organizacional "**Alcançar a Sustentabilidade Fiscal**" do Plano Anual SEF 2020 apresentou os seguintes **resultados-chave**: alcançar o patamar de R\$ 52,61 de Receita Tributária (sem juros, multas e dívida ativa), atingir índice de comprometimento de despesa de pessoal em 70,85% e cumprir 100% do Acordo com Associação Mineira de Municípios – AMM do ano de 2020.

Como **iniciativas** pactuadas com o Governo Estadual, visando “Alcançar a Sustentabilidade Fiscal” destacam-se os projetos estratégicos: Nota Fiscal Mineira (SRE), Autorregularização (SRE).

Para o objetivo estratégico organizacional "Promover a simplificação do ambiente de negócios e de serviços prestados pela SEF" do Plano Anual SEF 2020, destacam-se os seguintes projetos estratégicos: Desobrigar DAPI (SRE), Desobrigar DAMEF (SRE), Concessão automatizada de Regime Especial (SRE), Processo Tributário Administrativo eletrônico - e-PTA (SRE), GRP Minas (STE).

O Processo de Monitoramento e Avaliação de Resultados

O acompanhamento da execução do Plano Anual SEF 2021 contempla o processo e os instrumentos para o monitoramento e a avaliação das estratégias definidas para o período e será monitorado por meio do Painel da Gestão Estratégica (Painel da GE), que contém as informações agregadas e apresenta os resultados obtidos e seus detalhamentos.

No monitoramento, o desempenho dos resultados-chave e das iniciativas – plano de ações e projetos estratégicos – são apurados mensalmente pelas unidades da SEF, garantindo a adoção de medidas de controle em tempo oportuno, no caso de identificação de desvios. O processo deve ser realizado sob a coordenação das equipes de planejamento das unidades da SEF.

Para fins de avaliação de resultados, o Secretário de Fazenda e o Comitê de Governança e Gestão Estratégica reúnem em encontros estratégicos trimestrais para a avaliação do desempenho dos resultados-chave e iniciativas, visando apreciar a performance destes para o alcance dos objetivos estratégicos e propor medidas preventivas, no caso de identificação de possíveis desvios, apontados durante o processo de monitoramento.

O processo de monitoramento e avaliação do Plano Anual SEF 2021 será parcialmente concluído em dezembro de 2021, culminando no encontro anual para apresentação dos resultados do período e comunicação do Plano Anual SEF 2022 que é uma ação conjunta de todas as unidades da Secretaria, sob a coordenação geral do Secretário-Adjunto e coordenação técnica da Assessoria Estratégica.

No ano de 2020 a Assessoria Estratégica teve como um de seus resultados a criação do Sistema de Monitoramento de Gestão Estratégica – SISGES que permite o monitoramento e a avaliação de resultados:

- Objetivos
- Resultados – Chave (KR)
- Iniciativas (Ações e Projetos).

A Figura a seguir apresenta a estrutura básica do Sistema de Monitoramento da Gestão Estratégica (SISGES) e do Painel de Gestão Estratégica (GE):



Figura 7: Sistema de Monitoramento da Gestão Estratégica - SISGES e Painel da Gestão Estratégica Painel da GE
Fonte: Painel da Gestão Estratégica e SISGES

O SISGES (Sistema de Monitoramento da Gestão Estratégica) permite as unidades o registro e o acompanhamento quantitativo e qualitativo dos resultados-chave e das iniciativas (planos e ação) sob sua responsabilidade, bem como os pontos de atenção que impacte positivamente ou negativamente do desempenho.

O Painel de Gestão Estratégica (Painel da GE) permite a comunicação do desempenho da estratégia da SEF e seu monitoramento.

Os projetos estratégicos de TI são monitorados por meio da solução PPM/STI e utiliza padrões específicos para a apuração de desempenho, visando garantir a execução do portfólio de projetos estratégicos de TI pactuados para 2021. O Painel da GE integra à solução PPM/STI e são visualizados por objetivos estratégicos.

Principais avanços no processo de planejamento e gestão estratégica - 2021

Em 2021 é possível observar como principais avanços no processo de planejamento e gestão estratégica o conjunto de iniciativas desenvolvidas em 2020 para implantação/consolidação em 2021, com destaque: os desafios estratégicos - 2021-2023 para os eixos estratégicos

temáticos; o Plano Anual SEF 2021 e os sistemas e painéis de gestão estratégica para o monitoramento e avaliação de resultados.

a) Os Eixos Estratégicos Temáticos e Desafios 2021-2023

No médio prazo, a Secretaria, a partir de um processo de cocriação envolvendo a alta gestão e suas unidades de negócios, redefiniu os 09 (nove) eixos estratégicos temáticos, que foram desdobrados em 46 (quarenta e seis) desafios estruturantes. Esses desafios foram aprovados pelo Comitê de Governança e Gestão Estratégica (CGGE) e passaram a ser a base para a formulação das estratégias da instituição para os próximos 03 (três) anos. A figura abaixo apresenta os eixos estratégicos temáticos e o número de desafios para cada eixo no horizonte 2021-2023.

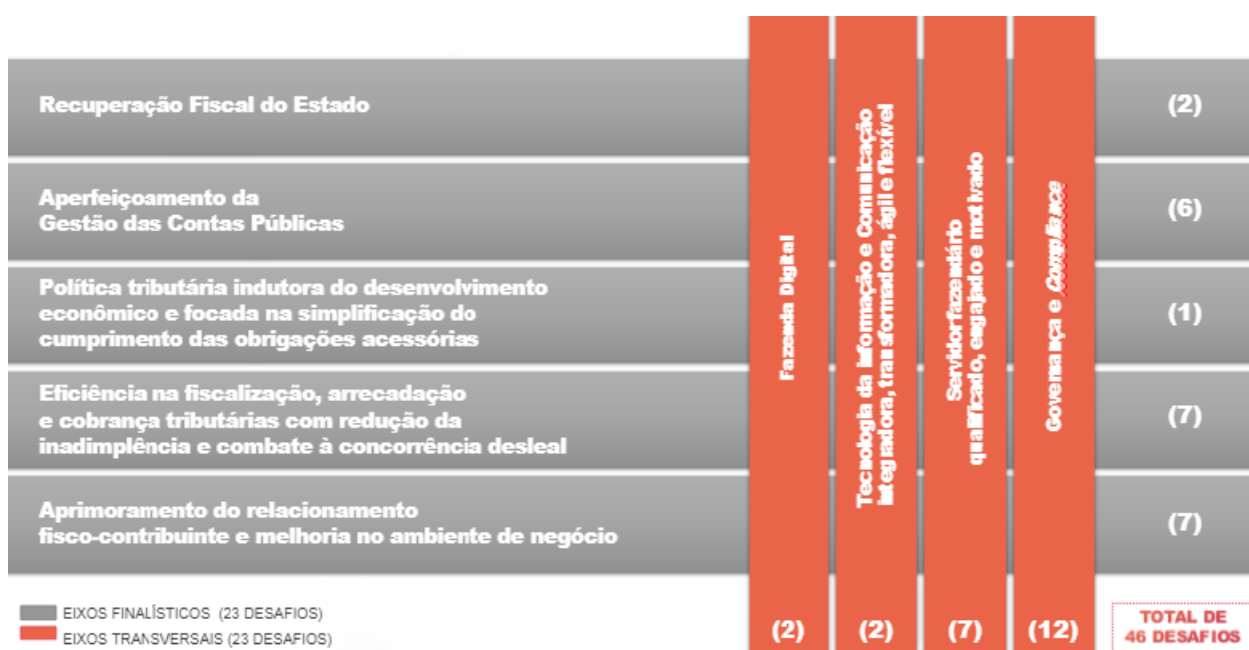


Figura 4: Eixos Estratégicos Temáticos e p número dos Desafios 2021-2023 correspondentes
Elaborado: Assessoria Estratégica SEF

b) Plano Anual SEF 2021

No segundo semestre de 2020, a Secretaria adotando como direcionamento estratégico os desafios estratégicos 2021-2023 construiu o Plano Anual SEF 2021 – 1º ciclo.

O Plano Anual SEF 2021 – 1º ciclo apresenta: os objetivos estratégicos organizacionais da SEF e departamentais de suas unidades, os resultados-chave e iniciativas (projetos estratégicos e planos de ação); os principais destaques de 2020; os norteadores estratégicos 2020-2030, os eixos estratégicos e desafios 2021-2023 e a sistemática de acompanhamento e avaliação de resultados. Por fim, traz a agenda da gestão estratégica para 2021 e o orçamento previsto e aprovado para o período.

O Quadro a seguir apresenta os objetivos estratégicos organizacionais e os departamentais (das unidades da SEF) para o ano de 2021:

Quadro 2: Plano Anual SEF 2021: Objetivos Estratégicos Organizacionais e Departamentais

Objetivos Estratégicos Organizacionais	Objetivos Departamentais (Unidades)
Alcançar a Sustentabilidade Fiscal	Impulsionar Resultados Financeiros.
	Gerir o Tesouro de forma inteligente, inovadora e proativa.
Promover a simplificação do ambiente de negócios e de serviços prestados	Promover serviços simplificados e de qualidade.
	Tornar o Tesouro transparente e digital.
	Aprimorar os serviços prestados à sociedade e garantir o bom desempenho do contencioso tributário administrativo mineiro, no tocante a celeridade e transparência.
	Modernizar a infraestrutura e adequar a força de trabalho da TI para garantir transformação digital da SEF.
Aprimorar a Governança e a Gestão Fazendária	Aprimorar a governança de TI.
	Elevar a maturidade da gestão estratégica na SEF.
	Expandir a comunicação das ações da SEF para o público externo, a partir de redes sociais próprias.
	Aumentar o nível de maturidade em governança pública, gestão de riscos e integridade.
	Promover a gestão e o desenvolvimento do servidor fazendário 2020/2030+.
	Aprimorar a gestão dos instrumentos jurídicos, a qualidade e a tempestividade dos serviços prestados pela AJUR.
	Promover a manutenção de condutas lícitas no ambiente fazendário, contribuindo para o desenvolvimento das atividades fins da SEF.

Fonte: Plano Anual SEF 2021 – 1º ciclo

c) Os Sistemas e Painéis de Gestão Estratégica

Os objetivos, resultados-chave e iniciativas do Plano Anual SEF 2021 são monitorados mensalmente a partir do SISGES (Sistema de Monitoramento da Gestão Estratégica) e do painel de Gestão Estratégica (Painel da GE).

O SISGES permite as unidades o registro e o acompanhamento quantitativo e qualitativo dos resultados-chave e das iniciativas (planos e ação) sob sua responsabilidade, bem como os pontos de atenção que impacte positivamente ou negativamente sua performance.

O Painel da GE permite a comunicação do desempenho da estratégia da SEF e seu monitoramento.

Os projetos estratégicos de TI são monitorados por meio da solução PPM/STI e utiliza padrões específicos para a apuração de desempenho, visando garantir a execução do portfólio de projetos estratégicos de TI pactuados para 2021. O Painel da GE integra à solução PPM/STI e são visualizados por objetivos estratégicos.

Estrutura de Governança e Suporte no Cumprimento dos Objetivos Estratégicos

A estrutura de governança ⁴ compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle, postos em prática para direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão de uma organização. Na Secretaria a estrutura de governança vigente é a governança por comitês, que visa promover a legitimidade das deliberações, com destaques:

- Comitê de Governança e Gestão Estratégica (CGGE) para propor, orientar e deliberar sobre assuntos de caráter estratégicos relacionados à governança e à gestão estratégica - Ordem de Serviço 01/2020;
- Comissão de Ética para divulgar as normas do Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual e atuar na prevenção e na apuração de falta ética – Resolução nº 5.459, de 31/03/2021;
- Comitê de Integridade, Riscos e Controles Internos (CIRC) para monitorar, avaliar e revisar periodicamente o Plano de Integridade (PI-SEF) – Resolução nº 5.281, de 21/08/2019;
- Comitê de Privacidade (CP) para promover a implementação das disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Resolução nº 5.389, de 01/09/2020;
- Comitê de Governança das Contratações Públicas (CGCP) para elaboração, execução, divulgação, monitoramento e avaliação das contratações públicas - Resolução nº 5.348, de 10/03/2020.

Atualmente, existem outros comitês e comissões atuando no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, entretanto torna-se necessário ter uma estrutura de governança com uma atuação coordenada, eficiente e articulada, com definição de metas e finalidades que contribuam para a maximização dos resultados esperados.

Portanto, a reestruturação e a construção de novo sistema de governança é um dos desafios para 2021-2023 do eixo estratégico temático “Governança e *Compliance*”, que foi transformado em iniciativa estratégica do Plano Anual SEF 2021. O objetivo é criar um sistema governança com papéis, responsabilidades e níveis de governança, integrando os requisitos estabelecidos pelo MD-GEFIS e as melhores práticas de governança pública.

Em relação à **Gestão de Riscos** um avanço importante foi a publicação da Política de Gestão de Riscos, Resolução nº 5.385 de 20/08/2020, que tem por finalidade aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da SEF, melhorar a governança, mapear e monitorar os riscos e a capacidade de causar impactos operacionais, financeiros, legais e à imagem da SEF, melhorar a identificação de ameaças e oportunidades, dentre outros.

Para a implantação da Política de Gestão de Riscos na SEF, em 2021, estão sendo criadas instâncias de governança para elaboração do plano de gestão de riscos e do plano de gerenciamento de riscos das unidades, que serão monitorados e avaliados de acordo com o modelo a ser proposto nos planos acima.

⁴ Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (2020)

As iniciativas relacionadas à gestão de riscos tais como metodologia e estruturas de governança, serão implantadas de forma integrada aos processos de gestão, planejamento estratégico e cultura organizacional.

3. Riscos, oportunidades e perspectivas:

Principais riscos e oportunidades identificados que podem afetar a capacidade da Secretaria a alcançar seus objetivos:

Riscos decorrentes da Pandemia 2020 originada pelo Covid-19

A pandemia gerou diversos riscos com possível impacto no funcionamento e a manutenção da prestação de serviços para os contribuintes e a sociedade. Para mitigar esses riscos foram adotadas diversas medidas, dentre as quais se destacam: revisão das estratégias frente ao novo cenário; manutenção dos serviços essenciais e busca pela segurança dos servidores e colaboradores; contingenciamento de gastos e proteção e a comodidade do contribuinte. Essas medidas são detalhadas abaixo:

a) Sob a perspectiva de revisão da estratégia

A Secretaria reorientou seu planejamento anual a fim de ajustar a estratégia organizacional à nova realidade imposta pela Pandemia. Para tanto, as unidades da SEF identificaram 10 (dez) desafios a serem enfrentados no 2º ciclo de 2020 e, a partir desses, definiu uma visão para 2020: "Ser uma Secretaria reconhecida pela sociedade mineira por garantir sua adequação e seu pleno funcionamento no contexto fiscal e financeiro do Estado".

Neste contexto, foi elaborado o Plano Anual SEF 2020 – 2º ciclo, com a revisão dos objetivos, resultados-chave e iniciativas, ampliando a participação de unidades da SEF na contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais.

b) Sob a perspectiva de manter serviços essenciais e garantir a segurança dos servidores e colaboradores da SEF:

Em março de 2020 foi estabelecido um Plano de Contingência que apresentou uma série de ações para viabilizar o teletrabalho em razão da Pandemia de Covid-19. As medidas adotadas visaram adaptar as atividades, os serviços e os processos para serem realizados nessa modalidade de trabalho. A infraestrutura tecnológica foi ampliada para atender 3500 servidores em teletrabalho.

Em abril de 2020 foi publicada a Resolução SEF nº 5.357/2020 que estabeleceu a suspensão do atendimento presencial ao público externo pelas unidades da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, como medida temporária de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento da doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus – COVID-19.

Em julho de 2020 foi publicada a Resolução SEF nº 5.378/2020 que instituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar o plano de retomada gradual das atividades presenciais no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

Com a evolução da Pandemia e, atendendo às normas estabelecidas pelo Governo para retorno do teletrabalho, dentre elas a Resolução Conjunta SEPLAG/SES nº 10.231/2020 e a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 85, de 14 de setembro de 2020, a SEF adquiriu itens de segurança; tais como: termômetro infravermelho digital e higienizador antisséptico para as mãos. Os materiais adquiridos configuraram medidas para segurança visando à prevenção, o enfrentamento e o contingenciamento da pandemia.

c) Sob a perspectiva de contingenciamento de gastos

A Secretaria se adequou ao plano de contingenciamento de gastos previsto pelo Decreto nº. 47.904/2020.

d) Sob a perspectiva de proteção e comodidade do contribuinte

Sem perder de vista sua missão de provedora de recursos para a consecução dos serviços públicos, foram adotadas uma série de medidas com foco no contribuinte tais como a suspensão do atendimento presencial em suas unidades e a consequente disponibilização de todos os seus serviços possíveis em plataforma digital; suspensão temporária de diversos prazos para a prática de atos processuais pelo contribuinte e prorrogação de prazos, inclusive quanto à validade de Certidões de Débitos Tributários.

As ações tomadas com foco no contribuinte podem ser acessadas na página principal do site da SEF endereço: <http://www.fazenda.mg.gov.br/coronavirus/>

Oportunidades no contexto do teletrabalho

A Subsecretaria do Tesouro Estadual (STE) tomou importantes ações no sentido de inovar para a modernização de seus processos. Tal medida propiciou um avanço rápido e eficiente do uso de novas tecnologias, o que gerou resultados positivos para a gestão interna e para os clientes do Tesouro Estadual.

O teletrabalho trouxe para a STE uma oportunidade de otimização dos serviços prestados e da intensificação de implementação de projetos que não haviam sido priorizados devido à incompatibilidade entre carga de serviço operacional e tempo efetivo de trabalho. Permitiu ainda a retomada de projetos de inovação, entregando melhores produtos para a sociedade. Ressalta-se que nesse âmbito a perspectiva é de que em 2021 novos produtos sejam entregues focados na transparência e na otimização dos processos do Tesouro Estadual.

Riscos relacionados à “acelerada defasagem do quadro de servidores da SEF”

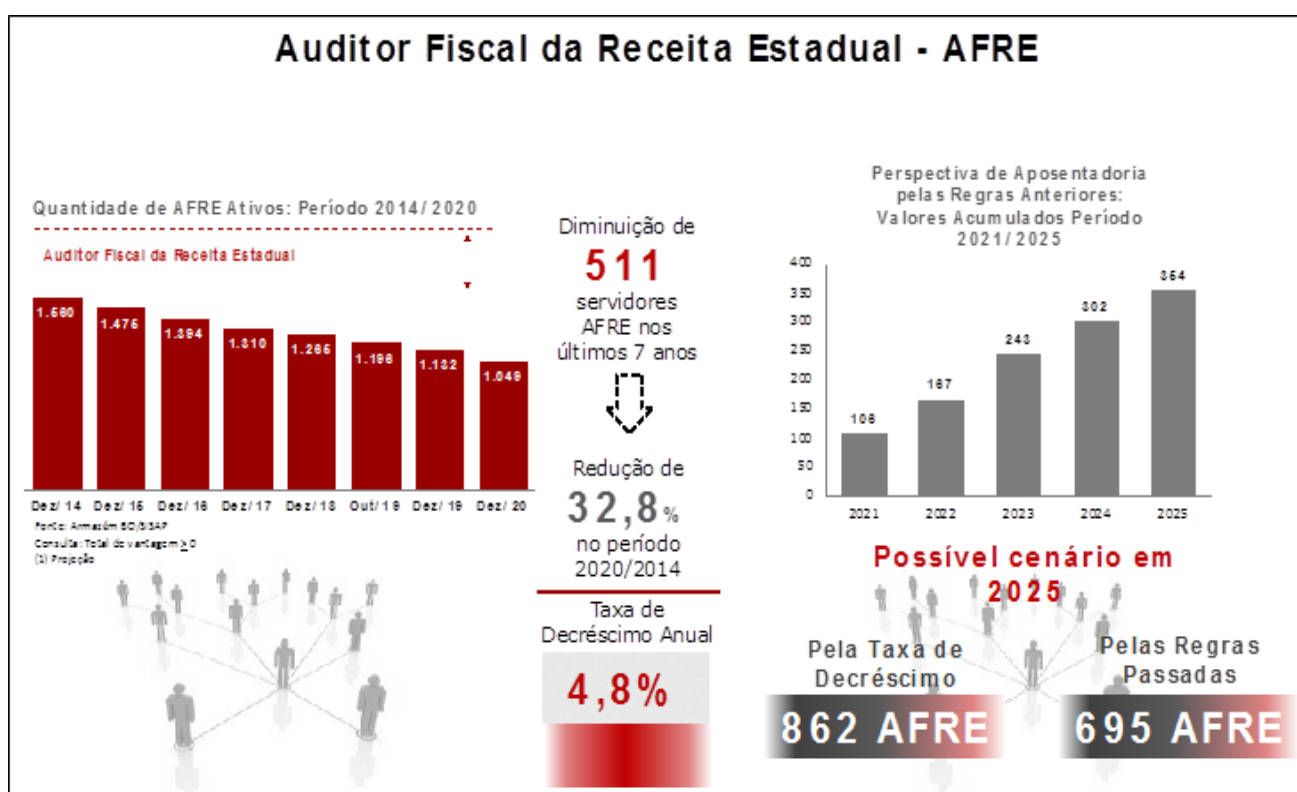
Hoje, em qualquer cenário, a acelerada defasagem do quadro de servidores da SEF é o risco mais relevante e de maior impacto no atingimento de seus objetivos estratégicos e de sua missão, especialmente na sua capacidade de “prover recursos financeiros” e de “garantir o desenvolvimento econômico e a justiça fiscal”.

Destarte, os principais riscos internos são a falta de recursos humanos, tendo em vista a complexidade e o número de processos envolvidos no provimento de recursos, o que exigem profissionais capacitados e, necessariamente, investidos de Poder de Polícia, para o desenvolvimento dessa função. Situação agravada com a escassez de recursos financeiros, prejudicando a modernização e a ampliação das ferramentas tecnológicas que instrumentalizam todos esses processos.

Hoje o quadro de servidores já conta com o déficit de 30% em todas as carreiras da SEF. São 1.049 AFREs, para um Quadro de Cargos de 1.467 servidores, 874 GEFAZ para um Quadro de Cargos de 1.200 servidores, 76 AFAZ para um Quadro de Cargos de 138 servidores, e 515 TFAZ para um Quadro de Cargos de 732 servidores.

Carreira	QEC	Número de servidores	Qte de servidores com abono de permanência 03/2021	Média de idade
AFRE	1467	1079	309	55,30
GEFAZ	1200	874	250	51,68
AFAZ	138	76	57	60,90
TFAZ	732	515	198	51,80

Além disso, conforme dados apresentados pela SPGF/SEF, daqui a quatro ou cinco anos, outros 30% dos servidores da SEF já poderão se aposentar, aumentando sobremaneira o risco de a instituição não conseguir alcançar os objetivos e realizar sua missão de prover e gerir os recursos financeiros oriundos da arrecadação de tributos.



Fonte: SPGF/SEF

Figura 5: - Quantidade de AFRE ativos e perspectiva de aposentadoria

A figura 6 – Concurso público para Auditor Fiscal da Receita Estadual. Porque é necessário após 15 anos de não realização? – ilustra, por meio de gráficos e outros dados, o panorama de riscos atinentes à carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual, mostrando, dentre outros dados, que 69% dos AFREs estão na faixa etária de 50 anos ou mais.



Fonte: SPGF/SEF

Figura 6: Concurso público para Auditor Fiscal da Receita Federal. Porque é necessário após 15 anos de não realização?

Essa redução é dramática e traz consequências para o Estado e toda a sociedade, pois a fiscalização tributária é um de seus pilares mais importantes, haja vista ser através dela que os recursos oriundos dos tributos ingressam nos cofres públicos para que o Estado exerça sua função de prestar serviços para uma sociedade, que cada vez demanda mais segurança, saúde, educação, etc., mormente nos tempos atuais, cujos recursos para a saúde e vacinação contra a COVID-19 para toda a população mineira são demandas necessárias e urgentes.

Nesse viés, importa observar que a relevância do tema é tamanha, que a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), em sua Resolução 06/2016, ao estabelecer as Diretrizes de Controle Externo da Receita e da Renúncia de Receita Pública, disciplina, no item 16:

16. A fiscalização da receita e da renúncia de receita pública terá como escopo, prioritariamente e no que couber, pontos de controle selecionados entre os seguintes:

(...)

16.11 Se a Administração Tributária, atividade essencial ao funcionamento do Estado, é exercida por servidores de carreira específica, tem recursos

prioritários para a realização de suas atividades e atua de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais com outros entes, na forma da lei ou convênio (inc. XXII, art. 37, CF);

16.12 Se a Administração Tributária possui política de capacitação permanente de seus integrantes, que promova o desenvolvimento contínuo de seus quadros e o aprimoramento da atividade fiscal.

A diretriz da ATRICON acima explicitada está em consonância com o texto constitucional destacado no inciso XVIII do art. 37, que dá precedência à Administração Tributária e a seus servidores fiscais sobre as demais atividades administrativas.

Além disso, a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, classifica a atividade tributária como essencial ao funcionamento do Estado, reservando-lhe papel destacado, inclusive no que tange ao recebimento de dotações orçamentárias, e determinando que sejam exercidas por servidores de carreiras específicas, conforme abaixo:

“as administrações tributárias (...), atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários...”

Assim, o agente do corpo funcional tributário personifica a própria atividade tributária, conforme consta no Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 142 CTN: Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Daí a importância do Auditor Fiscal para a arrecadação e para o Estado, posto que a queda na arrecadação, afeta o Estado, a sociedade e todas as demais instituições, haja vista que do fruto da arrecadação tributária feita pela Secretaria de Estado de Fazenda é que são feitos os repasses constitucionais aos demais poderes do Estado (Legislativo e Judiciário) e também ao Ministério Público.

Nesse sentido, impende concluir ser necessário e urgente que se realize o concurso público para o cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual como forma de mitigar os riscos acima explanados em todos os processos afetos à Secretaria de Estado de Fazenda e ao próprio Estado de Minas Gerais.

Ainda quanto à redução sistemática de recursos humanos, a Subsecretaria do Tesouro Estadual também sinaliza um risco elevado neste sentido, uma vez que grande quantidade de servidores daquela área já adquiriu o direito de se aposentar. Essa situação representa um risco do ponto de vista da realização das atividades e da perda de conhecimentos por parte da Subsecretaria, podendo prejudicar o alcance dos objetivos da unidade.

A Subsecretaria tem contornado a situação criando oportunidades de intensificar a transformação de conhecimentos tácitos em conhecimento explícitos, otimizando as iniciativas de gestão do conhecimento que já se iniciaram na Subsecretaria no ano de 2020, através do mapeamento e revisão de processos e da organização de eventos de capacitação internos.

A questão da escassez de mão de obra também agrava o risco referente à questão da gestão do conhecimento por detrás dos sistemas atualmente utilizados em várias unidades, mas especialmente na STE. Atualmente, caso um servidor ou um prestador de serviço daquela área, decida se afastar de suas atividades, os processos de desenvolvimento corretivo e evolutivo dos sistemas da área serão altamente afetados.

É possível constatar que a falta de recursos humanos é um problema generalizado e atinge todas as carreiras da SEF. A indisponibilidade de servidores de todas as carreiras impacta diversos segmentos do órgão, inclusive aqueles responsáveis pelas atividades preparatórias à ação fiscalizadora, bem como pelo apoio logístico necessário ao desenvolvimento das atividades de tributação, fiscalização, arrecadação e finanças, podendo comprometer os objetivos de crescimento da instituição por falta de capital humano.

Riscos relativos à escassez de recursos para investimento em TI

Outro risco importante refere-se à escassez de recursos para investimentos uma vez que a Tecnologia da Informação (TI), apesar de trazer diversos benefícios para a instituição, demanda também investimento constante, tendo em consideração a dinamicidade característica desse setor.

Toda a SEF, mas especialmente as áreas de negócio finalísticas dependem em sua integralidade de sistemas de informação e plataformas tecnológicas. A ausência de recursos orçamentários e financeiros para custear novos investimentos em tecnologia de informação e garantir a manutenção dos que existem é um risco para a instituição. Atrelado a esse fator, encontra-se a dificuldade que o Estado enfrenta em captar mão de obra de TI qualificada, devido ao aquecimento recente desse mercado.

4. Resultados e Desempenho da Gestão:

Destacam-se abaixo os principais resultados alcançados pela Secretaria de Estado de Fazenda em 2020 na direção de seus objetivos estratégicos organizacionais, com apresentação organizada por unidades de negócios da SEF:

A) SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL

A Subsecretaria da Receita Estadual (SRE) estabeleceu uma gestão com foco em objetivos realmente prioritários, cujo alcance envolve a relação sinérgica de suas áreas de fiscalização, tributação, arrecadação e crédito e cobrança. Concentrando os esforços nas mesmas questões importantes para toda a SRE, as áreas se dedicaram a ações e medidas para se alcançar os três objetivos estratégicos da SRE, estabelecidos em seu Plano de Trabalho SRE de 2020. A saber: “Impulsionar Resultados Financeiros”, “Assegurar Serviços de Qualidade” e “Simplificar Procedimentos”.

Os objetivos estratégicos da SRE, estabelecidos em seu plano de trabalho de 2020, encontram-se alinhados ao Plano Anual SEF 2020, que estabeleceu para a Secretaria de Estado de Fazenda, como um todo, os seus objetivos estratégicos organizacionais. Desta forma, durante o exercício de 2020, o objetivo “Impulsionar Resultados Financeiros” da SRE contribuiu para o objetivo organizacional “Alcançar a Sustentabilidade Fiscal” do Plano SEF 2020. Por sua vez, os objetivos da SRE de “Assegurar Serviços de Qualidade” e “Simplificar Procedimentos” tiveram a sua participação no alcance do objetivo organizacional do Plano SEF 2020 de “Promover a Simplificação e a Qualidade do Ambiente de Negócios e dos Serviços Prestados”.

Análise do desempenho da receita tributária de 2020

Os resultados da receita tributária alcançada pela SEF, não obstante a crise ocasionada pela pandemia da Covid-19, atingiram ao longo de 2020 a arrecadação de um resultado global de R\$ 60,98 bilhões (valores correntes), demonstrando um superávit de R\$ 636,82 milhões em relação ao exercício de 2019, conforme quadro abaixo.

A receita tributária, na comparação com o previsto na LOA, ficou 2,4% abaixo para o mesmo período. Isto já era esperado, em função dos impactos negativos da pandemia, principalmente no primeiro semestre do ano passado.

Em que pese prejudicada a performance da arrecadação tributária, cabe ressaltar que os valores para LOA 2020 foram aprovados em 2019, momento em que não se vislumbrava qualquer cenário de anormalidade e proporções determinados pela pandemia.

Tabela 2: Análise Receita Tributária - 2019 X 2020
Valores Correntes (Em R\$ 1.000)

Tributo	2019	2020	%
ICMS	51.028.731	51.803.420	1,50%
IPVA	5.548.729	5.760.203	3,80%
ITCD	921.287	969.087	5,20%
TAXAS SEF	1.372.297	1.267.022	-7,70%
MULTAS ISOLADA ICMS	23.172	25.854	11,60%
MULTAS E JUROS SOBRE ICMS	599.880	451.564	-24,70%
MULTAS E JUROS SOBRE IPVA	313.710	321.154	2,40%
MULTAS E JUROS SOBRE ITCD	23.889	23.930	0,20%
DÍVIDA ATIVA DE ICMS	340.546	222.637	-34,60%
DÍVIDA ATIVA IPVA	164.620	128.183	-22,10%
DÍVIDA ATIVA ITCD	7.703	8.329	8,10%
Total	60.344.564	60.981.382	1,10%

Fonte: RMA

Elaboração: DIEF/SAIF/SEF-MG

Tabela 3: Receita Tributária - LOA X 2020
Valores Correntes (Em R\$ 1.000)

Tributo	JAN A DEZ		Variação LOA (%)	
	LOA	Realizado	(R\$)	(%)
ICMS	53.101.043	51.803.420	-1.297.623	-2,40%
IPVA	6.004.836	5.760.203	-244.633	-4,10%
ITCD	783.262	969.087	185.825	23,70%
TAXAS SEF	1.386.215	1.267.022	-119.193	-8,60%
MULTAS ISOLADA ICMS	32.302	25.854	-6.448	-20,00%
MULTAS E JUROS SOBRE ICMS	396.812	451.564	54.752	13,80%
MULTAS E JUROS SOBRE IPVA	304.487	321.154	16.667	5,50%
MULTAS E JUROS SOBRE ITCD	23.976	23.930	-46	-0,20%
DÍVIDA ATIVA DE ICMS	300.005	222.637	-77.368	-25,80%
DÍVIDA ATIVA IPVA	121.395	128.183	6.788	5,60%
DÍVIDA ATIVA ITCD	5.574	8.329	2.755	49,40%
Total	62.459.907	60.981.382	-1.478.525	-2,40%

Fonte: RMA

Elaboração: DIEF/SAIF/SEF-MG

Resultados com foco no ICMS

O ICMS, principal fonte de receita do Estado apresentou um desempenho anual, em relação a igual período de 2019, positivo de 1,5%, ou seja, cerca de R\$ 775 milhões. Em relação aos setores com expressiva participação na receita de ICMS, em 2020 o comércio destacou-se como o setor com maior arrecadação, superando o setor de combustíveis, principal setor em arrecadação.

Tabela 4: Receita e ICMS - Principais Setores
Valores Correntes (Em R\$ 1.000)

Setor	2019 (1)	2020	VARIAÇÃO	%
Comércio	10.770.941	10.257.106	-4,77%	19,80%
Combustíveis	9.678.900	9.896.464	2,25%	19,10%
Energia	6.999.543	6.627.063	-5,32%	12,79%
Indústria	3.769.107	4.299.969	14,08%	8,30%
Demais Setores	19.810.240	20.722.818	4,61%	40,00%
Total	51.028.731	51.803.420	1,52%	100,00%

Fonte: RMA Nota: ICMS principal sem Multas, Juros e Dívida Ativa

B) SUBSECRETARIA DO TESOUREO ESTADUAL (STE)

Para atender os objetivos estratégicos organizacionais, a STE considerou impactos em três vertentes que foram: Financeira, Transparência e Gestão.

Vertente Financeira

- **Rendimento de aplicações - R\$ 21,7 milhões.** Os recursos financeiros aplicados nas contas do Tesouro Estadual apresentaram um rendimento de R\$21,7 milhões em 2020. Apesar das baixas taxas de retorno dos investimentos no período, o valor atingido é expressivo e corrobora com a estratégia adotada pelo atual governo na gestão eficiente dos recursos públicos, que por meio do planejamento financeiro e da análise do fluxo de caixa estadual, vem definindo previamente as datas para servidores e das demais despesas do Estado, permitindo assim a obtenção de ganhos financeiros.
- **Dividendos Extraordinários - R\$ 20 milhões.** Por meio de ações de governança do Estado, acionista nas empresas estatais, foi possível identificar e viabilizar oportunidades de distribuição de dividendos extraordinários a favor do Estado no valor de R\$20 milhões em 2020.
- **Alienação de Imóveis - R\$ 2,67 milhões.** Arrecadação de receitas não-tributárias na ordem de R\$ 2,67 milhões por meio da alienação de imóveis do Estado, com destaque para o ágio de 38,7% na última concorrência do ano de 2020.
- **Pagamento do Acordo AMM - R\$2,9 bilhões.** Foram repassados R\$2.859.078.906,34 relativos ao Acordo EMG-AMM, com respectivos demonstrativos divulgados, dos recursos entregues aos Municípios, referentes às quotas-partes de valores devidos à título de ICMS, IPVA e FUNDEB. O pagamento das parcelas referentes à 2020 foi cumprido integralmente, por meio de um trabalho eficiente de gestão de fluxo de caixa realizado pela STE, o que possibilitou que todos os pagamentos aos municípios fossem realizados nas datas pactuadas.

- Programa de demissão voluntária (PDV), gerando economia de R\$ 3,4 milhões/mês. Foram realizados oito programas de demissão voluntária, implementados em estatais controladas pelo Estado, com o desligamento de 420 empregados, gerando assim uma economia de cerca de R\$ 3,4 milhões por mês.
- GPS-GFIP - compensação no montante de R\$ 4,7 milhões. Melhoria no controle e acompanhamento das obrigações fiscais e na identificação de pagamentos previdenciários realizados a maior por diversos órgãos do Estado, gerando compensação de pagamentos de valores GPS-GFIP no montante de R\$ 4,7 milhões.

Vertente Transparência

- Painéis Gerenciais do Tesouro (12 painéis) - A STE reformulou seu espaço no site da SEF, disponibilizando conteúdos que corroboram com a transparência pública, com destaque para os seguintes painéis:
 - Portal da Dívida Pública;
 - iFinanças;
 - Portal da Previdência Complementar das Empresas Estatais;
 - Painel de Informações do Fale com o Tesouro e
 - Portal de Governança das Estatais: podem ser acessadas informações sobre a participação societária do Estado nas empresas estatais de Minas Gerais.
- Relatórios, panoramas e boletins - Foram criados novos instrumentos de gestão, no total de 17, que prezam pela transparência pública, divulgando informações do Tesouro Estadual como boletins mensais e relatórios trimestrais e anuais da dívida, panoramas econômicos etc. Esses instrumentos estão disponíveis no site da SEF, aba Tesouro Estadual (<http://www.fazenda.mg.gov.br/tesouro-estadual>).
- Atendimento Virtual - No ano de 2020, o Tesouro Estadual reformulou totalmente sua aba no site da SEF, disponibilizando canal de atendimento virtual (Fale com o Tesouro) que possibilitou o atendimento de 4.266 demandas no ano.

Vertente Gestão

- Programa de capacitação GRP – foram disponibilizados vídeos de capacitação para acesso e uso do GRP Minas, a partir da plataforma EAD da Secretaria. Além disso, foram realizadas transmissões ao vivo para capacitação complementar, por meio do TEAMS, cujos acessos ultrapassaram a marca de 6000 acessos;
- Ambiente de inteligência analítica – 5 (cinco) momentos de inteligência analítica desenvolvidos. Houve a implementação do Ambiente de Inteligência Analítica da Dívida Pública para realização de projeções ágeis de risco orçamentário, reestruturação da dívida,

análise econômica e financeira de operações de crédito, testes de estresse e sensibilidade da dívida;

- Governança do orçamento das estatais – 3 (três) fluxos revisados: revisão e diagramação dos fluxos de acompanhamento da execução do Orçamento de Investimento das empresas controladas pelo Estado, abertura de créditos suplementares, encerramento do exercício e prestação de contas anual, entre outros aprimoramentos de governança, como os painéis de informações das empresas estatais;
- Regularidade fiscal do estado – 100% pagamentos realizados. Foi garantido em 2020 a manutenção da regularidade fiscal do Estado e renovação da certidão unificada do Estado e órgãos vinculados, com validade até 28/03/2021, devido à realização de 100% dos pagamentos de impostos e contribuições no exercício de 2020;
- Padronização da comunicação – 1 (um) manual elaborado. Elaboração e divulgação do Manual de Padronização da Comunicação do Tesouro Estadual, promovendo a padronização de layouts, cores, logotipos, relatórios e o fortalecimento (branding) da marca do TESOURO.
- Palestras motivacionais e campanha – 3 (três) palestras. Promoção e divulgação da campanha #TUDOVAIPASSAR e realização de palestras motivacionais, todas com o objetivo de aproximar os servidores virtualmente pelo fato da implantação do Teletrabalho devido a COVID-19.

C) GABINETE SEF

- Reforma da Previdência (SEF/SEPLAG/IPSEMG) economizando R\$1,1 bi por ano, a partir de 2021.

D) CONSELHO DE CONTRIBUINTES

- Implementação de sessões de julgamento virtuais para retomada das atividades;
- Realização de Pesquisa de Opinião com 95% de aprovação dos serviços (ótimo/bom);
- Publicação da Súmula 07;
- Aprovação do novo Regimento Interno.

E) SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI

- Ampliação do acesso a tecnologias que viabilizam o teletrabalho para cerca de 3500 usuários;
- Desenvolvimento de soluções que automatizam e simplificam procedimentos realizados por contribuintes, acelerando a transformação digital na SEF;
- Aquisições de equipamentos de TI e de software para alavancar o uso de inteligência analítica, avançar em programas de educação fiscal e suportar atividades de auditoria fiscal;
- Aprimoramento da governança de TI: gestão de custos e apuração da efetividade de projetos baseados no uso de TI.

F) SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS - SPGF

- Criação Comitê de Governança das Compras Públicas;
- Desenvolvimento Painéis Orçamentário Financeiro e de Gestão de Pessoas;
- Desenvolvimento de líderes e servidores por meio de treinamentos no Microsoft Teams;
- Realização PDL Virtual;
- Criação de cursos próprios EAD.

G) ASSESSORIA JURÍDICA, CORREGEDORIA, CONTROLADORIA SETORIAL, ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, ASSESSORIA ESTRATÉGICA

- Melhoria da gestão dos instrumentos jurídicos;
- Desenvolvimento de ações estruturantes visando a Investigação Preliminar Sumária – IPS e a revisão de processos e parcerias estratégicas;
- Formação de alta performance dos servidores da Corregedoria com especialistas da CGU;
- Fomento ao desenvolvimento da Gestão de Riscos na SEF;
- Monitoramento e gerenciamento das ações de integridade na SEF por meio do Painel de Integridade;
- Novo Site da SEF - mais moderno, mais amigável e funcional;
- Intensificação dos contatos com os veículos de imprensa.

Desenvolvimento e aprimoramento:

- Planejamento anual – Objetivos e Resultados Chaves - OKRs como ferramenta de gestão;
- Sistema de Monitoramento e Avaliação de Resultados;
- Painel e Sistema de Gestão Estratégica;
- Desafios estratégicos 2021-2023;
- Construção de painéis de informações estratégicas: Folha de Pagamento, comparativo dos Estados, Projetos legislativos e Receita;
- Orçamento Base Zero.

5. Atendimento às exigências contidas na DN TCEMG nº 01/2019:

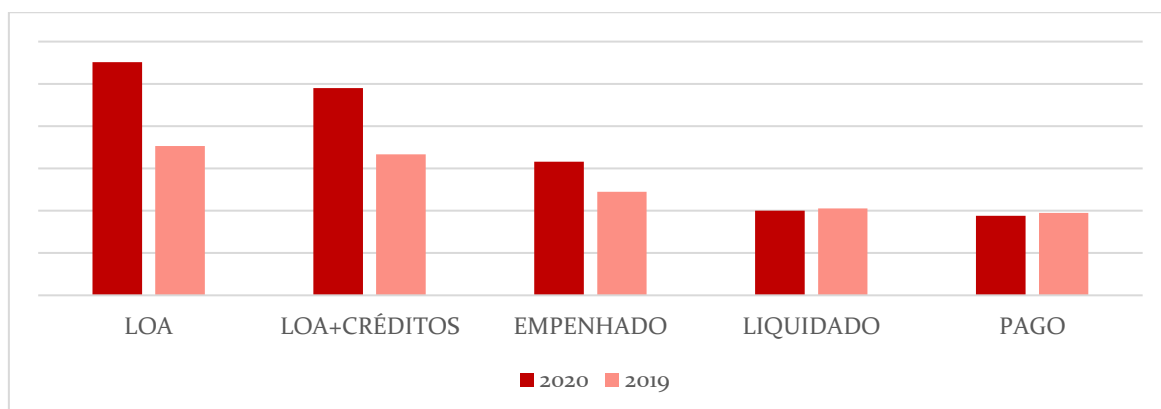
A crise do coronavírus afetou fortemente as finanças do Estado de Minas Gerais ao longo de 2020. As receitas tributárias foram prejudicadas pela contração do nível de atividade econômica e as despesas foram pressionadas, diante da necessidade de ações de enfrentamento da pandemia.

A situação fiscal de Minas Gerais permanece grave e de complexa resolubilidade.

Execução Lei Orçamentária Anual (LOA 2020)

A Lei Orçamentária Anual (LOA 2020) consignou à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais-SEF/MG uma dotação de R\$ 1,226 bilhão. No decorrer do exercício houve uma anulação de R\$ 30,5 milhões, fixando como montante final o valor de R\$ 1,195 bilhão. Do total autorizado, o valor empenhado representou 92,72% do limite disponível, já os valores pagos representaram 94,24% dos valores empenhados.

Esse desempenho quando comparado ao ano anterior, conforme gráfico abaixo explicita que as dotações disponibilizadas aumentaram 7%. Já a performance da execução das dotações, as despesas empenhadas aumentaram 3% e as pagas se mantiveram estáveis.



Execução dos Restos a Pagar - RP (Exercício 2020)

Ressalte-se que 100% dos restos a pagar processados e cerca de 97% dos restos a pagar não processados, ou seja, 97,61% dos valores inscritos em RP foram efetivamente pagos no exercício de 2020, totalizando R\$ 24.140 milhões.

Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios

No que se refere às despesas com pessoal e encargos sociais, o montante pago foi de R\$ 926 milhões, sendo que em termos percentuais, as despesas com vencimentos e vantagens fixas

representam 82,67%, obrigações patronais 10,63%, auxílio alimentação 5,83% e as demais despesas desse grupo equivalem a 0,86% em 2020.

Investimento

Em relação a execução das despesas com aquisição de software e de equipamentos de informática, destaca-se os recursos destinados à Solução Integrada de Gestão Governamental – GRP Minas, bem como dos valores destinados ao Programa Nota Fiscal Mineira que foi responsável por aproximadamente 83% dos investimentos em tecnologia da informação e comunicação da SEF.

Custeio

No âmbito das despesas de custeio o maior dispêndio se deu com a manutenção dos serviços de tecnologia da informação e comunicação que envolve despesas com a manutenção de software, hospedagem de sistemas e dados, rede IP multiserviços, serviços de telefonia, serviços técnicos profissionais.

Da despesa total empenhada em custeio, em torno de 46% foram utilizados em serviços de tecnologia da informação e comunicação, seguidos de despesas com tarifas bancárias (36%), conservação e limpeza (4%), MGS (3%) entre outras classificadas como Outros Serviços de Terceiros.

Contingenciamento de despesas

O contingenciamento de despesas é o principal instrumento utilizado pelo Executivo para praticar a discricionariedade na execução do plano de trabalho, e impacta impositivamente órgãos e entidades públicos à contenção de gastos e ao decorrente estabelecimento de formas alternativas de atuação organizacional.

“O governo deverá gastar menos do que foi planejado no orçamento, tendo em vista a ocorrência de frustração [queda] na arrecadação estimada ou aumento de despesas acima do patamar previamente fixado, adequando-se, dessa forma, à nova realidade fiscal. Contingenciamento tem o mesmo significado, à luz dos textos legais, que limitação de empenho e a consequente movimentação financeira.” (Silva e Marques 2011, p. 46)

O Plano de Contingenciamento de Gastos do Poder Executivo, publicado no dia 1º de abril de 2020 no Diário Oficial de Minas Gerais, estabeleceu as diretrizes de redução de despesas para os órgãos da administração estadual direta do Poder Executivo ante a pandemia do COVID-19.

Dentre as diretrizes estabelecidas, estavam a suspensão de contratos de serviços considerados não essenciais para as políticas públicas, a vedação de celebração de novos contratos de locação de imóveis e de consultoria técnica, além de gastos com cursos, eventos e atividades semelhantes.

O gráfico abaixo explicita a linha do tempo do orçamento de custeio da SEF/MG e sua trajetória descendente ao longo do período analisado:

ORÇAMENTO 2020: LINHA DO TEMPO



5.1 RESUMO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS EM 2020

Programa	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	Desp. Realizada / Créd. Inicial	Desp. Realizada / Créd. Autorizado
84 - TESOURO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE	99.206.300,00	103.195.858,50	95.783.623,23	96,55%	92,82%
100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	4.000,00	4.000,00	-	0,00%	0,00%
113 - GESTÃO EFICIENTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	976.175.598,00	932.984.739,93	866.018.172,60	88,72%	92,82%
115 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO COM USO DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO	85.241.300,00	74.100.635,86	65.521.605,84	76,87%	88,42%
705 - APOIO AS POLÍTICAS PÚBLICAS	64.942.906,00	84.740.170,54	80.663.408,95	124,21%	95,19%
Total Geral	1.225.570.104,00	1.195.025.404,83	1.107.986.810,62	90,41%	92,72%

Fonte: Elaboração própria com dados do Armazém SIAFI

Os programas acima serão detalhados abaixo, conforme Instrução Normativa Nº 14/2011 de 20/12/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

5.2 RELATÓRIOS SOBRE A GESTÃO

A) Descrição da execução do programa de trabalho por meio do cumprimento das metas físicas e financeiras, por função, subfunção, programa, projeto, subprojeto, atividade, subatividade e operações especiais, em nível de grupo de natureza e elemento da despesa, evidenciando com indicadores de eficiência, eficácia ou efetividade, a implementação da ação governamental, com esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos.

PROGRAMA 0084 TESOURO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE

OBJETIVO: Promover a gestão financeira e contábil do poder executivo estadual e dos ativos sob responsabilidade da SEF/MG.

Esse programa na UO 1191 (SEF) é composto pelas ações 4199, 4247, 4251, 4252, 4255, 4258, 4260 e 4261, que serão detalhadas a seguir:

Programa	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	Desp. Realizada / Créd. Inicial	Desp. Realizada / Créd. Autorizado
4199 - CONTROLE E OPERAÇÕES FINANCEIRAS DOS RECURSOS ESTADUAIS	59.993.800,00	59.030.543,06	57.270.003,68	95,46%	97,02%
4247 - GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO	4.872.600,00	2.962.600,00	696.006,56	14,28%	23,49%
4251 - CONTADORIA TRANSPARENTE	2.591.600,00	3.421.600,00	3.112.876,82	120,11%	90,98%
4252 - CONTADORIA LEGAL	3.108.700,00	2.722.349,54	2.046.039,52	65,82%	75,16%
4255 - GOVERNANÇA DO SISTEMA INTEGRADO UTILIZADO PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E C	22.862.600,00	26.594.424,71	25.010.493,87	109,39%	94,04%
4258 - GESTÃO DE ATIVOS E HAVERES	4.776.700,00	5.884.041,19	5.592.928,78	117,09%	95,05%
4260 - ENDIVIDAMENTO SUSTENTÁVEL	769.100,00	1.659.100,00	1.539.683,31	200,19%	92,80%
4261 - GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS	231.200,00	921.200,00	515.590,69	223,01%	55,97%
Total Geral	99.206.300,00	103.195.858,50	95.783.623,23	96,55%	92,82%

Fonte: Elaboração própria com dados do Armazém SIAFI

AÇÃO 4199 - CONTROLE E OPERAÇÕES FINANCEIRAS DOS RECURSOS ESTADUAIS

04	ADMINISTRAÇÃO
04 123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04 123 084	TESOURO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE
04 123 084 4 199	CONTROLE E OPERAÇÕES FINANCEIRAS DOS RECURSOS ESTADUAIS
04 123 084 4 199 0001	CONTROLE E OPERAÇÕES FINANCEIRAS DOS RECURSOS ESTADUAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG
Secretaria de Estado de Fazenda

Programa:

0084 - Tesouro Responsável e Transparente

Período:

Encerrado - Momento: SPGF

Ação:

4199 - Controle e Operações Financeiras dos Recursos Estaduais

IAG:

0 - Demais Projetos e Atividades

UO Ação:

01191 - Secretaria de Estado de Fazenda

Produto:

Demonstrativos dos Repasses Constitucionais Divulgados

Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável
 ☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal

Download da Planilha de Municípios

Regionalização

Físico

Orçamento

	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	3,	3,	3,	27.265,74	2.915,43	30.181,17	30.181,17	30.181,17	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	3,	3,	3,	9.753.784,08	85.552,93	9.839.337,01	9.839.337,01	9.839.337,01	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	3,	3,	3,	4.568.500,00	472.508,54	5.041.008,54	6.010.173,67	6.010.173,67	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	3,	3,	3,	4.568.500,00	470.315,28	5.038.815,28	6.556.753,46	6.556.753,46	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	3,	3,	3,	4.568.500,00	469.312,04	5.037.812,04	2.219.489,03	2.219.489,03	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	3,	3,	3,	4.568.500,00	467.199,04	5.035.699,04	2.442.842,20	2.442.842,20	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	3,	3,	3,	4.568.500,00	474.805,05	5.043.305,05	5.230.923,48	5.230.923,48	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	3,	3,	3,	4.568.500,00	464.967,88	5.033.467,88	3.509.094,28	3.509.094,28	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	3,	3,	3,	4.568.500,00	461.283,32	5.029.783,32	3.078.114,23	3.078.114,23	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	3,	3,	3,	4.568.500,00	458.877,54	5.027.377,54	3.167.819,56	3.167.819,56	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	3,	3,	3,	4.568.500,00	936.797,61	5.505.297,61	1.511.361,77	1.511.361,77	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	3,	3,	3,	3.924.450,18	407.265,34	4.331.715,52	15.434.453,20	13.673.913,82	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	36,	36,	36,	54.822.000,00	5.171.800,00	59.993.800,00	59.030.543,06	57.270.003,68			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIAPF: 29/03/2021	36,	36,	100,00			59.993.800,00	59.030.543,06	95,46			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Garantir o controle e a contabilização dos ingressos de recursos e realizar as demais movimentações financeiras, permitindo o cumprimento das obrigações constitucionais e necessárias para a manutenção da administração pública estadual.

PRODUTO: Demonstrativos dos repasses constitucionais divulgados

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 59.993.800,00

LOA + CRED: R\$ 59.030.543,06

REALIZADO: R\$ 57.270.003,68

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 95,46%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 97,02%

DADOS FÍSICOS

LOA: 36

LOA + CRED: 36

REALIZADO: 36

% EXECUTADO: 100,00%

COMENTÁRIO: O desempenho da ação foi satisfatório tanto físico como orçamentário. Quanto aos dados de despesa de pessoal, que não incidem sobre o indicador de desempenho orçamentário, cabe ressaltar que houve atraso no registro da liquidação dos pagamentos de despesa de pessoal e auxílios de janeiro, o que acarretou um valor acumulado em fevereiro. Essa situação ocorreu em todas as ações do Programa 0084. Durante o 4º bimestre foram envidados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, conseqüentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações. Entretanto, tal situação não impactou na entrega do produto pactuado.

DECRETOS: 377 e 492 (Ver detalhes na letra “H” deste item). Adequação orçamentária para acertar o orçamento da folha de pagamento da SEF com suplementação das dotações e anulações de recursos próprios.

ACÇÃO 4247 – GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO

04 ADMINISTRAÇÃO
04 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04 123 084 TESOIRO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE
04 123 084 4 247 **GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO**
04 123 084 4 247 0001 GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Programa:	0084 - Tesouro Responsável e Transparente
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4247 - Gestão Estratégica e Planejamento Financeiro
IAG:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Portfólio do Planejamento Financeiro Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável

☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios			Regionalização					
Físico			Orçamento								
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	0,	0,	0,	0,00	821,80	821,80	821,80	821,80	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	0,	0,	0,	0,00	18.951,82	18.951,82	18.951,82	18.951,82	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	0,	0,	0,	833,33	450.023,40	450.856,73	9.210,69	9.210,69	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	0,	0,	0,	833,33	447.961,27	448.794,60	8.509,12	8.509,12	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	0,	0,	0,	833,33	447.018,00	447.851,33	9.105,09	9.105,09	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	0,	0,	0,	833,33	445.031,33	445.864,66	8.928,29	8.928,29	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	0,	0,	0,	833,33	452.182,61	453.015,94	96.192,37	96.192,37	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	0,	0,	0,	833,33	442.933,57	443.766,90	90.047,73	90.047,73	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	0,	0,	0,	833,33	439.469,29	440.302,62	94.853,75	94.853,75	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	0,	0,	833,33	437.207,34	438.040,67	89.563,71	89.563,71	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	0,	0,	0,	833,33	892.318,74	893.152,07	92.095,52	92.095,52	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	1,	1,	1,	2.500,03	388.680,83	391.180,86	2.444.320,11	177.726,67	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	1,	1,	1,	10.000,00	4.862.600,00	4.872.600,00	2.962.600,00	696.006,56			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIATF: 29/03/2021	1,	1,	100,00			4.872.600,00	2.962.600,00	14,28			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Garantir que o Estado de Minas Gerais viabilize as atividades de gestão administrativa da Superintendência Central de Administração Financeira (SCAF) e funções de planejamento financeiro referente à alocação e gestão dos recursos estaduais.

PRODUTO: Portfólio do planejamento financeiro.

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 4.872.600,00

LOA + CRED: R\$ 2.962.600,00

REALIZADO: R\$ 696.006,56

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 14,28%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 23,49%

DADOS FÍSICOS

LOA: 1

LOA + CRED: 1

REALIZADO: 1

% EXECUTADO: 100%

COMENTÁRIO: A ação apresentou desempenho orçamentário crítico do 2º ao 6º bimestre, uma vez que os valores previstos se destinavam a acobertar despesas com diárias de viagem que foram inviabilizadas pela pandemia do COVID-19. Quanto aos dados de despesa de pessoal, que não incidem sobre o indicador de desempenho orçamentário, cabe ressaltar que houve atraso no registro da liquidação dos pagamentos de despesa de pessoal e auxílios de janeiro, o que acarretou um valor acumulado em fevereiro. Essa situação ocorreu em todas as ações do Programa 0084. Durante o 4º bimestre foram envidados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, conseqüentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações.

DECRETOS: 261 e 492 (ver detalhes na letra “H” deste item). Adequação orçamentária com remanejamento de recursos e anulações de recursos próprios.

AÇÃO 4251 – CONTADORIA TRANSPARENTE

04 ADMINISTRAÇÃO
04 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04 123 084 TESOUREIRO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE
04 123 084 4 251 CONTADORIA TRANSPARENTE
04 123 084 4 251 0001 CONTADORIA TRANSPARENTE

Programa:	0084 - Tesouro Responsável e Transparente
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4251 - Contadoria Transparente
IAO:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Relatórios e Demonstrativos Publicados
Unid. de Medida:	Unidade

☐ Ação Não Regionalizável

☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios			Regionalização					
Físico			Orçamento								
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	35	35	35	0,00	14.783,64	14.783,64	14.783,64	14.783,64	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	10	10	10	0,00	432.398,02	432.398,02	432.398,02	432.398,02	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	19	19	19	833,33	199.223,13	200.056,46	220.070,27	220.070,27	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	7	7	7	833,33	198.128,33	198.961,66	211.390,71	211.390,71	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	31	31	31	833,33	197.627,54	198.460,87	214.880,04	214.880,04	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	7	7	7	833,33	196.572,80	197.406,13	236.144,06	236.144,06	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	18	18	18	833,33	200.369,48	201.202,81	273.873,56	273.873,56	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	7	7	7	833,33	195.459,08	196.292,41	272.781,27	272.781,27	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	26	26	26	833,33	193.619,86	194.453,19	266.118,79	266.118,79	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	7	7	7	833,33	192.418,97	193.252,30	238.801,84	238.801,84	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	18	18	18	833,33	394.343,37	395.176,70	256.758,18	256.758,18	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	7	7	7	2.500,03	166.655,78	169.155,81	783.599,62	474.876,44	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	192	192	192	10.000,00	2.581.600,00	2.591.600,00	3.421.600,00	3.112.876,82			
LOA			LOA + Créd.			% Execução					
192			192			100,00					
2.591.600,00			3.421.600,00			120,11					

STAFF: 29/03/2021

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Reorganizar a força de trabalho dos técnicos da Superintendência Central de Contadoria Geral (SCCG) no intuito de analisar, consolidar, elaborar e divulgar os resultados fiscais do Governo de Minas Gerais, por meio dos registros disponíveis no sistema integrado utilizado para a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, conforme regulamentação legal sobre as finanças públicas em nível federal e estadual e em obediência ao princípio da transparência.

PRODUTO: Relatórios e demonstrativos publicados

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 2.591.600,00

LOA + CRED: R\$ 3.421.600,00

REALIZADO: R\$ 3.112.876,82

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 120,11%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 90,98%

DADOS FÍSICOS

LOA: 192

LOA + CRED: 192

REALIZADO: 192

% EXECUTADO: 100,00%

COMENTÁRIO: A ação apresentou desempenho orçamentário crítico do 2º ao 6º bimestre, uma vez que os valores previstos nesta ação se destinaram a acobertar despesas com diárias de viagem. O cenário orçamentário instalado pelo Decreto 47.865 e Decreto 47.904 juntamente com as medidas de prevenção ao contágio do COVID 19, fizeram com que as atividades de capacitação fossem suspensas. A execução física satisfatória em detrimento a execução orçamentária nula gerou um índice de eficiência crítico.

Quanto aos dados de despesa de pessoal, que não incidem sobre o indicador de desempenho orçamentário, cabe ressaltar que houve atraso no registro da liquidação dos pagamentos de despesa de pessoal e auxílios de janeiro, o que acarretou um valor acumulado em fevereiro. Essa situação ocorreu em todas as ações do Programa 0084. Durante o 4º bimestre foram envidados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, conseqüentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações.

DECRETOS: 261, 377 e 492 (ver detalhes na letra “H” deste item). Adequação orçamentária com remanejamento de recursos das dotações; acerto do orçamento da folha de pagamento da SEF com suplementação das dotações; e anulações de recursos próprios, suplementando as dotações.

AÇÃO 4252 – CONTADORIA LEGAL

04 ADMINISTRAÇÃO
04 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04 123 084 TESOIRO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE
04 123 084 4 252 CONTADORIA LEGAL
04 123 084 4 252 0001 CONTADORIA LEGAL

Programa:	0084 - Tesouro Responsável e Transparente
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4252 - Contadoria Legal
IAO:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Atendimentos Realizados No Prazo Pactuado
Unid. de Medida:	Percentual

☐ Ação Não Regionalizável

☒ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios			Regionalização		
Físico			Orçamento					
Progr. Física	Repro. Física	Realizado	Progr. Outras Desp.	Progr. Pessoal e Auxílios	Total Progr. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores
Janeiro	80	100	100	0,00	6.189,40	6.189,40	6.189,40	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Fevereiro	80	100	100	63.205,95	160.002,20	223.208,15	223.208,15	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Março	80	98	98	83.679,41	190.118,72	273.798,13	143.551,76	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Abril	80	98	98	83.679,41	189.182,06	272.861,47	122.022,45	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Maio	80	98	98	83.679,41	188.753,60	272.433,01	130.826,89	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Junho	80	98	98	83.679,41	187.851,21	271.530,62	124.338,84	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Julho	80	98	98	83.679,41	191.099,48	274.778,89	221.318,32	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Agosto	80	98	98	83.679,41	186.898,36	270.577,77	162.614,37	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Setembro	80	95	95	83.679,41	185.324,81	269.004,22	227.047,22	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Outubro	80	96	96	83.679,41	184.297,39	267.976,80	205.082,72	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Novembro	80	94	94	83.679,41	376.727,19	460.406,60	164.336,36	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Dezembro	80	89	89	83.679,36	162.255,58	245.934,94	991.813,06	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Totais	80	100	100	900.000,00	2.208.700,00	3.108.700,00	2.722.349,54	2.046.039,52
LOA	80	80	125,00			3.108.700,00	2.722.349,54	65,82

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Disponibilizar orientações técnicas aos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais, de acordo com as atribuições de cada unidade da SCCG/SEF e com a legislação vigente, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTS), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), objetivando as melhores práticas contábeis.

PRODUTO: Atendimentos realizados no prazo pactuado

UNIDADE DE MEDIDA: Percentual

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 3.108.700,00

LOA + CRED: R\$ 2.722.349,54

REALIZADO: R\$ 2.046.038,52

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 65,82%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 75,16%

DADOS FÍSICOS

LOA: 80

LOA + CRED: 80

REALIZADO: 100

% EXECUTADO: 125,00%

COMENTÁRIO: A ação apresentou desempenho orçamentário crítico do 3º ao 6º bimestre, uma vez que dentre os valores contratuais pagos o de maior impacto é o da MGS, este foi superestimado no planejamento, apresentando execução abaixo do previsto ao longo de 2020 devido a situações como: afastamento de funcionária para licença maternidade, não preenchimento de vagas previstas no contrato e ocorrência de acertos da MGS para com o Estado por cobranças indevidas. Apesar das ocorrências a meta física foi superada em todos os meses do ano, o que gerou índice de eficiência subestimado.

Quanto aos dados de despesa de pessoal, que não incidem sobre o indicador de desempenho orçamentário, cabe ressaltar que houve atraso no registro da liquidação dos pagamentos de despesa de pessoal e auxílios de janeiro, o que acarretou um valor acumulado em fevereiro. Essa situação ocorreu em todas as ações do Programa 0084. Durante o 4º bimestre foram envidados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, conseqüentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações.

DECRETO: 492 (ver detalhes na letra “H” deste item). Adequação orçamentária com anulações de recursos próprios.

AÇÃO 4255 – GOVERNANÇA DO SISTEMA INTEGRADO UTILIZADO PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTÁBIL

04 ADMINISTRAÇÃO
04 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04 123 084 TESOIRO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE
04 123 084 4 255 GOVERNANÇA DO SISTEMA INTEGRADO UTILIZADO PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTÁBIL
04 123 084 4 255 0001 GOVERNANÇA DO SISTEMA INTEGRADO UTILIZADO PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTÁBIL

Programa:	0084 - Tesouro Responsável e Transparente
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4255 - Governança do Sistema Integrado Utilizado Para a Execução Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contábil
IAG:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Atendimentos Realizados Aos Usuários do Sistema No Prazo Pactuado
Unid. de Medida:	Percentual

☐ Ação Não Regionalizável ☒ Meta Física Não Cumulativa

Físico			Orçamento						Informar Localizadores		
Progr. Física	Repro. Física	Realizado	Progr. Outras Desp.	Progr. Pessoal e Auxílios	Total Progr. Org.	Repro. Org.	Desp. Realizada				
Janeiro	80	100	100	0,00	1.061,86	1.061,86	1.061,86	1.061,86	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	80	99	99	1.632.340,00	28.904,39	1.661.244,39	1.661.243,39	1.661.243,39	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	80	100	100	1.936.766,00	170.344,07	2.107.110,07	1.536.701,86	1.536.701,86	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	80	100	100	1.936.766,00	169.554,18	2.106.320,18	1.516.964,65	1.516.964,65	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	80	99	99	1.936.766,00	169.192,87	2.105.958,87	1.584.657,34	1.584.657,34	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	80	100	100	1.936.766,00	168.431,88	2.105.197,88	1.369.586,49	1.369.586,49	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	80	99	99	1.936.766,00	171.171,15	2.107.937,15	1.352.860,89	1.352.860,89	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	80	100	100	1.936.766,00	167.628,34	2.104.394,34	1.447.852,28	1.447.852,28	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	80	99	99	1.936.766,00	166.301,36	2.103.067,36	1.365.836,44	1.365.836,44	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	80	98	98	1.936.766,00	165.434,93	2.102.200,93	1.403.073,71	1.403.073,71	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	80	100	100	1.936.766,00	337.727,94	2.274.493,94	1.503.228,97	1.503.228,97	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	80	0	100	1.936.766,00	146.847,03	2.083.613,03	11.851.356,83	10.267.425,99	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	80	100	100	21.000.000,00	1.862.600,00	22.862.600,00	26.594.424,71	25.010.493,87			
LOA			LOA + Créd.			% Execução					
80			80			125,00					

SIAFI: 30/03/2021

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Promover a gestão, orientação e acompanhamento dos usuários do sistema integrado utilizado para a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, viabilizando a adequada execução orçamentária, financeira e contábil do Estado de Minas Gerais.

PRODUTO: Atendimentos realizados aos usuários do sistema no prazo pactuado

UNIDADE DE MEDIDA: Percentual

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 22.862.600,00

LOA + CRED: R\$ 26.594.424,71

REALIZADO: R\$ 25.010.493,87

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 109,39%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 94,04%

DADOS FÍSICOS

LOA: 80

LOA + CRED: 80

REALIZADO: 100

% EXECUTADO: 125,00%

COMENTÁRIO: A ação apresentou índice de eficiência subestimado do 2º ao 5º bimestre devido à execução orçamentária menor que o previsto diante da execução física acima do esperado. Isso ocorreu devido ao atendimento aos usuários realizado dentro do prazo pactuado superar a meta proposta (80%) em todos os meses do ano somada à execução de montante menor que planejado nos primeiros meses do ano no contrato referente ao desenvolvimento e implementação de Solução Integrada de Gestão Governamental- GRP.

Em 2020, planejou-se executar as despesas referentes ao desenvolvimento e implementação de Solução Integrada de Gestão Governamental- GRP, no contrato SIAFI, o que não ocorreu. De janeiro a outubro utilizou-se os saldos de Restos a Pagar Não Processados. O pagamento das despesas foi feito à conta dos empenhos 11/2014 e 04/2018, ambos com saldos inscritos em Restos a Pagar Não Processados. Um contrato específico para a execução Orçamentária do GRP foi firmado no mês de outubro.

Durante o 4º bimestre foram envidados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, consequentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações. Porém a despesa de pessoal não incide sobre o indicador de desempenho orçamentário.

DECRETOS: 405, 492 e 522 (ver detalhes na letra “H” deste item). Adequação orçamentária com anulações de recursos próprios e suplemento de dotações.

AÇÃO 4258 – GESTÃO DE ATIVOS E HAVERES

04 ADMINISTRAÇÃO
04 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04 123 084 TESOURO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE
04 123 084 4 258 GESTÃO DE ATIVOS E HAVERES
04 123 084 4 258 0001 GESTÃO DE ATIVOS E HAVERES

Programa:	0084 - Tesouro Responsável e Transparente
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4258 - Gestão de Ativos e Haveres
IAIG:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Receita Não Tributária Arrecadada Unid. de Medida: R\$ (reais)

☐ Ação Não Regionalizável ☐ Meta Física Não Cumulativa

Físico			Orçamento			Informar Localizadores		
Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Org.	Repro. Org.	Desp. Realizada	
Janeiro	0,	431.761,	431.761,	4.016,07	13.000,00	17.016,07	17.016,07	17.016,07
Fevereiro	0,	763.144,	763.144,	194.832,98	265.763,06	460.596,04	460.596,04	460.596,04
Março	0,	675,	675,	120.405,82	5.014,08	125.419,90	69.157,85	69.157,85
Abril	0,	781.207.695	781.207.695	120.405,82	4.875,53	125.281,35	167.387,49	167.387,49
Maio	0,	8.044.437	8.044.437	120.405,82	4.812,15	125.217,97	1.252.766,63	1.252.766,63
Junho	0,	201.952,	201.952,	120.405,82	4.678,68	125.084,50	549.320,90	549.320,90
Julho	0,	147.016,	147.016,	120.405,82	5.159,15	125.564,97	432.068,18	432.068,18
Agosto	0,	542.070,	542.070,	120.405,82	4.537,74	124.943,56	322.271,42	322.271,42
Setembro	0,	88.444,	88.444,	120.405,82	4.304,98	124.710,80	534.585,36	534.585,36
Outubro	0,	482.421,	482.421,	120.405,82	4.153,01	124.558,83	421.436,97	421.436,97
Novembro	0,	19.585,	19.585,	120.407,92	9.508,92	129.916,84	447.176,25	447.176,25
Dezembro	35.000.000	0,	2.423.840	3.167.496,47	892,70	3.168.389,17	1.210.258,03	919.145,62
Totais	35.000.000,	791.929.200,	794.353.040,	4.450.000,00	326.700,00	4.776.700,00	5.884.041,19	5.592.928,78
LOA	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução			
35.000.000,	35.000.000,	2.269,58	4.776.700,00	5.884.041,19	117,09			

SIAPF: 30/03/2021

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Propiciar as condições adequadas para a gestão dos ativos mobiliários e imobiliários alienáveis, dos direitos e dos créditos recebidos a qualquer título pelo Estado, tendo como consequência o incremento de receitas não-tributárias do Estado e a redução de despesas.

PRODUTO: Receita não tributária arrecadada

UNIDADE DE MEDIDA: R\$ (Reais)

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: 4.776.700,00

LOA + CRED: 5.884.041,19

REALIZADO: R\$ 5.592.928,78

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 117,09%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 95,05%

DADOS FÍSICOS

LOA: 35.000.000

LOA + CRED: 35.000.000

REALIZADO: 794.353.040

% EXECUTADO: 2.269,58%

COMENTÁRIO: A ação obteve desempenho físico subestimado em 2020 devido a arrecadação de mais de R\$700mi de receita não tributária não prevista advinda de precatórios judicializados oriundos da privatização do Banco Bemge, situação que impactou permanentemente a meta física. Já o desempenho orçamentário tornou-se crítico no 6º bimestre devido à redução na quantidade e atratividade dos certames realizados para alienação de bens imóveis o que reduziu substancialmente as despesas executadas com a MGI. Essas despesas compreendem: custos administrativos (elaboração de laudos, publicação de editais, publicidade, pagamentos de taxas etc.) bem como o pagamento de comissões à MGI que variam de 1% a 3% dos valores dos imóveis no caso de sucesso na alienação. Como não foram feitos todos os certames planejados e as vendas executadas foram bem menores do que anteriormente pactuados, tivemos essa baixa execução orçamentária. Soma-se aos fatores mencionados a não aprovação do Projeto de Lei nº 1016/2019, assim imóveis avaliados com maior liquidez e com valores mais expressivos não foram colocados à venda. Além disso, houve atraso no planejamento do processo licitatório para alienação das posições acionárias. A elevada meta física apurada diante da reduzida execução orçamentária resultou em índice de eficiência subestimado.

A apuração das Metas Físicas dos meses de julho a dezembro sofreu alteração no monitoramento do 6º Bimestre porque notou-se erro de preenchimento nos valores apresentados. A alteração solicitada justifica-se pelo fato de que no ato do monitoramento o gestor da ação considerou as casas decimais dos valores apurados como unidades e dezenas do número informado, gerando grande distorção no montante de Receita Não Tributária arrecadada. Ressalta-se ainda que os valores apurados em cada mês foram arredondados tendo em consideração a limitação do SIGPLAN em aceitar casas decimais em sua meta física.

Quanto aos dados de despesa de pessoal, que não incidem sobre o indicador de desempenho orçamentário, cabe ressaltar que houve atraso no registro da liquidação dos pagamentos de despesa de pessoal e auxílios de janeiro, o que acarretou um valor elevado em fevereiro. Essa situação ocorreu em todas as ações do Programa 0084. Durante o 4º bimestre foram enviados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, conseqüentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações.

DECRETOS: 205, 261, 405, 492 e 522 (Ver detalhes na letra “H” deste item). Adequação orçamentária com remanejamento, suplementação e anulação de recursos

AÇÃO 4260 – ENDIVIDAMENTO SUSTENTÁVEL

04	ADMINISTRAÇÃO
04 123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04 123 084	TESOURO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE
04 123 084 4 260	ENDIVIDAMENTO SUSTENTÁVEL
04 123 084 4 260 0001	ENDIVIDAMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG
Secretaria de Estado de Fazenda

Programa:	0084 - Tesouro Responsável e Transparente
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4260 - Endividamento Sustentável
IAG:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Relatório Emitido

☐ Ação Não Regionalizável

☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal											
Físico				Orçamento							
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	1,	1,	1,	0,00	8.107,00	8.107,00	8.107,00	8.107,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	0,	0,	0,	0,00	192.643,55	192.643,55	192.643,55	192.643,55	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	1,	1,	1,	833,33	52.283,68	53.117,01	96.814,52	96.814,52	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	0,	1,	1,	833,33	51.961,76	52.795,09	97.761,34	97.761,34	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	1,	1,	1,	833,33	51.814,51	52.647,84	97.689,79	97.689,79	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	0,	1,	1,	833,33	51.504,37	52.337,70	105.588,40	105.588,40	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	1,	1,	1,	833,33	52.620,76	53.454,09	138.782,17	138.782,17	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	0,	1,	1,	833,33	51.176,89	52.010,22	130.803,16	130.803,16	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	1,	1,	1,	833,33	50.636,08	51.469,41	136.986,61	136.986,61	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	1,	1,	833,33	50.282,97	51.116,30	133.246,07	133.246,07	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	1,	1,	1,	833,33	103.360,94	104.194,27	137.031,21	137.031,21	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	1,	0,	1,	2.500,03	42.707,49	45.207,52	383.646,18	264.229,49	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	7,	10,	11,	10.000,00	759.100,00	769.100,00	1.659.100,00	1.539.683,31			
LOA				LOA + Créd.				% Execução			
7,				7,				157,14			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Subsidiar a alta gerência com informações estratégicas para a tomada de decisões relacionadas ao endividamento público e às oportunidades de investimento, mitigando riscos e viabilizando a redução do custo da dívida.

PRODUTO: Relatório emitido

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 769.100,00

LOA + CRED: R\$ 1.659.100,00

REALIZADO: R\$ 1.539.683,31

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 200,19%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 92,80%

DADOS FÍSICOS

LOA: 7

LOA + CRED: 7

REALIZADO: 11

% EXECUTADO: 157,14%

COMENTÁRIO: A ação apresentou desempenho físico subestimado do 2º ao 6º bimestre, uma vez que a meta inicial era emitir um boletim da dívida bimestral. Todavia, com vistas a aumentar a transparência dos dados da dívida, decidiu-se alterar a periodicidade do boletim de bimestral para mensal, resultando na alteração da reprogramação física para uma entrega superior àquela inicialmente programada. Além disso, o desempenho orçamentário foi crítico porque a execução financeira planejada destinava-se a organização de capacitações e treinamentos, que em virtude da pandemia de COVID-19 precisaram ter sua execução postergada. A realização de uma meta física maior que a esperada sem execução orçamentária alguma gerou o índice de eficiência crítico.

Quanto aos dados de despesa de pessoal, que não incidem sobre o indicador de desempenho orçamentário, cabe ressaltar que houve atraso no registro da liquidação dos pagamentos de despesa de pessoal e auxílios de janeiro, o que acarretou um valor acumulado em fevereiro. Essa situação ocorreu em todas as ações do Programa 0084. Durante o 4º bimestre foram envidados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, conseqüentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações.

DECRETOS: 261 e 492 (ver detalhes na letra “H” deste item). Adequação orçamentária com remanejamento de recursos e anulações de recursos próprios.

AÇÃO 4261 – GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

04 ADMINISTRAÇÃO
04 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
04 123 084 TESOIRO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE
04 123 084 4 261 GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS
04 123 084 4 261 0001 GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Programa:	0084 - Tesouro Responsável e Transparente
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4261 - Governança das Empresas Estatais
IAQ:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Análise Técnica Emitida Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável

☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios			Regionalização					
Físico			Orçamento								
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	4,	1,	1,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	5,	14,	14,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	8,	15,	15,	0,00	20.553,37	20.553,37	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	13,	12,	12,	2.592,00	20.459,56	23.051,56	9.253,10	9.253,10	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	5,	11,	11,	926,00	20.416,65	21.342,65	11.594,10	11.594,10	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	5,	7,	7,	926,00	20.326,28	21.252,28	10.805,30	10.805,30	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	5,	4,	4,	926,00	20.651,59	21.577,59	70.978,41	70.978,41	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	5,	9,	9,	926,00	20.230,85	21.156,85	68.369,11	68.369,11	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	5,	5,	5,	926,00	20.073,26	20.999,26	75.507,29	75.507,29	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	4,	18,	18,	926,00	19.970,36	20.896,36	71.231,42	71.231,42	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	4,	6,	6,	926,00	40.755,19	41.681,19	69.152,47	69.152,47	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	4,	0,	3,	926,00	17.762,89	18.688,89	534.308,80	128.699,49	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	67,	102,	105,	10.000,00	221.200,00	231.200,00	921.200,00	515.590,69			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIATF: 30/03/2021	67,	67,	156,72			231.200,00	921.200,00	223,01			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Promover o alinhamento entre as estratégias governamentais e as decisões dos órgãos societários das empresas estatais, visando às melhores práticas de governança, de riscos e de integridade, bem como reforçando o processo decisório na busca de melhores resultados para empresa e Estado acionista.

PRODUTO: Análise técnica emitida

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 231.200,00

LOA + CRED: R\$ 921.200,00

REALIZADO: R\$ 515.590,69

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 223,01%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 55,97%

DADOS FÍSICOS

LOA: 67

LOA + CRED: 67

REALIZADO: 105

% EXECUTADO: 156,72 %

COMENTÁRIO: O desempenho físico foi subestimado durante todo ano de 2020, pois a quantidade de pleitos analisados foi superior à programada o que ocorreu devido a elevada demanda apresentada pelas estatais nos primeiros meses de funcionamento do CCGE (Comitê de Coordenação e Governança das Estatais) e a eficiência do desempenho dos analistas. Além disso, cabe ressaltar que a programação da meta física mensal não foi assertiva devido a ausência de dados referenciais históricos.

A ação teve seu desempenho orçamentário crítico do 2º ao 6º bimestre, uma vez que as despesas previstas se destinavam a capacitações dos Conselheiros e analistas da SCGOV/DCGE. Contudo, devido às restrições orçamentárias decorrentes da pandemia da COVID 19, as ações de capacitação e treinamentos foram suspensas.. A realização de uma meta física maior que a esperada sem execução orçamentária alguma gerou o índice de eficiência crítico.

Durante o 4º bimestre foram envidados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, consequentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações. A despesa de pessoal não incide sobre o indicador de desempenho orçamentário.

DECRETOS: 377 e 492 (Ver detalhes na letra “H” deste item). Adequação orçamentária para acertar o orçamento da folha de pagamento da SEF com suplementação de dotações e anulações de recursos próprios.

PROGRAMA 0100

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

OBJETIVO: Contribuir para a sustentabilidade fiscal do estado por meio de investimentos na modernização da gestão fiscal e financeira, estimulando a inovação e a transformação digital a partir de iniciativas e projetos voltados para a gestão fazendária, a administração tributária e financeira e o contencioso fiscal. Também contribuirá para o suporte à otimização do portfólio estatal e otimização do gasto público.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG
Secretaria de Estado de Fazenda

Esse programa é composto pelas ações 1051, 1052, 1053 e 1054, que serão detalhadas a seguir:

Programa	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	Desp. Realizada / Créd. Inicial	Desp. Realizada / Créd. Autorizado
1051 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	1.000,00	1.000,00	-	0,00%	0,00%
1052 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA E CONTENCIOSO FISCAL	1.000,00	1.000,00	-	0,00%	0,00%
1053 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.000,00	1.000,00	-	0,00%	0,00%
1054 - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	1.000,00	1.000,00	-	0,00%	0,00%
Total Geral	4.000,00	4.000,00	-	0,00%	0,00%

Fonte: Elaboração própria com dados do Armazém SIAFI

AÇÃO 1051 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

04 ADMINISTRAÇÃO
04 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
04 122 100 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL
04 122 100 1 051 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO
04 122 100 1 051 0001 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Programa:	0100 - Modernização da Gestão Fiscal
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	1051 - Administração Financeira e Gasto Público
IAIG:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Módulo Implantado Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável

☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios			Regionalização					
Físico			Orçamento								
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	1,	1,	0,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	1,	1,	0,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIAFI: 31/03/2021	1,	1,	0,00			1.000,00	1.000,00	0,00			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Aperfeiçoar a gestão das contas públicas com foco na sustentabilidade do Tesouro Estadual e na adoção de práticas de identificação, monitoramento e mitigação de riscos ao equilíbrio fiscal, bem como suporte à execução das atividades previstas no plano de recuperação fiscal, visando o controle e a otimização do gasto público. prever iniciativas e projetos nas áreas: programação e execução financeira, gestão de ativos e haveres, gestão contábil, gestão do endividamento público estadual e gestão de custos.

PRODUTO: Módulo implantado

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 1.000,00

LOA + CRED: R\$ 1.000,00

REALIZADO: R\$ 0,00

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 0,00%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 0,00%

DADOS FÍSICOS

LOA: 1

LOA + CRED: 1

REALIZADO: 0

% EXECUTADO: 0,00%

COMENTÁRIO: O programa 100 (Modernização da Gestão Fiscal), com as ações 1051, 1052, 1053 e 1054, foi criado para abrigar a possibilidade de orçamento advindo de empréstimo da Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – CCLIP PROFISCO II, disponibilizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. No entanto tal linha de crédito não foi contratada pela SEF e, portanto, este programa não obteve recursos para ser executado.

DECRETO: Não houve alteração orçamentária na ação. (ver detalhes na letra “H” deste item).

AÇÃO 1052 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

04 ADMINISTRAÇÃO
04 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
04 122 100 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL
04 122 100 1 052 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL
04 122 100 1 052 0001 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Programa:

0100 - Modernização da Gestão Fiscal

Período:

Encerrado - Momento: SPGF

Ação:

1052 - Administração Tributária e Contencioso Fiscal

IAIG:

0 - Demais Projetos e Atividades

UO Ação:

01191 - Secretaria de Estado de Fazenda

Produto:

Módulo Implantado Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável
 ☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal

Download da Planilha de Municípios

Regionalização

Físico

Orçamento

	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	1,	1,	0,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	1,	1,	0,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00			

LOA

LOA + Créd.

% Execução

1,

1,

0,00

LOA

LOA + Créd.

% Execução

1.000,00

1.000,00

0,00

STAF: 31/03/2021

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Promover o incremento das receitas tributárias, por meio de ações atinentes às competências da subsecretaria da receita estadual (SRE), como política tributária; cadastro e obrigação tributária; fiscalização e inteligência fiscal; contencioso fiscal; serviços ao pagador de tributos e cobrança e arrecadação.

PRODUTO: Módulo implantado

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 1.000,00

LOA + CRED: R\$ 1.000,00

REALIZADO: R\$ 0,00

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 0,00%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 0,00%

DADOS FÍSICOS

LOA: 1

LOA + CRED: 1

REALIZADO: 0

% EXECUTADO: 0,00%

COMENTÁRIO: O programa 100 (Modernização da Gestão Fiscal), com as ações 1051, 1052, 1053 e 1054, foi criado para abrigar a possibilidade de orçamento advindo de empréstimo da Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – CCLIP PROFISCO II, disponibilizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. No entanto tal linha de crédito não foi contratada pela SEF e, portanto, este programa não obteve recursos para ser executado.

DECRETO: Não houve alteração orçamentária na ação. (ver detalhes na letra “H” deste item).

AÇÃO 1053 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

04	ADMINISTRAÇÃO
04 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04 122 100	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL
04 122 100 1 053	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
04 122 100 1 053 0001	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG
Secretaria de Estado de Fazenda

Programa:

0100 - Modernização da Gestão Fiscal

Período:

Encerrado - Momento: SPGF

Ação:

1053 - Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

IAG:

0 - Demais Projetos e Atividades

UO Ação:

01191 - Secretaria de Estado de Fazenda

Produto:

Módulo Implantado

Unid. de Medida:

Unidade

☐ Ação Não Regionalizável
 ☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal

Download da Planilha de Municípios

Regionalização

Físico

Orçamento

	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	1,	1,	0,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	1,	1,	0,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
	1,	1,	0,00			1.000,00	1.000,00	0,00			

SIAFI: 31/03/2021

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Criar os meios para gerar informações de qualidade que permitam uma gestão fazendária mais efetiva, por meio da disseminação da cultura de transformação digital, que envolve caminhar para a disruptura a partir da implementação de serviços e plataformas digitais, concebidos originalmente dessa forma, viabilizando explorar novas possibilidades de negócios e a implementação de soluções com maior usabilidade e escalabilidade.

PRODUTO: Módulo implantado

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 1.000,00

LOA + CRED: R\$ 1.000,00

REALIZADO: R\$ 0,00

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 0,00%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 0,00%

DADOS FÍSICOS

LOA: 1

LOA + CRED: 1

REALIZADO: 0

% EXECUTADO: 0,00 %

COMENTÁRIO: O programa 100 (Modernização da Gestão Fiscal), com as ações 1051, 1052, 1053 e 1054, foi criado para abrigar a possibilidade de orçamento advindo de empréstimo da Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – CCLIP PROFISCO II, disponibilizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. No entanto tal linha de crédito não foi contratada pela SEF e, portanto, este programa não obteve recursos para ser executado.

DECRETO: Não houve alteração orçamentária na ação. (ver detalhes na letra “H” deste item).

AÇÃO 1054 – GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

04 ADMINISTRAÇÃO
04 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
04 122 100 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL
04 122 100 1 054 **GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL**
04 122 100 1 054 0001 GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Programa:

0100 - Modernização da Gestão Fiscal

Período:

Encerrado - Momento: SPGF

Ação:

1054 - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

IAG:

0 - Demais Projetos e Atividades

UO Ação:

01191 - Secretaria de Estado de Fazenda

Produto:

Módulo Implantado Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável
 ☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal

Download da Planilha de Municípios

Regionalização

Físico

Orçamento

	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	1,	1,	0,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	1,	1,	0,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
	1,	1,	0,00			1.000,00	1.000,00	0,00			

SIAPF: 31/03/2021

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Promover a autonomia, o alinhamento, o direcionamento e o monitoramento da atuação organizacional, atendendo aos princípios da transparência, sob as perspectivas de governança pública, gestão para resultados, gestão de pessoas e cidadania fiscal. Prever iniciativas e projetos estruturantes nas áreas: modernização e governança pública, gestão para resultados, gestão e desenvolvimento de pessoas, adequação da infraestrutura, educação fiscal e inovação.

PRODUTO: Módulo implantado

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 1.000,00

LOA + CRED: R\$ 1.000,00

REALIZADO: R\$ 0,00

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 0,00%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 0,00%

DADOS FÍSICOS

LOA: 1

LOA + CRED: 1

REALIZADO: 0

% EXECUTADO: 0,00 %

COMENTÁRIO: O programa 100 (Modernização da Gestão Fiscal), com as ações 1051, 1052, 1053 e 1054, foi criado para abrigar a possibilidade de orçamento advindo de empréstimo da Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – CCLIP PROFISCO II, disponibilizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. No entanto tal linha de crédito não foi contratada pela SEF e, portanto, este programa não obteve recursos para ser executado.

DECRETO: Não houve alteração orçamentária na ação. (ver detalhes na letra “H” deste item).

PROGRAMA 0113

GESTÃO EFICIENTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

OBJETIVO: Promover a sustentabilidade das receitas, contribuindo para o equilíbrio das contas públicas estaduais, em um contexto de adversidades.

Esse programa é composto pelas ações 1036, 4278, 4281, 4282, 4284 e 4312, que serão detalhadas a seguir:

Programa	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	Desp. Realizada / Créd. Inicial	Desp. Realizada / Créd. Autorizado
1036 - MELHORIA DAS INSTALAÇÕES FAZENDÁRIAS	1.000,00	1.055.562,92	-	0,00%	0,00%
4278 - GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CREDITO E COBRANÇA	133.087.859,00	120.942.219,06	113.969.798,75	85,64%	94,23%
4281 - SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTARIA	1.000,00	1.000,00	-	0,00%	0,00%
4282 - CONTROLE FISCAL	828.430.039,00	768.929.762,29	716.361.706,19	86,47%	93,16%
4284 - NOTA FISCAL MINEIRA	100.000,00	27.793.152,79	25.506.718,30	25506,72%	91,77%
4312 - GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARÊNCIA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	14.555.700,00	14.263.042,87	10.179.949,36	69,94%	71,37%
Total Geral	976.175.598,00	932.984.739,93	866.018.172,60	88,72%	92,82%

Fonte: Elaboração própria com dados do Armazém SIAFI

AÇÃO 1036 – MELHORIA DAS INSTALAÇÕES FAZENDÁRIAS

04	ADMINISTRAÇÃO
04 129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS
04 129 113	GESTÃO EFICIENTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
04 129 113 1 036	MELHORIA DAS INSTALAÇÕES FAZENDÁRIAS

04 129 113 1 036 0001 MELHORIA DAS INSTALAÇÕES FAZENDÁRIAS

Programa:

0113 - Gestão Eficiente da Administração Tributária

Período:

Encerrado - Momento: SPGF

Ação:

1036 - Melhoria das Instalações Fazendárias

IAG:

0 - Demais Projetos e Atividades

UO Ação:

01191 - Secretaria de Estado de Fazenda

Produto:

Obra Realizada Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável
 ☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal

Download da Planilha de Municípios

Regionalização

Físico

Orçamento

	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	1,	0,	0,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.055.562,92	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	1,	0,	0,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.055.562,92	0,00			

LOA

LOA + Créd.

% Execução

LOA

LOA + Créd.

% Execução

1,

1,

0,00

1.000,00

1.055.562,92

0,00

SIAPF: 30/03/2021

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Melhorar a infraestrutura das unidades da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) para seu adequado funcionamento, com respeito à legislação vigente, e preservação do patrimônio público.

PRODUTO: Obra realizada

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 1.000,00

LOA + CRED: R\$ 1.055.562,92

REALIZADO: R\$ 0,00

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 0,00%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 0,00%

DADOS FÍSICOS

LOA: 1

LOA + CRED: 1

REALIZADO: 0

% EXECUTADO: 0,00%

COMENTÁRIO: Não houve qualquer execução na ação em 2020 porque não foi possível executar as obras previstas dentro do exercício. O Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCO) foi publicado em 12/11/2020, mas o DER não realizou a licitação, porque aguardava a aprovação do complemento do orçamento e o termo aditivo ao TDCO pelo CONFIN para fazer a licitação das obras. A deliberação do COFIN ocorreu em 22/12/2020, aprovando o valor adicional R\$34.562,92, porém não foi possível concluir o Termo Aditivo ao TDCO em tempo hábil no exercício de 2020.

DECRETOS: 373 e 522 (Ver detalhes na letra “H” deste item). Remanejamento de recursos e adequação orçamentária com suplementação de dotações e anulações de recursos próprios.

AÇÃO 4278 – GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CRÉDITO E COBRANÇA

04 ADMINISTRAÇÃO
04 129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS
04 129 113 GESTÃO EFICIENTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
04 129 113 4 278 **GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CRÉDITO E COBRANÇA**
04 129 113 4 278 0001 GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CRÉDITO E COBRANÇA

Programa:	0113 - Gestão Eficiente da Administração Tributária
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4278 - Gestão da Tributação, Arrecadação, Fiscalização, Crédito e Cobrança
IAG:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Arrecadação Tributária Exceto Icms Unid. de Medida: R\$ (reais)

☐ Ação Não Regionalizável

☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios		Regionalização						
Físico			Orçamento								
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	3.066.737,654	3.122.548,375	3.122.548,375	272.775,00	10.743.414,16	11.016.189,16	8.022.439,42	8.022.439,42	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	1.100.452,163	1.049.062,434	1.049.062,434	272.775,00	10.118.131,80	10.390.906,80	7.413.989,95	7.413.989,95	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	1.166.498,754	1.080.266,290	1.080.266,290	272.775,00	10.093.380,82	10.366.155,82	7.265.673,96	7.265.673,96	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	620.963,153	370.284,230	370.284,230	272.775,00	10.038.658,42	10.311.433,42	7.188.904,16	7.188.904,16	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	478.852,681	377.761,780	377.761,780	272.775,00	10.013.627,20	10.286.402,20	7.065.307,77	7.065.307,77	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	393.517,558	401.783,530	401.783,530	661.124,00	9.960.907,26	10.622.031,26	7.288.225,92	7.288.225,92	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	441.246,822	375.293,100	375.293,100	661.126,00	10.150.679,46	10.811.805,46	10.076.194,28	10.076.194,28	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	351.129,478	334.858,000	334.858,000	272.775,00	9.905.239,34	10.178.014,34	9.930.112,96	9.930.112,96	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	252.543,184	325.007,130	325.007,130	272.775,00	9.813.308,44	10.086.083,44	9.922.334,22	9.922.334,22	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	232.503,829	294.114,230	294.114,230	272.775,00	9.753.283,62	10.026.058,62	9.911.135,12	9.911.135,12	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	196.649,689	272.677,680	272.677,680	272.775,00	8.465.544,96	8.738.319,96	9.993.616,14	9.993.616,14	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	328.649,843	0,	474.249,360	272.775,00	19.981.683,52	20.254.458,52	26.864.285,16	19.891.864,85	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	8.629.744,808	8.003.656,779	8.477.906,139	4.050.000,00	129.037.859,00	133.087.859,00	120.942.219,06	113.969.798,75			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIAFI: 30/03/2021	8.629.744,808	8.629.744,808	98,24			133.087.859,00	120.942.219,06	85,64			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Aperfeiçoar o controle fiscal, estimulando as ações de inteligência e controles eletrônicos, por meio de inovação nas ferramentas e processos de tributação, arrecadação, fiscalização, crédito e cobrança. aprimorar as diretrizes específicas para a gestão dos grandes contribuintes, grupos e setores econômicos, tratamento de massa, prospecção de novas oportunidades de receita, bem como a política tributária de incremento, atração e retenção de investimentos no Estado. Buscar a simplificação da legislação tributária, favorecendo ao contribuinte uma maior facilidade de compreensão e conformidade. Promover uma gestão de apoio ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias pelo contribuinte e cidadão e ampliar a gestão efetiva do crédito tributário, sua qualidade, celeridade e liquidez.

PRODUTO: Arrecadação tributária exceto ICMS

UNIDADE DE MEDIDA: R\$ (Reais)

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 133.087.859,00
LOA + CRED: R\$ 120.942.219,06
REALIZADO: R\$ 113.969.798,75
% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 85,64%
% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 94,23%

DADOS FÍSICOS

LOA: 8.629.744.808,00
LOA + CRED: 8.629.744.808,00
REALIZADO: 8.477.906.139,00
% EXECUTADO: 98,24%

COMENTÁRIO: A ação teve o desempenho orçamentário crítico no 1º bimestre devido ao atraso no envio de faturas pelos fornecedores em decorrência dos feriados de final de ano e ao processo de publicação do orçamento anual. Esses fatores acarretaram os atrasos na liquidação das despesas previstas no planejamento inicial.

Do 2º ao 6º bimestre o desempenho orçamentário crítico ocorreu devido a contínua redução das despesas realizadas em atendimento ao Decreto 47.904/2020. Houve diminuição das despesas com os Correios, devido a mudança de cobrança do parcelamento pela SUCRED, que agora ocorre por envio de SMS, o contrato do Ligue Minas teve um posto suprimido e o contrato de manutenção de painéis foi suspenso por 120 dias em decorrência da suspensão dos atendimentos presenciais nas Administrações Fazendárias. Apesar do contexto orçamentário a meta física permaneceu satisfatória durante todos os bimestres o que gerou índice de eficiência subestimado.

Durante o 4º bimestre foram envidados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, consequentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações. A despesa de pessoal não incide sobre o indicador de desempenho orçamentário.

DECRETOS: 229, 261, 377, 442, 474, 484 e 492 (ver detalhes na letra “H” deste item). Remanejamento de recursos e adequação orçamentária com suplementação de dotações e anulações de recursos próprios.

AÇÃO 4281 – SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

04	ADMINISTRAÇÃO
04 129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS
04 129 113	GESTÃO EFICIENTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
04 129 113 4 281	SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA
04 129 113 4 281 0001	SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG
Secretaria de Estado de Fazenda

Programa:	0113 - Gestão Eficiente da Administração Tributária
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4281 - Simplificação Tributária
IAQ:	1 - Projetos Estratégicos
Projeto Estratégico:	Simplificação Tributária
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Módulo Implantado Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável

☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios			Regionalização					
Físico			Orçamento								
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	4,	0,	4,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	4,	0,	4,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00			
LOA			LOA + Créd.			% Execução					
4,			4,			100,00					
LOA			LOA + Créd.			% Execução					
1.000,00			1.000,00			0,00					

SIAFI: 30/03/2021

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Aprimorar e ampliar os serviços prestados ao contribuinte e cidadão, viabilizando o cumprimento das obrigações tributárias de modo a garantir simplificação, integridade das informações e segurança jurídica.

PRODUTO: Módulo implantado

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 1.000,00

LOA + CRED: R\$ 1.000,00

REALIZADO: R\$ 0,00

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 0,00%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 0,00%

DADOS FÍSICOS

LOA: 4

LOA + CRED: 4

REALIZADO: 4

% EXECUTADO: 100,00%

COMENTÁRIO: A ação alcançou a meta física planejada mediante a implantação de 4 módulos no 6º bimestre: 1- Desobrigação da Entrega da Declaração Anual do Movimento Econômico Fiscal (DAMEF), 2- Desobrigação da Entrega da Declaração de Apuração e Informações do ICMS (DAPI), 3- Concessão Automatizada de Regime Especial e 4- Expansão da possibilidade de Regularização Espontânea. O desenvolvimento dos módulos foi realizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da SEF, assim não houve execução orçamentária na ação, gerando desempenho orçamentário e índice de eficiência críticos.

DECRETO: Não houve alteração orçamentária na ação. (ver detalhes na letra "H" deste item).

AÇÃO 4282 – CONTROLE FISCAL

04 ADMINISTRAÇÃO
04 129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS
04 129 113 GESTÃO EFICIENTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
04 129 113 4 282 CONTROLE FISCAL
04 129 113 4 282 0001 CONTROLE FISCAL

Programa:

0113 - Gestão Eficiente da Administração Tributária

Período:

Encerrado - Momento: SPGF

Ação:

4282 - Controle Fiscal

IAG:

0 - Demais Projetos e Atividades

UO Ação:

01191 - Secretaria de Estado de Fazenda

Produto:

ICms Arrecadado Unid. de Medida: R\$ (reais)

☐ Ação Não Regionalizável
 ☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal

Download da Planilha de Municípios

Regionalização

Físico

Orçamento

	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	4.520.080,382	4.583.610,013	4.583.610,013	87.359,48	61.729.247,30	61.816.606,78	61.816.606,78	61.816.606,78	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	4.268.347,763	4.170.486,042	4.170.486,042	1.423.061,23	56.788.861,60	58.211.922,83	58.211.922,83	58.211.922,83	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	4.235.321,249	4.016.334,864	4.016.334,864	2.048.182,07	64.036.357,59	66.084.539,66	56.719.332,98	56.719.332,98	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	4.466.110,859	3.649.539,063	3.649.539,063	2.038.301,01	63.694.917,88	65.733.218,89	55.922.228,70	55.922.228,70	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	4.348.863,042	3.498.861,738	3.498.861,738	2.033.781,19	63.538.735,94	65.572.517,13	55.672.641,30	55.672.641,30	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	4.437.286,456	3.782.342,907	3.782.342,907	2.024.261,70	63.209.790,55	65.234.052,25	55.981.073,43	55.981.073,43	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	4.463.465,818	4.256.070,578	4.256.070,578	2.058.528,33	64.393.871,73	66.452.400,06	54.203.612,41	54.203.612,41	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	4.549.726,887	4.487.573,369	4.487.573,369	2.014.209,90	62.862.451,30	64.876.661,20	52.557.827,89	52.557.827,89	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	4.632.082,411	4.774.924,146	4.774.924,146	1.997.610,20	62.288.849,64	64.286.459,84	52.779.660,55	52.779.660,55	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	4.574.810,518	4.904.621,272	4.904.621,272	1.986.771,69	61.914.325,56	63.901.097,25	52.520.219,92	52.520.219,92	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	4.647.588,330	5.147.894,630	5.147.894,630	1.754.248,37	126.793.132,95	128.547.381,32	52.792.516,96	52.792.516,96	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	4.654.176,303	0	5.231.214,722	3.833.684,83	53.879.496,96	57.713.181,79	159.752.118,54	107.184.062,44	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	53.797.860,018	47.272.258,622	52.503.473,344	23.300.000,00	805.130.039,00	828.430.039,00	768.929.762,29	716.361.706,19			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIAPF: 30/03/2021	53.797.860,018	53.797.860,018	97,59			828.430.039,00	768.929.762,29	86,47			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Ampliar o alcance da ação fiscal e sua visibilidade, atingindo um maior número de contribuintes e maior abrangência geográfica. Intensificar os mecanismos necessários para o cumprimento das atribuições institucionais das unidades e competências funcionais do corpo fazendário para a prestação de serviços de qualidade para o contribuinte.

PRODUTO: ICMS arrecadado

UNIDADE DE MEDIDA: R\$ (Reais)

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 828.430.039,00

LOA + CRED: R\$ 768.929.762,29

REALIZADO: R\$ 716.361.706,19

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 86,47%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 93,16%

DADOS FÍSICOS

LOA: 53.797.860.018

LOA + CRED: 53.797.860.018

REALIZADO: 52.503.473.344

% EXECUTADO: 97,59%

COMENTÁRIO: A ação apresentou um desempenho orçamentário crítico do 3º ao 5º bimestre devido à suspensão de atendimentos presenciais em decorrência da pandemia do COVID-19. Assim, os contratos de mão de obra terceirizada tiveram a carga horária reduzida e houve redução em despesas como energia elétrica, telefonia, consumo de água e demais insumos. Essas iniciativas foram adotadas em cumprimento ao Decreto 47.904/2020.

Já no 6º bimestre o desempenho orçamentário da ação tornou-se satisfatório devido ao fim da suspensão dos contratos de terceirização de mão de obra acarretado pela publicação da Medida Provisória nº936/2020 que impediu a prorrogação da suspensão desses contratos. Além disso, foram corrigidas falhas de faturamento, período em que há uma maior liquidação de despesas para que ocorra o fechamento dos débitos com as empresas prestadores de serviço. Assim, as despesas executadas no último bimestre de 2020 aproximaram-se do planejado. O desempenho físico, arrecadação do ICMS, permaneceu satisfatório durante todo ano, mas mesmo com a recuperação do desempenho orçamentário o índice de eficiência permaneceu subestimado.

Durante o 4º bimestre foram envidados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, consequentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações. A despesa de pessoal não incide sobre o indicador de desempenho orçamentário.

DECRETOS: 205, 229, 261, 373, 377, 393, 405, 474, 484, 492, 522 e 526 (ver detalhes na letra “H” deste item). Remanejamento de recursos e adequação orçamentária com suplementação de dotações e anulações de recursos próprios.

AÇÃO 4284 – NOTA FISCAL MINEIRA

04	ADMINISTRAÇÃO
04 129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS
04 129 113	GESTÃO EFICIENTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
04 129 113 4 284	NOTA FISCAL MINEIRA
04 129 113 4 284 0001	NOTA FISCAL MINEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG
Secretaria de Estado de Fazenda

Programa:	0113 - Gestão Eficiente da Administração Tributária
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4284 - Nota Fiscal Mineira
IAG:	1 - Projetos Estratégicos
Projeto Estratégico:	Simplificação Tributária
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Programa Implantado Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável

☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios		Regionalização						
Físico			Orçamento								
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	0,	0,	0,	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	0,	0,	0,	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	0,	0,	0,	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	0,	0,	0,	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	0,	0,	0,	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	0,	0,	0,	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	0,	0,	0,	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	0,	0,	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	0,	0,	0,	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	1,	0,	0,	10.000,00	0,00	10.000,00	27.793.152,79	25.506.718,30	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	1,	0,	0,	100.000,00	0,00	100.000,00	27.793.152,79	25.506.718,30			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIAFI: 31/03/2021	1,	1,	0,00			100.000,00	27.793.152,79	25.506,72			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Unir governo e sociedade na proteção às receitas públicas através da conscientização do cidadão da necessidade da exigência da nota fiscal eletrônica e do papel social do tributo como viabilizador das políticas públicas.

PRODUTO: Programa implantado

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 100.000,00

LOA + CRED: R\$ 27.793.152,79

REALIZADO: R\$ 25.506.718,30

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 25.506,72%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 91,77%

DADOS FÍSICOS

LOA: 1

LOA + CRED: 1

REALIZADO: 0

% EXECUTADO: 0,00%

COMENTÁRIO: O Programa Nota Fiscal Mineira, concluiu em 2020 o escopo da entrega oficial do projeto que abarcou: 1) App e Portal em condições de funcionamento; 2) Projeto de Lei (2.273/20) encaminhado à ALMG no prazo previsto e 3) Aquisição de Equipamentos para sustentação do sistema. Porém, a ação apresentou desempenho físico crítico em 2020 pois o produto especificado é a Implantação do Programa etapa não concluída dentro do ano. Portanto, apesar da conclusão do desenvolvimento do programa, a apuração da meta física em 2020 permanece nula.

O desempenho orçamentário foi crítico entre o 2º e o 5º bimestres pois aguardava-se a suplementação orçamentária da ação para viabilizar o desenvolvimento do programa o que só ocorreu em setembro. Após a suplementação foi possível a efetivação do pregão, o que tornou o desempenho orçamentário subestimado no último bimestre e, como a meta física não foi alcançada, o índice de eficiência tornou-se crítico.

Resumo da utilização dos recursos	
Despesas correntes	
Cursos; Serviços de TI	5,714%
Aquisição de software e equipamentos	94,29%

Equipamentos já entregues e instalados, em fase final de teste de adequação e funcionamento.

DECRETOS: 405, 442 e 492 (ver detalhes na letra “H” deste item). Remanejamento de recursos e adequação orçamentária com suplementação de dotações e anulações de recursos próprios.

AÇÃO 4312 – GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARÊNCIA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

04	ADMINISTRAÇÃO
04 129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS
04 129 113	GESTÃO EFICIENTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
04 129 113 4 312	GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARÊNCIA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
04 129 113 4 312 0001	GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARÊNCIA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Programa:	0113 - Gestão Eficiente da Administração Tributária
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	4312 - Gestão Eficiente e Transparência do Contencioso Administrativo Tributário
IAG:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Sessões de Julgamento Transmitedas Pela Internet Unid. de Medida: Percentual
☐ Ação Não Regionalizável ☒ Meta Física Não Cumulativa	

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios		Regionalização						
Físico			Orçamento								
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	100	100	100	0,00	28.445,36	28.445,36	28.445,36	28.445,36	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	100	100	100	45.644,48	1.074.141,75	1.119.786,23	1.119.786,23	1.119.786,23	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	100	100	100	65.067,41	1.187.388,69	1.252.456,10	544.763,06	544.763,06	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	100	100	100	64.997,41	1.181.511,92	1.246.509,33	567.395,98	567.395,98	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	100	100	100	64.497,41	1.178.823,75	1.243.321,16	543.116,44	543.116,44	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	100	100	100	64.497,41	1.173.162,02	1.237.659,43	538.975,95	538.975,95	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	100	100	100	64.497,41	1.193.542,14	1.258.039,55	973.233,76	973.233,76	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	100	100	100	70.970,15	1.167.183,71	1.238.153,86	928.112,24	928.112,24	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	100	100	100	64.497,41	1.157.311,02	1.221.808,43	946.128,25	946.128,25	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	100	100	100	64.497,41	1.150.864,80	1.215.362,21	1.002.247,74	1.002.247,74	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	100	100	100	64.427,40	2.352.753,53	2.417.180,93	1.015.953,65	1.015.953,65	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	100	0	100	64.406,10	1.012.571,31	1.076.977,41	6.054.884,21	1.971.790,70	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	100	100	100	698.000,00	13.857.700,00	14.555.700,00	14.263.042,87	10.179.949,36			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIATF: 31/03/2021	100	100	100,00			14.555.700,00	14.263.042,87	69,94			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Assegurar estrutura física e administrativa para o CCMG, com o objetivo de garantir a manutenção das ações de transparência e acesso aos julgamentos administrativos,

inclusive as transmissões das sessões de julgamento pela internet, e garantir o cumprimento da missão institucional com a reconhecida qualidade dos julgados e celeridade na tramitação processual, conferindo maior legitimidade ao crédito tributário e efetivando a prática da justiça fiscal.

PRODUTO: Sessões de julgamento transmitidas pela internet

UNIDADE DE MEDIDA: Percentual

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 14.555.700,00

LOA + CRED: R\$ 14.263.042,87

REALIZADO: R\$ 10.179.949,36

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 69,94%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 71,37%

DADOS FÍSICOS

LOA: 100

LOA + CRED: 100

REALIZADO: 100

% EXECUTADO: 100,00%

COMENTÁRIO: A ação apresentou um desempenho orçamentário crítico do 3º ao 5º bimestre, devido à publicação do Decreto n.º 47.865/20 e do Decreto Estadual nº 47.904 que determinaram a contenção de gastos em razão da pandemia. As fortes reduções dos gastos foram auferidas com renegociação contratual com as empresas Ágile, Superlink e MS Serviços, Apoio Serviços, além de antecipação de férias sem a respectiva substituição e diminuição da carga horária dos terceirizados.

Ressalta-se também a rescisão unilateral pela SEF do contrato com a ASSPROM, uma vez que o Ministério Público do Trabalho, emitiu parecer que os trabalhadores adolescentes deveriam ficar em casa a fim de se protegerem do Coronavírus. Outra forte redução foi nos valores pagos com o fornecimento de energia elétrica, água e tratamento de esgoto e serviços de postagem, uma vez que grande número de servidores do CC/MG permanecera trabalhando em regime de "home office".

Já no 6º bimestre o desempenho orçamentário tornou-se satisfatório impactado pelo aumento das seguintes despesas: a) restabelecimento da jornada de trabalho dos colaboradores da empresa Ágile Empreendimentos, além do pagamento da aquisição de material de limpeza; b) restabelecimento dos valores contratados com Superlink, Apoio Serviços e Método Telecomunicações, que haviam sido reduzidos em função da renegociação com as empresas, devido ao contingenciamento de gastos pela Administração; c) pagamento dos serviços de limpeza e higienização dos dutos de ventilação do sistema de ar condicionado.

Durante todo o ano a meta física foi alcançada e o desempenho físico satisfatório e o índice de eficiência subestimado, mesmo com o aumento da execução orçamentária no último bimestre.

Durante o 4º bimestre foram envidados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, consequentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações. As despesas de pessoal não incidem sobre o indicador de desempenho orçamentário.

DECRETOS: 474 e 492 (ver detalhes na letra “H” deste item). Adequação orçamentária com suplementação de dotações e anulações de recursos próprios.

PROGRAMA 0115

GESTÃO DA INFORMAÇÃO COM USO DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

OBJETIVO: Propiciar a integração da SEF com a sociedade por meio da simplificação, organização e acesso à informação, garantindo a qualidade da receita e da despesa e a promoção da transparência nas políticas que amparam a justiça fiscal. Sustentar e ampliar, com o uso inovador e transformador das tecnologias da informação e comunicação, a produtividade e a excelência dos serviços da SEF para a sociedade.

Esse programa é composto pelas ações 2048, 2051 e 2052, que serão detalhadas a seguir:

Programa	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	Desp. Realizada / Créd. Inicial	Desp. Realizada / Créd. Autorizado
2048 - TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	1.000,00	6.883.312,73	6.075.850,00	607585,00%	88,27%
2051 - PROPOSIÇÃO, AMPLIAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SOLUÇÕES E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE TIC	41.012.300,00	43.116.908,90	35.460.945,67	86,46%	82,24%
2052 - SUSTENTAÇÃO DO DATA CENTER	44.228.000,00	24.100.414,23	23.984.810,17	54,23%	99,52%
Total Geral	85.241.300,00	74.100.635,86	65.521.605,84	76,87%	88,42%

Fonte: Elaboração própria com dados do Armazém SIAFI

AÇÃO 2048 – TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

04	ADMINISTRAÇÃO
04 126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
04 126 115	GESTÃO DA INFORMAÇÃO COM USO DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
04 126 115 2 048	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
04 126 115 2 048 0001	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG
Secretaria de Estado de Fazenda

Programa:	0115 - Gestão da Informação Com Uso de Tecnologia e Comunicação
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	2048 - Transformação Digital
IAG:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Projeto Desenvolvido Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável

☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios		Regionalização						
Físico			Orçamento								
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	445.700,00	445.700,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	1.820.000,00	1.820.000,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	978.800,00	978.800,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	978.800,00	978.800,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	0,	0,	0,	0,00	0,00	0,00	978.800,00	978.800,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	1,	0,	1,	1.000,00	0,00	1.000,00	1.681.212,73	873.750,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	1,	0,	1,	1.000,00	0,00	1.000,00	6.883.312,73	6.075.850,00			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIAFI: 31/03/2021	1,	1,	100,00			1.000,00	6.883.312,73	607.585,00			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Adequar a infraestrutura e as soluções tecnológicas empregadas pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais às transformações ocorridas da sociedade, propiciando a criação de serviços cuja concepção é integralmente digital, isto é, capazes de transcender a mera automatização de processos pré-existentes. Com esse propósito, pretende-se conhecer soluções inovadoras e disruptivas de tecnologia da informação e comunicação e aprimorar seu uso, sempre em harmonia com a qualificação e a competência técnica fazendária no sentido de propiciar a entrega de resultados com maior alcance, além de mais assertivos, eficientes, seguros, ágeis e de fácil compreensão pela sociedade.

PRODUTO: Projeto desenvolvido

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 1.000,00

LOA + CRED: R\$ 6.883.312,73

REALIZADO: R\$ 6.075.850,00

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 607.585,00%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 88,27%

DADOS FÍSICOS

LOA: 1

LOA + CRED: 1

REALIZADO: 1

% EXECUTADO: 100,00%

COMENTÁRIO: A ação cumpriu a meta física em 2020 ao concluir o Projeto de Modernização do Parque Computacional da SEF executado com recursos do Convênio celebrado com a SIAMIG. Como a ação foi criada embasada na expectativa de captação de recursos ao longo do ano, a meta orçamentária era incerta e, por essa razão, o desempenho orçamentário

alcançado tornou-se subestimado. A execução satisfatória da meta física em detrimento do orçamento subestimado gerou um índice de eficiência crítico.

Em 2020 as aquisições realizadas com os recursos da ação 2048 foram: 100 NOTEBOOKS ULTRAFINOS, 200 COMPUTADORES WORKSTATION, 600 Microcomputadores modelo avançado e 10 Servidores X86.

DECRETOS: 111 e 373 (ver detalhes na letra “H” deste item). Suplementação da ação 2048, grupo de despesa 4, fonte 74 conforme Protocolo de Intenções nº 16/2018, firmado em 23 de outubro de 2018 entre a Secretaria de Estado de Fazenda e a Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais.

AÇÃO 2051 – PROPOSIÇÃO, AMPLIAÇÃO, E SUSTENTAÇÃO DO DE SOLUÇÕES E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE TIC

04 ADMINISTRAÇÃO
04 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
04 126 115 GESTÃO DA INFORMAÇÃO COM USO DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
04 126 115 2 051 PROPOSIÇÃO, AMPLIAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SOLUÇÕES E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE TIC
04 126 115 2 051 0001 PROPOSIÇÃO, AMPLIAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SOLUÇÕES E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE TIC

Programa:	0115 - Gestão da Informação Com Uso de Tecnologia e Comunicação
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	2051 - Proposição, Ampliação e Sustentação de Soluções e Atendimento Aos Usuários de Tic
IAG:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Módulo de Sistema Desenvolvido Unid. de Medida: Unidade

☐ Ação Não Regionalizável

☐ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios			Regionalização					
Físico			Orçamento								
	Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores		
Janeiro	0,	0,	0,	0,00	12.603,66	12.603,66	12.603,66	12.603,66	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Fevereiro	1,	1,	1,	148.432,58	539.311,32	687.743,90	687.743,90	687.743,90	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Março	0,	0,	0,	3.111.468,84	1.458.928,13	4.570.396,97	3.446.243,74	3.446.243,74	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Abril	1,	1,	1,	2.383.749,83	1.452.040,51	3.835.790,34	1.585.363,70	1.585.363,70	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Maio	1,	1,	1,	1.892.293,63	1.448.889,97	3.341.183,60	1.643.865,06	1.643.865,06	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Junho	1,	1,	1,	2.066.892,07	1.442.254,40	3.509.146,47	2.332.767,19	2.332.767,19	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Julho	2,	0,	0,	1.967.367,54	1.466.140,00	3.433.507,54	1.988.195,81	1.988.195,81	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Agosto	2,	0,	0,	1.897.239,20	1.435.247,77	3.332.486,97	4.687.642,18	4.687.642,18	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Setembro	1,	1,	1,	2.426.584,36	1.423.676,93	3.850.261,29	3.300.768,00	3.300.768,00	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Outubro	0,	0,	0,	2.469.058,29	1.416.121,93	3.885.180,22	2.770.272,69	2.770.272,69	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Novembro	0,	0,	0,	2.123.807,81	2.892.044,18	5.015.851,99	2.168.608,23	2.168.608,23	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Dezembro	1,	0,	5,	4.284.105,85	1.254.041,20	5.538.147,05	18.492.834,74	10.836.871,51	Outras Desp.	Pessoal e Aux.	Importar
Totais	10,	5,	10,	24.771.000,00	16.241.300,00	41.012.300,00	43.116.908,90	35.460.945,67			
	LOA	LOA + Créd.	% Execução			LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIAPF: 31/03/2021	10,	10,	100,00			41.012.300,00	43.116.908,90	86,46			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Aprimorar a gestão da informação, sustentando e apresentando novas soluções de tecnologia da informação com o intuito de inovar os processos de trabalho e de relacionamento com a sociedade. Garantir à SEF a interconexão entre suas unidades, distribuídas geograficamente no estado ou fora deste e proporcionar o acesso à rede mundial de computadores, a internet, oferecendo serviços especializados de telecomunicações e suportes necessários à transmissão de dados, tornando possível o compartilhamento de

serviços de tecnologia da informação e comunicação, bem como a disponibilidade da infraestrutura de telecomunicações a todas unidades da SEF.

PRODUTO: Módulo de sistema desenvolvido

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 41.012.300,00

LOA + CRED: R\$ 43.116.908,90

REALIZADO: R\$ 35.460.945,67

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 86,46%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 82,24%

DADOS FÍSICOS

LOA: 10

LOA + CRED: 10

REALIZADO: 10

% EXECUTADO: 100,00%

COMENTÁRIO: A ação apresentou desempenho físico crítico nos 4º e 5º bimestres, uma vez que não foi possível realizar as entregas físicas previstas para o período devido ao término do contrato de prestação de serviços de informática no final de junho e atraso da nova contratação (finalizada somente no início de setembro). Isso reduziu a disponibilidade de profissionais para executar os trabalhos, o ocorrido gerou disparidade entre a execução física e orçamentária, o que gerou o índice de eficiência crítico.

No 6º bimestre o desempenho físico da ação tornou-se satisfatório porque foi possível compensar os atrasos nas entregas dos módulos planejados para o 4º bimestre com a conclusão das 4 entregas pendentes em dezembro. Com a recuperação do desempenho físico e a manutenção do desempenho orçamentário satisfatório, a ação terminou o ano com índice de eficiência satisfatório.

Quanto aos dados de despesa de pessoal, que não incidem sobre o indicador de desempenho orçamentário, apresentou um atraso no registro da liquidação dos pagamentos de despesa de pessoal e auxílios no mês de janeiro, o que acarretou um valor acumulado em fevereiro. Durante o 4º bimestre foram enviados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, consequentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações.

DECRETOS: 391, 442, 484 e 492 (ver detalhes na letra “H” deste item). Remanejamento de recursos e adequação orçamentária com suplementação de dotações e anulações de recursos próprios.

AÇÃO 2052 – SUSTENTAÇÃO DO DATA CENTER

04 ADMINISTRAÇÃO
04 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
04 126 115 GESTÃO DA INFORMAÇÃO COM USO DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
04 126 115 2 052 SUSTENTAÇÃO DO DATA CENTER
04 126 115 2 052 0001 SUSTENTAÇÃO DO DATA CENTER

Programa:	0115 - Gestão da Informação Com Uso de Tecnologia e Comunicação
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	2052 - Sustentação do Data Center
IAG:	0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação:	01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto:	Ambiente de Infraestrutura do Data Center Disponibilizado Unid. de Medida: Percentual
☐ Ação Não Regionalizável ☒ Meta Física Não Cumulativa	

Monitoramento Mensal	Download da Planilha de Municípios	Regionalização

Físico			Orçamento			Informar Localizadores		
Progr. Física	Repro. Física	Realizado	Progr. Outras Desp.	Progr. Pessoal e Auxílios	Total Progr. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	
Janeiro	97	99	99	1.718,65	0,00	1.718,65	1.718,65	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Fevereiro	97	99	99	789.388,08	0,00	789.388,08	789.388,08	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Março	97	99	99	3.411.951,86	0,00	3.411.951,86	2.641.012,28	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Abril	97	99	99	6.495.122,72	0,00	6.495.122,72	1.510.735,52	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Maio	97	100	100	2.963.399,85	0,00	2.963.399,85	2.076.838,47	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Junho	97	100	100	8.750.107,48	0,00	8.750.107,48	1.561.152,63	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Julho	97	99	99	2.854.715,12	0,00	2.854.715,12	1.773.487,46	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Agosto	97	100	100	4.164.790,43	0,00	4.164.790,43	1.858.742,34	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Setembro	97	100	100	3.510.521,60	0,00	3.510.521,60	2.340.480,26	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Outubro	97	99	99	3.527.951,57	0,00	3.527.951,57	1.199.626,56	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Novembro	97	100	100	3.290.202,72	0,00	3.290.202,72	1.241.351,67	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Dezembro	97	0	99	4.468.129,92	0,00	4.468.129,92	7.105.880,31	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Totais	97	100	100	44.228.000,00	0,00	44.228.000,00	23.984.810,17	
LOA	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução			
97	97	103,09	44.228.000,00	24.100.414,23	54,23			

SIAPF: 31/03/2021

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Garantir a disponibilidade, o desempenho e a continuidade dos sistemas corporativos, transacionais e demais serviços de tecnologia da informação e comunicação da SEF, bem como primar pela segurança das informações armazenadas e processadas por meio desses sistemas e serviços, além de propor a inovação e a transformação, mediante adoção de novas tecnologias da informação e comunicação para uso no data center da SEF.

PRODUTO: Ambiente de infraestrutura do data center disponibilizado

UNIDADE DE MEDIDA: Percentual

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: R\$ 44.228.000,00

LOA + CRED: R\$ 24.100.414,23

REALIZADO: R\$ 23.984.810,17

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 54,23%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 99,52%

DADOS FÍSICOS

LOA: 97

LOA + CRED: 97

REALIZADO: 100
% EXECUTADO: 103,09%

COMENTÁRIO: A ação apresentou um desempenho orçamentário crítico do 2º ao 6º bimestre devido à necessidade de redução na execução de despesas imposta pelo Decreto nº 47.904/2020. A economia ocorreu porque os contratos de maior valor, celebrados com a Microsoft e a Actar, tiveram seus pagamentos renegociados e alguns processos de compras foram cancelados ou adiados. Apesar disso, a prestação dos serviços foi satisfatoriamente mantida o que não prejudicou o desempenho físico e tornou subestimado o índice de eficiência.

DECRETOS: 341, 405, 442, e 492 (ver detalhes na letra “H” deste item). Remanejamento de recursos e adequação orçamentária com suplementação de dotações e anulações de recursos próprios. Anulação de recurso efetuada pela SEPLAG.

PROGRAMA 0705 APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

OBJETIVO: Desenvolver atividades de suporte à consecução das políticas públicas dos órgãos e entidades governamentais, em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser disponibilizado diretamente à sociedade.

Na U.O 1191 esse programa é composto pela ação 2500, a ser detalhada a seguir:

Programa	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	Desp. Realizada / Créd. Inicial	Desp. Realizada / Créd. Autorizado
2500 - ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	64.942.906,00	84.740.170,54	80.663.408,95	124,21%	95,19%
Total Geral	64.942.906,00	84.740.170,54	80.663.408,95	124,21%	95,19%

Fonte: Elaboração própria com dados do Armazém SIAFI

AÇÃO 2500 – ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

04	ADMINISTRAÇÃO
04 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
04 122 705	APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS
04 122 705 2 500	ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
04 122 705 2 500 0001	ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG
Secretaria de Estado de Fazenda

Programa: 0705 - Apoio Às Políticas Públicas
Período: Encerrado - Momento: SPGF
Momento da ação: SPGF DA AÇÃO
Ação: 2500 - Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas
IAG: 0 - Demais Projetos e Atividades
UO Ação: 01191 - Secretaria de Estado de Fazenda
Produto: Ação de Apoio À Gestão Institucional Realizada Unid. de Medida: Ação

☐ Ação Não Regionalizável

☒ Meta Física Não Cumulativa

Monitoramento Mensal			Download da Planilha de Municípios			Regionalização		
Físico			Orçamento					
Prog. Física	Repro. Física	Realizado	Prog. Outras Desp.	Prog. Pessoal e Auxílios	Total Prog. Orç.	Repro. Orç.	Desp. Realizada	Informar Localizadores
Janeiro	1	1	50,77	1.987.177,25	1.987.228,02	1.987.228,02	1.987.228,02	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Fevereiro	1	1	171.668,11	15.045.743,91	15.217.412,02	15.217.412,02	15.217.412,02	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Março	1	1	510.088,71	4.035.916,21	4.546.004,92	7.508.084,89	7.508.084,89	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Abril	1	1	510.088,71	4.010.611,22	4.520.699,93	7.283.150,81	7.283.150,81	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Maio	1	1	510.088,71	3.999.036,16	4.509.124,87	7.359.357,64	7.359.357,64	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Junho	1	1	510.088,71	3.974.657,16	4.484.745,87	6.903.318,73	6.903.318,73	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Julho	1	1	510.088,71	4.062.412,52	4.572.501,23	4.769.070,66	4.769.070,66	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Agosto	1	1	510.088,71	3.948.914,93	4.459.003,64	4.604.905,54	4.604.905,54	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Setembro	1	1	510.088,71	3.906.403,81	4.416.492,52	4.608.263,29	4.608.263,29	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Outubro	1	1	510.088,71	3.878.646,85	4.388.735,56	4.872.811,55	4.872.811,55	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Novembro	1	1	510.088,71	7.537.615,38	8.047.704,09	5.357.986,92	5.357.986,92	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Dezembro	1	1	510.088,73	3.283.164,60	3.793.253,33	14.268.580,47	10.191.818,88	Outras Desp. Pessoal e Aux. Importar
Totais	1	1	5.272.606,00	59.670.300,00	64.942.906,00	84.740.170,54	80.663.408,95	
LOA	LOA + Créd.	% Execução	LOA	LOA + Créd.	% Execução			
SIAFI: 31/03/2021	1	100,00	64.942.906,00	84.740.170,54	124,21			

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

FINALIDADE: Viabilizar a execução de serviços técnicos-administrativos de gerenciamento e suporte da área meio dos órgãos e entidades, elencando os recursos que não podem ser diretamente distribuídos nas ações finalísticas.

PRODUTO: Ação de apoio à gestão institucional realizada

UNIDADE DE MEDIDA: Ação

DADOS ORÇAMENTÁRIOS

LOA: 64.942.906,00

LOA + CRED: R\$ 84.740.170,54

REALIZADO: R\$ 80.663.408,95

% EXECUTADO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL: 124,21%

% EXECUTADO EM RELAÇÃO À LOA + CRÉDITO: 95,19%

DADOS FÍSICOS

LOA: 1

LOA + CRED: 1

REALIZADO: 1

% EXECUTADO: 100,00%

COMENTÁRIO: Mediante avaliação das bases de dados do SISAP e do SIAFI percebeu-se que houve atraso no registro da liquidação das despesas de pessoal e auxílios do mês de janeiro, o que acarretou valor acumulado em fevereiro. Isso, entretanto não impactou a efetivação dos pagamentos e o número de pessoas remuneradas. Durante o 4º bimestre foram enviados esforços junto à SEPLAG para ajuste do número de servidores alocados nas ações que possuem despesa de pessoal (U.O 1191) e, conseqüentemente, remanejamentos para pagamento de pessoal ocorreram nessas ações. A despesa de pessoal não incide sobre o indicador de desempenho orçamentário.

A ação apresentou desempenho orçamentário crítico do 2º ao 6º bimestre, sob a influência do Decreto de Contingenciamento, 47.904/20, que propiciou a redução e suspensão na maioria dos contratos, acumulando um saldo de empenho para despesas, cuja liquidação foi diluída ao longo dos últimos 6 meses. Os serviços de fornecimento de energia elétrica e água, referentes ao imóvel localizado no Bairro São Francisco, ainda necessitaram de adequação de valores no tocante ao empenho. Apesar dessas situações, houve manutenção das ações de apoio à gestão o que acarreta meta física satisfatória e, consequentemente, índice de eficiência subestimado.

DECRETOS: 261, 377, 388, 405, 442, 474, 484, 492, 522 e 526 (ver detalhes na letra “H” deste item). Remanejamento de recursos e adequação orçamentária com suplementação de dotações e anulações de recursos próprios.

B) Descrição das medidas adotadas com vistas a sanear eventuais disfunções estruturais ou conjunturais que prejudicaram ou inviabilizaram a execução das ações programadas.

O orçamento de 2020 foi aprovado pela Lei Estadual nº 23.579, de 15/01/2020 (Lei Orçamentária Anual 2020). Ato contínuo, foi publicado o Decreto Estadual nº 47.865 de 14/02/2020. Em função da ocorrência da pandemia da COVID-10 foi publicado o Decreto nº 47.904, de 31/3/2020, esse decreto contingenciou o orçamento da SEF, trazendo uma série de dificuldades na gestão orçamentária ao longo do exercício.

O exercício de 2020 foi marcado principalmente pela ocorrência da pandemia da COVID-19, que ainda perdura. Foram vários os desafios para adequação do orçamento à realidade que se apresentou de forma tão inesperada. Tais desafios foram contornados e sanados por meio de esforços das áreas impactadas, com a adequação de suas despesas aos limites restritivos estabelecidos para a secretaria, por meio do Decreto nº 47.904, de 31/3/2020. Aliado a esse empenho, a SEF apresentou um plano exitoso de descontingenciamento junto ao COFIN e à SEPLAG, incluindo remanejamentos de crédito orçamentário entre as ações, o que viabilizou a execução das demandas represadas durante o exercício.

C) Informações sobre a execução dos programas e ações do governo, sob a responsabilidade do órgão, com identificação de ação governamental estratégica no PPAG 2020-2023, abrangendo a execução física e financeira das ações realizadas, bem como os indicadores institucionais de desempenho, se for o caso.

Conforme previsto no Planejamento Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2020-2023), na unidade orçamentária 1191, existem duas ações de caráter estratégico, quais sejam: 4281 e 4284.

Programa		Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	Desp. Realizada / Créd. Inicial	Desp. Realizada / Créd. Autorizado
4281 - SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA		1.000,00	1.000,00	-	0,00%	0,00%
4284 - NOTA FISCAL MINEIRA		100.000,00	27.793.152,79	25.506.718,30	25506,72%	91,77%
Total Geral		101.000,00	27.794.152,79	25.506.718,30	25254,18%	91,77%

Fonte: Quadro Extraído do SIGPLAN

A ação 4281 alcançou a meta física planejada mediante a implantação de 4 módulos no 6º bimestre: 1- Desobrigação da Entrega da Declaração Anual do Movimento Econômico Fiscal (DAMEF), 2- Desobrigação da Entrega da Declaração de Apuração e Informações do ICMS (DAPI), 3- Concessão Automatizada de Regime Especial e 4- Expansão da possibilidade de Regularização Espontânea. O desenvolvimento dos módulos foi realizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação da SEF, assim não houve execução orçamentária na ação, gerando desempenho orçamentário e índice de eficiência críticos.

O Programa Nota Fiscal Mineira (ação 4284), concluiu em 2020 o escopo da entrega oficial do projeto que abarcou: 1) App e Portal em condições de funcionamento; 2) Projeto de Lei (2.273/20) encaminhado à ALMG no prazo previsto e 3) Aquisição de Equipamentos para sustentação do sistema. Porém, a ação apresentou desempenho físico crítico em 2020 pois o produto especificado é a Implantação do Programa, única etapa não concluída dentro do ano. Portanto, apesar da conclusão do desenvolvimento do programa, a apuração da meta física em 2020 permanece nula.

O desempenho orçamentário tornou-se subestimado pois houve suplementação orçamentária da ação para viabilizar o desenvolvimento do programa. Devido à meta física não alcançada e o orçamento viabilizado, o índice de eficiência tornou-se crítico.

D) Relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais.

Não aplicável.

E) Demonstração da execução física e financeira de projetos, subprojetos, atividades e subatividades objetos de financiamento nacional e internacional, especificando as partes envolvidas, detalhando os valores totais previstos e os valores realizados no exercício e até o exercício, bem como as contrapartidas oferecidas e os motivos que inviabilizaram a plena conclusão de etapa ou da totalidade da ação proposta, indicando as providências adotadas, quando aplicável.

Conforme previsto no Planejamento Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2020-2023), por meio do programa 100 (Modernização da Gestão Fiscal), com as ações 1051, 1052, 1053 e 1054, havia a possibilidade de orçamento advindo de empréstimo da Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – CCLIP PROFISCO II, disponibilizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. No entanto tal linha de crédito não foi contratada pela SEF e, portanto, este programa não obteve recursos para ser executado, sendo extinto durante a revisão anual do PPAG para o exercício de 2021.

F) Outras informações consideradas relevantes pelo órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso.

Além das atividades realizadas em 2020 já citadas neste relatório, vale destacar as ações de gestão da SEF junto ao COFIN. Durante o exercício foram necessárias diversas negociações visando adequar o orçamento.

Vale ressaltar também o grande esforço realizado pelas unidades da SEF para reduzir despesas de custeio, principalmente, para atender o disposto no Decreto nº 47.904, de 31/3/2020, decorrente da pandemia da COVID-19.

G) Demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os, por procedência, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados.

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS POR FONTE E GRUPOS DE DESPESA					
FONTE / PROCEDÊNCIA	IG	GRUPO DE DESPESA			
		1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTOS	TOTAL
10.1	0	525.449.613,54	116.204.039,29	5.904.562,92	647.558.215,75
10.1	1		1.490.529,40	26.303.623,39	27.794.152,79
10.7	0		62.786.360,00		62.786.360,00
11.1	0	413.530.710,14			413.530.710,14
27.1	0		20.000.000,00		20.000.000,00
29.1	0		13.529.153,42		13.529.153,42
52.2	0		60.000,00		60.000,00
53.1	0		1.672.250,00		1.672.250,00
54.2	0		11.250,00		11.250,00
74.1	0			6.882.312,73	6.882.312,73
77.2	0		1.000,00		1.000,00
83.2	0		1.200.000,00		1.200.000,00
		938.980.323,68	216.954.582,11	39.090.499,04	1.195.025.404,83
Notas Explicativas: PROCEDÊNCIA E USO: (1) recursos recebidos para livre utilização, (2) recursos recebidos de outra unidade orçamentária para livre utilização, (7) recursos recebidos para auxílios doença, funeral, alimentação, transporte e fardamento. As fontes de recursos da procedência (IPU) 2 foram recebidas das seguintes unidades orçamentárias: 52.2: Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - UO 2091 Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM. 54.2: Taxa de Licenciamento da Faixa de Domínio das Rodovias - UO 4381 Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS. 77.2: Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais - UO 83.2: Notificação de Infração de Trânsito FUNTRANS - UO 4381 Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS.					

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG
Secretaria de Estado de Fazenda

pw3270 - bhmvsb.prodeme.gov.br:23			Estado de Minas Gerais		PRODEMGE
Arquivo Editar Exibir Rede Configuração Ajuda			S I A F I - MG		26/02/2021
NFCAEQ7I			Consulta Movimentacao Orcamentaria		12:11
VFCAEQ7I			Creditos Autorizados/Cota Aprovada Ate o Mes		PW57
M340792					Pag.: 01
ANO: 2020					
UE: 1190001					
Ano Exercício:			Mes: Dezembro		
Unid. Orcamentaria: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA					
Sit.: (B) - Creditos orcamentarios bloqueados					
GI	FP	Sit.	Creditos Autorizados	Cota Aprovada	Saldo Credito
10	101		525.449.613,54	484.207.119,56	41.242.493,98
10	111		413.530.710,14	387.364.793,27	26.165.916,87
30	101		116.204.039,29	116.183.691,35	20.347,94
30	107		62.786.360,00	54.513.601,78	8.272.758,22
30	271		20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
30	291		13.529.153,42	11.791.350,58	1.737.802,84
30	522		60.000,00	60.000,00	0,00
30	531		1.672.250,00	1.672.250,00	0,00
30	542		11.250,00	1.000,00	10.250,00
30	772		1.000,00	1.000,00	0,00
Totais:			1.195.025.404,83	1.116.923.481,76	78.101.923,07
Enter-PF1---PF2---PF3---PF4---PF5---PF6---PF7---PF8---PF9---PF10---PF11---PF12---					
Ajuda Volta -Pag +Pag Prox Fim					
4B			A TCP0PW57		024/080

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

pw3270 - bhmvsb.prodeme.gov.br:23			Estado de Minas Gerais		PRODEMGE
Arquivo Editar Exibir Rede Configuração Ajuda			S I A F I - MG		26/02/2021
NFCAEQ7I			Consulta Movimentacao Orcamentaria		12:17
VFCAEQ7I			Creditos Autorizados/Cota Aprovada Ate o Mes		PW57
M340792					Pag.: 02
ANO: 2020					
UE: 1190001					
Ano Exercício:			Mes: Dezembro		
Unid. Orcamentaria: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA					
Sit.: (B) - Creditos orcamentarios bloqueados					
GI	FP	Sit.	Creditos Autorizados	Cota Aprovada	Saldo Credito
30	832		1.200.000,00	1.200.000,00	0,00
31	101		1.490.529,40	1.489.529,40	1.000,00
40	101		5.904.562,92	5.904.562,92	0,00
40	741		6.882.312,73	6.230.959,51	651.353,22
41	101		26.303.623,39	26.303.623,39	0,00
Totais:			1.195.025.404,83	1.116.923.481,76	78.101.923,07
Enter-PF1---PF2---PF3---PF4---PF5---PF6---PF7---PF8---PF9---PF10---PF11---PF12---					
Ajuda Volta -Pag +Pag Prox Fim					
4B			A TCP0PW57		002/001

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

H) Relação dos decretos de abertura de créditos adicionais, contendo número do decreto e de seu registro no SIAFI, data e valor.

DECRETO (Numero de registro no SIAFI))	DECRETO (Numeração Especial)	DATA DA PUBLICAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
20	111	11/03/2020	1191.04126115-2.048-0001-4490-0-74.1	6.230.959,51	
TOTAL				R\$ 6.230.959,51	R\$ -
51	205	01/05/2020	1191.04123084-4.258-0001-3190-0-10.1	3.171.877,00	
			1191.04123084-4.258-0001-3390-0-10.7	249.082,00	
			1191.04129113-4.282-0001-3190-0-10.1		3.171.877,00
			1191.04129113-4.282-0001-3390-0-10.7		249.082,00
TOTAL				R\$ 3.420.959,00	R\$ 3.420.959,00
62	229	21/05/2020	1191.04129113-4.278-0001-3190-0-10.1	88.451.123,00	
			1191.04129113-4.282-0001-3190-0-10.1	197.589.129,00	
			1191.04129113-4.278-0001-3190-0-11.1		57.149.356,03
			1191.04129113-4.278-0001-3191-0-11.1		19.943.111,97
			1191.04129113-4.282-0001-3190-0-11.1		208.947.784,00
TOTAL				R\$ 286.040.252,00	R\$ 286.040.252,00
82	261	24/06/2020	1191.04122705-2.500-0001-3190-0-10.1	32.000.000,00	
			1191.04122705-2.500-0001-3191-0-10.1	6.000.000,00	
			1191.04122705-2.500-0001-3390-0-10.7	6.000.000,00	
			1191.04123084-4.251-0001-3190-0-10.1	700.000,00	
			1191.04123084-4.258-0001-3190-0-10.1	300.000,00	
			1191.04123084-4.260-0001-3190-0-10.1	700.000,00	
			1191.04123084-4.260-0001-3191-0-10.1	100.000,00	
			1191.04123084-4.260-0001-3390-0-10.7	100.000,00	
			1191.04123084-4.247-0001-3190-0-10.1		1.700.000,00
			1191.04123084-4.247-0001-3191-0-10.1		100.000,00

DECRETO (Numero de registro no SIAFI))	DECRETO (Numeração Especial)	DATA DA PUBLICAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
			1191.04123084-4.247-0001-3390-0-10.7		100.000,00
			1191.04129113-4.278-0001-3190-0-10.1		32.000.000,00
			1191.04129113-4.278-0001-3191-0-10.1		6.000.000,00
			1191.04129113-4.278-0001-3390-0-10.7		2.500.000,00
			1191.04129113-4.282-0001-3390-0-10.7		3.500.000,00
TOTAL				R\$ 45.900.000,00	R\$ 45.900.000,00
118	341	01/08/2020	1191.04126115-2.052-0001-3390-0-10.1		14.000.000,00
TOTAL				R\$ -	R\$ 14.000.000,00
128	373	14/08/2020	1191.04126115-2.048-0001-4490-0-74.1	651.353,22	
			1191.04129113-1.036-0001-4490-0-10.1	1.020.000,00	
			1191.04129113-4.282-0001-3390-0-10.1		1.020.000,00
TOTAL				R\$ 1.671.353,22	R\$ 1.020.000,00
130	377	19/08/2020	1191.04123084-4.199-0001-3390-0-10.7	100.000,00	
			1191.04123084-4.251-0001-3190-0-10.1	100.000,00	
			1191.04123084-4.251-0001-3390-0-10.7	40.000,00	
			1191.04123084-4.261-0001-3190-0-10.1	500.000,00	
			1191.04123084-4.261-0001-3191-0-10.1	100.000,00	
			1191.04123084-4.261-0001-3390-0-10.7	100.000,00	
			1191.04129113-4.278-0001-3190-0-10.1	9.400.000,00	
			1191.04129113-4.278-0001-3191-0-10.1	7.000.000,00	
			1191.04129113-4.278-0001-3390-0-10.7	1.150.000,00	
			1191.04129113-4.282-0001-3390-0-10.7	1.150.000,00	
			1191.04122705-2.500-0001-3190-0-10.1		16.608.351,00
			1191.04122705-2.500-0001-3390-0-10.7		3.857.306,00
			1191.04129113-4.282-0001-3191-0-10.1		7.100.000,00

DECRETO (Numero de registro no SIAFI))	DECRETO (Numeração Especial)	DATA DA PUBLICAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
TOTAL				R\$ 19.640.000,00	R\$ 27.565.657,00
140	388	28/08/2020	1191.04122705-2.500-0001-3190-0-10.1		2.699.729,00
			1191.04122705-2.500-0001-3390-0-10.7		810.889,00
TOTAL				R\$ -	R\$ 3.510.618,00
143	391	02/09/2020	1191.04126115-2.051-0001-3190-0-10.1		601.937,46
TOTAL				R\$ -	R\$ 601.937,46
145	393	05/09/2020	1191.04129113-4.282-0001-3190-0-11.1		8.000.000,00
TOTAL				R\$ -	R\$ 8.000.000,00
154	405	23/09/2020	1191.04129113-4.284-0001-3390-1-10.1	500.000,00	
			1191.04129113-4.284-0001-4490-1-10.1	26.600.000,00	
			1191.04122705-2.500-0001-3390-0-10.1		1.000.000,00
			1191.04123084-4.255-0001-3390-0-10.1		2.600.000,00
			1191.04123084-4.258-0001-3390-0-10.1		2.000.000,00
			1191.04126115-2.052-0001-3390-0-10.1		3.500.000,00
			1191.04129113-4.282-0001-3390-0-10.1		4.000.000,00
TOTAL				R\$ 27.100.000,00	R\$ 13.100.000,00
167	442	16/10/2020	1191.04126115-2.051-0001-3390-0-29.1	1.518.147,62	
			1191.04129113-4.284-0001-3390-1-10.1	989.529,40	
			1191.04122705-2.500-0001-3390-0-29.1		1.120.561,28
			1191.04126115-2.052-0001-3390-0-10.1		693.152,79
			1191.04129113-4.278-0001-3390-0-29.1		397.586,34
			1191.04129113-4.284-0001-4490-1-10.1		296.376,61
TOTAL				R\$ 2.507.677,02	R\$ 2.507.677,02
185	474	14/11/2020	1191.04122705-2.500-0001-3390-0-10.7	998.000,00	
			1191.04129113-4.278-0001-3390-0-10.7		250.000,00

DECRETO (Numero de registro no SIAFI))	DECRETO (Numeração Especial)	DATA DA PUBLICAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
			1191.04129113- ~~4.282~~ -0001-3390-0-10.7		600.000,00
			1191.04129113- ~~4.312~~ -0001-3390-0-10.7		148.000,00
TOTAL				R\$ 998.000,00	R\$ 998.000,00
190	484	24/11/2020	1191.04122705- ~~2.500~~ -0001-3390-0-29.1	200.000,00	
			1191.04122705- ~~2.500~~ -0001-4490-0-10.1	40.000,00	
			1191.04126115- ~~2.051~~ -0001-3390-0-29.1	1.200.000,00	
			1191.04129113- ~~4.278~~ -0001-3390-0-29.1	100.000,00	
			1191.04129113- ~~4.282~~ -0001-3390-0-29.1	237.802,42	
			1191.04122705- ~~2.500~~ -0001-3390-0-10.1		40.000,00
TOTAL				R\$ 1.777.802,42	R\$ 40.000,00
194	492	28/11/2020	1191.04123084- ~~4.255~~ -0001-3390-0-10.1	1.563.824,71	
			1191.04123084- ~~4.255~~ -0001-4490-0-10.1	4.800.000,00	
			1191.04122705- ~~2.500~~ -0001-3390-0-10.1		249.032,26
			1191.04123084- ~~4.199~~ -0001-3390-0-10.1		1.063.256,94
			1191.04123084- ~~4.247~~ -0001-3390-0-10.1		10.000,00
			1191.04123084- ~~4.251~~ -0001-3390-0-10.1		10.000,00
			1191.04123084- ~~4.252~~ -0001-3390-0-10.1		386.350,46
			1191.04123084- ~~4.258~~ -0001-3390-0-10.1		663.617,81
			1191.04123084- ~~4.260~~ -0001-3390-0-10.1		10.000,00
			1191.04123084- ~~4.261~~ -0001-3390-0-10.1		10.000,00
			1191.04126115- ~~2.051~~ -0001-3390-0-10.1		11.601,26

DECRETO (Numero de registro no SIAFI))	DECRETO (Numeração Especial)	DATA DA PUBLICAÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
			1191.04126115-2.052-0001-3390-0-10.1		1.934.432,98
			1191.04129113-4.278-0001-3390-0-10.1		6.708,60
			1191.04129113-4.282-0001-3191-0-10.1		1.000.000,00
			1191.04129113-4.282-0001-3390-0-10.1		764.167,27
			1191.04129113-4.284-0001-3390-1-10.1		100.000,00
			1191.04129113-4.312-0001-3390-0-10.1		144.657,13
TOTAL				R\$ 6.363.824,71	R\$ 6.363.824,71
197	496	03/12/2020	1191.04122705-2.500-0001-3390-0-10.7	997.696,00	
TOTAL				R\$ 997.696,00	R\$ -
213	522	23/12/2020	1191.04123084-4.258-0001-3390-0-10.1	50.000,00	
			1191.04129113-1.036-0001-4490-0-10.1	34.562,92	
			1191.04122705-2.500-0001-3390-0-10.1		52.562,92
			1191.04123084-4.255-0001-3390-0-10.1		32.000,00
			1191.04129113-4.282-0001-3191-0-11.1		14.399.953,36
TOTAL				R\$ 84.562,92	R\$ 14.484.516,28
217	526	30/12/2020	1191.04122705-2.500-0001-4490-0-10.1	10.000,00	
			1191.04122705-2.500-0001-3390-0-10.1		10.000,00
			1191.04129113-4.282-0001-3191-0-11.1		5.724.344,50
TOTAL				R\$ 10.000,00	R\$ 5.734.344,50
TOTAL GERAL				R\$ 402.743.086,80	R\$ 433.287.785,97

Fonte: Elaboração própria com dados da IOF/MG, ALMG e SIAFI

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG
Secretaria de Estado de Fazenda

I) Informações relativas à execução de Despesa de Exercícios Anteriores, sua composição e evolução nos últimos dois anos.

DESPESA EMPENHADA		EXERCÍCIO		
GRUPO DE DESPESA CÓDIGO	GRUPO DE DESPESA DESCRIÇÃO	2019	2020	EVOLUÇÃO
	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.902.346,11	4.924.287,65	-0,45%
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.349,44	56.549,33	1,40%
Total Geral		4.959.695,55	4.980.836,98	-0,43%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

6. Sustentabilidade ambiental:

A Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, por meio de sua Diretoria de Bens e Serviços Fazendários - DBENS, tem como atribuição a adoção e desenvolvimento de medidas de sustentabilidade ambiental, que abarquem as atividades de todas as Unidades da SEF. Desta forma, em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, a DBENS retomou a implementação do Programa Ambientação: "Consumo Consciente", no âmbito da SEF, objetivando a economia de recursos e redução de desperdícios no trabalho.

O Programa Ambientação, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, trata-se de um programa de comunicação e educação socioambiental, sendo desenvolvido nas linhas de ação "Consumo Consciente" e "Gestão de Resíduos", por meio da promoção de campanhas educacionais permanentes e pontuais e da difusão de procedimentos operacionais compatíveis.

Este Programa vem ao encontro da necessidade crescente para uma mudança de comportamento por parte dos cidadãos. Com foco nos servidores públicos, a proposta é sensibilizar e inserir a dimensão ambiental no cotidiano das instituições governamentais, internalizando práticas ambientais que tornem os processos mais sustentáveis, sem desperdícios e com melhor utilização dos recursos públicos.

O objetivo principal do Programa Ambientação na Secretaria de Estado de Fazenda traduz-se na necessidade para mudança de hábitos dos servidores fazendários e prestadores de serviço, por meio de campanhas que incitem o consumo consciente, com fins à redução do consumo dos recursos naturais, gerando uma consequente redução de despesas para o Estado.

Inicialmente, foram indicadas a execução das ações descritas a seguir:

- Definição das matrizes de consumo água e energia elétrica, numa abordagem do gasto público, contemplando ações como a leitura manual do consumo de energia elétrica, com posterior informação à CEMIG ou outra prestadora do serviço, para que a apuração do consumo não seja por estimativa; desenvolvimento de um painel de consumo (Power BI), para acompanhamento sistêmico da execução da despesa nas Unidades Fazendárias.
- Desenvolvimento de Campanha de Conscientização, visando a redução do consumo das matrizes "Água" e "Energia elétrica" junto às Unidades da SEF. A Campanha de Conscientização terá como público os servidores fazendários e abordará o consumo de água e energia elétrica, ilustrando pequenas ações, passíveis de serem implementadas pela Unidade e servidores. Ex: desligar o monitor do computador, desligar a impressora ao final do dia, troca de lâmpadas comuns por lâmpadas de LED, dentre outras.
- Desenvolvimento de Campanha de Conscientização que aborde a matriz "Materiais", especificamente sobre o consumo e tratamento dos itens de Almoxarifado - Papel. A Campanha contará com a elaboração e aplicação de um questionário acerca do consumo de materiais de consumo, especificamente o uso e destinação do papel utilizado para impressão de documentos. Poderão, ainda, ser abordados aspectos quanto às condições de armazenamento, quantitativo de uso, reciclagem, parceria com associações ou cooperativas de catadores de papel, recebimento e destinação de outros tipos de papel nas Unidades Fazendárias.

Devido ao momento de calamidade pública gerado pela pandemia do coronavírus e prospectando que o Programa não alcançaria os resultados esperados, uma vez que a maioria dos servidores estão

desenvolvendo suas atividades por meio de teletrabalho, o Programa Ambientação foi sobrestado, para retomada de suas ações num momento oportuno.

A Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, através da Diretoria de Bens e Serviços Fazendários – DBENS, realizou outras ações, seguindo a mesma abordagem da sustentabilidade ambiental, no exercício de 2020, conforme descrito a seguir:

1. Termo de Referência que embasou a licitação para prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, copa, preparo de lanches e refeições, carregamento e descarregamento, consta o item 1.7 Sustentabilidade, que trata das obrigações da contratada em manter comportamentos sustentáveis.

"1.7 SUSTENTABILIDADE

A Contratada deverá manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

Uso Racional de Água

(...)

Uso Racional de Energia Elétrica

(...)

Redução de Produção de Resíduos Sólidos"

2. Substituição de, aproximadamente, 200 (duzentas) lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED no Centro de Bens e Serviços Fazendários, acarretando economia nas despesas com energia elétrica, uma vez que as lâmpadas LED duram mais e consome muito menos.
3. Desativação das lâmpadas instaladas nos galpões do Centro de Bens e Serviços Fazendários ao longo do ano de 2020, que funcionavam a partir de vapor de mercúrio, sendo o ambiente iluminado através de luz natural.
4. Revisão nas instalações hidráulicas do Centro de Bens e Serviços Fazendários, com revisão de 30 (trinta) torneiras e 25 (vinte e cinco) descargas, aproximadamente, com o objetivo de conter eventuais vazamentos e ajustes de pressão, e contribuir para a diminuição do consumo de água. Foram realizados, ainda, reparos e limpeza da caixa d'água.
5. Doação de 9,6 metros lineares de documentos, em torno de 73 caixas box, contendo cópias de documentos em papel, que não possuíam valor documental ou arquivístico, para a ONG "Revita Reciclagem e Sustentabilidade", no dia 27/10/2020. Os documentos foram retirados pela ONG no Centro de Bens e Serviços Fazendários.
6. Destinação de sucatas, consideradas bens móveis inservíveis para a Administração Pública, nos termos da legislação vigente, que compuseram 04 (quatro) licitações do tipo leilão, realizadas no Centro de Bens e Serviços Fazendários.

7. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis:

7.1 Informações acerca do setor de contabilidade do órgão

A Divisão de Contabilidade Setorial – DCS faz parte da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – DPOF, que compõe a estrutura da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF, de acordo com o Decreto nº 47.794 de 19/12/2019.

A DCS tem como competências e atribuições:

I – acompanhar, orientar e executar o registro dos atos e fatos contábeis, observada a legislação aplicável à matéria;

II – monitorar, manter e restabelecer a regularidade fiscal, contábil, econômico-financeira e administrativa vinculados ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da SEF, bem como disponibilizar informações aos órgãos competentes;

III – gerir e consolidar a prestação de contas anual da Unidade Orçamentária 1191 – SEF;

IV – elaborar os relatórios de prestação de contas dos termos de parceria, convênios, acordos e instrumentos congêneres em que a SEF seja parte;

V – atuar de forma conjunta com a Controladoria Setorial na proposição de melhorias nos processos de execução orçamentária, financeira e contábil;

VI – administrar, no âmbito da SEF, a segurança do sistema utilizado para a programação e execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado.

Além disso, a DCS exerce a competência de unidade setorial de contabilidade da Unidade Orçamentária 1191 – Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

A DCS tem como Gerente, a aproximadamente um ano e seis meses, o contador, Hudson Ferreira Botelho, CRC MG-055228/O, MASP: 669.236-2, servidor efetivo da SEF-MG a 15 quinze anos e com passagens anteriores pelos setores de licitações e contratações, planejamento, orçamento e prestação de constas. A equipe ainda é composta por mais três servidores efetivos.

7.2 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados. Evidenciam informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade, conforme descrito a seguir:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Balanço Patrimonial;;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Notas explicativas, compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Balanço Orçamentário



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

18/02/2021 12:04:28

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 12 LEI 4320

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO c = (b - a)		
		(a)	(b)			
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			15.743.729,67	15.743.729,67 (+)		
RECEITAS CORRENTES			83.698,01	83.698,01 (+)		
RECEITA PATRIMONIAL			83.698,01	83.698,01 (+)		
VALORES MOBILIÁRIOS			83.698,01	83.698,01 (+)		
RECEITAS DE CAPITAL			15.660.031,66	15.660.031,66 (+)		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			15.660.031,66	15.660.031,66 (+)		
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS			15.660.031,66	15.660.031,66 (+)		
SUBTOTAL DAS RECEITAS			15.743.729,67	15.743.729,67 (+)		
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL			113.529.209,04	113.529.209,04 (+)		
COTA FINANCEIRA A RECEBER RP - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL			63.235.216,23	63.235.216,23 (+)		
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO			478.437,30	478.437,30 (+)		
MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ENTRE UNIDADES	1.225.570.104,00					
SUBTOTAL DAS COTAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.225.570.104,00		177.242.862,57	177.242.862,57 (+)		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.225.570.104,00		192.986.592,24	192.986.592,24 (+)		
DÉFICIT			915.000.218,38	915.000.218,38 (+)		
TOTAL	1.225.570.104,00		1.107.986.810,62	1.107.986.810,62 (+)		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)			1.737.802,42			
SUPERÁVIT FINANCEIRO			1.737.802,42			
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e - f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.116.681.692,00	1.067.887.004,19	1.010.770.393,81	952.802.845,08	946.908.574,35	57.116.610,38 (+)
DESPESAS CORRENTES	1.116.681.692,00	1.028.796.505,15	975.844.875,95	947.600.745,08	941.706.474,35	52.951.629,20 (+)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	869.126.227,00	811.841.933,04	774.319.380,90	774.178.736,59	774.167.182,71	37.522.552,14 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	247.555.465,00	216.954.572,11	201.525.495,05	173.422.008,49	167.539.291,64	15.429.077,06 (+)
DESPESAS DE CAPITAL		39.090.499,04	34.925.517,86	5.202.100,00	5.202.100,00	4.164.981,18 (+)
INVESTIMENTOS		39.090.499,04	34.925.517,86	5.202.100,00	5.202.100,00	4.164.981,18 (+)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	108.888.412,00	127.138.400,64	97.216.416,81	97.216.416,81	97.216.416,81	29.921.983,83 (+)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.888.412,00	127.138.390,64	97.216.416,81	97.216.416,81	97.216.416,81	29.921.973,83 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10,00				10,00 (+)
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.225.570.104,00	1.195.025.404,83	1.107.986.810,62	1.050.019.261,89	1.044.124.991,16	87.038.594,21 (+)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.225.570.104,00	1.195.025.404,83	1.107.986.810,62	1.050.019.261,89	1.044.124.991,16	87.038.594,21 (+)
TOTAL	1.225.570.104,00	1.195.025.404,83	1.107.986.810,62	1.050.019.261,89	1.044.124.991,16	87.038.594,21 (+)



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

18/02/2021 12:04:28

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 12 LEI 4320

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS EM EXERC ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	5.786.144,82	19.664.136,05	13.658.625,36	13.658.598,06	11.199.348,69	592.334,12 (+)
DESPESAS CORRENTES	1.537.174,51	19.062.038,98	12.769.389,21	12.769.361,91	7.237.518,20	592.333,38 (+)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		128.968,17	63.852,86	63.852,86	65.115,31	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.537.174,51	18.933.070,81	12.705.536,35	12.705.509,05	7.172.402,89	592.333,38 (+)
DESPESAS DE CAPITAL	4.248.970,31	602.097,07	889.236,15	889.236,15	3.961.830,49	0,74 (+)
INVESTIMENTOS	4.248.970,31	602.097,07	889.236,15	889.236,15	3.961.830,49	0,74 (+)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		2.676,00	2.676,00	2.676,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.676,00	2.676,00	2.676,00		
TOTAL	5.786.144,82	19.666.812,05	13.661.301,36	13.661.274,06	11.199.348,69	592.334,12 (+)

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS EM EXERC ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	21.991,11	5.195.322,39	5.211.258,20	759,77	5.295,53 (+)
DESPESAS CORRENTES	21.991,11	5.184.368,39	5.200.304,20	759,77	5.295,53 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.991,11	5.184.368,39	5.200.304,20	759,77	5.295,53 (+)
DESPESAS DE CAPITAL		10.954,00	10.954,00		
INVESTIMENTOS		10.954,00	10.954,00		
TOTAL	21.991,11	5.195.322,39	5.211.258,20	759,77	5.295,53 (+)

HUDSON FERREIRA BOTELHO

Gerente da Divisão de Contabilidade Setorial

Contador CRC/MG 055228/O - CPF: [REDACTED]

Balanço Financeiro



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

BALANÇO FINANCEIRO

18/02/2021 12:22:04

RECEITA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 13 LEI 4320

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15.743.729,67	
RECEITAS CORRENTES	83.698,01	
RECEITA PATRIMONIAL	83.698,01	
RECEITAS DE CAPITAL	15.660.031,66	
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	15.660.031,66	
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	307.179.233,50	120.071.824,58
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.894.270,73	5.195.322,39
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	57.967.548,73	19.666.812,05
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	243.317.414,04	95.209.690,14
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.305.529.192,67	1.210.985.949,05
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.301.479.139,12	1.209.307.017,46
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	4.050.053,55	1.678.931,59
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	323.756,53	323.757,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	323.756,53	323.757,46
TOTAL	1.628.775.912,37	1.331.381.531,09

DESPESA

TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.107.986.810,62	1.072.337.154,34
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.010.770.393,81	966.874.940,53
ADMINISTRAÇÃO	1.010.770.393,81	966.874.940,53
DESPESA INTRA ORÇAMENTÁRIA	97.216.416,81	105.462.213,81
ADMINISTRAÇÃO	97.216.416,81	105.462.213,81
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	295.048.083,46	116.490.426,99
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.211.258,20	22.507.715,31
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	13.661.274,06	19.682.260,49
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	276.175.551,20	74.300.451,19
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	215.136.070,06	142.230.193,23
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	202.755.943,16	138.617.757,56
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	12.380.126,90	3.612.435,67
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	10.604.948,23	323.756,53
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.604.948,23	323.756,53
TOTAL	1.628.775.912,37	1.331.381.531,09

HUDSON FERREIRA BOTELHO

Gerente da Divisão de Contabilidade Setorial

Contador CRC/MG 055228/O - CPF: [REDACTED]

Demonstração de Fluxo de Caixa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
QUADRO - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

18/02/2021 12:27:13

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	1.057.094.796,49	1.088.832.990,54
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	83.698,01	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RP	12.164.689,62	8.794.961,13
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.044.846.408,86	1.080.038.029,41
DESEMBOLSOS	1.056.387.739,60	1.064.925.147,19
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	959.168.646,79	959.465.609,38
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	97.219.092,81	105.459.537,81
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	707.056,89	23.907.844,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS	6.085.896,85	23.907.844,28
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.805.935,53	2.792.925,50
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	279.961,32	21.114.918,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-6.085.896,85	-23.907.844,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	15.660.031,66	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS	15.660.031,66	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	15.660.031,66	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	10.281.191,70	-0,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (1)	323.756,53	323.757,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL (2)	10.604.948,23	323.756,53
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO (2 - 1)	10.281.191,70	-0,93
QUADRO - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	83.698,01	
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	83.698,01	
QUADRO - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	97.219.092,81	105.459.537,81
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	97.219.092,81	105.459.537,81

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

18/02/2021 12:27:13

QUADRO - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
ADMINISTRAÇÃO	959.168.646,79	959.465.609,38
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	959.168.646,79	959.465.609,38

** REFERE-SE AO RPF DE PESSOAL QUE É CONSIDERADO PAGO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

HUDSON FERREIRA BOTELHO

Gerente da Divisão de Contabilidade Setorial

Contador CRC/MG 055228/O - C [REDACTED] 2

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

Balanco Patrimonial



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

18/02/2021 15:52:34

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
1	ATIVO	141.605.586,13	121.157.536,84
1.1	ATIVO CIRCULANTE	75.480.240,98	32.453.738,66
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.604.948,23	323.756,53
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	10.604.948,23	323.756,53
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	10.541.629,67	0,00
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	8.431.480,13	0,00
1.1.1.1.1.09	RECURSOS BLOQUEADOS/INDISPONÍVEIS-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	585.373,54	0,00
1.1.1.1.1.10	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.524.776,00	0,00
1.1.1.1.2	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	63.318,56	323.756,53
1.1.1.1.2.01	RECURSOS DE MOVIMENTAÇÕES DA UNIDADE TESOUREARIA	63.318,56	323.756,53
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA - CMI	63.318,56	323.756,53
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	64.279.359,09	31.236.275,94
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	5.022,30
1.1.3.1.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	5.022,30
1.1.3.1.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	0,00	5.022,30
1.1.3.1.1.01.01	ADIANTAMENTOS/DIÁRIAS ANTECIPADAS CONCEDIDOS A PESSOAL	0,00	4.521,75
1.1.3.1.1.01.90	ADIANTAMENTOS/DIÁRIAS DE VIAGEM A CONCEDER A PESSOAL	0,00	500,55
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	136.740,78	136.740,78
1.1.3.4.1	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO - CONSOLIDAÇÃO	136.740,78	136.740,78
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	2.017,57	2.017,57
1.1.3.4.1.00	OUTRAS RESPONSABILIDADES	134.723,21	134.723,21
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	64.142.618,31	31.094.512,86
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	64.142.618,31	31.094.512,86
1.1.3.8.2.01	CRÉDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	64.142.618,31	31.094.512,86
1.1.5	ESTOQUES	595.933,66	893.706,19
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	595.373,66	893.706,19
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	595.373,66	893.706,19
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	595.373,66	893.706,19
1.1.5.8	OUTROS ESTOQUES	560,00	0,00
1.1.5.8.1	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO	560,00	0,00
1.1.5.8.1.02	PRODUTOS E BENS PARA REVENDA E PREMIAÇÃO	560,00	0,00
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	66.125.345,15	88.703.798,18
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.069.214,09	1.069.214,09
1.2.1.2	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	1.069.214,09	1.069.214,09
1.2.1.2.1	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.069.214,09	1.069.214,09
1.2.1.2.1.06	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.069.214,09	1.069.214,09
1.2.1.2.1.06.03	DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAL	1.069.214,09	1.069.214,09
1.2.3	IMOBILIZADO	54.431.740,27	77.610.509,63
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	63.654.337,22	77.242.409,63
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	63.654.337,22	77.242.409,63
1.2.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	63.586.255,78	76.356.492,26
1.2.3.1.1.04	BENS MÓVEIS A TRANSFERIR	68.081,44	885.917,37
1.2.3.1.1.88	BENS MÓVEIS A INCORPORAR	68.081,44	0,00
1.2.3.1.1.88.01	BENS MÓVEIS A INCORPORAR	68.081,44	0,00
1.2.3.1.1.99	(-) BENS MÓVEIS A INCORPORAR POR TRANSFERÊNCIA	-68.081,44	0,00
1.2.3.1.1.99.02	(-) BENS MÓVEIS A INCORPORAR/TRANSFERÊNCIA	-68.081,44	0,00
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	368.100,00	368.100,00
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	368.100,00	368.100,00
1.2.3.2.1.06	INSTALAÇÕES PENDENTES DE INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL - IMÓVEIS	368.100,00	368.100,00
1.2.3.8	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-9.590.696,95	0,00
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-9.590.696,95	0,00
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-9.590.696,95	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

18/02/2021 15:52:34

ATIVO

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 14 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
1.2.4	INTANGÍVEL	10.624.390,79	10.024.074,46
1.2.4.1	SOFTWARES	10.624.390,79	10.024.074,46
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	10.624.390,79	10.024.074,46
1.2.4.1.1.01	SOFTWARES	10.624.390,79	10.024.074,46
TOTAL DO ATIVO		141.605.586,13	121.157.536,84
PASSIVO			
CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	141.605.586,13	121.157.536,84
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	6.496.018,12	5.627.918,60
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	11.553,88	0,00
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	11.553,88	0,00
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	11.553,88	0,00
2.1.1.1.1.01	SALÁRIOS A PAGAR	11.553,88	0,00
2.1.1.1.1.01.01	PESSOAL - ATIVO	11.553,88	0,00
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.888.039,68	5.206.359,50
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	5.888.039,68	5.206.359,50
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	5.888.039,68	5.206.359,50
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	5.888.039,68	5.206.359,50
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	596.424,56	421.559,10
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS	596.424,56	410.605,10
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	596.424,56	410.605,10
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUIÇÕES/RETENÇÕES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDENCIA	148.697,14	117.671,77
2.1.8.8.1.08	DEPOSITOS DE TERCEIROS	139.299,82	30.082,33
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	308.427,60	262.851,00
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	10.954,00
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	10.954,00
2.1.8.9.1.01	INVESTIMENTOS	0,00	10.954,00
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	135.109.568,01	115.529.618,24
2.3.6	DEMAIS RESERVAS	17.731.666,48	16.265.136,98
2.3.6.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	17.731.666,48	16.265.136,98
2.3.6.1.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	17.731.666,48	16.265.136,98
2.3.6.1.1.01	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	17.731.666,48	16.265.136,98
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	117.377.901,53	99.264.481,26
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	117.377.901,53	99.264.481,26
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-8.235.358.496,53	-7.260.297.887,00
2.3.7.1.1.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-975.060.609,53	-995.527.519,49
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-7.260.297.887,00	-6.264.770.367,51
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	8.352.737.214,06	7.359.563.184,26
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	993.174.029,80	963.296.218,01
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.359.563.184,26	6.396.266.966,25
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-816,00	-816,00
2.3.7.1.3.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-816,00	-816,00
TOTAL DO PASSIVO		141.605.586,13	121.157.536,84



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

18/02/2021 15:52:34

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - (LEI Nº 4.320/1964)

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 14 LEI 4320

TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
ATIVO		
ATIVO FINANCEIRO	74.747.566,54	31.418.769,94
ATIVO PERMANENTE	66.858.019,59	89.738.766,90
TOTAL DO ATIVO	141.605.586,13	121.157.536,84
PASSIVO		
PASSIVO FINANCEIRO	65.055.873,67	31.080.875,47
TOTAL DO PASSIVO	65.055.873,67	31.080.875,47
SALDO PATRIMONIAL	76.549.712,46	90.076.661,37

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - (LEI Nº 4.320/1964)

TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	24.365.506,57	35.948.941,31
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	24.365.506,57	35.948.941,31
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	321.809.386,69	224.130.768,81
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	321.809.386,69	224.130.768,81

HUDSON FERREIRA BOTELHO

Gerente da Divisão de Contabilidade Setorial

Contador CRC/MG 055228/O - CPF: [REDACTED]

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

Demonstração das Variações Patrimoniais



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

18/02/2021 12:34:15

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.333.099.131,25	1.224.110.934,77
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	83.698,01	0,00
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	83.698,01	0,00
4.4.5.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	83.698,01	0,00
4.4.5.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	83.698,01	0,00
4.4.5.1.1.01	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	83.698,01	0,00
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.321.189.224,33	1.210.985.949,05
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.305.529.192,67	1.210.985.949,05
4.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.301.479.139,12	1.209.307.017,46
4.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	1.301.479.139,12	1.209.307.017,46
4.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	119.978.825,42	72.860.592,90
4.5.1.1.2.01.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	113.531.317,66	51.469.063,18
4.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	5.969.070,46	21.391.529,72
4.5.1.1.2.01.03	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO	478.437,30	0,00
4.5.1.1.2.02	REPASSES RECEBIDOS	131.138.887,92	71.894.422,98
4.5.1.1.2.02.01	REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	131.140.244,22	71.895.755,88
4.5.1.1.2.02.99	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS	-1.356,30	-1.332,90
4.5.1.1.2.02.99.01	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-1.356,30	-1.332,90
4.5.1.1.2.04	CREDITOS FINANCEIRO RECEBIDO	63.235.216,23	25.096.237,28
4.5.1.1.2.04.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	63.235.216,23	25.096.237,28
4.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	987.126.209,55	1.039.455.764,30
4.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	987.071.226,83	1.039.455.764,30
4.5.1.1.2.99.99	CANCELAMENTO DE COTA FINANCEIRA	54.982,72	0,00
4.5.1.1.2.99.99.03	CANCELAMENTO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	54.982,72	0,00
4.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.050.053,55	1.678.931,59
4.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	4.050.053,55	1.678.931,59
4.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	4.050.053,55	1.678.931,59
4.5.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	15.660.031,66	0,00
4.5.3.2	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	15.660.031,66	0,00
4.5.3.2.1	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	15.660.031,66	0,00
4.5.3.2.1.01	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	15.660.031,66	0,00
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	336.850,92	661.760,81
4.6.1	REAVLIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	13.665,41
4.6.1.1	REAVLIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	13.665,41
4.6.1.1.1	REAVLIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	13.665,41
4.6.1.1.1.01	REAVLIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	13.665,41
4.6.1.1.1.01.01	REAVLIAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	13.665,41
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	336.850,92	648.095,40
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	336.850,92	648.095,40
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	336.850,92	648.095,40
4.6.3.9.1.01	INCORPORAÇÃO DE ESTOQUES	305.605,78	611.483,40
4.6.3.9.1.03	INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	31.245,14	36.612,00
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.489.357,99	12.463.224,91
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.489.357,99	12.463.224,91
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	11.489.357,99	12.463.224,91
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	11.489.357,99	12.463.224,91
4.9.9.9.1.09	REVERSO DE DEPRECIACAO/AMORTIZACAO/EXAUSTAO E REAVLIAÇÃO DE BENS	1.266.320,29	0,00
4.9.9.9.1.11	BENS MOVEIS INCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	10.218.129,10	12.442.706,92
4.9.9.9.1.77	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - BALANÇO FINANCEIRO	4.908,60	20.517,99
4.9.9.9.1.77.01	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FATOS DIVERSOS BALANÇO FINANCEIRO	4.908,60	20.517,99
4.9.9.9.1.77.01.02	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA CONSIGNAÇÕES E RETENÇÕES B.F	3.109,12	2.081,56
4.9.9.9.1.77.01.03	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA DEPOSITO DIVERSAS ORIGENS B.F	1.039,71	261,73

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA

18/02/2021 12:34:15

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
4.9.9.9.1.77.01.04	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA OBRIG LIQ PAGAR EXERC ANTERIOR RPP B.F.	759,77	18.174,70
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.333.099.131,25	1.224.110.934,77
RESULTADO PATRIMONIAL - DÉFICIT VERIFICADO		0,00	32.231.301,48
TOTAL GERAL		1.333.099.131,25	1.256.342.236,25

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

18/02/2021 12:34:15

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.314.985.710,98	1.256.342.236,25
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	871.459.006,26	940.320.082,80
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	766.797.183,46	827.736.500,38
3.1.1.9	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	766.797.183,46	827.736.500,38
3.1.1.9.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	766.797.183,46	827.736.500,38
3.1.1.9.1.01	PESSOAL ATIVO	766.797.183,46	827.736.500,38
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	98.448.366,97	106.665.825,73
3.1.2.5	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	5.358,55	4.268,35
3.1.2.5.1	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO	5.358,55	4.268,35
3.1.2.5.1.01	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	5.358,55	4.268,35
3.1.2.9	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	98.443.008,42	106.661.557,38
3.1.2.9.1	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO	1.226.591,61	1.202.019,57
3.1.2.9.1.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	1.226.591,61	1.202.019,57
3.1.2.9.2	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS	97.216.416,81	105.459.537,81
3.1.2.9.2.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	97.216.416,81	105.459.537,81
3.1.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	6.213.455,83	5.917.756,69
3.1.9.2	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTES	1.289.168,18	1.015.410,58
3.1.9.2.1	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTES - CONSOLIDAÇÃO	1.289.168,18	1.015.410,58
3.1.9.2.1.01	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS	1.289.168,18	1.015.410,58
3.1.9.9	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	4.924.287,65	4.902.346,11
3.1.9.9.1	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDAÇÃO	4.924.287,65	4.902.346,11
3.1.9.9.1.01	OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	4.924.287,65	4.902.346,11
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,40	0,00
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,40	0,00
3.2.9.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,40	0,00
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	2,40	0,00
3.2.9.9.1.01	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,40	0,00
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	100.454.623,34	74.948.660,42
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.066.488,76	1.828.729,01
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	1.066.488,76	1.828.729,01
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	1.066.488,76	1.828.729,01
3.3.1.1.1.01	CONSUMO DE MATERIAL/MEDICAMENTOS	1.066.488,76	1.828.729,01
3.3.2	SERVIÇOS	88.352.845,21	73.119.931,41
3.3.2.1	DIÁRIAS	75.697,66	310.716,58
3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	75.697,66	310.716,58
3.3.2.1.1.01	DIÁRIAS DE VIAGEM-PESSOAL CIVIL/MILITAR	75.697,66	310.716,58
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	1.339.842,85	2.540.776,63
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	1.339.842,85	2.540.776,63
3.3.2.2.1.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	1.339.842,85	2.540.776,63
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	86.937.304,70	70.268.438,20
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	86.934.628,70	70.268.438,20
3.3.2.3.1.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	86.934.628,70	70.268.438,20
3.3.2.3.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	2.676,00	0,00
3.3.2.3.2.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	2.676,00	0,00
3.3.3	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11.035.289,37	0,00
3.3.3.1	DEPRECIÇÃO	11.035.289,37	0,00
3.3.3.1.1	DEPRECIÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	11.035.289,37	0,00
3.3.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	11.035.289,37	0,00
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	42.264.827,18	138.604,29
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	42.264.827,18	138.604,29
3.4.2.3	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	42.264.827,18	138.604,29
3.4.2.3.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	42.264.827,18	138.604,29

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

18/02/2021 12:34:15

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
3.4.2.3.1.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	42.264.827,18	138.604,29
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	215.136.070,06	142.230.193,23
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	215.136.070,06	142.230.193,23
3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	202.755.943,16	138.617.757,56
3.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	202.755.943,16	138.617.757,56
3.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA	5.969.070,46	21.391.529,72
3.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	5.969.070,46	21.391.529,72
3.5.1.1.2.02	REPASSES CONCEDIDOS	131.138.887,92	71.894.422,98
3.5.1.1.2.02.01	REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	131.140.244,22	71.895.755,88
3.5.1.1.2.02.99	(-) DEVOLUÇÃO DE REPASSES CONCEDIDOS	-1.356,30	-1.332,90
3.5.1.1.2.02.99.01	(-) DEVOLUÇÃO DE REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-1.356,30	-1.332,90
3.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	65.647.984,78	45.331.804,86
3.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS PASSIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	65.590.893,44	45.328.551,74
3.5.1.1.2.99.99	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA	57.091,34	3.253,12
3.5.1.1.2.99.99.01	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL-GNIFP	1.356,30	1.332,90
3.5.1.1.2.99.99.02	RESTITUICAO COTA FINANC.RECEBIDA UNIDADE FINANC.CENTRAL-ELEMENTO/ITEM	752,32	1.920,22
3.5.1.1.2.99.99.03	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	54.982,72	0,00
3.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12.380.126,90	3.612.435,67
3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	12.380.126,90	3.612.435,67
3.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	12.380.126,90	3.612.435,67
3.6	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	17.530.345,19	27.960.591,42
3.6.1	REAVALIACAO, REDUCCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	16.504.200,39	27.913.197,45
3.6.1.1	REAVALIACAO DE IMOBILIZADO	16.504.200,39	27.913.197,45
3.6.1.1.1	REAVALIACAO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDACAO	16.504.200,39	27.913.197,45
3.6.1.1.1.01	REAVALIACAO BENS MOVEIS	16.504.200,39	27.913.197,45
3.6.5	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.026.144,80	94.787,94
3.6.5.0.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO	0,00	47.393,97
3.6.5.0.1.02	OUTRAS DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00	47.393,97
3.6.5.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.026.144,80	0,00
3.6.5.1.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO	1.026.144,80	0,00
3.6.5.1.1.02	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS-IMOBILIZADO	909.490,83	0,00
3.6.5.1.1.03	DESINCORPORACAO DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	116.653,97	0,00
3.7	TRIBUTÁRIAS	91.882,43	109.818,58
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	91.882,43	109.818,58
3.7.1.1	IMPOSTOS	63.177,23	91.538,33
3.7.1.1.1	IMPOSTOS - CONSOLIDAÇÃO	63.177,23	91.538,33
3.7.1.1.1.01	IMPOSTOS	63.177,23	91.538,33
3.7.1.2	TAXAS	28.705,20	18.280,25
3.7.1.2.1	TAXAS - CONSOLIDACAO	28.705,20	18.280,25
3.7.1.2.1.01	TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	28.705,20	18.280,25
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	68.048.954,12	70.634.285,51
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	68.048.954,12	70.634.285,51
3.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	499,85	104,13
3.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDACAO	499,85	104,13
3.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	499,85	104,13
3.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	726.834,72	761.821,54
3.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS- CONSOLIDACAO	726.834,72	761.821,54
3.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	726.834,72	761.821,54
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	67.321.619,55	69.872.359,84
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	67.321.619,55	69.872.359,84
3.9.9.9.1.06	BAIXA DE BENS E DIREITOS	0,00	28.911,43
3.9.9.9.1.09	BENS MOVEIS DESINCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	12.799.238,83	13.349.767,10



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

18/02/2021 12:34:15

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019
3.9.9.9.1.88	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	54.522.380,72	56.493.681,31
3.9.9.9.1.88.03	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	54.522.380,72	56.493.681,31
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.314.985.710,98	1.256.342.236,25
RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERÁVIT VERIFICADO		18.113.420,27	0,00
TOTAL GERAL		1.333.099.131,25	1.256.342.236,25

HUDSON FERREIRA BOTELHO

Gerente da Divisão de Contabilidade Setorial

Contador CRC/MG 055228/O - CPF: [REDACTED]

7.3 Notas Explicativas

As Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC- TSP e são consideradas parte integrante das demonstrações. As Notas Explicativas compreendem a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações adicionais para melhor elucidação das demonstrações contábeis e dos resultados da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais-SEF/MG em 2020.

7.3.1 Contexto Operacional

A Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF/MG é pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 16.907.746/0001-13, tendo a sua sede administrativa situada à Rodovia Papa João Paulo II Nº 4001, 7º andar, Bairro Serra Verde em Belo Horizonte-MG. A base das operações orçamentárias e financeiras está apresentada na Lei Estadual nº Lei 23.579 de 2020.

7.3.2 Contexto Organizacional

A Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG, órgão do Governo do Estado de Minas Gerais, tem como finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas a política tributária e fiscal, a gestão dos recursos financeiros, a política e as diretrizes da gestão contábil do Estado e as atividades pertinentes à gestão da governança corporativa estadual, assim como responsabilizar-se pela implementação das políticas tributária e fiscal e pelo provimento, controle e administração dos recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos da Administração Pública. A SEF/MG tem sua estrutura organizacional e administrativa constituída de acordo com o Decreto Estadual 47.794, de 19/12/2019.

7.3.3 Base de Preparação

As atividades orçamentárias, financeiras e contábeis, bem como o conjunto das demonstrações contábeis da SEF-MG, são desenvolvidas e elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público vigentes, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, na Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Federal n.º 4.320/64, na Lei Orçamentária Anual n.º 23.579 de 2020, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (McasP, 2018), 8ª edição. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (Siafi/MG) e contemplam os dados contábeis da Unidade Orçamentária 1191 – Secretária de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

No desenvolvimento de suas atividades, a Divisão de Contabilidade Setorial - DSC segue as diretrizes, orientações e normatizações das seguintes Unidades Administrativas da SEF-MG:

Superintendência Central de Contadoria Geral – SCCG que tem como competência coordenar, definir, disciplinar, normatizar, exercer a supervisão e orientação técnica, e sistematizar os processos pertinentes à contabilidade governamental, acompanhar e promover a consolidação, a análise e a divulgação de informações contábeis legais, fiscais e gerenciais, bem como avaliar os resultados econômico-financeiros da Administração Pública Estadual;

Controladoria Setorial - CS, unidade de execução da Controladoria-Geral do Estado – CGE, à qual se subordina tecnicamente, tem como competência promover, no âmbito da SEF, as atividades relativas à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria, ao incremento da transparência, do acesso à informação e ao fortalecimento da integridade e da democracia participativa.

Principais normas básicas:

Decreto nº 35.304/93 – Dispõe sobre a implantação e utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais (Siafi/MG);

Decreto nº 37.924/96 (e alterações posteriores) – Dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de órgãos e entidades integrantes do poder executivo e dá outras providências;

Instrução Normativa 14/2011 – Disciplina a organização e a apresentação das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal, para fins de julgamento;

Portaria SCCG/STE/SEF nº 930/2016 – Determina procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual referentes ao acompanhamento contábil relacionado à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, atualiza o Relatório de Conformidade Contábil – RCC e dá outras providências;

Decreto nº 48.080/2020 - Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2020 para os órgãos e as entidades da Administração Pública;

Decisão Normativa TCE-MG nº 01/2021 - Dispõe sobre a forma, o conteúdo e o prazo de envio das Prestações de Contas Anuais de 2020, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado, e define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão os respectivos processos de contas anuais relativos ao exercício de 2020 constituídos, para fins de julgamento pelo Tribunal.

7.3.4 Principais Políticas Contábeis

Neste item apresentamos as principais práticas contábeis adotadas pelo Estado de Minas Gerais na elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

Decreto nº 48.080/2020 – Encerramento de Exercício

A fim de se estabelecerem as regras e procedimentos específicos para o encerramento do exercício financeiro de 2020 dos órgãos e as entidades da administração pública estadual, foi editado o Decreto nº 48.080, de 11/11/2020. Tal norma visa atribuir responsabilidades, fixar prazos, definir critérios e procedimentos para o encerramento das contas públicas de 2020.

Reavaliação de Bens Móveis

Diante do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Estado de Minas estabeleceu as diretrizes para reavaliação geral dos materiais permanentes dos órgãos e das entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo desde 2019. A reavaliação ocorre de forma automatizada pelo Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD-MG) com informações atualizadas tempestivamente e registradas de forma também automática na contabilidade por meio do SIAFI- MG.

A metodologia de reavaliação geral dos materiais permanentes adota a abordagem do custo de reposição depreciado dos bens, utilizando para tanto informações sobre o custo de reposição, o estado de conservação e a vida útil decorrida dos bens móveis.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária através das Classes 5 e 6. O Balanço Orçamentário é composto por:

Quadro Principal;

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados;

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de controle (natureza de informação de controle, MCASP, 2018).

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio durante o exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa que se classificam em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Caixa e Equivalentes de Caixa

De acordo com a NBC TSP 12 Demonstração dos Fluxos de Caixa, caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, e equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 10.541.629,67 em 31/12/2020 é proveniente de Receitas de Capital /Transferências de Instituições Privadas referente ao Protocolo de Intenções 016/2018 firmado entre EMG/SEF e empresas do setor sucroenergético e Receitas Patrimoniais referente a aplicação dos recursos recebidos. Em 31/12/2020 o saldo da conta Bancos Conta Movimento estava em conta bancária de aplicação financeira, sendo regularizado através de ajuste contábil em 2021.

Estoques

Os estoques são reconhecidos pelo custo de aquisição ou produção de acordo com a NBC TSP – SP 04 Estoques. O custo de aquisição também inclui os gastos incorridos diretamente atribuíveis à aquisição do bem.

Os itens recebidos a título gratuito, como doações e outras formas, são mensurados e reconhecidos aplicando o valor justo na data da transação. As saídas de estoques são mensuradas por meio do custo médio, considerando o custo histórico de aquisição ou produção.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e está demonstrado inicialmente pelo seu custo de aquisição ou construção em conformidade com a NBC TSP – SP 07 Ativo Imobilizado. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

7.4 Demonstrativos da Execução Contábil, Orçamentária, Financeira e Patrimonial (Alínea “j” do item III do Anexo III da Decisão Normativa 01/2021 do TCE-MG)

1) Balancete de Verificação Consolidado Anual

Balancete de Verificação							
Exercício			2020				
Mês			BALANCETE CONSOLIDADO ANUAL				
Unidade Orçamentária			1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA				
Conta	Descrição	Saldo Inicial	D/C	Débito Anual	Crédito Anual	Saldo Atual	D/C Tipo Saldo
1	ATIVO	121.157.538,84	D	1.195.779.864,98	1.175.331.815,69	141.605.586,13	D
1.1	ATIVO CIRCULANTE	32.453.738,66	D	1.125.907.957,80	1.082.881.455,48	75.480.240,98	D
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	323.756,53	D	953.215.432,73	942.934.241,03	10.604.948,23	D
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	323.756,53	D	953.215.432,73	942.934.241,03	10.604.948,23	D
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00		39.813.250,55	29.371.620,88	10.541.629,67	D
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00		26.383.447,89	17.851.967,95	8.431.480,13	D DEVEDOR
1.1.1.1.1.09	O.P. BANCÁRIAS/TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A COMPENSAR - DEMAIS RECURSOS - C. MOVIMENTO E C. INTERNAS	0,00		5.914.087,74	5.914.087,74	0,00	D DEVEDOR
1.1.1.1.1.10	RECURSOS BLOQUEADOS/INDISPONÍVEIS-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00		585.373,54	0,00	585.373,54	D DEVEDOR
1.1.1.1.2	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00		7.030.341,28	5.505.565,28	1.524.776,00	D DEVEDOR
1.1.1.1.2.01	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	323.756,53	D	913.302.182,16	913.562.620,15	63.318,56	D
1.1.1.1.2.01.01	RECURSOS DE MOVIMENTAÇÕES DA UNIDADE TESOUREIRA	323.756,53	D	2.465.111,59	2.725.549,56	63.318,56	D
1.1.1.1.2.01.02	RECURSOS DE CONTAS ARRECADADORAS	0,00		876.187,95	876.187,95	0,00	D DEVEDOR
1.1.1.1.2.02	CONTAS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA - CMI	323.756,53	D	1.588.923,64	1.849.361,61	63.318,56	D DEVEDOR
1.1.1.1.2.02.01	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA ESCRITURAL	0,00		910.837.070,59	910.837.070,59	0,00	
1.1.1.1.2.02.01.01	RECURSOS UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00		910.837.070,59	910.837.070,59	0,00	
1.1.1.1.2.02.01.01.01	COTA FINANCEIRA - RECURSOS TESOUREIRO ESTADUAL	0,00		910.837.070,59	910.837.070,59	0,00	
1.1.1.1.2.02.01.01.01.01	COTA FINANCEIRA A UTILIZAR	0,00		776.341.849,54	776.341.849,54	0,00	D DEVEDOR
1.1.1.1.2.02.01.01.02	O.P. BANCÁRIAS/TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A COMPENSAR - RECURSO DO TESOUREIRO	0,00		134.495.221,05	134.495.221,05	0,00	D DEVEDOR
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	31.236.275,94	D	171.327.718,34	138.284.635,19	64.279.359,09	D
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.022,30	D	96.688,81	101.691,21	0,00	
1.1.3.1.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	5.022,30	D	96.688,81	101.691,21	0,00	
1.1.3.1.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	5.022,30	D	96.688,81	101.691,21	0,00	
1.1.3.1.1.01.01	ADIANTAMENTOS DIÁRIOS ANTECIPADAS CONCEDIDOS A PESSOAL	4.521,75	D	14.587,39	19.109,14	0,00	D DEVEDOR
1.1.3.1.1.01.90	ADIANTAMENTOS DIÁRIOS DE VIAGEM A CONCEDER A PESSOAL	500,55	D	62.081,52	82.582,07	0,00	D DEVEDOR
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	136.740,78	D	3.176.292,58	3.176.292,58	136.740,78	D
1.1.3.4.1	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO - CONSOLIDAÇÃO	136.740,78	D	3.176.292,58	3.176.292,58	136.740,78	D
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	2.017,57	D	3.174.688,69	3.174.688,69	2.017,57	D DEVEDOR
1.1.3.4.1.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES	134.723,21	D	1.603,89	1.603,89	134.723,21	D DEVEDOR
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	31.094.512,86	D	168.054.756,85	135.006.651,40	64.142.618,31	D
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	31.094.512,86	D	168.054.756,85	135.006.651,40	64.142.618,31	D
1.1.3.8.2.01	CRÉDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	31.094.512,86	D	168.054.756,85	135.006.651,40	64.142.618,31	D DEVEDOR
1.1.5	ESTOQUES	893.706,19	D	1.364.806,73	1.662.579,26	595.933,66	D
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	893.706,19	D	1.364.246,73	1.662.579,26	595.373,66	D
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	893.706,19	D	1.364.246,73	1.662.579,26	595.373,66	D
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	893.706,19	D	811.845,39	1.110.177,92	595.373,66	D DEVEDOR
1.1.5.6.1.04	MATERIAL DE CONSUMO/MEDICAMENTOS/PRODUTOS LABORATORIAIS PENDENTE DE INCORPORAÇÃO - REG. PROVISÓRIO	0,00		552.401,34	552.401,34	0,00	D DEVEDOR
1.1.5.8	OUTROS ESTOQUES	0,00		560,00	0,00	560,00	D
1.1.5.8.1	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO	0,00		560,00	0,00	560,00	D
1.1.5.8.1.02	PRODUTOS E BENS PARA REVENDA E PREMIAÇÃO	0,00		560,00	0,00	560,00	D DEVEDOR
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	88.703.798,18	D	69.871.907,18	92.450.360,21	66.125.345,15	D
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.069.214,09	D	1.069.214,09	1.069.214,09	1.069.214,09	D
1.2.1.2	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	1.069.214,09	D	1.069.214,09	1.069.214,09	1.069.214,09	D
1.2.1.2.1	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.069.214,09	D	1.069.214,09	1.069.214,09	1.069.214,09	D
1.2.1.2.1.06	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.069.214,09	D	1.069.214,09	1.069.214,09	1.069.214,09	D
1.2.1.2.1.06.03	DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAL	1.069.214,09	D	1.069.214,09	1.069.214,09	1.069.214,09	D DEVEDOR
1.2.3	IMOBILIZADO	77.610.509,63	D	68.202.376,76	91.381.146,12	54.431.740,27	D
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	77.242.409,63	D	66.757.784,34	80.345.856,75	63.654.337,22	D
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	77.242.409,63	D	66.757.784,34	80.345.856,75	63.654.337,22	D
1.2.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	76.356.482,26	D	24.806.447,39	37.676.683,87	63.586.255,78	D DEVEDOR
1.2.3.1.1.03	MATERIAL PERMANENTE PENDENTE DE INCORPORAÇÃO - RECEBIMENTO PROVISÓRIO	0,00		7.075.860,00	7.075.860,00	0,00	D DEVEDOR
1.2.3.1.1.04	BENS MÓVEIS A TRANSFERIR	885.917,37	D	13.812.003,09	14.629.839,02	68.081,44	D DEVEDOR
1.2.3.1.1.88	BENS MÓVEIS A INCORPORAR	0,00		10.515.777,65	10.447.696,21	68.081,44	D
1.2.3.1.1.88.01	BENS MÓVEIS A INCORPORAR	0,00		10.515.777,65	10.447.696,21	68.081,44	D DEVEDOR
1.2.3.1.1.99	(-)BENS MÓVEIS A INCORPORAR POR TRANSFERÊNCIA	0,00		10.447.696,21	10.515.777,65	-68.081,44	C
1.2.3.1.1.99.02	(-)BENS MÓVEIS A INCORPORAR/TRANSFERÊNCIA	0,00		10.447.696,21	10.515.777,65	-68.081,44	C CREDOR
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	368.100,00	D	0,00	0,00	368.100,00	D
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	368.100,00	D	0,00	0,00	368.100,00	D
1.2.3.2.1.06	INSTALAÇÕES PENDENTES DE INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL - IMÓVEIS	368.100,00	D	0,00	0,00	368.100,00	D DEVEDOR
1.2.3.8	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	0,00		1.444.592,42	11.035.289,37	-9.590.696,95	C
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		1.444.592,42	11.035.289,37	-9.590.696,95	C
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	0,00		1.444.592,42	11.035.289,37	-9.590.696,95	C CREDOR
1.2.4	INTANGÍVEL	10.024.074,46	D	600.316,33	0,00	10.624.390,79	D
1.2.4.1	SOFTWARES	10.024.074,46	D	600.316,33	0,00	10.624.390,79	D
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	10.024.074,46	D	600.316,33	0,00	10.624.390,79	D

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

1.2.4.1.1.01	SOFTWARES	10.024.074,46	D	600.316,33	0,00	10.624.390,79	D	DEVEDOR
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	-121.157.536,84	C	13.568.274.505,01	13.568.609.134,03	-123.492.165,86	C	
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-5.627.918,60	C	260.562.933,16	261.431.032,68	-6.496.018,12	C	
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00		1.361.896,24	1.373.449,12	-11.553,88	C	
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	0,00		1.361.896,24	1.373.449,12	-11.553,88	C	
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00		1.361.896,24	1.373.449,12	-11.553,88	C	
2.1.1.1.1.01	SALÁRIOS A PAGAR	0,00		1.361.896,24	1.373.449,12	-11.553,88	C	
2.1.1.1.1.01.01	PESSOAL - ATIVO	0,00		1.361.896,24	1.373.449,12	-11.553,88	C	CREDOR
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-5.206.359,50	C	143.551.673,42	144.233.353,60	-5.888.039,68	C	
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-5.206.359,50	C	143.551.673,42	144.233.353,60	-5.888.039,68	C	
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-5.206.359,50	C	143.551.673,42	144.233.353,60	-5.888.039,68	C	
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	-5.206.359,50	C	143.551.673,42	144.233.353,60	-5.888.039,68	C	CREDOR
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-421.559,10	C	115.849.364,50	115.824.229,96	-595.424,56	C	
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS	-410.605,10	C	108.120.794,35	108.306.613,81	-595.424,56	C	
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-410.605,10	C	108.120.794,35	108.306.613,81	-595.424,56	C	
2.1.8.8.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	0,00		1.358.355,56	1.358.355,56	0,00		CREDOR
2.1.8.8.1.02	PENSOES ALIMENTÍCIAS	0,00		72,74	72,74	0,00		CREDOR
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUIÇÕES/RETENÇÕES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDENCIA	-117.617,77	C	1.270.957,51	1.301.982,88	-148.697,14	C	CREDOR
2.1.8.8.1.08	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	-30.082,33	C	627,90	109.845,39	-139.299,82	C	CREDOR
2.1.8.8.1.09	PAGAMENTOS NÃO PROCURADOS	0,00		1.545,70	1.545,70	0,00		CREDOR
2.1.8.8.1.68	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	-262.851,00	C	105.489.234,94	105.534.811,54	-308.427,60	C	CREDOR
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-10.954,00	C	7.528.570,15	7.517.616,15	0,00		
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-10.954,00	C	7.528.570,15	7.517.616,15	0,00		
2.1.8.9.1.01	INVESTIMENTOS	-10.954,00	C	7.528.570,15	7.517.616,15	0,00		CREDOR
2.3	PATRIMÔNIO LIQUIDO	-115.529.618,24	C	13.305.711.571,85	13.307.178.101,35	-116.896.147,74	C	
2.3.6	DEMAIS RESERVAS	-16.265.136,98	C	2.278.547,78	3.745.077,28	-17.731.666,48	C	
2.3.6.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-16.265.136,98	C	2.278.547,78	3.745.077,28	-17.731.666,48	C	
2.3.6.1.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	-16.265.136,98	C	2.278.547,78	3.745.077,28	-17.731.666,48	C	
2.3.6.1.1.01	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-16.265.136,98	C	2.278.547,78	3.745.077,28	-17.731.666,48	C	CREDOR
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-99.264.481,26	C	13.303.433.024,07	13.303.433.024,07	-99.264.481,26	C	
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-99.264.481,26	C	13.303.433.024,07	13.303.433.024,07	-99.264.481,26	C	
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	7.260.297.887,00	D	6.649.479.085,23	6.649.479.085,23	7.260.297.887,00	D	
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.260.297.887,00	D	6.649.479.085,23	6.649.479.085,23	7.260.297.887,00	D	VARIÁVEL
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	-7.359.563.184,26	C	6.653.953.938,84	6.653.953.938,84	-7.359.563.184,26	C	
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-7.359.563.184,26	C	6.653.953.938,84	6.653.953.938,84	-7.359.563.184,26	C	VARIÁVEL
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	816,00	D	0,00	0,00	816,00	D	
2.3.7.1.3.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	816,00	D	0,00	0,00	816,00	D	VARIÁVEL
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00		1.512.100.718,78	197.115.007,80	1.314.985.710,98	D	
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	0,00		871.860.313,34	401.307,08	871.459.006,26	D	
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00		767.181.487,54	384.304,08	766.797.183,46	D	
3.1.1.9	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	0,00		767.181.487,54	384.304,08	766.797.183,46	D	
3.1.1.9.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	0,00		767.181.487,54	384.304,08	766.797.183,46	D	
3.1.1.9.1.01	PESSOAL ATIVO	0,00		767.181.487,54	384.304,08	766.797.183,46	D	DEVEDOR
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	0,00		98.448.369,97	3,00	98.448.366,97	D	
3.1.2.5	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	0,00		5.358,55	0,00	5.358,55	D	
3.1.2.5.1	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA - CONSOLIDAÇÃO	0,00		5.358,55	0,00	5.358,55	D	
3.1.2.5.1.01	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	0,00		5.358,55	0,00	5.358,55	D	DEVEDOR
3.1.2.9	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	0,00		98.443.011,42	3,00	98.443.008,42	D	
3.1.2.9.1	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		1.226.594,61	3,00	1.226.591,61	D	
3.1.2.9.1.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	0,00		1.226.594,61	3,00	1.226.591,61	D	DEVEDOR
3.1.2.9.2	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS	0,00		97.216.416,81	0,00	97.216.416,81	D	
3.1.2.9.2.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	0,00		97.216.416,81	0,00	97.216.416,81	D	DEVEDOR
3.1.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00		6.230.455,83	17.000,00	6.213.455,83	D	
3.1.9.2	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES	0,00		1.306.168,18	17.000,00	1.289.168,18	D	
3.1.9.2.1	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES - CONSOLIDAÇÃO	0,00		1.306.168,18	17.000,00	1.289.168,18	D	
3.1.9.2.1.01	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS	0,00		1.306.168,18	17.000,00	1.289.168,18	D	DEVEDOR
3.1.9.9	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00		4.924.287,65	0,00	4.924.287,65	D	
3.1.9.9.1	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		4.924.287,65	0,00	4.924.287,65	D	
3.1.9.9.1.01	OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0,00		4.924.287,65	0,00	4.924.287,65	D	DEVEDOR
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00		2,40	0,00	2,40	D	
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00		2,40	0,00	2,40	D	
3.2.9.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00		2,40	0,00	2,40	D	
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		2,40	0,00	2,40	D	
3.2.9.9.1.01	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00		2,40	0,00	2,40	D	DEVEDOR
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00		104.503.641,62	4.049.018,26	100.454.623,34	D	
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00		1.090.633,48	24.144,72	1.066.488,76	D	
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	0,00		1.090.633,48	24.144,72	1.066.488,76	D	
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00		1.090.633,48	24.144,72	1.066.488,76	D	
3.3.1.1.1.01	CONSUMO DE MATERIAL/MEDICAMENTOS	0,00		1.090.633,48	24.144,72	1.066.488,76	D	DEVEDOR
3.3.2	SERVIÇOS	0,00		92.377.718,77	4.024.873,56	88.352.845,21	D	
3.3.2.1	DIÁRIAS	0,00		76.756,51	1.068,85	75.687,66	D	

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	76.756,51	1.058,85	75.697,66	D	
3.3.2.1.01	DIÁRIAS DE VIAGEM-PESSOAL CIVIL/MILITAR	0,00	76.756,51	1.058,85	75.697,66	D	DEVEDOR
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00	1.349.738,10	9.895,25	1.339.842,85	D	
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.349.738,10	9.895,25	1.339.842,85	D	
3.3.2.2.1.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00	1.349.738,10	9.895,25	1.339.842,85	D	DEVEDOR
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	90.951.224,16	4.013.919,46	86.937.304,70	D	
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00	90.948.548,16	4.013.919,46	86.934.628,70	D	
3.3.2.3.1.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	90.948.548,16	4.013.919,46	86.934.628,70	D	DEVEDOR
3.3.2.3.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	0,00	2.676,00	0,00	2.676,00	D	
3.3.2.3.2.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	2.676,00	0,00	2.676,00	D	DEVEDOR
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00	11.035.289,37	0,00	11.035.289,37	D	
3.3.3.1	DEPRECIAÇÃO	0,00	11.035.289,37	0,00	11.035.289,37	D	
3.3.3.1.1	DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	11.035.289,37	0,00	11.035.289,37	D	
3.3.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	0,00	11.035.289,37	0,00	11.035.289,37	D	DEVEDOR
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	44.208.387,64	1.943.560,46	42.264.827,18	D	
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	44.208.387,64	1.943.560,46	42.264.827,18	D	
3.4.2.3	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	44.208.387,64	1.943.560,46	42.264.827,18	D	
3.4.2.3.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	44.208.387,64	1.943.560,46	42.264.827,18	D	
3.4.2.3.1.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	44.208.387,64	1.943.560,46	42.264.827,18	D	DEVEDOR
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	405.840.477,02	190.704.406,96	215.136.070,06	D	
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	405.840.477,02	190.704.406,96	215.136.070,06	D	
3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	393.459.819,28	190.703.876,12	202.755.943,16	D	
3.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	393.459.819,28	190.703.876,12	202.755.943,16	D	
3.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA	0,00	5.969.070,46	0,00	5.969.070,46	D	
3.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	0,00	5.969.070,46	0,00	5.969.070,46	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.02	REPASSES CONCEDIDOS	0,00	242.431.254,01	111.292.366,09	131.138.887,92	D	
3.5.1.1.2.02.01	REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	0,00	242.431.254,01	111.291.009,79	131.140.244,22	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.02.99	(-) DEVOLUÇÃO DE REPASSES CONCEDIDOS	0,00	0,00	1.356,30	-1.356,30	C	
3.5.1.1.2.02.99.01	(-) DEVOLUÇÃO DE REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	0,00	0,00	1.356,30	-1.356,30	C	CREDOR
3.5.1.1.2.88	ARRECADAÇÕES A CORRESPONDER	0,00	189.857,04	189.857,04	0,00	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.88.01	ARRECADAÇÕES A CORRESPONDER	0,00	189.857,04	189.857,04	0,00	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	0,00	144.869.637,77	79.221.652,99	65.647.984,78	D	
3.5.1.1.2.99.02	OPERACÕES FINANCEIRAS PASSIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	0,00	144.812.546,43	79.221.652,99	65.590.893,44	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.99.99	RESTITUIÇÃO COTA FINANCEIRA RECEBIDA	0,00	57.091,34	0,00	57.091,34	D	
3.5.1.1.2.99.99.01	RESTITUIÇÃO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL-GMFP	0,00	1.356,30	0,00	1.356,30	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.99.99.02	RESTITUIÇÃO COTA FINANC.RECEBIDA UNIDADE FINANC.CENTRAL-ELEMENTOITEM	0,00	752,32	0,00	752,32	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.99.99.03	RESTITUIÇÃO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	0,00	54.982,72	0,00	54.982,72	D	DEVEDOR
3.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	12.380.657,74	530,84	12.380.126,90	D	
3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	12.380.657,74	530,84	12.380.126,90	D	
3.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00	12.380.657,74	530,84	12.380.126,90	D	DEVEDOR
3.6	DEVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	17.530.345,19	0,00	17.530.345,19	D	
3.6.1	REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	16.504.200,39	0,00	16.504.200,39	D	
3.6.1.1	REAVLIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	16.504.200,39	0,00	16.504.200,39	D	
3.6.1.1.1	REAVLIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	16.504.200,39	0,00	16.504.200,39	D	
3.6.1.1.1.01	REAVLIAÇÃO BENS MÓVEIS	0,00	16.504.200,39	0,00	16.504.200,39	D	DEVEDOR
3.6.5	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	1.026.144,80	0,00	1.026.144,80	D	
3.6.5.1	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	1.026.144,80	0,00	1.026.144,80	D	
3.6.5.1.1	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	1.026.144,80	0,00	1.026.144,80	D	
3.6.5.1.1.02	OUTRAS DESINCORPORACÕES DE ATIVOS-IMOBILIZADO	0,00	909.490,83	0,00	909.490,83	D	DEVEDOR
3.6.5.1.1.03	DESINCORPORAÇÃO DE IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS	0,00	116.653,97	0,00	116.653,97	D	DEVEDOR
3.7	TRIBUTÁRIAS	0,00	99.556,96	7.674,53	91.882,43	D	
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	99.556,96	7.674,53	91.882,43	D	
3.7.1.1	IMPOSTOS	0,00	65.406,49	2.229,26	63.177,23	D	
3.7.1.1.1	IMPOSTOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	65.406,49	2.229,26	63.177,23	D	
3.7.1.1.1.01	IMPOSTOS	0,00	65.406,49	2.229,26	63.177,23	D	DEVEDOR
3.7.1.2	TAXAS	0,00	34.150,47	5.445,27	28.705,20	D	
3.7.1.2.1	TAXAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	34.150,47	5.445,27	28.705,20	D	
3.7.1.2.1.01	TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	34.150,47	5.445,27	28.705,20	D	DEVEDOR
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	68.057.994,61	9.040,49	68.048.954,12	D	
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	68.057.994,61	9.040,49	68.048.954,12	D	
3.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	499,85	0,00	499,85	D	
3.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	499,85	0,00	499,85	D	
3.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	499,85	0,00	499,85	D	DEVEDOR
3.9.9.6	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	735.875,21	9.040,49	726.834,72	D	
3.9.9.6.1	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS- CONSOLIDAÇÃO	0,00	735.875,21	9.040,49	726.834,72	D	
3.9.9.6.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	735.875,21	9.040,49	726.834,72	D	DEVEDOR
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	67.321.619,55	0,00	67.321.619,55	D	
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	67.321.619,55	0,00	67.321.619,55	D	
3.9.9.9.1.09	BENS MÓVEIS DESINCORPORADOS POR TRANSFERÊNCIA	0,00	12.799.238,83	0,00	12.799.238,83	D	DEVEDOR
3.9.9.9.1.88	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	0,00	54.522.380,72	0,00	54.522.380,72	D	
3.9.9.9.1.88.03	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	0,00	54.522.380,72	0,00	54.522.380,72	D	DEVEDOR

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	402.863.715,26	1.736.962.846,51	-1.333.098.131,25	C	
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	83.698,01	-83.698,01	C	
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	83.698,01	-83.698,01	C	
4.4.5.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	83.698,01	-83.698,01	C	
4.4.5.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00	83.698,01	-83.698,01	C	
4.4.5.1.1.01	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	83.698,01	-83.698,01	C	
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	83.698,01	-83.698,01	C CREDOR	
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	402.562.896,39	1.723.752.119,72	-1.321.189.224,33	C	
4.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	402.547.144,34	1.708.076.337,01	-1.305.529.192,67	C	
4.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	402.243.747,83	1.703.722.886,95	-1.301.479.139,12	C	
4.5.1.1.2.01	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	402.243.747,83	1.703.722.886,95	-1.301.479.139,12	C	
4.5.1.1.2.01.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	0,00	212.032.594,42	332.011.419,84	-119.978.825,42	C	
4.5.1.1.2.01.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00	212.032.594,42	325.563.912,08	-113.531.317,66	C CREDOR	
4.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	0,00	0,00	5.969.070,46	-5.969.070,46	C CREDOR	
4.5.1.1.2.01.03	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO	0,00	0,00	478.437,30	-478.437,30	C CREDOR	
4.5.1.1.2.02	REPASSES RECEBIDOS	0,00	111.282.366,09	242.431.254,01	-131.138.887,82	C	
4.5.1.1.2.02.01	REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	0,00	111.291.009,79	242.431.254,01	-131.140.244,22	C CREDOR	
4.5.1.1.2.02.99	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS	0,00	1.356,30	0,00	1.356,30	D	
4.5.1.1.2.02.99.01	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	0,00	1.356,30	0,00	1.356,30	D DEVEDOR	
4.5.1.1.2.04	CRÉDITOS FINANCEIRO RECEBIDO	0,00	0,00	63.235.216,23	-63.235.216,23	C	
4.5.1.1.2.04.01	CRÉDITO FINANCEIRO A RECEBER UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00	0,00	63.235.216,23	-63.235.216,23	C CREDOR	
4.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	0,00	78.918.787,32	1.066.044.996,67	-987.126.209,55	C	
4.5.1.1.2.99.02	OPERAÇÕES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	0,00	78.918.787,32	1.065.990.014,15	-987.071.226,83	C CREDOR	
4.5.1.1.2.99.99	CANCELAMENTO DE COTA FINANCEIRA	0,00	0,00	54.982,72	-54.982,72	C	
4.5.1.1.2.99.99.03	CANCELAMENTO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	0,00	0,00	54.982,72	-54.982,72	C CREDOR	
4.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	303.396,51	4.353.450,06	-4.050.053,55	C	
4.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	303.396,51	4.353.450,06	-4.050.053,55	C	
4.5.1.2.2.01	CRÉDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00	303.396,51	4.353.450,06	-4.050.053,55	C CREDOR	
4.5.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	15.751,05	15.675.782,71	-15.660.031,66	C	
4.5.3.2	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	0,00	15.751,05	15.675.782,71	-15.660.031,66	C	
4.5.3.2.1	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	15.751,05	15.675.782,71	-15.660.031,66	C	
4.5.3.2.1.01	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	0,00	15.751,05	15.675.782,71	-15.660.031,66	C CREDOR	
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00	336.850,92	-336.850,92	C	
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	336.850,92	-336.850,92	C	
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	336.850,92	-336.850,92	C	
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00	336.850,92	-336.850,92	C	
4.6.3.9.1.01	INCORPORAÇÃO DE ESTOQUES	0,00	0,00	305.605,78	-305.605,78	C CREDOR	
4.6.3.9.1.03	INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	31.245,14	-31.245,14	C CREDOR	
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	300.819,87	11.790.177,86	-11.489.357,99	C	
4.9.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	300.819,87	300.819,87	0,00		
4.9.1.0	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	495,65	495,65	0,00		
4.9.1.0.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	495,65	495,65	0,00		
4.9.1.0.1.01	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	495,65	495,65	0,00	CREDOR	
4.9.1.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	300.324,22	300.324,22	0,00		
4.9.1.1.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	300.324,22	300.324,22	0,00		
4.9.1.1.1.01	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	300.324,22	300.324,22	0,00	CREDOR	
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00	11.489.357,99	-11.489.357,99	C	
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	0,00	11.489.357,99	-11.489.357,99	C	
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00	11.489.357,99	-11.489.357,99	C	
4.9.9.9.1.09	REVERSAO DE DEPRECIACAO/AMORTIZACAO/EXAUSTAO E REAVALIACAO DE BENS	0,00	0,00	1.256.320,29	-1.256.320,29	C CREDOR	
4.9.9.9.1.11	BENS MOVEIS INCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	0,00	0,00	10.218.129,10	-10.218.129,10	C CREDOR	
4.9.9.9.1.77	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - BALANÇO FINANCEIRO	0,00	0,00	4.908,60	-4.908,60	C	
4.9.9.9.1.77.01	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FATOS DIVERSOS BALANÇO FINANCEIRO	0,00	0,00	4.908,60	-4.908,60	C	
4.9.9.9.1.77.01.02	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA CONSIGNAÇÕES E RETENÇÕES B.F	0,00	0,00	3.109,12	-3.109,12	C CREDOR	
4.9.9.9.1.77.01.03	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA DEPÓSITO DIVERSAS ORIGENS B.F	0,00	0,00	1.039,71	-1.039,71	C CREDOR	
4.9.9.9.1.77.01.04	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA OBRIG LIQ PAGAR EXERC ANTERIOR RPP B.F.	0,00	0,00	759,77	-759,77	C CREDOR	
Total Patrimonial		0,00	16.677.018.804,03	16.677.018.804,03	0,00		
5	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	30.570.270,37	D	3.077.705.094,07	703.739.408,56	2.404.635.965,88	D
5.2	ORÇAMENTO APROVADO	0,00		3.012.607.403,29	703.101.166,89	2.309.506.236,40	D
5.2.2	FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00		3.012.607.403,29	703.101.166,89	2.309.506.236,40	D
5.2.2.1	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00		1.890.512.985,27	695.487.580,44	1.195.025.404,83	D
5.2.2.1.1	DOTAÇÃO INICIAL	0,00		1.225.570.104,00	0,00	1.225.570.104,00	D DEVEDOR
5.2.2.1.2	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	0,00		664.942.881,27	997.696,00	663.945.185,27	D
5.2.2.1.2.01	CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	0,00		664.942.881,27	997.696,00	663.945.185,27	D
5.2.2.1.2.01.01	CRÉDITOS SUPLEMENTARES DO ORÇAMENTO DA DESPESA	0,00		403.740.782,80	997.696,00	402.743.086,80	D DEVEDOR
5.2.2.1.2.01.02	SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR REMANEJAMENTO	0,00		261.202.098,47	0,00	261.202.098,47	D DEVEDOR
5.2.2.1.9	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	0,00		0,00	694.489.884,44	-694.489.884,44	C
5.2.2.1.9.01	(-) CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS ANULADOS	0,00		0,00	433.267.785,97	-433.267.785,97	C CREDOR
5.2.2.1.9.02	(-) ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA REMANEJAMENTO	0,00		0,00	261.202.098,47	-261.202.098,47	C CREDOR
5.2.2.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS	0,00		1.122.094.418,02	7.613.586,45	1.114.480.831,57	D

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

5.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	1.122.094.418,02	7.613.586,45	1.114.480.831,57	D	
5.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS DO ORÇAMENTO DA DESPESA	0,00	1.122.094.418,02	7.613.586,45	1.114.480.831,57	D DEVEDOR	
5.3	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	30.670.270,37	D	65.097.690,78	638.241,67	95.129.719,48	D
5.3.1	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	25.452.956,87	D	586.294,94	586.294,94	25.452.956,87	D
5.3.1.1	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	25.452.956,87	D	586.294,94	586.294,94	25.452.956,87	D DEVEDOR
5.3.2	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.217.313,50	D	51.946,73	51.946,73	5.217.313,50	D
5.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	5.217.313,50	D	51.946,73	51.946,73	5.217.313,50	D DEVEDOR
5.3.8	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	0,00	64.459.449,11	0,00	64.459.449,11	D	
5.3.8.1	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	0,00	58.559.855,55	0,00	58.559.855,55	D DEVEDOR	
5.3.8.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	0,00	5.899.593,56	0,00	5.899.593,56	D DEVEDOR	
6	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-30.670.270,37	C	5.141.102.776,87	7.515.068.462,38	-2.404.635.965,88	C
6.2	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	5.092.853.137,52	7.402.359.373,92	-2.309.506.236,40	C	
6.2.1	EXECUÇÃO DA RECEITA	0,00	15.775.231,77	15.775.231,77	0,00		
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR	0,00	15.759.480,72	15.751,05	15.743.729,67	D	
6.2.1.1.1	RECEITA A REALIZAR	0,00	15.759.480,72	15.751,05	15.743.729,67	D VARIÁVEL	
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA	0,00	15.751,05	15.759.480,72	-15.743.729,67	C	
6.2.1.2.1	RECEITA REALIZADA	0,00	15.751,05	15.759.480,72	-15.743.729,67	C CREDOR	
6.2.2	EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00	5.077.077.905,75	7.386.584.142,15	-2.309.506.236,40	C	
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	0,00	5.069.464.319,30	6.264.489.724,13	-1.195.025.404,83	C	
6.2.2.1.1	CRÉDITO DISPONÍVEL	0,00	3.400.392.465,84	3.487.431.060,05	-87.038.594,21	C CREDOR	
6.2.2.1.2	CRÉDITO INDISPONÍVEL	0,00	447.667.739,33	447.667.739,33	0,00	C CREDOR	
6.2.2.1.3	CRÉDITO UTILIZADO	0,00	1.221.384.114,13	2.329.370.924,75	-1.107.986.810,62	C	
6.2.2.1.3.01	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	1.076.074.345,12	1.134.041.893,85	-57.967.548,73	C CREDOR	
6.2.2.1.3.02	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO	0,00	7.623.041,14	7.623.041,14	0,00	C CREDOR	
6.2.2.1.3.03	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	130.860.487,42	136.754.758,15	-5.894.270,73	C CREDOR	
6.2.2.1.3.04	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	6.826.240,45	1.050.951.231,61	-1.044.124.991,16	C CREDOR	
6.2.2.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS CONCEDIDOS	0,00	7.613.586,45	1.122.094.418,02	-1.114.480.831,57	C	
6.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	7.613.586,45	1.122.094.418,02	-1.114.480.831,57	C	
6.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS CONCEDIDOS	0,00	7.613.586,45	1.122.094.418,02	-1.114.480.831,57	C CREDOR	
6.3	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	-30.670.270,37	C	48.249.639,35	112.709.088,46	-85.129.719,48	C
6.3.1	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-25.452.956,87	C	42.847.810,89	42.847.810,89	-25.452.956,87	C
6.3.1.1	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-25.452.956,87	C	27.152.881,98	2.292.231,93	-592.306,82	C CREDOR
6.3.1.2	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	0,00	5.220,20	5.220,20	0,00	C CREDOR	
6.3.1.3	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	15.183.244,98	15.183.272,28	-27,30	C CREDOR	
6.3.1.4	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	180.251,87	13.841.525,93	-13.661.274,06	C CREDOR	
6.3.1.9	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	0,00	326.211,86	11.525.560,55	-11.199.348,69	C CREDOR	
6.3.2	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-5.217.313,50	C	5.401.828,46	5.401.828,46	-5.217.313,50	C
6.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-5.217.313,50	C	5.332.896,58	120.878,61	-5.298,53	C CREDOR
6.3.2.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	0,00	68.931,88	5.280.190,08	-5.211.258,20	C CREDOR	
6.3.2.9	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	0,00	0,00	759,77	-759,77	C CREDOR	
6.3.8	INSCRIÇÃO RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	64.459.449,11	-64.459.449,11	C	
6.3.8.1	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	58.559.855,55	-58.559.855,55	C CREDOR	
6.3.8.3	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	0,00	0,00	5.899.593,56	-5.899.593,56	C CREDOR	
Total Orçamentário		0,00	8.218.807.870,94	8.218.807.870,94	0,00		
7	CONTROLES DEVEDORES	520.199.537,46	D	244.170.764,52	123.469.276,66	640.901.025,32	D
7.1	ATOS POTENCIAIS	520.199.537,46	D	244.085.045,27	123.467.883,32	640.816.699,41	D
7.1.1	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	36.226.367,30	D	20.603.240,34	32.211.462,91	24.618.144,73	D
7.1.1.1	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	35.948.941,31	D	20.590.537,43	32.173.972,17	24.365.506,57	D
7.1.1.1.1	GARANTIAS RECEBIDAS	35.948.941,31	D	20.590.537,43	32.173.972,17	24.365.506,57	D DEVEDOR
7.1.1.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	277.425,99	D	12.702,91	37.490,74	252.638,16	D
7.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	277.425,99	D	12.702,91	37.490,74	252.638,16	D DEVEDOR
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	483.973.170,16	D	223.481.804,93	91.256.420,41	616.198.554,68	D
7.1.2.3	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	483.973.170,16	D	223.481.804,93	91.256.420,41	616.198.554,68	D
7.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	6.752.539,28	D	29.075.217,01	7.513.539,22	28.314.217,07	D DEVEDOR
7.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVIÇO	456.056.956,10	D	172.651.360,05	70.645.755,08	558.062.561,07	D DEVEDOR
7.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	21.143.645,67	D	5.895.747,15	13.061.345,95	14.078.046,87	D DEVEDOR
7.1.2.3.4	CONTRATOS DE OBRAS	20.029,11	D	0,00	20.029,11	0,00	D DEVEDOR
7.1.2.3.6	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA	0,00	15.759.480,72	15.751,05	15.743.729,67	D	
7.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00	85.719,25	1.393,34	84.325,91	D	
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	0,00	85.719,25	1.393,34	84.325,91	D	
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00	85.719,25	1.393,34	84.325,91	D	
7.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00	85.719,25	1.393,34	84.325,91	D	
7.2.1.1.1.02	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - OUTROS RECURSOS	0,00	83.698,01	0,00	83.698,01	D DEVEDOR	
7.2.1.1.1.88	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - ENTRADAS COMPENSATORIAS	0,00	1.393,34	0,00	1.393,34	D DEVEDOR	
7.2.1.1.1.99	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO	0,00	627,90	1.393,34	-765,44	C DEVEDOR	
8	CONTROLES CREDITORES	-520.199.537,46	C	230.870.373,46	351.571.861,32	-640.901.025,32	C
8.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	-520.199.537,46	C	229.509.231,22	350.126.393,17	-640.816.699,41	C
8.1.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-36.226.367,30	C	32.211.462,91	20.603.240,34	-24.618.144,73	C

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

8.1.1.1	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	-35.948.941,31	C	32.173.972,17	20.590.537,43	-24.365.506,57	C
8.1.1.1.1	EXECUÇÃO DE GARANTIAS RECEBIDAS	-35.948.941,31	C	32.173.972,17	20.590.537,43	-24.365.506,57	C
8.1.1.1.1.01	FIANÇAS BANCÁRIAS RECEBIDAS	-1.452.429,37	C	0,00	0,00	-1.452.429,37	C
8.1.1.1.1.01.01	FIANÇAS BANCÁRIAS RECEBIDAS - A EXECUTAR	-1.452.429,37	C	0,00	0,00	-1.452.429,37	C
8.1.1.1.1.02	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS	-34.496.511,94	C	32.173.972,17	20.590.537,43	-22.913.077,20	C
8.1.1.1.1.02.01	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS - A EXECUTAR	-34.496.511,94	C	32.173.972,17	20.590.537,43	-22.913.077,20	C
8.1.1.9	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-277.425,99	C	37.490,74	12.702,91	-252.638,16	C
8.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-277.425,99	C	37.490,74	12.702,91	-252.638,16	C
8.1.1.9.1.06	DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO	-87.003,92	C	699,44	739,28	-87.043,76	C
8.1.1.9.1.06.01	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	0,00		0,00	728,55	-728,55	C
8.1.1.9.1.06.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	-87.003,92	C	699,44	12,73	-86.317,21	C
8.1.1.9.1.10	RESPONSÁVEIS POR BENS ENTREGUES PI/CESSÃO DE USO/CESSÃO ONEROSA E/OU COMODATO	-190.422,07	C	36.791,30	11.963,63	-165.594,40	C
8.1.2	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-483.973.170,16	C	197.297.768,31	329.523.152,83	-616.198.554,68	C
8.1.2.3	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-483.973.170,16	C	197.297.768,31	329.523.152,83	-616.198.554,68	C
8.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	-6.752.539,28	C	13.742.745,92	35.304.423,71	-28.314.217,07	C
8.1.2.3.1.01	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	-232.489,59	C	5.881.971,19	29.516.224,56	-23.866.742,96	C
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - EXECUTADOS	-6.520.049,69	C	7.860.774,73	5.788.199,15	-4.447.474,11	C
8.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVIÇO	-456.056.956,10	C	163.287.867,98	265.293.472,95	-558.062.561,07	C
8.1.2.3.2.01	CONTRATOS DE SERVIÇO - A EXECUTAR	-221.151.534,40	C	108.375.895,89	172.047.416,62	-284.823.055,13	C
8.1.2.3.2.02	CONTRATOS DE SERVIÇO - EXECUTADOS	-234.905.421,70	C	54.911.972,09	93.246.056,33	-273.239.505,94	C
8.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	-21.143.645,67	C	15.029.274,25	7.963.675,45	-14.078.046,87	C
8.1.2.3.3.01	CONTRATOS DE ALUGUEL - A EXECUTAR	-2.748.744,82	C	3.884.017,46	3.715.231,57	-2.577.958,93	C
8.1.2.3.3.02	CONTRATOS DE ALUGUEL - EXECUTADOS	-18.396.900,85	C	11.145.256,79	4.248.443,88	-11.500.087,94	C
8.1.2.3.4	CONTRATOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS	-20.029,11	C	20.029,11	0,00	0,00	
8.1.2.3.4.02	CONTRATOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS - EXECUTADOS	-20.029,11	C	20.029,11	0,00	0,00	CREDOR
8.1.2.3.6	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA	0,00		5.217.851,05	20.981.589,72	-15.743.729,67	C
8.1.2.3.6.01	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA - A EXECUTAR	0,00		5.217.851,05	15.759.480,72	-10.541.629,67	C
8.1.2.3.6.02	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA - EXECUTADOS	0,00		0,00	5.202.100,00	-5.202.100,00	C
8.2	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00		1.361.142,24	1.445.468,15	-84.325,91	C
8.2.1	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	0,00		1.361.142,24	1.445.468,15	-84.325,91	C
8.2.1.1	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DE RECURSOS	0,00		1.361.142,24	1.445.468,15	-84.325,91	C
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	0,00		2.786,68	85.719,25	-82.932,57	C
8.2.1.1.1.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	0,00		0,00	83.698,01	-83.698,01	C
8.2.1.1.1.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	0,00		0,00	83.698,01	-83.698,01	C
8.2.1.1.1.88	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	0,00		1.393,34	1.393,34	0,00	
8.2.1.1.1.88.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	0,00		1.393,34	1.393,34	0,00	CREDOR
8.2.1.1.1.99	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO	0,00		1.393,34	627,90	765,44	D
8.2.1.1.1.99.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	0,00		1.393,34	627,90	765,44	D
8.2.1.1.1.99.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	0,00		1.393,34	627,90	765,44	D
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	0,00		1.284.123,01	75.625,89	1.208.497,12	D
8.2.1.1.3.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00		1.284.123,01	74.232,55	1.209.890,46	D
8.2.1.1.3.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - TESOURO ESTADUAL	0,00		206.391,29	1.181,41	205.209,88	D
8.2.1.1.3.01.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIVO	0,00		206.391,29	1.181,41	205.209,88	D
8.2.1.1.3.01.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - OUTROS RECURSOS	0,00		1.077.731,72	73.051,14	1.004.680,58	D
8.2.1.1.3.01.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - OUTROS RECURSOS	0,00		1.077.731,72	73.051,14	1.004.680,58	D
8.2.1.1.3.88	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	0,00		0,00	1.393,34	-1.393,34	C
8.2.1.1.3.88.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	0,00		0,00	1.393,34	-1.393,34	C
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00		74.232,55	1.284.123,01	-1.209.890,46	C
8.2.1.1.4.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL	0,00		1.181,41	206.391,29	-205.209,88	C
8.2.1.1.4.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIVO	0,00		1.181,41	206.391,29	-205.209,88	C
8.2.1.1.4.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	0,00		73.051,14	1.077.731,72	-1.004.680,58	C
8.2.1.1.4.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	0,00		73.051,14	1.077.731,72	-1.004.680,58	C
Total Controle		0,00		475.041.137,98	475.041.137,98	0,00	
Total Geral		0,00		25.370.867.812,95	25.370.867.812,95	0,00	
Data	04/04/2021 19:55:01:677						

CERTIFICAMOS A EXATIDÃO DA MOVIMENTAÇÃO CONTÁBIL NESTE BALANÇETE

HUDSON FERREIRA BOTELHO

Gerente da Divisão de Contabilidade Setorial

Contador CRC/MG 055228/0 - CPF: [REDACTED]

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

2) Balancete Mensal Referente ao Mês de Dezembro

Balancete de Verificação						
Exercício	2020					
Mês	Dezembro					
Unidade Orçamentária	1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA					
Conta	Descrição	Saldo Anterior	D/C Débito mês	Crédito mês	Saldo Atual	D/C Tipo Saldo
1	ATIVO	87.395.914,07	D	126.288.435,67	72.078.763,61	141.605.596,13 D
1.1	ATIVO CIRCULANTE	20.341.985,78	D	121.217.038,48	66.078.783,28	75.480.240,98 D
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.872.123,01	D	53.461.753,40	55.728.928,18	10.604.948,23 D
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	12.872.123,01	D	53.461.753,40	55.728.928,18	10.604.948,23 D
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	2.738.899,89	D	12.590.443,14	4.787.713,36	10.541.629,67 D
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	239.134,74	D	10.735.318,93	2.642.973,54	8.431.480,13 D
1.1.1.1.1.07	O.P. BANCARIAS/TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A COMPENSAR - DEMAIS RECURSOS - CONTA MOVIMENTO E CONTAS INTERNAS	0,00		1.265.939,82	1.265.939,82	0,00 DEVEDOR
1.1.1.1.1.09	RECURSOS BLOQUEADOS/INDISPONÍVEIS-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00		585.373,54	0,00	585.373,54 D
1.1.1.1.1.10	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.499.765,15	D	3.810,85	978.800,00	1.524.776,00 D
1.1.1.1.2	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	10.133.223,12	D	40.871.310,26	50.941.214,82	63.318,56 D
1.1.1.1.2.01	RECURSOS DE MOVIMENTAÇÕES DA UNIDADE TESOUREARIA	436.437,48	D	967.921,44	1.341.040,36	63.318,56 D
1.1.1.1.2.01.01	RECURSOS DE CONTAS ARRECADADORAS	57.698,23	D	338.659,08	396.357,31	0,00 DEVEDOR
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA - CMI	378.739,25	D	629.262,36	944.683,05	63.318,56 D
1.1.1.1.2.02	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA ESCRITURAL	9.696.785,64	D	39.903.388,82	49.600.174,46	0,00
1.1.1.1.2.02.01	RECURSOS UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	9.696.785,64	D	39.903.388,82	49.600.174,46	0,00
1.1.1.1.2.02.01.01	COTA FINANCEIRA - RECURSOS TESOUREIRO ESTADUAL	9.696.785,64	D	39.903.388,82	49.600.174,46	0,00
1.1.1.1.2.02.01.01.01	COTA FINANCEIRA A UTILIZAR	9.696.785,64	D	30.728.446,88	40.425.232,52	0,00 DEVEDOR
1.1.1.1.2.02.01.01.02	O.P. BANCARIAS/TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A COMPENSAR - RECURSO DO TESOUREIRO	0,00		9.174.941,94	9.174.941,94	0,00 DEVEDOR
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	6.908.145,79	D	67.587.306,84	10.216.093,54	64.279.359,09 D
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.702,29	D	8.146,08	11.848,37	0,00
1.1.3.1.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	3.702,29	D	8.146,08	11.848,37	0,00
1.1.3.1.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	3.702,29	D	8.146,08	11.848,37	0,00
1.1.3.1.1.01.01	ADIANTAMENTOS/DIÁRIAS ANTECIPADAS CONCEDIDOS A PESSOAL	1.702,79	D	2.291,70	3.994,49	0,00 DEVEDOR
1.1.3.1.1.01.90	ADIANTAMENTOS/DIÁRIAS DE VIAGEM A CONCEDER A PESSOAL	1.999,50	D	5.854,38	7.853,88	0,00 DEVEDOR
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	136.740,78	D	2.074.726,76	2.074.726,76	136.740,78 D
1.1.3.4.1	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO - CONSOLIDAÇÃO	136.740,78	D	2.074.726,76	2.074.726,76	136.740,78 D
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	2.017,57	D	2.074.726,76	2.074.726,76	2.017,57 D
1.1.3.4.1.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES	134.723,21	D	0,00	0,00	134.723,21 D
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	6.767.702,72	D	65.504.434,00	8.129.518,41	64.142.618,31 D
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	6.767.702,72	D	65.504.434,00	8.129.518,41	64.142.618,31 D
1.1.3.8.2.01	CRÉDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	6.767.702,72	D	65.504.434,00	8.129.518,41	64.142.618,31 D
1.1.5	ESTOQUES	561.156,98	D	167.978,24	133.761,56	595.933,66 D
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	561.156,98	D	167.978,24	133.761,56	595.933,66 D
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	561.156,98	D	167.978,24	133.761,56	595.933,66 D
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	561.156,98	D	90.394,00	56.177,32	595.933,66 D
1.1.5.6.1.04	MATERIAL DE CONSUMO/MEDICAMENTOS/PRODUTOS LABORATORIAIS PENDENTE DE INCORPORAÇÃO - RECEBIMENTO PROVISÓRIO	0,00		77.584,24	77.584,24	0,00 DEVEDOR
1.1.5.8	OUTROS ESTOQUES	560,00	D	0,00	0,00	560,00 D
1.1.5.8.1	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO	560,00	D	0,00	0,00	560,00 D
1.1.5.8.1.02	PRODUTOS E BENS PARA REVENDA E PREMIAÇÃO	560,00	D	0,00	0,00	560,00 D
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	67.053.928,29	D	5.071.397,19	5.999.980,33	66.125.345,15 D
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.069.214,09	D	0,00	0,00	1.069.214,09 D
1.2.1.2	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	1.069.214,09	D	0,00	0,00	1.069.214,09 D
1.2.1.2.1	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.069.214,09	D	0,00	0,00	1.069.214,09 D
1.2.1.2.1.06	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.069.214,09	D	0,00	0,00	1.069.214,09 D
1.2.1.2.1.06.03	DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAL	1.069.214,09	D	0,00	0,00	1.069.214,09 D
1.2.3	IMOBILIZADO	55.360.323,41	D	5.071.397,19	5.999.980,33	54.431.740,27 D
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	63.697.520,27	D	5.064.975,46	5.108.158,51	63.654.337,22 D
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	63.697.520,27	D	5.064.975,46	5.108.158,51	63.654.337,22 D
1.2.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	63.541.352,73	D	1.310.437,74	1.265.534,69	63.586.255,78 D
1.2.3.1.1.04	BENS MÓVEIS A TRANSFERIR	156.167,54	D	1.222.150,54	1.310.236,64	68.081,44 D
1.2.3.1.1.88	BENS MÓVEIS A INCORPORAR	156.167,54	D	1.222.150,54	1.310.236,64	68.081,44 D
1.2.3.1.1.88.01	BENS MÓVEIS A INCORPORAR	156.167,54	D	1.222.150,54	1.310.236,64	68.081,44 D
1.2.3.1.1.99	(-)BENS MÓVEIS A INCORPORAR POR TRANSFERÊNCIA	-156.167,54	C	1.310.236,64	1.222.150,54	-68.081,44 C
1.2.3.1.1.99.02	(-)BENS MÓVEIS A INCORPORAR/TRANSFERÊNCIA	-156.167,54	C	1.310.236,64	1.222.150,54	-68.081,44 C
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	368.100,00	D	0,00	0,00	368.100,00 D
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	368.100,00	D	0,00	0,00	368.100,00 D
1.2.3.2.1.06	INSTALAÇÕES PENDENTES DE INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL - IMÓVEIS	368.100,00	D	0,00	0,00	368.100,00 D
1.2.3.8	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-8.705.296,86	C	6.421,73	891.821,82	-9.590.696,95 C
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-8.705.296,86	C	6.421,73	891.821,82	-9.590.696,95 C
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-8.705.296,86	C	6.421,73	891.821,82	-9.590.696,95 C
1.2.4	INTANGÍVEL	10.624.390,79	D	0,00	0,00	10.624.390,79 D
1.2.4.1	SOFTWARES	10.624.390,79	D	0,00	0,00	10.624.390,79 D

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	10.624.390,79	D	0,00	0,00	10.624.390,79	D	
1.2.4.1.1.01	SOFTWARES	10.624.390,79	D	0,00	0,00	10.624.390,79	D	DEVEDOR
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-121.575.725,10	C	14.309.352,12	16.225.792,88	-123.492.165,86	C	
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-4.579.577,36	C	14.262.686,48	16.179.127,24	-6.496.018,12	C	
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00		122.462,19	134.016,07	-11.553,88	C	
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	0,00		122.462,19	134.016,07	-11.553,88	C	
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00		122.462,19	134.016,07	-11.553,88	C	
2.1.1.1.1.01	SALÁRIOS A PAGAR	0,00		122.462,19	134.016,07	-11.553,88	C	
2.1.1.1.1.01.01	PESSOAL - ATIVO	0,00		122.462,19	134.016,07	-11.553,88	C	CREDOR
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-1.991.508,08	C	10.449.501,79	14.346.033,39	-5.888.039,68	C	
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-1.991.508,08	C	10.449.501,79	14.346.033,39	-5.888.039,68	C	
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-1.991.508,08	C	10.449.501,79	14.346.033,39	-5.888.039,68	C	
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	-1.991.508,08	C	10.449.501,79	14.346.033,39	-5.888.039,68	C	CREDOR
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-2.588.069,28	C	3.690.722,50	1.699.077,78	-596.424,56	C	
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS	-1.329.307,96	C	2.431.961,18	1.699.077,78	-596.424,56	C	
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-1.329.307,96	C	2.431.961,18	1.699.077,78	-596.424,56	C	
2.1.8.8.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	0,00		54.191,23	0,00	0,00	C	CREDOR
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUIÇÕES, RETENÇÕES, DESCONTOS INSTITUTOS, ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA	-121.182,47	C	163.550,51	191.065,18	-148.697,14	C	CREDOR
2.1.8.8.1.08	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	-30.082,33	C	0,00	109.217,49	-139.299,82	C	CREDOR
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	-1.178.043,16	C	2.214.219,44	1.344.603,88	-308.427,60	C	CREDOR
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-1.258.761,32	C	1.258.761,32	0,00	0,00		
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-1.258.761,32	C	1.258.761,32	0,00	0,00		
2.1.8.9.1.01	INVESTIMENTOS	-1.258.761,32	C	1.258.761,32	0,00	0,00		CREDOR
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-116.996.147,74	C	46.665,64	46.665,64	-116.996.147,74	C	
2.3.6	DEMAIS RESERVAS	-17.731.666,48	C	0,00	0,00	-17.731.666,48	C	
2.3.6.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-17.731.666,48	C	0,00	0,00	-17.731.666,48	C	
2.3.6.1.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	-17.731.666,48	C	0,00	0,00	-17.731.666,48	C	
2.3.6.1.1.01	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-17.731.666,48	C	0,00	0,00	-17.731.666,48	C	CREDOR
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-99.264.481,26	C	46.665,64	46.665,64	-99.264.481,26	C	
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-99.264.481,26	C	46.665,64	46.665,64	-99.264.481,26	C	
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	7.260.297.887,00	D	23.332,82	23.332,82	7.260.297.887,00	D	
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.260.297.887,00	D	23.332,82	23.332,82	7.260.297.887,00	D	VARIÁVEL
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	-7.359.563.184,26	C	23.332,82	23.332,82	-7.359.563.184,26	C	
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-7.359.563.184,26	C	23.332,82	23.332,82	-7.359.563.184,26	C	VARIÁVEL
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	816,00	D	0,00	0,00	816,00	D	
2.3.7.1.3.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	816,00	D	0,00	0,00	816,00	D	VARIÁVEL
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.152.435.194,45	D	171.527.129,09	8.976.612,56	1.314.985.710,98	D	
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	732.722.671,28	D	138.736.334,98	0,00	871.459.006,26	D	
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	648.356.713,09	D	118.440.470,37	0,00	766.797.183,46	D	
3.1.1.9	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	648.356.713,09	D	118.440.470,37	0,00	766.797.183,46	D	
3.1.1.9.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	648.356.713,09	D	118.440.470,37	0,00	766.797.183,46	D	
3.1.1.9.1.01	PESSOAL ATIVO	648.356.713,09	D	118.440.470,37	0,00	766.797.183,46	D	DEVEDOR
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	83.070.189,04	D	15.378.177,93	0,00	98.448.366,97	D	
3.1.2.5	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	4.479,17	D	879,38	0,00	5.358,55	D	
3.1.2.5.1	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO	4.479,17	D	879,38	0,00	5.358,55	D	
3.1.2.5.1.01	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	4.479,17	D	879,38	0,00	5.358,55	D	DEVEDOR
3.1.2.9	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	83.065.709,87	D	15.377.298,55	0,00	98.443.008,42	D	
3.1.2.9.1	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO	1.040.066,81	D	186.524,80	0,00	1.226.591,61	D	
3.1.2.9.1.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	1.040.066,81	D	186.524,80	0,00	1.226.591,61	D	DEVEDOR
3.1.2.9.2	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS	82.025.643,06	D	15.190.773,75	0,00	97.216.416,81	D	
3.1.2.9.2.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	82.025.643,06	D	15.190.773,75	0,00	97.216.416,81	D	DEVEDOR
3.1.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	1.295.769,15	D	4.917.686,68	0,00	6.213.455,83	D	
3.1.9.2	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTES	1.155.152,11	D	134.016,07	0,00	1.289.168,18	D	
3.1.9.2.1	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTES - CONSOLIDAÇÃO	1.155.152,11	D	134.016,07	0,00	1.289.168,18	D	
3.1.9.2.1.01	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS	1.155.152,11	D	134.016,07	0,00	1.289.168,18	D	DEVEDOR
3.1.9.9	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	140.617,04	D	4.783.670,61	0,00	4.924.287,65	D	
3.1.9.9.1	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDAÇÃO	140.617,04	D	4.783.670,61	0,00	4.924.287,65	D	
3.1.9.9.1.01	OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	140.617,04	D	4.783.670,61	0,00	4.924.287,65	D	DEVEDOR
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,16	D	0,24	0,00	2,40	D	
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,16	D	0,24	0,00	2,40	D	
3.2.9.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,16	D	0,24	0,00	2,40	D	
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	2,16	D	0,24	0,00	2,40	D	
3.2.9.9.1.01	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,16	D	0,24	0,00	2,40	D	DEVEDOR
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	89.016.689,71	D	12.315.664,68	877.711,05	100.454.623,34	D	
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.009.497,44	D	56.991,32	0,00	1.066.488,76	D	
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	1.009.497,44	D	56.991,32	0,00	1.066.488,76	D	
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	1.009.497,44	D	56.991,32	0,00	1.066.488,76	D	
3.3.1.1.1.01	CONSUMO DE MATERIAL/MEDICAMENTOS	1.009.497,44	D	56.991,32	0,00	1.066.488,76	D	DEVEDOR
3.3.2	SERVIÇOS	77.863.704,72	D	11.386.851,54	877.711,05	88.352.845,21	D	

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

3.3.2.1	DIÁRIAS	66.613,99	D	9.356,67	273,00	75.697,66	D
3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	66.613,99	D	9.356,67	273,00	75.697,66	D
3.3.2.1.1.01	DIÁRIAS DE VIAGEM-PESSOAL CIVIL/MILITAR	66.613,99	D	9.356,67	273,00	75.697,66	D
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	1.218.354,14	D	121.488,71	0,00	1.339.842,85	D
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	1.218.354,14	D	121.488,71	0,00	1.339.842,85	D
3.3.2.2.1.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	1.218.354,14	D	121.488,71	0,00	1.339.842,85	D
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	76.578.736,59	D	11.236.006,16	877.438,05	86.934.628,70	D
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	76.578.736,59	D	11.236.006,16	877.438,05	86.934.628,70	D
3.3.2.3.1.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	76.578.736,59	D	11.236.006,16	877.438,05	86.934.628,70	D
3.3.2.3.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	2.676,00	D	0,00	0,00	2.676,00	D
3.3.2.3.2.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	2.676,00	D	0,00	0,00	2.676,00	D
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	10.143.467,55	D	891.821,82	0,00	11.035.289,37	D
3.3.3.1	DEPRECIAÇÃO	10.143.467,55	D	891.821,82	0,00	11.035.289,37	D
3.3.3.1.1	DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	10.143.467,55	D	891.821,82	0,00	11.035.289,37	D
3.3.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	10.143.467,55	D	891.821,82	0,00	11.035.289,37	D
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	40.072.338,77	D	2.192.605,11	116,70	42.264.827,18	D
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	40.072.338,77	D	2.192.605,11	116,70	42.264.827,18	D
3.4.2.3	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	40.072.338,77	D	2.192.605,11	116,70	42.264.827,18	D
3.4.2.3.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	40.072.338,77	D	2.192.605,11	116,70	42.264.827,18	D
3.4.2.3.1.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	40.072.338,77	D	2.192.605,11	116,70	42.264.827,18	D
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	206.502.666,03	D	16.732.188,84	8.098.784,81	215.136.070,06	D
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	206.502.666,03	D	16.732.188,84	8.098.784,81	215.136.070,06	D
3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	199.577.542,41	D	11.277.185,56	8.098.784,81	202.755.943,16	D
3.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	199.577.542,41	D	11.277.185,56	8.098.784,81	202.755.943,16	D
3.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA	4.703.130,64	D	1.265.939,82	0,00	5.969.070,46	D
3.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	4.703.130,64	D	1.265.939,82	0,00	5.969.070,46	D
3.5.1.1.2.02	REPASSES CONCEDIDOS	131.033.988,89	D	7.268.370,85	7.163.481,82	131.138.887,92	D
3.5.1.1.2.02.01	REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	131.033.988,89	D	7.268.370,85	7.163.481,82	131.138.887,92	D
3.5.1.1.2.02.99	(-) DEVOLUÇÃO DE REPASSES CONCEDIDOS	-1.064,30	C	0,00	292,00	-1.356,30	C
3.5.1.1.2.02.99.01	(-) DEVOLUÇÃO DE REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-1.064,30	C	0,00	292,00	-1.356,30	C
3.5.1.1.2.88	ARRECADAÇÕES A CORRESPONDER	158,00	D	13.954,13	14.112,13	0,00	D
3.5.1.1.2.88.01	ARRECADAÇÕES A CORRESPONDER	158,00	D	13.954,13	14.112,13	0,00	D
3.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	63.840.254,86	D	2.728.920,76	821.190,86	65.647.964,78	D
3.5.1.1.2.99.02	OPERAÇÕES FINANCEIRAS PASSIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	63.838.438,26	D	2.673.646,04	821.190,86	65.590.893,44	D
3.5.1.1.2.99.99	RESTITUIÇÃO COTA FINANCEIRA RECEBIDA	1.816,62	D	55.274,72	0,00	57.091,34	D
3.5.1.1.2.99.99.01	RESTITUIÇÃO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL-GMIFP	1.064,30	D	292,00	0,00	1.356,30	D
3.5.1.1.2.99.99.02	RESTITUIÇÃO COTA FINANC. RECEBIDA UNIDADE FINANC. CENTRAL-ELEMENTO/ITEM	752,32	D	0,00	0,00	752,32	D
3.5.1.1.2.99.99.03	RESTITUIÇÃO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	0,00	D	54.982,72	0,00	54.982,72	D
3.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6.925.123,62	D	5.455.003,28	0,00	12.380.126,90	D
3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	6.925.123,62	D	5.455.003,28	0,00	12.380.126,90	D
3.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	6.925.123,62	D	5.455.003,28	0,00	12.380.126,90	D
3.6	DEVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	17.493.382,77	D	36.962,42	0,00	17.530.345,19	D
3.6.1	REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	16.504.200,39	D	0,00	0,00	16.504.200,39	D
3.6.1.1	REAVALIACAO DE IMOBILIZADO	16.504.200,39	D	0,00	0,00	16.504.200,39	D
3.6.1.1.1	REAVALIACAO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO	16.504.200,39	D	0,00	0,00	16.504.200,39	D
3.6.1.1.1.01	REAVALIACAO BENS MOVEIS	16.504.200,39	D	0,00	0,00	16.504.200,39	D
3.6.5	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	989.182,38	D	36.962,42	0,00	1.026.144,80	D
3.6.5.1	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	989.182,38	D	36.962,42	0,00	1.026.144,80	D
3.6.5.1.1	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	989.182,38	D	36.962,42	0,00	1.026.144,80	D
3.6.5.1.1.02	OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS-IMOBILIZADO	909.490,83	D	0,00	0,00	909.490,83	D
3.6.5.1.1.03	DESINCORPORAÇÃO DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	79.691,55	D	36.962,42	0,00	116.653,97	D
3.7	TRIBUTÁRIAS	91.839,71	D	42,72	0,00	91.882,43	D
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	91.839,71	D	42,72	0,00	91.882,43	D
3.7.1.1	IMPOSTOS	63.134,51	D	42,72	0,00	63.177,23	D
3.7.1.1.1	IMPOSTOS - CONSOLIDAÇÃO	63.134,51	D	42,72	0,00	63.177,23	D
3.7.1.1.1.01	IMPOSTOS	63.134,51	D	42,72	0,00	63.177,23	D
3.7.1.2	TAXAS	28.705,20	D	0,00	0,00	28.705,20	D
3.7.1.2.1	TAXAS - CONSOLIDAÇÃO	28.705,20	D	0,00	0,00	28.705,20	D
3.7.1.2.1.01	TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	28.705,20	D	0,00	0,00	28.705,20	D
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	66.535.624,02	D	1.513.330,10	0,00	68.048.954,12	D
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	66.535.624,02	D	1.513.330,10	0,00	68.048.954,12	D
3.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	499,85	D	0,00	0,00	499,85	D
3.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	499,85	D	0,00	0,00	499,85	D
3.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	499,85	D	0,00	0,00	499,85	D
3.9.9.6	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	533.828,94	D	193.005,78	0,00	726.834,72	D
3.9.9.6.1	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO	533.828,94	D	193.005,78	0,00	726.834,72	D
3.9.9.6.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	533.828,94	D	193.005,78	0,00	726.834,72	D
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	66.001.295,23	D	1.320.324,32	0,00	67.321.619,55	D
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	66.001.295,23	D	1.320.324,32	0,00	67.321.619,55	D

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

3.9.9.9.1.09	BENS MOVEIS DESINCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	11.489.719,91	D	1.309.518,92	0,00	12.799.238,83	D	DEVEDOR
3.9.9.9.1.85	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	54.511.575,32	D	10.805,40	0,00	54.522.380,72	D	
3.9.9.9.1.85.03	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	54.511.575,32	D	10.805,40	0,00	54.522.380,72	D	DEVEDOR
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	-1.118.255.383,42	C	21.600.595,22	236.444.343,05	-1.333.099.131,25	C	
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	-79.887,16	C	0,00	3.810,85	-83.698,01	C	
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-79.887,16	C	0,00	3.810,85	-83.698,01	C	
4.4.5.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	-79.887,16	C	0,00	3.810,85	-83.698,01	C	
4.4.5.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	-79.887,16	C	0,00	3.810,85	-83.698,01	C	
4.4.5.1.1.01	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	-79.887,16	C	0,00	3.810,85	-83.698,01	C	CREDOR
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	-1.107.613.960,90	C	21.477.265,60	235.052.529,03	-1.321.189.224,33	C	
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-1.100.731.648,17	C	21.477.265,60	226.274.810,10	-1.305.529.192,67	C	
4.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-1.097.302.090,73	C	21.475.762,25	225.652.810,64	-1.301.479.139,12	C	
4.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	-1.097.302.090,73	C	21.475.762,25	225.652.810,64	-1.301.479.139,12	C	
4.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	-119.462.548,30	C	13.392.592,92	13.908.870,04	-119.978.825,42	C	
4.5.1.1.2.01.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	-114.280.980,35	C	13.392.592,92	12.642.930,22	-113.531.317,66	C	CREDOR
4.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	-4.703.130,64	C	0,00	1.265.939,82	-5.969.070,46	C	CREDOR
4.5.1.1.2.01.03	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO	-478.437,30	C	0,00	0,00	-478.437,30	C	CREDOR
4.5.1.1.2.02	REPASSES RECEBIDOS	-131.033.998,89	C	7.163.481,82	7.268.370,85	-131.138.887,92	C	
4.5.1.1.2.02.01	REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOUREIRO ESTADUAL	-131.035.063,19	C	7.163.189,82	7.268.370,85	-131.140.244,22	C	CREDOR
4.5.1.1.2.02.99	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS	1.064,30	D	292,00	0,00	1.356,30	D	
4.5.1.1.2.02.99.01	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOUREIRO ESTADUAL	1.064,30	D	292,00	0,00	1.356,30	D	DEVEDOR
4.5.1.1.2.04	CREDITO FINANCEIRO RECEBIDO	0,00		0,00	63.235.216,23	-63.235.216,23	C	
4.5.1.1.2.04.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00		0,00	63.235.216,23	-63.235.216,23	C	CREDOR
4.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	-846.805.543,54	C	919.687,51	141.240.353,52	-887.126.209,55	C	
4.5.1.1.2.99.02	OPERAÇÕES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	-846.805.543,54	C	919.687,51	141.185.370,80	-887.071.226,83	C	CREDOR
4.5.1.1.2.99.99	CANCELAMENTO DE COTA FINANCEIRA	0,00		0,00	54.982,72	-54.982,72	C	
4.5.1.1.2.99.99.03	CANCELAMENTO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	0,00		0,00	54.982,72	-54.982,72	C	CREDOR
4.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-3.429.557,44	C	1.503,35	621.999,46	-4.050.053,55	C	
4.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	-3.429.557,44	C	1.503,35	621.999,46	-4.050.053,55	C	
4.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	-3.429.557,44	C	1.503,35	621.999,46	-4.050.053,55	C	CREDOR
4.5.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-6.882.312,73	C	0,00	8.777.718,93	-15.660.031,66	C	
4.5.3.2	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	-6.882.312,73	C	0,00	8.777.718,93	-15.660.031,66	C	
4.5.3.2.1	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-6.882.312,73	C	0,00	8.777.718,93	-15.660.031,66	C	
4.5.3.2.1.01	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	-6.882.312,73	C	0,00	8.777.718,93	-15.660.031,66	C	CREDOR
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-323.840,06	C	0,00	13.010,86	-336.850,92	C	
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-323.840,06	C	0,00	13.010,86	-336.850,92	C	
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-323.840,06	C	0,00	13.010,86	-336.850,92	C	
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-323.840,06	C	0,00	13.010,86	-336.850,92	C	
4.6.3.9.1.01	INCORPORAÇÃO DE ESTOQUES	-292.796,02	C	0,00	12.809,76	-305.605,78	C	CREDOR
4.6.3.9.1.03	INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	-31.044,04	C	0,00	201,10	-31.245,14	C	CREDOR
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-10.237.696,30	C	123.329,62	1.374.992,31	-11.489.357,99	C	
4.9.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	-57.856,23	C	123.329,62	65.473,39	0,00		
4.9.1.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	-57.856,23	C	123.329,62	65.473,39	0,00		
4.9.1.1.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	-57.856,23	C	123.329,62	65.473,39	0,00		
4.9.1.1.1.01	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	-57.856,23	C	123.329,62	65.473,39	0,00		CREDOR
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-10.179.839,07	C	0,00	1.309.518,92	-11.489.357,99	C	
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	-10.179.839,07	C	0,00	1.309.518,92	-11.489.357,99	C	
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	-10.179.839,07	C	0,00	1.309.518,92	-11.489.357,99	C	
4.9.9.9.1.09	REVERSAO DE DEPRECIACAO/MORTIZACAO/EXAUSTAO E REAVALIACAO DE BENS	-1.266.320,29	C	0,00	0,00	-1.266.320,29	C	CREDOR
4.9.9.9.1.11	BENS MOVEIS INCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	-8.908.610,16	C	0,00	1.309.518,92	-10.218.129,10	C	CREDOR
4.9.9.9.1.77	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - BALANÇO FINANCEIRO	-4.908,60	C	0,00	0,00	-4.908,60	C	
4.9.9.9.1.77.01	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FATOS DIVERSOS BALANÇO FINANCEIRO	-4.908,60	C	0,00	0,00	-4.908,60	C	
4.9.9.9.1.77.01.02	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA CONSIGNAÇÕES E RETENÇÕES B.F	-3.109,12	C	0,00	0,00	-3.109,12	C	CREDOR
4.9.9.9.1.77.01.03	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA DEPOSITO DIVERSAS ORIGENS B.F	-1.039,71	C	0,00	0,00	-1.039,71	C	CREDOR
4.9.9.9.1.77.01.04	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA OBRIG LIQ PAGAR EXERC ANTERIOR RPP B.F.	-759,77	C	0,00	0,00	-759,77	C	CREDOR
Total Patrimonial		0,00		333.725.512,10	333.725.512,10	0,00		
5	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.186.092.123,96	D	252.894.772,02	34.350.940,10	2.404.635.955,88	D	
5.2	ORÇAMENTO APROVADO	2.155.421.853,59	D	188.435.322,91	34.350.940,10	2.309.506.236,40	D	
5.2.2	FIXAÇÃO DA DESPESA	2.155.421.853,59	D	188.435.322,91	34.350.940,10	2.309.506.236,40	D	
5.2.2.1	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.214.152.006,69	D	13.067.093,63	32.193.695,49	1.195.025.404,83	D	
5.2.2.1.1	DOTAÇÃO INICIAL	1.225.570.104,00	D	0,00	0,00	1.225.570.104,00	D	DEVEDOR
5.2.2.1.2	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	650.878.091,64	D	13.067.093,63	0,00	663.945.185,27	D	
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	650.878.091,64	D	13.067.093,63	0,00	663.945.185,27	D	
5.2.2.1.2.01.01	CRÉDITOS SUPLEMENTARES DO ORÇAMENTO DA DESPESA	395.287.003,17	D	7.456.083,63	0,00	402.743.086,80	D	DEVEDOR
5.2.2.1.2.01.02	SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR REMANEJAMENTO	255.591.088,47	D	5.611.010,00	0,00	261.202.098,47	D	DEVEDOR
5.2.2.1.9	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	-682.296.188,95	C	0,00	32.193.695,49	-694.489.884,44	C	

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

5.2.2.1.9.01	(-) CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS ANULADOS	-406.705.100,46	C	0,00	26.582.585,49	-433.287.785,97	C	CREDOR
5.2.2.1.9.02	(-) ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA REMANEJAMENTO	-255.591.088,47	C	0,00	5.611.010,00	-261.202.098,47	C	CREDOR
5.2.2.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS	941.269.846,90	D	175.368.229,28	2.157.244,61	1.114.480.831,57	D	
5.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	941.269.846,90	D	175.368.229,28	2.157.244,61	1.114.480.831,57	D	
5.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS DO ORÇAMENTO DA DESPESA	941.269.846,90	D	175.368.229,28	2.157.244,61	1.114.480.831,57	D	DEVEDOR
5.3	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	30.670.270,37	D	64.459.449,11	0,00	95.129.719,48	D	
5.3.1	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	25.452.956,87	D	0,00	0,00	25.452.956,87	D	
5.3.1.1	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	25.452.956,87	D	0,00	0,00	25.452.956,87	D	DEVEDOR
5.3.2	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.217.313,50	D	0,00	0,00	5.217.313,50	D	
5.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	5.217.313,50	D	0,00	0,00	5.217.313,50	D	DEVEDOR
5.3.8	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	0,00		64.459.449,11	0,00	64.459.449,11	D	
5.3.8.1	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	0,00		58.559.855,55	0,00	58.559.855,55	D	DEVEDOR
5.3.8.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	0,00		5.899.593,56	0,00	5.899.593,56	D	DEVEDOR
6	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-2.186.092.123,96	C	644.172.053,60	862.715.885,52	-2.404.635.955,88	C	
6.2	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	-2.155.421.853,59	C	638.134.674,38	792.219.057,19	-2.309.506.236,40	C	
6.2.1	EXECUÇÃO DA RECEITA	0,00		8.781.529,78	8.781.529,78	0,00		
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR	6.962.199,89	D	8.781.529,78	0,00	15.743.729,67	D	
6.2.1.1.1	RECEITA A REALIZAR	6.962.199,89	D	8.781.529,78	0,00	15.743.729,67	D	VARIÁVEL
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA	-6.962.199,89	C	0,00	8.781.529,78	-15.743.729,67	C	
6.2.1.2.1	RECEITA REALIZADA	-6.962.199,89	C	0,00	8.781.529,78	-15.743.729,67	C	CREDOR
6.2.2	EXECUÇÃO DA DESPESA	-2.155.421.853,59	C	629.353.144,60	783.437.527,41	-2.309.506.236,40	C	
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	-1.214.152.006,69	C	627.195.899,99	608.069.298,13	-1.195.025.404,83	C	
6.2.2.1.1	CRÉDITO DISPONÍVEL	-271.221.619,38	C	419.172.575,97	234.989.550,80	-87.038.594,21	C	CREDOR
6.2.2.1.2	CRÉDITO INDISPONÍVEL	-6.363.824,71	C	40.982.638,85	34.618.814,14	0,00		CREDOR
6.2.2.1.3	CRÉDITO UTILIZADO	-936.566.562,60	C	167.040.685,17	338.460.933,19	-1.107.986.810,62	C	
6.2.2.1.3.01	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	-38.228.776,59	C	155.651.187,31	175.389.959,45	-57.967.548,73	C	CREDOR
6.2.2.1.3.02	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACÃO	-19.648,88	C	97.233,12	77.584,24	0,00		CREDOR
6.2.2.1.3.03	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	-2.579.454,09	C	10.795.817,30	14.110.633,94	-5.894.270,73	C	CREDOR
6.2.2.1.3.04	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	-896.738.683,04	C	496.447,44	148.882.755,56	-1.044.124.991,16	C	CREDOR
6.2.2.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS CONCEDIDOS	-941.269.846,90	C	2.157.244,61	175.368.229,28	-1.114.480.831,57	C	
6.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	-941.269.846,90	C	2.157.244,61	175.368.229,28	-1.114.480.831,57	C	
6.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS CONCEDIDOS	-941.269.846,90	C	2.157.244,61	175.368.229,28	-1.114.480.831,57	C	CREDOR
6.3	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	-30.670.270,37	C	6.037.379,22	70.496.828,33	-95.129.719,48	C	
6.3.1	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-25.452.956,87	C	5.900.873,31	5.900.873,31	-25.452.956,87	C	
6.3.1.1	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-5.212.680,44	C	4.842.863,37	322.479,75	-582.306,82	C	CREDOR
6.3.1.3	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-600.388,93	C	943.904,06	343.582,43	-27,30	C	CREDOR
6.3.1.4	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	-13.045.894,34	C	14.105,88	629.485,60	-13.661.274,06	C	CREDOR
6.3.1.9	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	-6.594.003,16	C	0,00	4.605.345,53	-11.199.348,69	C	CREDOR
6.3.2	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-5.217.313,50	C	136.505,91	136.505,91	-5.217.313,50	C	
6.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-50.797,50	C	91.003,94	45.501,97	-5.295,53	C	CREDOR
6.3.2.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	-6.165.756,23	C	45.501,97	91.003,94	-5.211.258,20	C	CREDOR
6.3.2.9	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	-759,77	C	0,00	0,00	-759,77	C	CREDOR
6.3.8	INSCRIÇÃO RESTOS A PAGAR	0,00		0,00	64.459.449,11	-64.459.449,11	C	
6.3.8.1	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00		0,00	58.559.855,55	-58.559.855,55	C	CREDOR
6.3.8.3	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	0,00		0,00	5.899.593,56	-5.899.593,56	C	CREDOR
Total Orçamentário		0,00		897.066.825,62	897.066.825,62	0,00		
7	CONTROLES DEVEDORES	646.836.492,60	D	56.996.481,63	62.931.946,91	640.901.025,32	D	
7.1	ATOS POTENCIAIS	646.755.977,54	D	56.992.670,78	62.931.946,91	640.816.699,41	D	
7.1.1	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	24.719.691,17	D	63.686,89	165.233,33	24.618.144,73	D	
7.1.1.1	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	24.467.053,01	D	63.686,89	165.233,33	24.365.506,57	D	
7.1.1.1.1	GARANTIAS RECEBIDAS	24.467.053,01	D	63.686,89	165.233,33	24.365.506,57	D	DEVEDOR
7.1.1.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	252.638,16	D	0,00	0,00	252.638,16	D	
7.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	252.638,16	D	0,00	0,00	252.638,16	D	DEVEDOR
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	622.036.286,37	D	56.928.983,89	62.766.715,58	616.198.554,68	D	
7.1.2.3	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	622.036.286,37	D	56.928.983,89	62.766.715,58	616.198.554,68	D	
7.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	12.740.801,09	D	22.984.114,26	7.410.698,28	28.314.217,07	D	DEVEDOR
7.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVIÇO	579.581.538,54	D	24.966.503,85	46.485.481,32	558.062.561,07	D	DEVEDOR
7.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	22.731.717,74	D	196.836,00	8.850.506,67	14.076.046,87	D	DEVEDOR
7.1.2.3.4	CONTRATOS DE OBRAS	20.029,11	D	0,00	20.029,11	0,00		DEVEDOR
7.1.2.3.6	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA	6.962.199,89	D	8.781.529,78	0,00	15.743.729,67	D	DEVEDOR
7.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	80.515,06	D	3.810,85	0,00	84.325,91	D	
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	80.515,06	D	3.810,85	0,00	84.325,91	D	
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	80.515,06	D	3.810,85	0,00	84.325,91	D	
7.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	80.515,06	D	3.810,85	0,00	84.325,91	D	
7.2.1.1.1.02	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - OUTROS RECURSOS	79.887,16	D	3.810,85	0,00	83.698,01	D	DEVEDOR
7.2.1.1.1.85	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - ENTRADAS COMPENSATORIAS	1.393,34	D	0,00	0,00	1.393,34	D	DEVEDOR

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

7.2.1.1.1.99	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO	-765,44	C	0,00	0,00	-765,44	C	DEVEDOR
8	CONTROLES CREDORES	-646.836.492,80	C	75.021.518,36	69.086.051,08	-640.901.025,32	C	
8.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	-646.755.977,54	C	74.967.327,13	69.028.049,00	-640.816.690,41	C	
8.1.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-24.719.691,17	C	165.233,33	63.686,89	-24.618.144,73	C	
8.1.1.1	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	-24.467.053,01	C	165.233,33	63.686,89	-24.365.506,57	C	
8.1.1.1.1	EXECUÇÃO DE GARANTIAS RECEBIDAS	-24.467.053,01	C	165.233,33	63.686,89	-24.365.506,57	C	
8.1.1.1.1.01	FIANÇAS BANCÁRIAS RECEBIDAS	-1.452.429,37	C	0,00	0,00	-1.452.429,37	C	
8.1.1.1.1.01.01	FIANÇAS BANCÁRIAS RECEBIDAS - A EXECUTAR	-1.452.429,37	C	0,00	0,00	-1.452.429,37	C	CREDOR
8.1.1.1.1.02	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS	-23.014.623,64	C	165.233,33	63.686,89	-22.913.077,20	C	
8.1.1.1.1.02.01	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS - A EXECUTAR	-23.014.623,64	C	165.233,33	63.686,89	-22.913.077,20	C	CREDOR
8.1.1.9	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-252.638,16	C	0,00	0,00	-252.638,16	C	
8.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-252.638,16	C	0,00	0,00	-252.638,16	C	
8.1.1.9.1.06	DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO	-87.043,76	C	0,00	0,00	-87.043,76	C	
8.1.1.9.1.06.01	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	-726,55	C	0,00	0,00	-726,55	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	-86.317,21	C	0,00	0,00	-86.317,21	C	CREDOR
8.1.1.9.1.10	RESPONSÁVEIS POR BENS ENTREGUES PORCESSÃO DE USO/CESSÃO ONEROSA E/OU COMODATO	-165.594,40	C	0,00	0,00	-165.594,40	C	CREDOR
8.1.2	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-622.036.286,37	C	74.802.093,80	68.964.362,11	-616.198.554,68	C	
8.1.2.3	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-622.036.286,37	C	74.802.093,80	68.964.362,11	-616.198.554,68	C	
8.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	-12.740.801,08	C	7.441.752,28	23.015.168,26	-28.314.217,07	C	
8.1.2.3.1.01	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	-913.998,70	C	31.370,00	22.984.114,26	-23.866.742,96	C	CREDOR
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - EXECUTADOS	-11.826.802,39	C	7.410.382,28	31.054,00	-4.447.474,11	C	CREDOR
8.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVIÇO	-579.581.538,54	C	58.295.191,92	36.776.214,45	-558.062.561,07	C	
8.1.2.3.2.01	CONTRATOS DE SERVIÇO - A EXECUTAR	-289.967.181,88	C	10.984.632,17	25.840.505,44	-284.823.055,13	C	CREDOR
8.1.2.3.2.02	CONTRATOS DE SERVIÇO - EXECUTADOS	-309.614.356,66	C	47.310.559,75	10.935.709,01	-273.239.505,94	C	CREDOR
8.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	-22.731.717,74	C	9.045.120,49	391.449,62	-14.078.046,87	C	
8.1.2.3.3.01	CONTRATOS DE ALUGUEL - A EXECUTAR	-2.575.736,55	C	194.613,62	196.836,00	-2.577.958,93	C	CREDOR
8.1.2.3.3.02	CONTRATOS DE ALUGUEL - EXECUTADOS	-20.155.981,19	C	8.850.506,87	194.613,62	-11.500.087,94	C	CREDOR
8.1.2.3.4	CONTRATOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS	-20.029,11	C	20.029,11	0,00	0,00	C	
8.1.2.3.4.02	CONTRATOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS - EXECUTADOS	-20.029,11	C	20.029,11	0,00	0,00	C	CREDOR
8.1.2.3.6	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA	-6.962.199,89	C	0,00	8.781.529,78	-15.743.729,67	C	
8.1.2.3.6.01	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA - A EXECUTAR	-1.760.099,89	C	0,00	8.781.529,78	-10.541.629,67	C	CREDOR
8.1.2.3.6.02	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA - EXECUTADOS	-5.202.100,00	C	0,00	0,00	-5.202.100,00	C	CREDOR
8.2	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-80.515,06	C	54.191,23	58.002,08	-84.325,91	C	
8.2.1	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	-80.515,06	C	54.191,23	58.002,08	-84.325,91	C	
8.2.1.1	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DE RECURSOS	-80.515,06	C	54.191,23	58.002,08	-84.325,91	C	
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	-79.121,72	C	0,00	3.810,85	-82.932,57	C	
8.2.1.1.1.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	-79.887,16	C	0,00	3.810,85	-83.698,01	C	
8.2.1.1.1.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	-79.887,16	C	0,00	3.810,85	-83.698,01	C	CREDOR
8.2.1.1.1.99	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO	765,44	D	0,00	0,00	765,44	D	
8.2.1.1.1.99.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	765,44	D	0,00	0,00	765,44	D	
8.2.1.1.1.99.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	765,44	D	0,00	0,00	765,44	D	CREDOR
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO E ENTRADAS COMPENSATORIAS	1.156.049,85	D	53.319,25	871,98	1.208.497,12	D	
8.2.1.1.3.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO	1.157.443,19	D	53.319,25	871,98	1.208.890,46	D	
8.2.1.1.3.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO - TESOURO ESTADUAL	183.140,41	D	22.114,75	45,28	205.209,88	D	
8.2.1.1.3.01.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIVO	183.140,41	D	22.114,75	45,28	205.209,88	D	CREDOR
8.2.1.1.3.01.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO - OUTROS RECURSOS	974.302,78	D	31.204,50	826,70	1.004.680,58	D	
8.2.1.1.3.01.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO - OUTROS RECURSOS	974.302,78	D	31.204,50	826,70	1.004.680,58	D	CREDOR
8.2.1.1.3.88	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS	-1.393,34	C	0,00	0,00	-1.393,34	C	
8.2.1.1.3.88.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS	-1.393,34	C	0,00	0,00	-1.393,34	C	CREDOR
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	-1.157.443,19	C	871,98	53.319,25	-1.208.890,46	C	
8.2.1.1.4.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL	-183.140,41	C	45,28	22.114,75	-205.209,88	C	
8.2.1.1.4.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIVO	-183.140,41	C	45,28	22.114,75	-205.209,88	C	CREDOR
8.2.1.1.4.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	-974.302,78	C	826,70	31.204,50	-1.004.680,58	C	
8.2.1.1.4.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	-974.302,78	C	826,70	31.204,50	-1.004.680,58	C	CREDOR
Total Controle		0,00		132.017.999,99	132.017.999,99	0,00		
Total Geral		0,00		1.362.810.337,71	1.362.810.337,71	0,00		
Data	04/04/2021 19:43:29:370							

CERTIFICAMOS A EXATIDÃO DA MOVIMENTAÇÃO CONTÁBIL NESTE BALANÇETE

HUDSON FERREIRA BOTELHO

Gerente da Divisão de Contabilidade Setorial

Contador CRC/MG 055228/O - CPF: 88

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

3) Balancete de Encerramento em 31 de Dezembro do Exercício Findo

Balancete de Verificação									
Exercício		2020							
Mês		Encerramento							
Unidade Orçamentária		1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA							
Conta	Descrição	Saldo Anterior	DIC	Débito mês	Crédito mês	Saldo Atual	DIC	T. Saldo	
1	ATIVO	141.605.586,13	D	0,00	0,00	141.605.586,13	D		
1.1	ATIVO CIRCULANTE	75.480.240,98	D	0,00	0,00	75.480.240,98	D		
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.604.948,23	D	0,00	0,00	10.604.948,23	D		
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	10.604.948,23	D	0,00	0,00	10.604.948,23	D		
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	10.541.629,67	D	0,00	0,00	10.541.629,67	D		
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	8.431.480,13	D	0,00	0,00	8.431.480,13	D		DEVEDOR
1.1.1.1.1.09	RECURSOS BLOQUEADOS/INDISPONÍVEIS-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	585.373,54	D	0,00	0,00	585.373,54	D		DEVEDOR
1.1.1.1.1.10	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.524.776,00	D	0,00	0,00	1.524.776,00	D		DEVEDOR
1.1.1.1.2	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	63.318,56	D	0,00	0,00	63.318,56	D		
1.1.1.1.2.01	RECURSOS DE MOVIMENTAÇÕES DA UNIDADE TESOUREARIA	63.318,56	D	0,00	0,00	63.318,56	D		
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA - CMI	63.318,56	D	0,00	0,00	63.318,56	D		DEVEDOR
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	64.279.359,09	D	0,00	0,00	64.279.359,09	D		
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	136.740,78	D	0,00	0,00	136.740,78	D		
1.1.3.4.1	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO - CONSOLIDAÇÃO	136.740,78	D	0,00	0,00	136.740,78	D		
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	2.017,57	D	0,00	0,00	2.017,57	D		DEVEDOR
1.1.3.4.1.86	OUTRAS RESPONSABILIDADES	134.723,21	D	0,00	0,00	134.723,21	D		DEVEDOR
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	64.142.618,31	D	0,00	0,00	64.142.618,31	D		
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	64.142.618,31	D	0,00	0,00	64.142.618,31	D		
1.1.3.8.2.01	CRÉDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	64.142.618,31	D	0,00	0,00	64.142.618,31	D		DEVEDOR
1.1.5	ESTOQUES	595.933,66	D	0,00	0,00	595.933,66	D		
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	595.933,66	D	0,00	0,00	595.933,66	D		
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	595.933,66	D	0,00	0,00	595.933,66	D		
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	595.933,66	D	0,00	0,00	595.933,66	D		DEVEDOR
1.1.5.8	OUTROS ESTOQUES	560,00	D	0,00	0,00	560,00	D		
1.1.5.8.1	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO	560,00	D	0,00	0,00	560,00	D		
1.1.5.8.1.02	PRODUTOS E BENS PARA REVENDA E PREMIACAO	560,00	D	0,00	0,00	560,00	D		DEVEDOR
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	66.125.345,15	D	0,00	0,00	66.125.345,15	D		
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.069.214,09	D	0,00	0,00	1.069.214,09	D		
1.2.1.2	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	1.069.214,09	D	0,00	0,00	1.069.214,09	D		
1.2.1.2.1	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.069.214,09	D	0,00	0,00	1.069.214,09	D		
1.2.1.2.1.06	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.069.214,09	D	0,00	0,00	1.069.214,09	D		DEVEDOR
1.2.1.2.1.06.03	DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAL	1.069.214,09	D	0,00	0,00	1.069.214,09	D		
1.2.3	IMOBILIZADO	54.431.740,27	D	0,00	0,00	54.431.740,27	D		
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	63.654.337,22	D	0,00	0,00	63.654.337,22	D		
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	63.654.337,22	D	0,00	0,00	63.654.337,22	D		
1.2.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	63.586.255,78	D	0,00	0,00	63.586.255,78	D		DEVEDOR
1.2.3.1.1.04	BENS MÓVEIS A TRANSFERIR	68.081,44	D	0,00	0,00	68.081,44	D		DEVEDOR
1.2.3.1.1.86	BENS MÓVEIS A INCORPORAR	68.081,44	D	0,00	0,00	68.081,44	D		
1.2.3.1.1.86.01	BENS MÓVEIS A INCORPORAR	68.081,44	D	0,00	0,00	68.081,44	D		DEVEDOR
1.2.3.1.1.99	(-)BENS MÓVEIS A INCORPORAR POR TRANSFERENCIA	-68.081,44	C	0,00	0,00	-68.081,44	C		
1.2.3.1.1.99.02	(-)BENS MÓVEIS A INCORPORAR/TRANSFERENCIA	-68.081,44	C	0,00	0,00	-68.081,44	C		CREADOR
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	368.100,00	D	0,00	0,00	368.100,00	D		
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	368.100,00	D	0,00	0,00	368.100,00	D		
1.2.3.2.1.06	INSTALAÇÕES PENDENTES DE INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL - IMOVEIS	368.100,00	D	0,00	0,00	368.100,00	D		DEVEDOR
1.2.3.8	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-9.590.696,95	C	0,00	0,00	-9.590.696,95	C		
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-9.590.696,95	C	0,00	0,00	-9.590.696,95	C		CREADOR
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-9.590.696,95	C	0,00	0,00	-9.590.696,95	C		
1.2.4	INTANGÍVEIS	10.624.390,79	D	0,00	0,00	10.624.390,79	D		
1.2.4.1	SOFTWARES	10.624.390,79	D	0,00	0,00	10.624.390,79	D		
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	10.624.390,79	D	0,00	0,00	10.624.390,79	D		
1.2.4.1.1.01	SOFTWARES	10.624.390,79	D	0,00	0,00	10.624.390,79	D		DEVEDOR
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-123.492.165,86	C	1.314.988.423,56	1.333.101.843,85	-141.605.586,13	C		
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-6.496.018,12	C	0,00	0,00	-6.496.018,12	C		
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-11.553,88	C	0,00	0,00	-11.553,88	C		
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	-11.553,88	C	0,00	0,00	-11.553,88	C		
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-11.553,88	C	0,00	0,00	-11.553,88	C		
2.1.1.1.1.01	SALÁRIOS A PAGAR	-11.553,88	C	0,00	0,00	-11.553,88	C		
2.1.1.1.1.01.01	PESSOAL - ATIVO	-11.553,88	C	0,00	0,00	-11.553,88	C		CREADOR
2.1.3	FORNecedores e CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-5.888.039,68	C	0,00	0,00	-5.888.039,68	C		
2.1.3.1	FORNecedores e CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-5.888.039,68	C	0,00	0,00	-5.888.039,68	C		
2.1.3.1.1	FORNecedores e CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-5.888.039,68	C	0,00	0,00	-5.888.039,68	C		
2.1.3.1.1.01	FORNecedores e CONTAS A PAGAR	-5.888.039,68	C	0,00	0,00	-5.888.039,68	C		CREADOR
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-596.424,56	C	0,00	0,00	-596.424,56	C		
2.1.8.6	VALORES RESTITUÍVEIS	-596.424,56	C	0,00	0,00	-596.424,56	C		
2.1.8.6.1	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-596.424,56	C	0,00	0,00	-596.424,56	C		
2.1.8.6.1.03	CONTRIBUIÇÕES/RETENÇÕES/DESCONTOS INSTITUTO/ENTIDADES DE PREVIDENCIA	-148.697,14	C	0,00	0,00	-148.697,14	C		CREADOR
2.1.8.6.1.08	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	-139.299,82	C	0,00	0,00	-139.299,82	C		CREADOR
2.1.8.6.1.98	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	-308.427,60	C	0,00	0,00	-308.427,60	C		CREADOR
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-116.996.147,74	C	1.314.988.423,56	1.333.101.843,85	-136.109.568,01	C		
2.3.6	DEMAIS RESERVAS	-17.731.666,48	C	0,00	0,00	-17.731.666,48	C		
2.3.5.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-17.731.666,48	C	0,00	0,00	-17.731.666,48	C		

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

2.3.6.1.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	-17.731.666,48	C	0,00	0,00	-17.731.666,48	C
2.3.6.1.1.01	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-17.731.666,48	C	0,00	0,00	-17.731.666,48	C CREDOR
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-99.264.481,26	C	1.314.988.423,58	1.333.101.843,85	-117.377.901,53	C
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-99.264.481,26	C	1.314.988.423,58	1.333.101.843,85	-117.377.901,53	C
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	7.260.297.887,00	D	1.002.630.548,11	27.569.938,58	8.235.356.496,53	D
2.3.7.1.1.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	0,00		1.002.630.548,11	27.569.938,58	975.060.698,53	D VARIÁVEL
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.260.297.887,00	D	0,00	0,00	7.260.297.887,00	D VARIÁVEL
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	-7.359.563.184,26	C	312.357.875,47	1.305.531.905,27	-8.352.737.214,06	C
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	0,00		312.357.875,47	1.305.531.905,27	-493.174.029,80	C VARIÁVEL
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-7.359.563.184,26	C	0,00	0,00	-7.359.563.184,26	C VARIÁVEL
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00		0,00	0,00	0,00	
2.3.7.1.3.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	816,00	D	0,00	0,00	816,00	D VARIÁVEL
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	816,00	D	0,00	0,00	816,00	D
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	1.314.985.710,98	D	1.356,30	1.314.987.067,28	0,00	
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	871.459.006,26	D	0,00	871.459.006,26	0,00	
3.1.1.9	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	766.797.183,46	D	0,00	766.797.183,46	0,00	
3.1.1.9.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	766.797.183,46	D	0,00	766.797.183,46	0,00	
3.1.1.9.1.01	PESSOAL ATIVO	766.797.183,46	D	0,00	766.797.183,46	0,00	DEVEDOR
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	98.443.008,42	D	0,00	98.443.008,42	0,00	
3.1.2.5	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	5.358,55	D	0,00	5.358,55	0,00	
3.1.2.5.1	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO	5.358,55	D	0,00	5.358,55	0,00	
3.1.2.5.1.01	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	5.358,55	D	0,00	5.358,55	0,00	DEVEDOR
3.1.2.9	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	98.443.008,42	D	0,00	98.443.008,42	0,00	
3.1.2.9.1	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO	1.226.591,61	D	0,00	1.226.591,61	0,00	
3.1.2.9.1.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	1.226.591,61	D	0,00	1.226.591,61	0,00	DEVEDOR
3.1.2.9.2	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS	97.216.416,81	D	0,00	97.216.416,81	0,00	
3.1.2.9.2.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	97.216.416,81	D	0,00	97.216.416,81	0,00	DEVEDOR
3.1.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	6.213.455,83	D	0,00	6.213.455,83	0,00	
3.1.9.2	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTES	1.289.168,18	D	0,00	1.289.168,18	0,00	
3.1.9.2.1	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTES - CONSOLIDAÇÃO	1.289.168,18	D	0,00	1.289.168,18	0,00	
3.1.9.2.1.01	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS	1.289.168,18	D	0,00	1.289.168,18	0,00	DEVEDOR
3.1.9.9	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	4.924.287,65	D	0,00	4.924.287,65	0,00	
3.1.9.9.1	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDAÇÃO	4.924.287,65	D	0,00	4.924.287,65	0,00	
3.1.9.9.1.01	OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	4.924.287,65	D	0,00	4.924.287,65	0,00	DEVEDOR
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,40	D	0,00	2,40	0,00	
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,40	D	0,00	2,40	0,00	
3.2.9.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,40	D	0,00	2,40	0,00	
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	2,40	D	0,00	2,40	0,00	
3.2.9.9.1.01	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2,40	D	0,00	2,40	0,00	DEVEDOR
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	100.454.623,34	D	0,00	100.454.623,34	0,00	
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.066.488,76	D	0,00	1.066.488,76	0,00	
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	1.066.488,76	D	0,00	1.066.488,76	0,00	
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	1.066.488,76	D	0,00	1.066.488,76	0,00	
3.3.1.1.1.01	CONSUMO DE MATERIAL-MEDICAMENTOS	1.066.488,76	D	0,00	1.066.488,76	0,00	DEVEDOR
3.3.2	SERVIÇOS	88.352.845,21	D	0,00	88.352.845,21	0,00	
3.3.2.1	DIÁRIAS	75.697,66	D	0,00	75.697,66	0,00	
3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	75.697,66	D	0,00	75.697,66	0,00	
3.3.2.1.1.01	DIÁRIAS DE VIAGEM-PESSOAL CIVIL/MILITAR	75.697,66	D	0,00	75.697,66	0,00	DEVEDOR
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	1.339.842,85	D	0,00	1.339.842,85	0,00	
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	1.339.842,85	D	0,00	1.339.842,85	0,00	
3.3.2.2.1.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	1.339.842,85	D	0,00	1.339.842,85	0,00	DEVEDOR
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	86.937.304,70	D	0,00	86.937.304,70	0,00	
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	86.934.628,70	D	0,00	86.934.628,70	0,00	
3.3.2.3.1.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	86.934.628,70	D	0,00	86.934.628,70	0,00	DEVEDOR
3.3.2.3.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	2.678,00	D	0,00	2.678,00	0,00	
3.3.2.3.2.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	2.678,00	D	0,00	2.678,00	0,00	DEVEDOR
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11.035.289,37	D	0,00	11.035.289,37	0,00	
3.3.3.1	DEPRECIAÇÃO	11.035.289,37	D	0,00	11.035.289,37	0,00	
3.3.3.1.1	DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	11.035.289,37	D	0,00	11.035.289,37	0,00	
3.3.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	11.035.289,37	D	0,00	11.035.289,37	0,00	DEVEDOR
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	42.264.827,18	D	0,00	42.264.827,18	0,00	
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	42.264.827,18	D	0,00	42.264.827,18	0,00	
3.4.2.3	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	42.264.827,18	D	0,00	42.264.827,18	0,00	
3.4.2.3.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	42.264.827,18	D	0,00	42.264.827,18	0,00	
3.4.2.3.1.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	42.264.827,18	D	0,00	42.264.827,18	0,00	DEVEDOR
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	215.136.070,06	D	1.356,30	215.137.426,36	0,00	
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRA-GERNAMENTAIS	215.136.070,06	D	1.356,30	215.137.426,36	0,00	
3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	202.755.943,16	D	1.356,30	202.757.299,46	0,00	
3.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	202.755.943,16	D	1.356,30	202.757.299,46	0,00	
3.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA	5.969.070,46	D	0,00	5.969.070,46	0,00	
3.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA UNIDADE FINANCEIRA ÓRGÃO	5.969.070,46	D	0,00	5.969.070,46	0,00	DEVEDOR
3.5.1.1.2.02	REPASSES CONCEDIDOS	131.138.887,92	D	1.356,30	131.140.244,22	0,00	
3.5.1.1.2.02.01	REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	131.140.244,22	D	0,00	131.140.244,22	0,00	DEVEDOR
3.5.1.1.2.02.99	(-) DEVOLUÇÃO DE REPASSES CONCEDIDOS	-1.356,30	C	1.356,30	0,00	0,00	
3.5.1.1.2.02.99.01	(-) DEVOLUÇÃO DE REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-1.356,30	C	1.356,30	0,00	0,00	CREDOR
3.5.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	65.647.984,78	D	0,00	65.647.984,78	0,00	
3.5.1.2.99.02	OPERAÇÕES FINANCEIRAS PASSIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	65.590.893,44	D	0,00	65.590.893,44	0,00	DEVEDOR
3.5.1.2.99.99	RESTITUIÇÃO COTA FINANCEIRA RECEBIDA	57.091,34	D	0,00	57.091,34	0,00	

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

3.5.1.1.2.99.99.01	RESTITUIÇÃO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL-GMFP	1.356,30	D	0,00	1.356,30	0,00	DEVEDOR
3.5.1.1.2.99.99.02	RESTITUIÇÃO COTA FINANC RECEBIDA UNIDADE FINANC. CENTRAL-ELEMENTOITEM	752,32	D	0,00	752,32	0,00	DEVEDOR
3.5.1.1.2.99.99.03	RESTITUIÇÃO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	54.982,72	D	0,00	54.982,72	0,00	DEVEDOR
3.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12.380.126,90	D	0,00	12.380.126,90	0,00	
3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	12.380.126,90	D	0,00	12.380.126,90	0,00	
3.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	12.380.126,90	D	0,00	12.380.126,90	0,00	DEVEDOR
3.6	DEVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	17.530.345,19	D	0,00	17.530.345,19	0,00	
3.6.1	REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	16.504.200,39	D	0,00	16.504.200,39	0,00	
3.6.1.1	REAVALIACAO DE IMOBILIZADO	16.504.200,39	D	0,00	16.504.200,39	0,00	
3.6.1.1.1	REAVALIACAO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDACAO	16.504.200,39	D	0,00	16.504.200,39	0,00	
3.6.1.1.1.01	REAVALIACAO BENS MOVEIS	16.504.200,39	D	0,00	16.504.200,39	0,00	DEVEDOR
3.6.5	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.026.144,80	D	0,00	1.026.144,80	0,00	
3.6.5.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.026.144,80	D	0,00	1.026.144,80	0,00	
3.6.5.1.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO	1.026.144,80	D	0,00	1.026.144,80	0,00	
3.6.5.1.1.02	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS-IMOBILIZADO	909.490,83	D	0,00	909.490,83	0,00	DEVEDOR
3.6.5.1.1.03	DESINCORPORACAO DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	116.653,97	D	0,00	116.653,97	0,00	DEVEDOR
3.7	TRIBUTÁRIAS	91.882,43	D	0,00	91.882,43	0,00	
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	91.882,43	D	0,00	91.882,43	0,00	
3.7.1.1	IMPOSTOS	63.177,23	D	0,00	63.177,23	0,00	
3.7.1.1.1	IMPOSTOS - CONSOLIDAÇÃO	63.177,23	D	0,00	63.177,23	0,00	
3.7.1.1.1.01	IMPOSTOS	63.177,23	D	0,00	63.177,23	0,00	DEVEDOR
3.7.1.2	TAXAS	28.705,20	D	0,00	28.705,20	0,00	
3.7.1.2.1	TAXAS - CONSOLIDAÇÃO	28.705,20	D	0,00	28.705,20	0,00	
3.7.1.2.1.01	TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	28.705,20	D	0,00	28.705,20	0,00	DEVEDOR
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	68.048.954,12	D	0,00	68.048.954,12	0,00	
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	68.048.954,12	D	0,00	68.048.954,12	0,00	
3.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	499,85	D	0,00	499,85	0,00	
3.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	499,85	D	0,00	499,85	0,00	
3.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	499,85	D	0,00	499,85	0,00	DEVEDOR
3.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	726.834,72	D	0,00	726.834,72	0,00	
3.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS- CONSOLIDACAO	726.834,72	D	0,00	726.834,72	0,00	
3.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	726.834,72	D	0,00	726.834,72	0,00	DEVEDOR
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	67.321.619,55	D	0,00	67.321.619,55	0,00	
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	67.321.619,55	D	0,00	67.321.619,55	0,00	
3.9.9.9.1.09	BENS MOVEIS DESINCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	12.799.238,83	D	0,00	12.799.238,83	0,00	DEVEDOR
3.9.9.9.1.88	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	54.522.380,72	D	0,00	54.522.380,72	0,00	
3.9.9.9.1.88.03	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	54.522.380,72	D	0,00	54.522.380,72	0,00	DEVEDOR
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	-1.333.599.131,25	C	1.333.105.487,55	1.356,30	0,00	
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	-83.698,01	C	83.698,01	0,00	0,00	
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-83.698,01	C	83.698,01	0,00	0,00	
4.4.5.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	-83.698,01	C	83.698,01	0,00	0,00	
4.4.5.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	-83.698,01	C	83.698,01	0,00	0,00	
4.4.5.1.1.01	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	-83.698,01	C	83.698,01	0,00	0,00	CREDOR
4.6	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	-1.321.189.224,33	C	1.321.190.580,63	1.356,30	0,00	
4.6.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-1.305.529.192,67	C	1.305.530.548,97	1.356,30	0,00	
4.6.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-1.301.479.139,12	C	1.301.480.495,42	1.356,30	0,00	
4.6.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	-1.301.479.139,12	C	1.301.480.495,42	1.356,30	0,00	
4.6.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	-119.978.825,42	C	119.978.825,42	0,00	0,00	
4.6.1.1.2.01.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	-113.531.317,86	C	113.531.317,86	0,00	0,00	CREDOR
4.6.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	-5.969.070,46	C	5.969.070,46	0,00	0,00	CREDOR
4.6.1.1.2.01.03	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO	-478.437,30	C	478.437,30	0,00	0,00	CREDOR
4.6.1.1.2.02	REPASSES RECEBIDOS	-131.138.887,92	C	131.140.244,22	1.356,30	0,00	
4.6.1.1.2.02.01	REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-131.140.244,22	C	131.140.244,22	0,00	0,00	CREDOR
4.6.1.1.2.02.99	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS	1.356,30	D	0,00	1.356,30	0,00	
4.6.1.1.2.02.99.01	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	1.356,30	D	0,00	1.356,30	0,00	DEVEDOR
4.6.1.1.2.04	CREDITOS FINANCEIRO RECEBIDO	-63.235.216,23	C	63.235.216,23	0,00	0,00	
4.6.1.1.2.04.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	-63.235.216,23	C	63.235.216,23	0,00	0,00	CREDOR
4.6.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	-987.126.209,55	C	987.126.209,55	0,00	0,00	
4.6.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	-987.071.226,83	C	987.071.226,83	0,00	0,00	CREDOR
4.6.1.1.2.99.99	CANCELAMENTO DE COTA FINANCEIRA	-54.982,72	C	54.982,72	0,00	0,00	
4.6.1.1.2.99.99.03	CANCELAMENTO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	-54.982,72	C	54.982,72	0,00	0,00	CREDOR
4.6.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-4.050.053,55	C	4.050.053,55	0,00	0,00	
4.6.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	-4.050.053,55	C	4.050.053,55	0,00	0,00	
4.6.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	-4.050.053,55	C	4.050.053,55	0,00	0,00	CREDOR
4.6.3	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-15.660.031,66	C	15.660.031,66	0,00	0,00	
4.6.3.2	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	-15.660.031,66	C	15.660.031,66	0,00	0,00	
4.6.3.2.1	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-15.660.031,66	C	15.660.031,66	0,00	0,00	
4.6.3.2.1.01	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	-15.660.031,66	C	15.660.031,66	0,00	0,00	CREDOR
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-336.850,92	C	336.850,92	0,00	0,00	
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-336.850,92	C	336.850,92	0,00	0,00	
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-336.850,92	C	336.850,92	0,00	0,00	
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-336.850,92	C	336.850,92	0,00	0,00	
4.6.3.9.1.01	INCORPORAÇÃO DE ESTOQUES	-305.605,78	C	305.605,78	0,00	0,00	CREDOR
4.6.3.9.1.03	INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	-31.245,14	C	31.245,14	0,00	0,00	CREDOR
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-11.489.357,99	C	11.489.357,99	0,00	0,00	
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-11.489.357,99	C	11.489.357,99	0,00	0,00	
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	-11.489.357,99	C	11.489.357,99	0,00	0,00	
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	-11.489.357,99	C	11.489.357,99	0,00	0,00	

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

4.9.9.1.09	REVERSAO DE DESPRECIACAO/AMORTIZACAO/EXAUSTAO E REAVALIACAO DE BENS	-1.266.320,28	C	1.266.320,28	0,00	0,00	CREDOR
4.9.9.1.11	BENS MOVEIS INCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	-10.218.129,10	C	10.218.129,10	0,00	0,00	CREDOR
4.9.9.1.77	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - BALANCO FINANCEIRO	-4.908,00	C	4.908,00	0,00	0,00	
4.9.9.1.77.01	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FATOS DIVERSOS BALANCO FINANCEIRO	-4.908,00	C	4.908,00	0,00	0,00	
4.9.9.1.77.01.02	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA CONSIGNACOES E RETENCOES B F	-3.109,12	C	3.109,12	0,00	0,00	CREDOR
4.9.9.1.77.01.03	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA DEPOSITO DIVERSAS ORIGENS B F	-1.039,71	C	1.039,71	0,00	0,00	CREDOR
4.9.9.1.77.01.04	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA OBRIG LIQ PAGAR EXERC ANTERIOR RPP B F	-759,77	C	759,77	0,00	0,00	CREDOR
Total Patrimonial		0,00		2.648.090.267,43	2.648.090.267,43	0,00	
5	CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	2.404.635.955,88	D	0,00	0,00	2.404.635.955,88	D
5.2	ORCAMENTO APROVADO	2.309.506.236,40	D	0,00	0,00	2.309.506.236,40	D
5.2.2	FIXACAO DA DESPESA	2.309.506.236,40	D	0,00	0,00	2.309.506.236,40	D
5.2.2.1	DOTACAO ORCAMENTARIA	1.195.025.404,83	D	0,00	0,00	1.195.025.404,83	D
5.2.2.1.1	DOTACAO INICIAL	1.225.570.104,00	D	0,00	0,00	1.225.570.104,00	D
5.2.2.1.2	DOTACAO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO	863.945.185,27	D	0,00	0,00	863.945.185,27	D
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	663.945.185,27	D	0,00	0,00	663.945.185,27	D
5.2.2.1.2.01.01	CREDITOS SUPLEMENTARES DO ORCAMENTO DA DESPESA	402.743.086,80	D	0,00	0,00	402.743.086,80	D
5.2.2.1.2.01.02	SUPLEMENTACAO DO ORCAMENTO DA DESPESA POR REMANEJAMENTO	261.202.098,47	D	0,00	0,00	261.202.098,47	D
5.2.2.1.9	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTACAO	-694.489.884,44	C	0,00	0,00	-694.489.884,44	C
5.2.2.1.9.01	(-) CREDITOS ORCAMENTARIOS ANULADOS	-433.287.785,97	C	0,00	0,00	-433.287.785,97	C
5.2.2.1.9.02	(-) ANULACAO DO ORCAMENTO DA DESPESA PARA REMANEJAMENTO	-261.202.098,47	C	0,00	0,00	-261.202.098,47	C
5.2.2.2	MOVIMENTACAO DE CREDITOS RECEBIDOS	1.114.480.831,57	D	0,00	0,00	1.114.480.831,57	D
5.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZACOES DE CREDITOS	1.114.480.831,57	D	0,00	0,00	1.114.480.831,57	D
5.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZACAO DE CREDITOS RECEBIDOS DO ORCAMENTO DA DESPESA	1.114.480.831,57	D	0,00	0,00	1.114.480.831,57	D
5.3	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	95.129.719,48	D	0,00	0,00	95.129.719,48	D
5.3.1	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	25.452.956,87	D	0,00	0,00	25.452.956,87	D
5.3.1.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	25.452.956,87	D	0,00	0,00	25.452.956,87	D
5.3.2	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.217.313,50	D	0,00	0,00	5.217.313,50	D
5.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	5.217.313,50	D	0,00	0,00	5.217.313,50	D
5.3.8	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	64.459.449,11	D	0,00	0,00	64.459.449,11	D
5.3.8.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	58.559.855,55	D	0,00	0,00	58.559.855,55	D
5.3.8.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	5.899.593,56	D	0,00	0,00	5.899.593,56	D
6	CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	-2.404.635.955,88	C	0,00	0,00	-2.404.635.955,88	C
6.2	EXECUCAO DO ORCAMENTO	-2.309.506.236,40	C	0,00	0,00	-2.309.506.236,40	C
6.2.1	EXECUCAO DA RECEITA	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR	15.743.729,67	D	0,00	0,00	15.743.729,67	D
6.2.1.1.1	RECEITA A REALIZAR	15.743.729,67	D	0,00	0,00	15.743.729,67	D
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA	-15.743.729,67	C	0,00	0,00	-15.743.729,67	C
6.2.1.2.1	RECEITA REALIZADA	-15.743.729,67	C	0,00	0,00	-15.743.729,67	C
6.2.2	EXECUCAO DA DESPESA	-2.309.506.236,40	C	0,00	0,00	-2.309.506.236,40	C
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CREDITO	-1.195.025.404,83	C	0,00	0,00	-1.195.025.404,83	C
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL	-87.038.094,21	C	0,00	0,00	-87.038.094,21	C
6.2.2.1.3	CREDITO UTILIZADO	-1.107.986.810,62	C	0,00	0,00	-1.107.986.810,62	C
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	-57.967.548,73	C	0,00	0,00	-57.967.548,73	C
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	-5.894.270,73	C	0,00	0,00	-5.894.270,73	C
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	-1.044.124.991,16	C	0,00	0,00	-1.044.124.991,16	C
6.2.2.2	MOVIMENTACAO DE CREDITOS CONCEDIDOS	-1.114.480.831,57	C	0,00	0,00	-1.114.480.831,57	C
6.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZACOES DE CREDITOS	-1.114.480.831,57	C	0,00	0,00	-1.114.480.831,57	C
6.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZACAO DE CREDITOS ORCAMENTARIOS CONCEDIDOS	-1.114.480.831,57	C	0,00	0,00	-1.114.480.831,57	C
6.3	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	-95.129.719,48	C	0,00	0,00	-95.129.719,48	C
6.3.1	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	-25.452.956,87	C	0,00	0,00	-25.452.956,87	C
6.3.1.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-592.306,82	C	0,00	0,00	-592.306,82	C
6.3.1.3	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-27,30	C	0,00	0,00	-27,30	C
6.3.1.4	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	-13.661.274,06	C	0,00	0,00	-13.661.274,06	C
6.3.1.9	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	-11.199.348,69	C	0,00	0,00	-11.199.348,69	C
6.3.2	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-5.217.313,50	C	0,00	0,00	-5.217.313,50	C
6.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-5.295,53	C	0,00	0,00	-5.295,53	C
6.3.2.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	-5.211.258,20	C	0,00	0,00	-5.211.258,20	C
6.3.2.9	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	-759,77	C	0,00	0,00	-759,77	C
6.3.8	INSCRICAO RESTOS A PAGAR	-64.459.449,11	C	0,00	0,00	-64.459.449,11	C
6.3.8.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	-58.559.855,55	C	0,00	0,00	-58.559.855,55	C
6.3.8.3	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-5.899.593,56	C	0,00	0,00	-5.899.593,56	C
Total Orcamentario		0,00		0,00	0,00	0,00	
7	CONTROLES DEVEDORES	640.901.025,32	D	0,00	0,00	640.901.025,32	D
7.1	ATOS POTENCIAIS	640.816.699,41	D	0,00	0,00	640.816.699,41	D
7.1.1	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	24.518.144,73	D	0,00	0,00	24.518.144,73	D
7.1.1.1	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	24.365.506,57	D	0,00	0,00	24.365.506,57	D
7.1.1.1.1	GARANTIAS RECEBIDAS	24.365.506,57	D	0,00	0,00	24.365.506,57	D
7.1.1.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	252.638,16	D	0,00	0,00	252.638,16	D
7.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	252.638,16	D	0,00	0,00	252.638,16	D
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	616.198.554,88	D	0,00	0,00	616.198.554,88	D
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS	616.198.554,88	D	0,00	0,00	616.198.554,88	D
7.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	28.314.217,07	D	0,00	0,00	28.314.217,07	D

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

7.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVIÇO	558.062.561,07	D	0,00	0,00	558.062.561,07	D	DEVEDOR
7.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	14.078.046,87	D	0,00	0,00	14.078.046,87	D	DEVEDOR
7.1.2.3.6	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA	15.743.729,67	D	0,00	0,00	15.743.729,67	D	DEVEDOR
7.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	84.325,91	D	0,00	0,00	84.325,91	D	
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	84.325,91	D	0,00	0,00	84.325,91	D	
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	84.325,91	D	0,00	0,00	84.325,91	D	
7.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	84.325,91	D	0,00	0,00	84.325,91	D	
7.2.1.1.02	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - OUTROS RECURSOS	83.698,01	D	0,00	0,00	83.698,01	D	DEVEDOR
7.2.1.1.88	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - ENTRADAS COMPENSATORIAS	1.393,34	D	0,00	0,00	1.393,34	D	DEVEDOR
7.2.1.1.99	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO	-765,44	C	0,00	0,00	-765,44	C	DEVEDOR
8	CONTROLES CREDITORES	-640.901.025,32	C	0,00	0,00	-640.901.025,32	C	
8.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	-640.816.699,41	C	0,00	0,00	-640.816.699,41	C	
8.1.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-24.618.144,73	C	0,00	0,00	-24.618.144,73	C	
8.1.1.1	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	-24.365.506,57	C	0,00	0,00	-24.365.506,57	C	
8.1.1.1.1	EXECUÇÃO DE GARANTIAS RECEBIDAS	-24.365.506,57	C	0,00	0,00	-24.365.506,57	C	
8.1.1.1.01	FIANÇAS BANCARIAS RECEBIDAS	-1.452.429,37	C	0,00	0,00	-1.452.429,37	C	
8.1.1.1.01.01	FIANÇAS BANCARIAS RECEBIDAS - A EXECUTAR	-1.452.429,37	C	0,00	0,00	-1.452.429,37	C	CREDOR
8.1.1.1.02	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS	-22.913.077,20	C	0,00	0,00	-22.913.077,20	C	
8.1.1.1.02.01	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS - A EXECUTAR	-22.913.077,20	C	0,00	0,00	-22.913.077,20	C	CREDOR
8.1.1.9	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-252.638,16	C	0,00	0,00	-252.638,16	C	
8.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-252.638,16	C	0,00	0,00	-252.638,16	C	
8.1.1.9.1.06	DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO	-87.043,76	C	0,00	0,00	-87.043,76	C	
8.1.1.9.1.06.01	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	-726,55	C	0,00	0,00	-726,55	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	-86.317,21	C	0,00	0,00	-86.317,21	C	CREDOR
8.1.1.9.1.10	RESPONSÁVEIS POR BENS ENTREGUES PELO USUÁRIO DE USO/CESSÃO ONEROSA E/OU COMODATO	-165.094,40	C	0,00	0,00	-165.094,40	C	CREDOR
8.1.2	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-616.198.554,68	C	0,00	0,00	-616.198.554,68	C	
8.1.2.3	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-616.198.554,68	C	0,00	0,00	-616.198.554,68	C	
8.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	-28.314.217,07	C	0,00	0,00	-28.314.217,07	C	
8.1.2.3.1.01	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	-23.866.742,96	C	0,00	0,00	-23.866.742,96	C	CREDOR
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - EXECUTADOS	-4.447.474,11	C	0,00	0,00	-4.447.474,11	C	CREDOR
8.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVIÇO	-558.062.561,07	C	0,00	0,00	-558.062.561,07	C	
8.1.2.3.2.01	CONTRATOS DE SERVIÇO - A EXECUTAR	-264.823.055,13	C	0,00	0,00	-264.823.055,13	C	CREDOR
8.1.2.3.2.02	CONTRATOS DE SERVIÇO - EXECUTADOS	-273.239.505,94	C	0,00	0,00	-273.239.505,94	C	CREDOR
8.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	-14.078.046,87	C	0,00	0,00	-14.078.046,87	C	
8.1.2.3.3.01	CONTRATOS DE ALUGUEL - A EXECUTAR	-2.577.858,93	C	0,00	0,00	-2.577.858,93	C	CREDOR
8.1.2.3.3.02	CONTRATOS DE ALUGUEL - EXECUTADOS	-11.500.087,94	C	0,00	0,00	-11.500.087,94	C	CREDOR
8.1.2.3.6	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA	-15.743.729,67	C	0,00	0,00	-15.743.729,67	C	
8.1.2.3.6.01	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA - A EXECUTAR	-10.541.629,67	C	0,00	0,00	-10.541.629,67	C	CREDOR
8.1.2.3.6.02	INSTRUMENTOS DE MUTUA COOPERAÇÃO TÉCNICA - EXECUTADOS	-5.202.100,00	C	0,00	0,00	-5.202.100,00	C	CREDOR
8.2	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-84.325,91	C	0,00	0,00	-84.325,91	C	
8.2.1	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	-84.325,91	C	0,00	0,00	-84.325,91	C	
8.2.1.1	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DE RECURSOS	-84.325,91	C	0,00	0,00	-84.325,91	C	
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	-82.932,57	C	0,00	0,00	-82.932,57	C	
8.2.1.1.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	-83.698,01	C	0,00	0,00	-83.698,01	C	
8.2.1.1.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	-83.698,01	C	0,00	0,00	-83.698,01	C	CREDOR
8.2.1.1.99	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO	765,44	D	0,00	0,00	765,44	D	
8.2.1.1.99.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	765,44	D	0,00	0,00	765,44	D	
8.2.1.1.99.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	765,44	D	0,00	0,00	765,44	D	CREDOR
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO DE ENTRADAS COMPENSATORIAS	1.208.497,12	D	0,00	0,00	1.208.497,12	D	
8.2.1.1.3.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	1.209.890,46	D	0,00	0,00	1.209.890,46	D	
8.2.1.1.3.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - TESOURO ESTADUAL	205.209,88	D	0,00	0,00	205.209,88	D	
8.2.1.1.3.01.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - T. ESTADUAL - P. EXECUTIVO	205.209,88	D	0,00	0,00	205.209,88	D	CREDOR
8.2.1.1.3.01.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - OUTROS RECURSOS	1.004.680,58	D	0,00	0,00	1.004.680,58	D	
8.2.1.1.3.01.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - OUTROS RECURSOS	1.004.680,58	D	0,00	0,00	1.004.680,58	D	CREDOR
8.2.1.1.3.88	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS	-1.393,34	C	0,00	0,00	-1.393,34	C	
8.2.1.1.3.88.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS	-1.393,34	C	0,00	0,00	-1.393,34	C	CREDOR
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	-1.209.890,46	C	0,00	0,00	-1.209.890,46	C	
8.2.1.1.4.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL	-205.209,88	C	0,00	0,00	-205.209,88	C	
8.2.1.1.4.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIVO	-205.209,88	C	0,00	0,00	-205.209,88	C	CREDOR
8.2.1.1.4.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	-1.004.680,58	C	0,00	0,00	-1.004.680,58	C	
8.2.1.1.4.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	-1.004.680,58	C	0,00	0,00	-1.004.680,58	C	CREDOR
Total Controle		0,00		0,00	0,00	0,00		
Total Geral		0,00		2.648.090.267,43	2.648.090.267,43	0,00		
Data	04/04/2021 20:02:42:766							

CERTIFICAMOS A EXATIDÃO DA MOVIMENTAÇÃO CONTÁBIL NESTE BALANÇETE

HUDSON FERREIRA BOTELHO

Gerente da Divisão de Contabilidade Setorial

Contador CRC/MG 055228/O - CPF: [REDACTED]

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

4) Demonstrativo dos Créditos Autorizados por Projeto/Atividade

PRODEMGE
NFCAE63Y - RFCAE353ESTADO DE MINAS GERAIS
SIAFI-MG
CREDITOS AUTORIZADOS POR PROJETO/ATIVIDADEPAGINA: 1
REF. DEZEMBRO DE 2020
EMISSAO = DATA HORA
05/04/2021 - 16:04:51

UNID. ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
FUNC. PROGRAMATICA: 041221001051-0001 ADMINISTRACAO FINANCEIRA E GASTO PUBLICO							
3000	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3300	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	101	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
S O M A		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
FUNC. PROGRAMATICA: 041221001052-0001 ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E CONTENCIOSO FISCAL							
3000	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3300	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	101	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
S O M A		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
FUNC. PROGRAMATICA: 041221001053-0001 GESTAO DA TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO							
3000	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3300	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	101	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
S O M A		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
FUNC. PROGRAMATICA: 041221001054-0001 GESTAO FAZENDARIA E TRANSPARENCIA FISCAL							
3000	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3300	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	101	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
S O M A		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
FUNC. PROGRAMATICA: 041227052500-0001 ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLITICAS PUBLICAS							
3000	000	64.942.906,00	46.195.696,00	2.399.898,00	26.448.431,46-	2.399.898,00-	84.690.170,54
3100	000	55.070.300,00	38.000.000,00	2.399.898,00	19.308.080,00-	2.399.898,00-	73.762.220,00
3190	101	50.070.300,00	32.000.000,00	2.399.898,00	19.308.080,00-	0,00	65.162.118,00
3191	101	5.000.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00	2.399.898,00-	8.600.102,00
3300	000	9.872.606,00	8.195.696,00	0,00	7.140.351,46-	0,00	10.927.950,54
3390	101	3.248.806,00	0,00	0,00	1.351.595,18-	0,00	1.897.210,82
3390	107	4.600.000,00	7.995.696,00	0,00	4.668.195,00-	0,00	7.927.501,00
3390	291	2.023.800,00	200.000,00	0,00	1.120.561,28-	0,00	1.103.238,72
4000	000	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
4400	000	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
4490	101	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
S O M A		64.942.906,00	46.245.696,00	2.399.898,00	26.448.431,46-	2.399.898,00-	84.740.170,54

FUNC. PROGRAMATICA: 041230844199-0001 CONTROLE E OPERACOES FINANCEIRAS DOS RECURSOS ESTADUAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

3000	000	59.993.800,00	100.000,00	0,00	1.063.256,94-	0,00	59.030.543,06
PRODENCE		ESTADO DE MINAS GERAIS				PAGINA: 2	
NFAE63Y - RFCAE353		SIAP-MG				REF. DEZEMBRO DE 2020	
		CREDITOS AUTORIZADOS POR PROJETO/ATIVIDADE				EMISSAO - DATA HORA	
						05/04/2021 - 16:04:51	
UNID. ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA							
NAT.		CREDITOS	CREDITOS	REMANEJAMENTOS		REMANEJAMENTOS	CREDITOS
DESP	FTE/PROC	INICIAL	ADICIONAIS	ADICIONAIS	ANULACOES	ANULACOES	AUTORIZADOS
3100	000	4.870.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.870.800,00
3190	101	4.370.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.370.800,00
3191	101	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
3300	000	55.123.000,00	100.000,00	0,00	1.063.256,94-	0,00	54.159.743,06
3390	101	33.210.000,00	0,00	0,00	1.063.256,94-	0,00	32.146.743,06
3390	107	301.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	401.000,00
3390	271	20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000.000,00
3390	522	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
3390	531	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
3390	542	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	772	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	832	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
S O M A		59.993.800,00	100.000,00	0,00	1.063.256,94-	0,00	59.030.543,06
FUNC. PROGRAMATICA: 041230844247-0001 GESTAO ESTRATEGICA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO							
3000	000	4.872.600,00	0,00	0,00	1.910.000,00-	0,00	2.962.600,00
3100	000	4.560.600,00	0,00	0,00	1.800.000,00-	0,00	2.760.600,00
3190	101	3.960.600,00	0,00	0,00	1.700.000,00-	0,00	2.260.600,00
3191	101	600.000,00	0,00	0,00	100.000,00-	0,00	500.000,00
3300	000	312.000,00	0,00	0,00	110.000,00-	0,00	202.000,00
3390	101	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00-	0,00	0,00
3390	107	302.000,00	0,00	0,00	100.000,00-	0,00	202.000,00
S O M A		4.872.600,00	0,00	0,00	1.910.000,00-	0,00	2.962.600,00
FUNC. PROGRAMATICA: 041230844251-0001 CONTADORIA TRANSPARENTE							
3000	000	2.591.600,00	840.000,00	0,00	10.000,00-	0,00	3.421.600,00
3100	000	2.380.600,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	3.180.600,00
3190	101	2.080.600,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	2.880.600,00
3191	101	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
3300	000	211.000,00	40.000,00	0,00	10.000,00-	0,00	241.000,00
3390	101	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00-	0,00	0,00
3390	107	201.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	241.000,00
S O M A		2.591.600,00	840.000,00	0,00	10.000,00-	0,00	3.421.600,00
FUNC. PROGRAMATICA: 041230844252-0001 CONTADORIA LEGAL							
3000	000	3.108.700,00	0,00	0,00	386.350,46-	0,00	2.722.349,54
3100	000	2.006.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.006.700,00
3190	101	1.806.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.806.700,00
3191	101	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
3300	000	1.102.000,00	0,00	0,00	386.350,46-	0,00	715.649,54
3390	101	900.000,00	0,00	0,00	386.350,46-	0,00	513.649,54
3390	107	202.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.000,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

S O M A		3.108.700,00	0,00	0,00	386.350,46-	0,00	2.722.349,54
PRODENG		ESTADO DE MINAS GERAIS				PAGINA: 3	
NFAE63Y - RFCAE353		SIAFI-MG				REF. DEZEMBRO DE 2020	
		CREDITOS AUTORIZADOS POR PROJETO/ATIVIDADE				EMISSAO - DATA HORA	
						05/04/2021 - 16:04:51	
UNID. ORÇAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA							
NAT.		CREDITOS	CREDITOS	REMANEJAMENTOS		REMANEJAMENTOS	CREDITOS
DESP FTE/PROC		INICIAL	ADICIONAIS	ADICIONAIS	ANULACOES	ANULACOES	AUTORIZADOS
FUNC. PROGRAMATICA: 041230844255-0001 GOVERNANCA DO SISTEMA INTEGRADO UTILIZADO PARA A EXECUCAO ORÇAMENTARIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E C							
3000	000	22.862.600,00	1.563.824,71	0,00	2.632.000,00-	0,00	21.794.424,71
3100	000	1.661.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.661.600,00
3190	101	1.461.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.461.600,00
3191	101	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
3300	000	21.201.000,00	1.563.824,71	0,00	2.632.000,00-	0,00	20.132.824,71
3390	101	21.000.000,00	1.563.824,71	0,00	2.632.000,00-	0,00	19.931.824,71
3390	107	201.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.000,00
4000	000	0,00	4.800.000,00	0,00	0,00	0,00	4.800.000,00
4400	000	0,00	4.800.000,00	0,00	0,00	0,00	4.800.000,00
4490	101	0,00	4.800.000,00	0,00	0,00	0,00	4.800.000,00
S O M A		22.862.600,00	6.363.824,71	0,00	2.632.000,00-	0,00	26.594.424,71
FUNC. PROGRAMATICA: 041230844258-0001 GESTAO DE ATIVOS E HAVERES							
3000	000	4.776.700,00	3.770.959,00	249.748,47	2.663.617,81-	249.748,47-	5.884.041,19
3100	000	313.700,00	3.471.877,00	249.738,47	0,00	249.738,47-	3.785.577,00
3190	101	213.700,00	3.471.877,00	0,00	0,00	249.738,47-	3.435.838,53
3191	101	100.000,00	0,00	249.738,47	0,00	0,00	349.738,47
3300	000	4.463.000,00	299.082,00	10,00	2.663.617,81-	10,00-	2.099.464,19
3390	101	4.450.000,00	50.000,00	0,00	2.663.617,81-	10,00-	1.836.372,19
3390	107	13.000,00	249.082,00	0,00	0,00	0,00	262.082,00
3391	101	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	10,00
S O M A		4.776.700,00	3.770.959,00	249.748,47	2.663.617,81-	249.748,47-	5.884.041,19
FUNC. PROGRAMATICA: 041230844260-0001 ENDIVIDAMENTO SUSTENTAVEL							
3000	000	769.100,00	900.000,00	0,00	10.000,00-	0,00	1.659.100,00
3100	000	728.100,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	1.528.100,00
3190	101	628.100,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	1.328.100,00
3191	101	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
3300	000	41.000,00	100.000,00	0,00	10.000,00-	0,00	131.000,00
3390	101	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00-	0,00	0,00
3390	107	31.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	131.000,00
S O M A		769.100,00	900.000,00	0,00	10.000,00-	0,00	1.659.100,00
FUNC. PROGRAMATICA: 041230844261-0001 GOVERNANCA DAS EMPRESAS ESTATAIS							
3000	000	231.200,00	700.000,00	10.000,00	10.000,00-	10.000,00-	921.200,00
3100	000	210.200,00	600.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00-	810.200,00
3190	101	210.200,00	500.000,00	0,00	0,00	10.000,00-	700.200,00
3191	101	0,00	100.000,00	10.000,00	0,00	0,00	110.000,00
3300	000	21.000,00	100.000,00	0,00	10.000,00-	0,00	111.000,00
3390	101	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00-	0,00	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

3390	107	11.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	111.000,00
PRODENG		ESTADO DE MINAS GERAIS				PAGINA: 4	
NFCAE63Y - RFCAE353		SIAFI-MG				REF. DEZEMBRO DE 2020	
		CREDITOS AUTORIZADOS POR PROJETO/ATIVIDADE				EMISSAO = DATA HORA	
						05/04/2021 - 16:04:51	
UNID. ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA							
NAT.		CREDITOS	CREDITOS	REMANEJAMENTOS		REMANEJAMENTOS	CREDITOS
DESP	FTE/PROC	INICIAL	ADICIONAIS	ADICIONAIS	ANULACOES	ANULACOES	AUTORIZADOS
S O M A		231.200,00	700.000,00	10.000,00	10.000,00-	10.000,00-	921.200,00
FUNC. PROGRAMATICA: 041261152048-0001 TRANSFORMACAO DIGITAL							
3000	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3300	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	101	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4000	000	0,00	6.882.312,73	0,00	0,00	0,00	6.882.312,73
4400	000	0,00	6.882.312,73	0,00	0,00	0,00	6.882.312,73
4490	741	0,00	6.882.312,73	0,00	0,00	0,00	6.882.312,73
S O M A		1.000,00	6.882.312,73	0,00	0,00	0,00	6.883.312,73
FUNC. PROGRAMATICA: 041261152051-0001 PROPOSICAO, AMPLIACAO E SUSTENTACAO DE SOLUCOES E ATENDIMENTO AOS USUARIOS DE TIC							
3000	000	41.012.300,00	2.718.147,62	0,00	613.538,72-	0,00	43.116.908,90
3100	000	15.336.300,00	0,00	0,00	601.937,46-	0,00	14.734.362,54
3190	101	13.436.300,00	0,00	0,00	601.937,46-	0,00	12.834.362,54
3191	101	1.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00
3300	000	25.676.000,00	2.718.147,62	0,00	11.601,26-	0,00	28.382.546,36
3390	101	21.614.049,00	0,00	0,00	11.601,26-	0,00	21.602.447,74
3390	107	905.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	905.000,00
3390	291	3.156.951,00	2.718.147,62	0,00	0,00	0,00	5.875.098,62
S O M A		41.012.300,00	2.718.147,62	0,00	613.538,72-	0,00	43.116.908,90
FUNC. PROGRAMATICA: 041261152052-0001 SUSTENTACAO DO DATA CENTER							
3000	000	44.228.000,00	0,00	0,00	20.127.585,77-	0,00	24.100.414,23
3300	000	44.228.000,00	0,00	0,00	20.127.585,77-	0,00	24.100.414,23
3390	101	44.228.000,00	0,00	0,00	20.127.585,77-	0,00	24.100.414,23
S O M A		44.228.000,00	0,00	0,00	20.127.585,77-	0,00	24.100.414,23
FUNC. PROGRAMATICA: 041291131036-0001 MELHORIA DAS INSTALACOES FAZENDARIAS							
3000	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3300	000	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	101	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4000	000	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00	0,00	1.054.562,92
4400	000	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00	0,00	1.054.562,92
4490	101	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00	0,00	1.054.562,92
S O M A		1.000,00	1.054.562,92	0,00	0,00	0,00	1.055.562,92

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

FUNC. PROGRAMATICA: 041291134278-0001 GESTAO DA TRIBUTACAO, ARRECADACAO, FISCALIZACAO, CREDITO E COBRANCA								
3000	000	133.087.859,00	106.101.123,00	27.000.000,00	118.246.762,94-	27.000.000,00-	120.942.219,06	
3100	000	120.188.000,00	104.851.123,00	27.000.000,00	115.092.468,00-	27.000.000,00-	109.946.655,00	
3190	101	488.000,00	97.851.123,00	4.000.000,00	32.000.000,00-	0,00	70.339.123,00	
PRODENGE				ESTADO DE MINAS GERAIS		PAGINA: 5		
NFAE63Y = RFCAE353				SIAT-MG		REF. DEZEMBRO DE 2020		
CREDITOS AUTORIZADOS POR PROJETO/ATIVIDADE						EMISSAO - DATA HORA		
						05/04/2021 - 16:04:51		
UNID. ORCAMENTARIA: 1191 = SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA								
NAT. DESP		F7E/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
3190	111		104.700.000,00	0,00	0,00	57.149.356,03-	23.000.000,00-	24.550.643,97
3191	101		15.000.000,00	7.000.000,00	0,00	6.000.000,00-	4.000.000,00-	12.000.000,00
3191	111		0,00	0,00	23.000.000,00	19.943.111,97-	0,00	3.056.888,03
3300	000		12.899.859,00	1.250.000,00	0,00	3.154.294,94-	0,00	10.995.564,06
3390	101		1.543.900,00	0,00	0,00	6.708,60-	0,00	1.537.191,40
3390	107		8.849.859,00	1.150.000,00	0,00	2.750.000,00-	0,00	7.249.859,00
3390	291		1.173.600,00	100.000,00	0,00	397.586,34-	0,00	876.013,66
3390	531		1.322.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.322.250,00
3390	542		10.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.250,00
S O M A			133.087.859,00	106.101.123,00	27.000.000,00	118.246.762,94-	27.000.000,00-	120.942.219,06
FUNC. PROGRAMATICA: 041291134281-0001 SIMPLIFICACAO TRIBUTARIA								
3000	000		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3300	000		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	101		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
S O M A			1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
FUNC. PROGRAMATICA: 041291134282-0001 CONTROLE FISCAL								
3000	000		828.430.039,00	198.976.931,42	231.542.452,00	258.477.208,13-	231.542.452,00-	768.929.762,29
3100	000		757.730.039,00	197.589.129,00	231.542.452,00	248.343.958,86-	231.542.452,00-	706.975.209,14
3190	101		51.246.367,00	197.589.129,00	35.508.247,00	3.171.877,00-	0,00	281.171.866,00
3190	111		622.995.260,00	0,00	59.034.205,00	216.947.784,00-	137.000.000,00-	320.081.681,00
3191	101		83.488.412,00	0,00	0,00	8.100.000,00-	35.508.247,00-	39.880.165,00
3191	111		0,00	0,00	137.000.000,00	20.124.297,86-	59.034.205,00-	57.841.497,14
3300	000		70.700.000,00	1.387.802,42	0,00	10.133.249,27-	0,00	61.954.553,15
3390	101		17.863.000,00	0,00	0,00	5.784.167,27-	0,00	12.078.832,73
3390	107		47.400.000,00	1.150.000,00	0,00	4.349.082,00-	0,00	44.200.918,00
3390	291		5.437.000,00	237.802,42	0,00	0,00	0,00	5.674.802,42
S O M A			828.430.039,00	198.976.931,42	231.542.452,00	258.477.208,13-	231.542.452,00-	768.929.762,29
FUNC. PROGRAMATICA: 041291134284-0001 NOTA FISCAL MINEIRA								
3000	000		100.000,00	1.489.529,40	0,00	100.000,00-	0,00	1.489.529,40
3300	000		100.000,00	1.489.529,40	0,00	100.000,00-	0,00	1.489.529,40
3390	101		100.000,00	1.489.529,40	0,00	100.000,00-	0,00	1.489.529,40
4000	000		0,00	26.600.000,00	0,00	296.376,61-	0,00	26.303.623,39
4400	000		0,00	26.600.000,00	0,00	296.376,61-	0,00	26.303.623,39
4490	101		0,00	26.600.000,00	0,00	296.376,61-	0,00	26.303.623,39
S O M A			100.000,00	28.089.529,40	0,00	396.376,61-	0,00	27.793.152,79

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

FUNC. PROGRAMÁTICA: 041291134312-0001 GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENCIA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

3000	000	14.555.700,00	0,00	0,00	292.657,13-	0,00	14.263.042,87
3100	000	12.957.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.957.700,00
3190	101	11.457.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.457.700,00

PRODEMG

ESTADO DE MINAS GERAIS

PAGINA: 6

NFCAE63Y - RFCAE353

STAFI-MG

REF. DEZEMBRO DE 2020

CREDITOS AUTORIZADOS POR PROJETO/ATIVIDADE

EMISSAO - DATA HORA

05/04/2021 - 16:04:51

UNID. ORÇAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

NAT.	DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
3191	101		1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
3300	000		1.598.000,00	0,00	0,00	292.657,13-	0,00	1.305.342,87
3390	101		698.000,00	0,00	0,00	144.657,13-	0,00	553.342,87
3390	107		900.000,00	0,00	0,00	148.000,00-	0,00	752.000,00
S O M A			14.555.700,00	0,00	0,00	292.657,13-	0,00	14.263.042,87
T O T A I S			1.225.570.104,00	402.743.086,80	261.202.098,47	433.287.785,97-	261.202.098,47-	1.195.025.404,83

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

5) Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa por Projeto/Atividade

PRODEMGE
NFCAE68W - RFCAE355ESTADO DE MINAS GERAIS
SIAFI-MG
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR PROJETO/ATIVIDADEPAGINA: 1
REF. DEZEMBRO DE 2020
EMISSÃO = DATA HORA
05/04/2021 - 16:04:52

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

MAT FTE/PROC DESP	CREDITOS AUTORIZADOS	----- DESPESA EMPENHADA ----- NO MES	ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	----- DESPESA REALIZADA ----- NO MES	ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
041221001051-0001 - ADMINISTRACAO FINANCEIRA E GASTO PUBLICO							
3000	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 101	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
S O M A	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
041221001052-0001 - ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E CONTENCIOSO FISCAL							
3000	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 101	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
S O M A	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
041221001053-0001 - GESTAO DA TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO							
3000	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 101	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
S O M A	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
041221001054-0001 - GESTAO FAZENDARIA E TRANSPARENCIA FISCAL							
3000	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 101	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
S O M A	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
041227052500-0001 - ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLITICAS PUBLICAS							
3000	84.690.170,54	9.545.670,75	80.663.408,95	4.026.761,59	10.191.818,88	80.663.408,95	0,00
3100	73.762.220,00	9.354.013,50	72.026.048,32	1.736.171,68	9.628.673,37	72.026.048,32	0,00
3190 101	65.162.118,00	8.484.455,95	64.585.642,67	576.475,33	8.759.115,82	64.585.642,67	0,00
3191 101	8.600.102,00	869.557,55	7.440.405,65	1.159.696,35	869.557,55	7.440.405,65	0,00
3300	10.927.950,54	191.657,25	8.637.360,63	2.290.599,91	563.145,51	8.637.360,63	0,00
3390 101	1.897.210,82	46.365,51	1.578.306,29	318.904,53	302.347,92	1.578.306,29	0,00
3390 107	7.927.501,00	0,00	6.500.498,96	1.427.002,04	0,00	6.500.498,96	0,00
3390 291	1.103.238,72	145.291,74	558.555,38	544.683,34	260.797,59	558.555,38	0,00
4000	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4400	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
4490 101	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
S O M A	84.740.170,54	9.545.670,75	80.663.408,95	4.076.761,59	10.191.818,88	80.663.408,95	0,00

041230844199-0001 - CONTROLE E OPERACOES FINANCEIRAS DOS RECURSOS ESTADUAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

3000	59.030.543,06	135.286,84	57.270.003,68	1.760.539,38	13.673.913,82	57.270.003,68	0,00
PROCEMGE				ESTADO DE MINAS GERAIS			PAGINA: 2
NFCAE68W = RFCAE355				SIAPF-MG			REP. DEZEMBRO DE 2020
				EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA POR PROJETO/ATIVIDADE			EMISSAO - DATA HORA
							05/04/2021 - 16:04:52
UNID. ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA							
NAT FTE/PROC DESP	CREDITOS AUTORIZADOS	----- NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	----- NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
3100	4.870.800,00	1.244.761,50	4.434.212,33	436.587,67	1.244.761,50	4.434.212,33	0,00
3190 101	4.370.800,00	1.128.168,50	4.043.729,52	327.070,48	1.128.168,50	4.043.729,52	0,00
3191 101	500.000,00	116.593,00	390.482,81	109.517,19	116.593,00	390.482,81	0,00
3300	54.159.743,06	1.109.474,66	52.835.791,35	1.323.951,71	12.429.152,32	52.835.791,35	0,00
3390 101	32.146.743,06	22.568,71	32.124.174,35	22.568,71	6.185.832,40	32.124.174,35	0,00
3390 107	401.000,00	0,00	248.522,95	152.477,05	0,00	248.522,95	0,00
3390 271	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	0,00	6.203.680,45	20.000.000,00	0,00
3390 522	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 531	350.000,00	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 542	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 772	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 832	1.200.000,00	736.905,95	463.094,05	736.905,95	39.639,47	463.094,05	0,00
S O M A	59.030.543,06	135.286,84	57.270.003,68	1.760.539,38	13.673.913,82	57.270.003,68	0,00
041230844247-0001 - GESTAO ESTRATEGICA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO							
3000	2.962.600,00	177.726,67	696.006,56	2.266.593,44	177.726,67	696.006,56	0,00
3100	2.760.600,00	177.726,67	656.692,56	2.103.907,44	177.726,67	656.692,56	0,00
3190 101	2.260.600,00	155.500,04	577.634,55	1.682.965,45	155.500,04	577.634,55	0,00
3191 101	500.000,00	22.226,63	79.058,01	420.941,99	22.226,63	79.058,01	0,00
3300	202.000,00	0,00	39.314,00	162.686,00	0,00	39.314,00	0,00
3390 101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390 107	202.000,00	0,00	39.314,00	162.686,00	0,00	39.314,00	0,00
S O M A	2.962.600,00	177.726,67	696.006,56	2.266.593,44	177.726,67	696.006,56	0,00
041230844251-0001 - CONTADORIA TRANSPARENTE							
3000	3.421.600,00	474.876,44	3.112.876,82	308.723,18	474.876,44	3.112.876,82	0,00
3100	3.180.600,00	474.312,44	2.940.262,45	240.337,55	474.312,44	2.940.262,45	0,00
3190 101	2.880.600,00	435.552,74	2.720.301,64	160.298,36	435.552,74	2.720.301,64	0,00
3191 101	300.000,00	38.759,70	219.960,81	80.039,19	38.759,70	219.960,81	0,00
3300	241.000,00	564,00	172.614,37	68.385,63	564,00	172.614,37	0,00
3390 101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390 107	241.000,00	564,00	172.614,37	68.385,63	564,00	172.614,37	0,00
S O M A	3.421.600,00	474.876,44	3.112.876,82	308.723,18	474.876,44	3.112.876,82	0,00
041230844252-0001 - CONTADORIA LEGAL							
3000	2.722.349,54	312.886,26	2.046.039,52	676.310,02	315.503,04	2.046.039,52	0,00
3100	2.006.700,00	314.484,04	1.520.038,51	486.661,49	314.484,04	1.520.038,51	0,00
3190 101	1.806.700,00	295.913,13	1.425.977,43	380.722,57	295.913,13	1.425.977,43	0,00
3191 101	200.000,00	18.570,91	94.061,08	105.938,92	18.570,91	94.061,08	0,00
3300	715.649,54	1.597,78	526.001,01	189.648,53	1.019,00	526.001,01	0,00
3390 101	513.649,54	2.616,78	418.017,81	95.631,73	0,00	418.017,81	0,00
3390 107	202.000,00	1.019,00	107.983,20	94.016,80	1.019,00	107.983,20	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

S O M A	2.722.349,54	312.886,26	2.046.039,52	676.310,02	315.503,04	2.046.039,52	0,00
PRODEMG NFAE68M - RFCAE355 ESTADO DE MINAS GERAIS SIAFI-MG EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA POR PROJETO/ATIVIDADE PAGINA: 3 REF. DEZEMBRO DE 2020 EMISSAO - DATA HORA 05/04/2021 - 16:04:52							
UNID. ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA							
NAT FTE/PROC DESP	CREDITOS AUTORIZADOS	----- DESPESA EMPENHADA ----- NO MES	ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	----- DESPESA REALIZADA ----- NO MES	ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
041230844255-0001 - GOVERNANCA DO SISTEMA INTEGRADO UTILIZADO PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E C							
3000	21.794.424,71	2.481.864,66	20.210.493,87	1.583.938,84	5.467.425,99	20.210.493,87	0,00
3100	1.661.600,00	77.326,05	264.796,46	1.396.803,54	77.326,05	264.796,46	0,00
3190 101	1.461.600,00	66.825,38	225.546,05	1.236.053,95	66.825,38	225.546,05	0,00
3191 101	200.000,00	10.500,67	39.250,41	160.749,59	10.500,67	39.250,41	0,00
3300	20.132.824,71	2.404.538,61	19.945.697,41	187.127,30	5.390.099,94	19.945.697,41	0,00
3390 101	19.931.824,71	2.404.538,61	19.931.713,65	111,06	5.390.099,94	19.931.713,65	0,00
3390 107	201.000,00	0,00	13.983,76	187.016,24	0,00	13.983,76	0,00
4000	4.800.000,00	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00
4400	4.800.000,00	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00
4490 101	4.800.000,00	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00
S O M A	26.594.424,71	7.281.864,66	25.010.493,87	1.583.938,84	10.267.425,99	25.010.493,87	0,00
041230844258-0001 - GESTAO DE ATIVOS E HAVERES							
3000	5.884.041,19	751.570,09	5.592.928,78	291.112,41	919.145,62	5.592.928,78	0,00
3100	3.785.577,00	549.125,52	3.551.138,78	234.438,22	549.125,52	3.551.138,78	0,00
3190 101	3.435.838,53	494.909,75	3.211.979,31	223.859,22	494.909,75	3.211.979,31	0,00
3191 101	349.738,47	54.215,77	339.159,47	10.579,00	54.215,77	339.159,47	0,00
3300	2.098.464,19	202.444,57	2.041.790,00	56.674,19	370.020,10	2.041.790,00	0,00
3390 101	1.836.372,19	202.444,57	1.829.099,28	7.272,91	370.020,10	1.829.099,28	0,00
3390 107	262.082,00	0,00	212.690,72	49.391,28	0,00	212.690,72	0,00
3391 101	10,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00
S O M A	5.884.041,19	751.570,09	5.592.928,78	291.112,41	919.145,62	5.592.928,78	0,00
041230844260-0001 - ENDIVIDAMENTO SUSTENTAVEL							
3000	1.659.100,00	264.229,49	1.539.683,31	119.416,69	264.229,49	1.539.683,31	0,00
3100	1.528.100,00	263.870,09	1.446.051,91	82.048,09	263.870,09	1.446.051,91	0,00
3190 101	1.328.100,00	228.774,28	1.259.310,95	68.789,05	228.774,28	1.259.310,95	0,00
3191 101	200.000,00	35.095,81	186.740,96	13.259,04	35.095,81	186.740,96	0,00
3300	131.000,00	359,40	93.631,40	37.368,60	359,40	93.631,40	0,00
3390 101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390 107	131.000,00	359,40	93.631,40	37.368,60	359,40	93.631,40	0,00
S O M A	1.659.100,00	264.229,49	1.539.683,31	119.416,69	264.229,49	1.539.683,31	0,00
041230844261-0001 - GOVERNANCA DAS EMPRESAS ESTATAIS							
3000	921.200,00	128.699,49	515.590,69	405.609,31	128.699,49	515.590,69	0,00
3100	810.200,00	127.774,49	491.406,89	318.793,11	127.774,49	491.406,89	0,00
3190 101	700.200,00	110.893,24	428.026,80	272.173,20	110.893,24	428.026,80	0,00
3191 101	110.000,00	16.881,25	63.380,09	46.619,91	16.881,25	63.380,09	0,00
3300	111.000,00	925,00	24.183,80	86.816,20	925,00	24.183,80	0,00
3390 101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

3390	107	111.000,00	925,00	24.183,00	86.816,20	925,00	24.183,80	0,00
PRODEMGE NFAE68M - RFCAE355								
ESTADO DE MINAS GERAIS SIAFI-MG EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA POR PROJETO/ATIVIDADE								
UNID. ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA								
PAGINA: 4 REF. DEZEMBRO DE 2020 EMISSAO - DATA HORA 05/04/2021 - 16:04:52								
NAT FTE/PROC DESP	CREDITOS AUTORIZADOS	----- NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	----- NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS	
S O M A	921.200,00	128.699,49	515.590,69	405.609,31	128.699,49	515.590,69	0,00	
041261152048-0001 - TRANSFORMACAO DIGITAL								
3000	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	
3300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	
3390 101	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	
4000	6.882.312,73	174.750,00	6.075.850,00	806.462,73	873.750,00	6.075.850,00	0,00	
4400	6.882.312,73	174.750,00	6.075.850,00	806.462,73	873.750,00	6.075.850,00	0,00	
4490 741	6.882.312,73	174.750,00	6.075.850,00	806.462,73	873.750,00	6.075.850,00	0,00	
S O M A	6.883.312,73	174.750,00	6.075.850,00	807.462,73	873.750,00	6.075.850,00	0,00	
041261152051-0001 - PROPOSICAO, AMPLIACAO E SUSTENTACAO DE SOLUCOES E ATENDIMENTO AOS USUARIOS DE TIC								
3000	43.116.908,90	3.318.328,00	35.460.945,67	7.655.963,23	10.836.871,51	35.460.945,67	0,00	
3100	14.734.362,54	2.336.770,62	9.193.575,56	5.540.786,98	2.336.770,62	9.193.575,56	0,00	
3190 101	12.834.362,54	2.027.091,18	7.937.631,41	4.896.731,13	2.027.091,18	7.937.631,41	0,00	
3191 101	1.900.000,00	309.679,44	1.255.944,15	644.055,85	309.679,44	1.255.944,15	0,00	
3300	28.382.546,36	981.557,38	26.267.370,11	2.115.176,25	8.500.100,89	26.267.370,11	0,00	
3390 101	21.602.447,74	24.087,34	21.101.192,26	501.235,48	6.924.902,67	21.101.192,26	0,00	
3390 107	905.000,00	0,00	491.079,23	413.920,77	0,00	491.079,23	0,00	
3390 291	5.875.098,62	1.005.644,72	4.675.098,62	1.200.000,00	1.575.198,22	4.675.098,62	0,00	
S O M A	43.116.908,90	3.318.328,00	35.460.945,67	7.655.963,23	10.836.871,51	35.460.945,67	0,00	
041261152052-0001 - SUSTENTACAO DO DATA CENTER								
3000	24.100.414,23	641.919,05	23.984.810,17	115.604,06	6.990.276,25	23.984.810,17	0,00	
3300	24.100.414,23	641.919,05	23.984.810,17	115.604,06	6.990.276,25	23.984.810,17	0,00	
3390 101	24.100.414,23	641.919,05	23.984.810,17	115.604,06	6.990.276,25	23.984.810,17	0,00	
S O M A	24.100.414,23	641.919,05	23.984.810,17	115.604,06	6.990.276,25	23.984.810,17	0,00	
041291131036-0001 - MELHORIA DAS INSTALACOES FAZENDARIAS								
3000	1.054.562,92	0,00	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00	0,00	
3300	1.054.562,92	0,00	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00	0,00	
3390 101	1.054.562,92	0,00	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00	0,00	
4000	1.054.562,92	0,00	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00	0,00	
4400	1.054.562,92	0,00	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00	0,00	
4490 101	1.054.562,92	0,00	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00	0,00	
S O M A	1.055.562,92	0,00	0,00	1.055.562,92	0,00	0,00	0,00	

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

041291134278-0001 - GESTAO DA TRIBUTACAO, ARRECADACAO, FISCALIZACAO, CREDITO E COBRANCA									
3000		120.942.219,06	18.025.664,99	113.969.798,75	6.972.420,31	19.891.864,85	113.969.798,75	0,00	
3100		109.946.655,00	19.449.347,01	105.949.752,49	3.996.902,51	19.449.347,01	105.949.752,49	0,00	
3190	101	70.339.123,00	17.203.465,62	69.179.981,40	1.159.141,60	17.203.465,62	69.179.981,40	0,00	
PRODENGE					ESTADO DE MINAS GERAIS		PAGINA: 5		
NFCAB68W - RFCAB355					SIAFI-MG		REF. DEZEMBRO DE 2020		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA POR PROJETO/ATIVIDADE							EMISSAO - DATA		HORA
							05/04/2021		16:04:52
UNID. ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA									
NAT FTE/PROC DESP		CREDITOS AUTORIZADOS	----- DESPESA EMPENHADA ----- NO MES ATE O MES		SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	----- DESPESA REALIZADA ----- NO MES ATE O MES		SALDO DE EMPENHOS	
3190	111	24.550.643,97	0,00	24.550.643,97	0,00	0,00	24.550.643,97	0,00	
3191	101	12.000.000,00	2.245.881,39	9.162.239,09	2.837.760,91	2.245.881,39	9.162.239,09	0,00	
3191	111	3.056.888,03	0,00	3.056.888,03	0,00	0,00	3.056.888,03	0,00	
3300		10.995.564,06	1.423.682,02	8.020.046,26	2.975.517,80	442.517,84	8.020.046,26	0,00	
3390	101	1.537.191,40	152.466,26	1.209.899,84	327.291,56	191.206,95	1.209.899,84	0,00	
3390	107	7.249.859,00	0,00	6.174.015,67	1.075.843,33	0,00	6.174.015,67	0,00	
3390	291	876.013,66	51.034,24	636.130,75	239.882,91	251.310,89	636.130,75	0,00	
3390	531	1.322.250,00	1.322.250,00	0,00	1.322.250,00	0,00	0,00	0,00	
3390	542	10.250,00	0,00	0,00	10.250,00	0,00	0,00	0,00	
S O M A		120.942.219,06	18.025.664,99	113.969.798,75	6.972.420,31	19.891.864,85	113.969.798,75	0,00	
041291134281-0001 - SIMPLIFICACAO TRIBUTARIA									
3000		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	
3300		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	
3390	101	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	
S O M A		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	
041291134282-0001 - CONTROLE FISCAL									
3000		768.929.762,29	102.789.805,44	716.361.706,19	52.568.056,10	107.184.062,44	716.361.706,19	0,00	
3100		706.975.209,14	102.400.307,18	659.914.146,88	47.061.062,26	102.400.307,18	659.914.146,88	0,00	
3190	101	281.171.866,00	0,00	261.057.180,86	20.114.685,14	0,00	261.057.180,86	0,00	
3190	111	328.081.681,00	91.163.668,78	325.096.346,97	2.985.334,03	91.163.668,78	325.096.346,97	0,00	
3191	101	39.880.165,00	5.722.970,66	39.099.704,75	780.460,25	5.722.970,66	39.099.704,75	0,00	
3191	111	57.841.497,14	5.513.667,74	34.660.914,30	23.180.582,84	5.513.667,74	34.660.914,30	0,00	
3300		61.954.553,15	389.498,26	56.447.559,31	5.506.993,84	4.783.755,26	56.447.559,31	0,00	
3390	101	12.078.832,73	369.103,12	11.403.723,86	675.108,87	3.173.772,62	11.403.723,86	0,00	
3390	107	44.200.918,00	7.938,00	39.931.313,93	4.269.604,07	7.938,00	39.931.313,93	0,00	
3390	291	5.674.802,42	12.457,14	5.112.521,52	562.280,90	1.602.044,64	5.112.521,52	0,00	
S O M A		768.929.762,29	102.789.805,44	716.361.706,19	52.568.056,10	107.184.062,44	716.361.706,19	0,00	
041291134284-0001 - NOTA FISCAL MINEIRA									
3000		1.489.529,40	1.457.050,44	1.457.050,44	32.478,96	1.457.050,44	1.457.050,44	0,00	
3300		1.489.529,40	1.457.050,44	1.457.050,44	32.478,96	1.457.050,44	1.457.050,44	0,00	
3390	101	1.489.529,40	1.457.050,44	1.457.050,44	32.478,96	1.457.050,44	1.457.050,44	0,00	
4000		26.303.623,39	24.049.667,86	24.049.667,86	2.253.955,53	24.049.667,86	24.049.667,86	0,00	
4400		26.303.623,39	24.049.667,86	24.049.667,86	2.253.955,53	24.049.667,86	24.049.667,86	0,00	
4490	101	26.303.623,39	24.049.667,86	24.049.667,86	2.253.955,53	24.049.667,86	24.049.667,86	0,00	
S O M A		27.793.152,79	25.506.718,30	25.506.718,30	2.286.434,49	25.506.718,30	25.506.718,30	0,00	

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

041291134312-0001 - GESTAO EFICIENTE E TRANSPARENCIA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO								
3000		14.263.042,87	1.890.251,55	10.179.949,36	4.083.093,51	1.971.790,70	10.179.949,36	0,00
3100		12.957.700,00	1.832.500,31	9.147.674,57	3.810.025,43	1.832.500,31	9.147.674,57	0,00
3190	101	11.457.700,00	1.616.327,08	8.019.447,37	3.438.252,63	1.616.327,08	8.019.447,37	0,00
PRODENGE				ESTADO DE MINAS GERAIS		PAGINA: 6		
NFCAE68M - RFCAE355				SIAFI-MG		REF. DEZEMBRO DE 2020		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA POR PROJETO/ATIVIDADE						EMISSAO - DATA HORA		
						05/04/2021 - 16:04:52		
UNID. ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA								

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

6) Demonstrativo da Execução da Despesa por Natureza da Despesa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRATIVO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

18/02/2021 13:44:37

SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 02 LRI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
300000	DESPESAS CORRENTES				1.073.061.292,76
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			871.535.797,71	
319000	APLICACOES DIRETAS		774.319.380,90		
319005	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1,92			
319007	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	5.358,55			
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	765.460.820,04			
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	1.226.591,61			
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.336.361,50			
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.924.287,65			
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.365.959,63			
319100	APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACOES ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTIDA		97.216.416,81		
319113	OBRIGACOES PATRONAIS	97.216.416,81			
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			201.525.495,05	
339000	APLICACOES DIRETAS		201.525.495,05		
339008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	2,40			
339014	DIARIAS - CIVIL	69.675,81			
339030	MATERIAL DE CONSUMO	537.094,82			
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	114.400,00			
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA	41.834,28			
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.289.252,68			
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	11.106.869,83			
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	64.969.591,58			
339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	68.010.815,37			
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	54.021.129,82			
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	90.388,53			
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	501.250,90			
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	56.549,33			
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	716.639,70			
400000	DESPESAS DE CAPITAL				34.925.517,86
440000	INVESTIMENTOS				
449000	APLICACOES DIRETAS		34.925.517,86		
449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	5.926.773,60			
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.998.744,26			
TOTAL					1.107.986.810,62

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

7) Composição dos Créditos Autorizados por Classificação Econômica da Despesa

PRODEMGE
NFAE64M - RFCAE357ESTADO DE MINAS GERAIS
SIAFI-MG
CREDITOS AUTORIZADOS POR CLASSIFICACAO ECONOMICA DA DESPESA/FONTE/PROCEDENCIAPAGINA: 1
REF. DEZEMBRO DE 2020
EMISSAO = DATA HORA
05/04/2021 - 16.04.57

UNID. ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
3000	000	1.225.570.104,00	363.356.211,15	261.202.098,47	432.991.409,36-	261.202.098,47-	1.155.934.905,79
3100	000	978.014.639,00	346.112.129,00	261.202.088,47	385.146.444,32-	261.202.088,47-	938.980.323,68
3190	101	141.430.967,00	332.912.129,00	41.908.145,00	56.781.890,46-	259.739,47-	459.209.608,07
3190	111	727.695.260,00	0,00	59.034.205,00	274.097.140,03-	160.000.000,00-	352.632.324,97
3191	101	108.888.412,00	13.200.000,00	259.738,47	14.200.000,00-	41.908.145,00-	66.240.005,47
3191	111	0,00	0,00	160.000.000,00	40.067.409,83-	59.034.205,00-	60.898.385,17
3300	000	247.555.465,00	17.244.082,15	10,00	47.844.965,04-	10,00-	216.954.582,11
3390	101	148.902.755,00	3.103.354,11	0,00	34.311.540,42-	10,00-	117.694.558,69
3390	107	63.916.859,00	10.884.778,00	0,00	12.015.277,00-	0,00	62.786.360,00
3390	271	20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000.000,00
3390	291	11.791.351,00	3.255.950,04	0,00	1.518.147,62-	0,00	13.529.153,42
3390	522	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
3390	531	1.672.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.672.250,00
3390	542	11.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.250,00
3390	772	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	832	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
3391	101	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	10,00
4000	000	0,00	39.386.875,65	0,00	296.376,61-	0,00	39.090.499,04
4400	000	0,00	39.386.875,65	0,00	296.376,61-	0,00	39.090.499,04
4490	101	0,00	32.504.562,92	0,00	296.376,61-	0,00	32.208.186,31
4490	741	0,00	6.882.312,73	0,00	0,00	0,00	6.882.312,73
T O T A I S		1.225.570.104,00	402.743.086,80	261.202.098,47	433.287.785,97-	261.202.098,47-	1.195.025.404,83

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

8) Posição Acumulada da Execução Orçamentária da Despesa

05/04/2021 20:03:21.4		ESTADO DE MINAS GERAIS			PAG. 1
RFAE657 SIAFI		POSICAO ACUMULADA DA EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA			PRODEGE
UNIDADE ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA		REFERENCIA: DEZEMBRO / 2020			ORGAO EXECUTOR: 1190
NATUREZA IFE F.F.	COTA DESCENTRALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO DE COTA DESCENTRALIZADA	DESPESA REALIZADA	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.705.2500.0001 - ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLITICAS PUBLICAS AS					
3.1.90.07 0 10.1	2.245,43	2.245,43	0,00	2.245,43	0,00
3.1.90.11 0 10.1	62.033.420,65	62.033.420,65	0,00	62.033.420,65	0,00
3.1.90.13 0 10.1	693.648,47	693.648,47	0,00	693.648,47	0,00
3.1.90.16 0 10.1	141.966,69	141.966,69	0,00	141.966,69	0,00
3.1.90.92 0 10.1	348.401,80	348.401,80	0,00	348.401,80	0,00
3.1.90.96 0 10.1	1.402.074,75	1.365.959,63	36.115,12	1.365.959,63	0,00
3.1.91.13 0 10.1	7.440.405,65	7.440.405,65	0,00	7.440.405,65	0,00
3.3.90.14 0 10.1	42.170,00	21.665,08	20.504,92	21.665,08	0,00
3.3.90.30 0 10.1	458.527,68	433.575,42	24.952,26	433.575,42	0,00
3.3.90.30 0 29.1	114.000,00	35.381,90	78.618,10	35.381,90	0,00
3.3.90.33 0 10.1	108.786,70	66.831,11	41.955,59	66.831,11	0,00
3.3.90.36 0 10.1	35.114,51	35.114,51	400,00	35.114,51	0,00
3.3.90.37 0 10.1	440.663,28	391.128,22	49.535,06	391.128,22	0,00
3.3.90.37 0 29.1	373.470,93	363.033,61	10.437,32	363.033,61	0,00
3.3.90.39 0 10.1	454.193,18	447.714,89	6.478,29	447.714,89	0,00
3.3.90.39 0 29.1	186.280,77	130.287,17	55.993,60	130.287,17	0,00
3.3.90.40 0 10.1	26.329,09	26.168,44	160,65	26.168,44	0,00
3.3.90.40 0 29.1	47.532,40	29.625,00	17.907,40	29.625,00	0,00
3.3.90.46 0 10.7	6.386.162,96	6.386.162,96	0,00	6.386.162,96	0,00
3.3.90.47 0 10.1	321,38	321,38	0,00	321,38	0,00
3.3.90.49 0 10.1	8.779,90	8.779,90	0,00	8.779,90	0,00
3.3.90.49 0 10.7	114.336,00	114.336,00	0,00	114.336,00	0,00
3.3.90.92 0 10.1	14.568,33	14.568,33	0,00	14.568,33	0,00
3.3.90.93 0 10.1	168.901,01	132.439,01	36.462,00	132.439,01	0,00
3.3.90.93 0 29.1	227,70	227,70	0,00	227,70	0,00
4.4.90.52 0 10.1	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	81.092.929,26	80.663.408,95	429.520,31	80.663.408,95	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.123.084.4199.0001 - CONTROLE E OPERACOES FINANCEIRAS DOS RECURSOS ESTADUAIS					
3.1.90.11 0 10.1	3.877.709,61	3.877.709,61	0,00	3.877.709,61	0,00
3.1.90.13 0 10.1	123.083,94	123.083,94	0,00	123.083,94	0,00
3.1.90.92 0 10.1	42.935,97	42.935,97	0,00	42.935,97	0,00
3.1.91.13 0 10.1	390.482,81	390.482,81	0,00	390.482,81	0,00
3.3.90.39 0 10.1	32.000.450,00	31.989.391,45	11.058,55	31.989.391,45	0,00
3.3.90.39 0 27.1	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	0,00
3.3.90.39 0 52.2	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39 0 53.1	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39 0 77.2	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39 0 83.2	1.200.000,00	463.094,05	736.905,95	463.094,05	0,00
3.3.90.40 0 10.1	146.293,06	134.782,90	11.510,16	134.782,90	0,00
3.3.90.46 0 10.7	243.572,95	243.572,95	0,00	243.572,95	0,00
3.3.90.49 0 10.7	4.950,00	4.950,00	0,00	4.950,00	0,00
SUBTOTAL	58.440.478,34	57.270.003,68	1.170.474,66	57.270.003,68	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.123.084.4247.0001 - GESTAO ESTRATEGICA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO					

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

05/04/2021 20:03:21.5		ESTADO DE MINAS GERAIS			PAG. 2
RFAE657 SIAFI		POSICAO ACUMULADA DA EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA			PRODEMEC
UNIDADE ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA		REFERENCIA: DEZEMBRO / 2020			ORGAO EXECUTOR: 1190
NATUREZA IFE F.P.	COTA DESCENTRALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO DE COTA DESCENTRALIZADA	DESPESA REALIZADA	SALDO DE EMPENHO
3.1.90.11 0 10.1	561.835,24	561.835,24	0,00	561.835,24	0,00
3.1.90.13 0 10.1	9.823,31	9.823,31	0,00	9.823,31	0,00
3.1.90.92 0 10.1	5.976,00	5.976,00	0,00	5.976,00	0,00
3.1.91.13 0 10.1	79.058,01	79.058,01	0,00	79.058,01	0,00
3.3.90.46 0 10.7	38.369,00	38.369,00	0,00	38.369,00	0,00
3.3.90.49 0 10.7	945,00	945,00	0,00	945,00	0,00
SUBTOTAL	696.006,56	696.006,56	0,00	696.006,56	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.123.084.4251.0001 - CONTADORIA TRANSPARENTE					
3.1.90.11 0 10.1	2.564.724,42	2.564.724,42	0,00	2.564.724,42	0,00
3.1.90.13 0 10.1	140.426,58	140.426,58	0,00	140.426,58	0,00
3.1.90.92 0 10.1	15.150,64	15.150,64	0,00	15.150,64	0,00
3.1.91.13 0 10.1	219.960,81	219.960,81	0,00	219.960,81	0,00
3.3.90.46 0 10.7	169.266,37	169.266,37	0,00	169.266,37	0,00
3.3.90.49 0 10.7	3.348,00	3.348,00	0,00	3.348,00	0,00
SUBTOTAL	3.112.876,82	3.112.876,82	0,00	3.112.876,82	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.123.084.4252.0001 - CONTADORIA LEGAL					
3.1.90.11 0 10.1	1.321.105,33	1.321.105,33	0,00	1.321.105,33	0,00
3.1.90.13 0 10.1	92.399,90	92.399,90	0,00	92.399,90	0,00
3.1.90.92 0 10.1	12.472,20	12.472,20	0,00	12.472,20	0,00
3.1.91.13 0 10.1	94.061,08	94.061,08	0,00	94.061,08	0,00
3.3.90.33 0 10.1	2.253,54	0,00	2.253,54	0,00	0,00
3.3.90.37 0 10.1	413.645,05	413.645,05	0,00	413.645,05	0,00
3.3.90.39 0 10.1	4.736,00	4.372,76	363,24	4.372,76	0,00
3.3.90.46 0 10.7	106.597,20	106.597,20	0,00	106.597,20	0,00
3.3.90.49 0 10.7	1.386,00	1.386,00	0,00	1.386,00	0,00
SUBTOTAL	2.048.656,30	2.046.039,52	2.616,78	2.046.039,52	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.123.084.4255.0001 - GOVERNANCA DO SISTEMA INTEGRADO UTILIZADO PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E					
3.1.90.11 0 10.1	222.730,65	222.730,65	0,00	222.730,65	0,00
3.1.90.92 0 10.1	2.815,40	2.815,40	0,00	2.815,40	0,00
3.1.91.13 0 10.1	39.250,41	39.250,41	0,00	39.250,41	0,00
3.3.90.40 0 10.1	19.931.713,65	19.931.713,65	0,00	19.931.713,65	0,00
3.3.90.46 0 10.7	13.776,76	13.776,76	0,00	13.776,76	0,00
3.3.90.49 0 10.7	207,00	207,00	0,00	207,00	0,00
4.4.90.40 0 10.1	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00	4.800.000,00	0,00
SUBTOTAL	25.010.493,87	25.010.493,87	0,00	25.010.493,87	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.123.084.4258.0001 - GESTAO DE ATIVOS E HAVERES					
3.1.90.11 0 10.1	3.118.532,60	3.118.532,60	0,00	3.118.532,60	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

05/04/2021 20:03:21.5		ESTADO DE MINAS GERAIS			PAG. 3	
RFAE657 SIAFI		POSICAO ACUMULADA DA EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA			REFERENCIA: DEZEMBRO / 2020 PROCEME	
UNIDADE ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA					ORGAO EXECUTOR: 1190	
NATUREZA IFE F.F.	COTA	DESPESA	SALDO	DESPESA	SALDO DE	
	DESCENTRALIZADA	EMPENHADA	DE COTA	REALIZADA	EMPENHO	
			DESCENTRALIZADA			
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.123.084.4258.0001 - GESTAO DE ATIVOS E HAVRES						
3.1.90.13 0 10.1	69.400,90	69.400,90	0,00	69.400,90	0,00	
3.1.90.92 0 10.1	24.045,81	24.045,81	0,00	24.045,81	0,00	
3.1.91.13 0 10.1	339.159,47	339.159,47	0,00	339.159,47	0,00	
3.3.90.14 0 10.1	2.036,70	2.036,70	0,00	2.036,70	0,00	
3.3.90.33 0 10.1	1.276,74	1.276,74	0,00	1.276,74	0,00	
3.3.90.37 0 10.1	246.244,82	246.220,72	24,10	246.220,72	0,00	
3.3.90.39 0 10.1	1.526.220,94	1.524.441,61	1.779,33	1.524.441,61	0,00	
3.3.90.40 0 10.1	21.436,00	21.436,00	0,00	21.436,00	0,00	
3.3.90.46 0 10.7	207.839,72	207.839,72	0,00	207.839,72	0,00	
3.3.90.47 0 10.1	3.347,60	3.347,60	0,00	3.347,60	0,00	
3.3.90.49 0 10.7	4.851,00	4.851,00	0,00	4.851,00	0,00	
3.3.90.93 0 10.1	30.367,21	30.339,91	27,30	30.339,91	0,00	
SUBTOTAL	5.594.759,51	5.592.928,78	1.830,73	5.592.928,78	0,00	
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.123.084.4260.0001 - ENDIVIDAMENTO SUSTENTAVEL						
3.1.90.11 0 10.1	1.251.552,95	1.251.552,95	0,00	1.251.552,95	0,00	
3.1.90.92 0 10.1	7.758,00	7.758,00	0,00	7.758,00	0,00	
3.1.91.13 0 10.1	186.740,96	186.740,96	0,00	186.740,96	0,00	
3.3.90.46 0 10.7	91.363,40	91.363,40	0,00	91.363,40	0,00	
3.3.90.49 0 10.7	2.268,00	2.268,00	0,00	2.268,00	0,00	
SUBTOTAL	1.539.683,31	1.539.683,31	0,00	1.539.683,31	0,00	
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.123.084.4261.0001 - GOVERNANCA DAS EMPRESAS ESTATAIS						
3.1.90.11 0 10.1	416.330,96	416.330,96	0,00	416.330,96	0,00	
3.1.90.13 0 10.1	8.400,70	8.400,70	0,00	8.400,70	0,00	
3.1.90.92 0 10.1	3.295,14	3.295,14	0,00	3.295,14	0,00	
3.1.91.13 0 10.1	63.380,09	63.380,09	0,00	63.380,09	0,00	
3.3.90.46 0 10.7	24.147,80	24.147,80	0,00	24.147,80	0,00	
3.3.90.49 0 10.7	36,00	36,00	0,00	36,00	0,00	
SUBTOTAL	515.590,69	515.590,69	0,00	515.590,69	0,00	
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.126.115.2048.0001 - TRANSFORMACAO DIGITAL						
4.4.90.52 0 74.1	6.075.850,00	6.075.850,00	0,00	6.075.850,00	0,00	
SUBTOTAL	6.075.850,00	6.075.850,00	0,00	6.075.850,00	0,00	
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.126.115.2051.0001 - PROPOSICAO, AMPLIACAO E SUSTENTACAO DE SOLUCOES E ATENDIMENTO AOS USUARIOS DE TIC						
3.1.90.11 0 10.1	7.853.041,32	7.853.041,32	0,00	7.853.041,32	0,00	
3.1.90.13 0 10.1	5.082,00	5.082,00	0,00	5.082,00	0,00	

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

05/04/2021 20:03:21.5		ESTADO DE MINAS GERAIS			PAG. 4
RFAE657 SIAFI		POSICAO ACUMULADA DA EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA			PRODEMEZ
UNIDADE ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA		REFERENCIA: DEZEMBRO / 2020			ORGAO EXECUTOR: 1190
NATUREZA IFE F.P.	COTA DESCENTRALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO DE COTA DESCENTRALIZADA	DESPESA REALIZADA	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.126.115.2051.0001 - PROPOSICAO, AMPLIACAO E SUSTENTACAO DE SOLUCOES E ATENDIMENTO AOS USUARIOS DE TIC					
3.1.90.92.0.10.1	79.508,09	79.508,09	0,00	79.508,09	0,00
3.1.91.13.0.10.1	1.255.944,15	1.255.944,15	0,00	1.255.944,15	0,00
3.3.90.14.0.10.1	542,19	542,19	0,00	542,19	0,00
3.3.90.33.0.10.1	1.118,40	1.118,40	0,00	1.118,40	0,00
3.3.90.39.0.10.1	741.714,41	340.127,12	401.587,29	340.127,12	0,00
3.3.90.39.0.29.1	13.364,11	0,00	13.364,11	0,00	0,00
3.3.90.40.0.10.1	20.763.419,12	20.758.382,18	5.036,94	20.758.382,18	0,00
3.3.90.40.0.29.1	4.803.662,26	4.675.098,62	128.563,64	4.675.098,62	0,00
3.3.90.46.0.10.7	487.128,23	487.128,23	0,00	487.128,23	0,00
3.3.90.49.0.10.7	3.951,00	3.951,00	0,00	3.951,00	0,00
3.3.90.93.0.10.1	1.022,37	1.022,37	0,00	1.022,37	0,00
SUBTOTAL	36.009.497,65	35.460.945,67	548.551,98	35.460.945,67	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.126.115.2052.0001 - SUSTENTACAO DO DATA CENTER					
3.3.90.30.0.10.1	25.515,00	14.035,00	11.480,00	14.035,00	0,00
3.3.90.37.0.10.1	235.678,08	200.296,44	35.381,64	200.296,44	0,00
3.3.90.39.0.10.1	2.885.054,57	2.862.838,96	22.215,61	2.862.838,96	0,00
3.3.90.40.0.10.1	20.950.323,10	20.907.639,77	42.683,33	20.907.639,77	0,00
SUBTOTAL	24.096.570,75	23.984.810,17	111.760,58	23.984.810,17	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.129.113.1036.0001 - MELHORIA DAS INSTALACOES FAZENDARIAS					
4.4.90.51.0.10.1	1.054.562,92	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00
SUBTOTAL	1.054.562,92	0,00	1.054.562,92	0,00	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.129.113.4278.0001 - GESTAO DA TRIBUTACAO, ARRECADACAO, FISCALIZACAO, CREDITO E COBRANCA					
3.1.90.11.0.10.1	68.456.344,87	68.456.344,87	0,00	68.456.344,87	0,00
3.1.90.11.0.11.1	24.532.956,96	24.532.956,96	0,00	24.532.956,96	0,00
3.1.90.13.0.10.1	40.274,62	40.274,62	0,00	40.274,62	0,00
3.1.90.13.0.11.1	16.375,59	16.375,59	0,00	16.375,59	0,00
3.1.90.92.0.10.1	683.361,91	683.361,91	0,00	683.361,91	0,00
3.1.90.92.0.11.1	1.311,42	1.311,42	0,00	1.311,42	0,00
3.1.91.13.0.10.1	9.162.239,09	9.162.239,09	0,00	9.162.239,09	0,00
3.1.91.13.0.11.1	3.056.888,03	3.056.888,03	0,00	3.056.888,03	0,00
3.3.90.14.0.10.1	532,35	532,35	0,00	532,35	0,00
3.3.90.30.0.10.1	50,00	50,00	0,00	50,00	0,00
3.3.90.30.0.29.1	2.620,00	2.620,00	0,00	2.620,00	0,00
3.3.90.33.0.10.1	4.580,95	3.091,67	1.489,28	3.091,67	0,00
3.3.90.33.0.29.1	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.35.0.29.1	41.834,28	41.834,28	0,00	41.834,28	0,00
3.3.90.36.0.10.1	369,80	369,80	0,00	369,80	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

05/04/2021 20:03:21.5		ESTADO DE MINAS GERAIS			PAG. 5	
RFAE657 SIAFI		POSICAO ACUMULADA DA EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA			REFERENCIA: DEZEMBRO / 2020 PRODECE	
UNIDADE ORCAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA					ORGAO EXECUTOR: 1190	
NATUREZA IPE F.P.	COTA DESCENTRALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO DE COTA DESCENTRALIZADA	DESPESA REALIZADA	SALDO DE EMPENHO	
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.129.113.4278.0001 - GESTAO DA TRIBUTACAO, ARRECADACAO, FISCALIZACAO, CREDITO E COBRANCA						
3.3.90.37 0 10.1	35.884,87	35.783,21	101,66	35.783,21	0,00	
3.3.90.37 0 29.1	18.500,00	18.500,00	0,00	18.500,00	0,00	
3.3.90.39 0 10.1	1.233.068,22	939.171,72	293.896,50	939.171,72	0,00	
3.3.90.39 0 29.1	588.678,89	477.047,71	111.631,18	477.047,71	0,00	
3.3.90.40 0 10.1	78.894,03	78.233,95	660,08	78.233,95	0,00	
3.3.90.40 0 29.1	47.055,97	46.976,94	79,03	46.976,94	0,00	
3.3.90.46 0 10.7	6.126.648,67	6.126.648,67	0,00	6.126.648,67	0,00	
3.3.90.47 0 10.1	4.543,79	4.543,79	0,00	4.543,79	0,00	
3.3.90.49 0 10.7	47.367,00	47.367,00	0,00	47.367,00	0,00	
3.3.90.93 0 10.1	148.123,35	148.123,35	0,00	148.123,35	0,00	
3.3.90.93 0 29.1	49.151,82	49.151,82	0,00	49.151,82	0,00	
SUBTOTAL	114.378.656,48	113.969.798,75	408.857,73	113.969.798,75	0,00	
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.129.113.4282.0001 - CONTROLE FISCAL						
3.1.90.05 0 11.1	1,92	1,92	0,00	1,92	0,00	
3.1.90.07 0 10.1	1.399,44	1.399,44	0,00	1.399,44	0,00	
3.1.90.07 0 11.1	1.713,68	1.713,68	0,00	1.713,68	0,00	
3.1.90.11 0 10.1	260.601.449,70	260.601.449,70	0,00	260.601.449,70	0,00	
3.1.90.11 0 11.1	320.721.146,84	320.721.146,84	0,00	320.721.146,84	0,00	
3.1.90.13 0 11.1	2.160,00	2.160,00	0,00	2.160,00	0,00	
3.1.90.16 0 10.1	378.346,32	378.346,32	0,00	378.346,32	0,00	
3.1.90.16 0 11.1	816.048,49	816.048,49	0,00	816.048,49	0,00	
3.1.90.92 0 10.1	75.985,40	75.985,40	0,00	75.985,40	0,00	
3.1.90.92 0 11.1	3.555.276,04	3.555.276,04	0,00	3.555.276,04	0,00	
3.1.91.13 0 10.1	39.099.704,75	39.099.704,75	0,00	39.099.704,75	0,00	
3.1.91.13 0 11.1	34.660.914,30	34.660.914,30	0,00	34.660.914,30	0,00	
3.3.90.08 0 10.1	1,44	1,44	0,00	1,44	0,00	
3.3.90.08 0 10.7	0,96	0,96	0,00	0,96	0,00	
3.3.90.14 0 10.1	68.052,97	43.542,59	24.510,38	43.542,59	0,00	
3.3.90.14 0 29.1	11.721,58	1.356,90	10.364,68	1.356,90	0,00	
3.3.90.30 0 10.1	78.599,36	51.182,20	27.417,16	51.182,20	0,00	
3.3.90.30 0 29.1	250,30	250,30	0,00	250,30	0,00	
3.3.90.32 0 10.1	312,00	0,00	312,00	0,00	0,00	
3.3.90.33 0 10.1	50.839,45	42.082,08	8.757,37	42.082,08	0,00	
3.3.90.36 0 10.1	871.101,80	870.477,45	624,35	870.477,45	0,00	
3.3.90.36 0 29.1	418.858,42	383.290,92	35.567,50	383.290,92	0,00	
3.3.90.37 0 10.1	4.894.882,87	4.877.841,50	17.041,37	4.877.841,50	0,00	
3.3.90.37 0 29.1	4.258.526,76	4.237.025,77	21.500,99	4.237.025,77	0,00	
3.3.90.39 0 10.1	5.113.709,80	4.871.896,46	241.813,34	4.871.896,46	0,00	
3.3.90.39 0 29.1	527.210,36	473.693,63	53.516,73	473.693,63	0,00	
3.3.90.40 0 10.1	213.507,33	194.544,89	18.962,44	194.544,89	0,00	
3.3.90.40 0 29.1	16.913,00	12.824,92	4.088,08	12.824,92	0,00	
3.3.90.46 0 10.7	39.626.842,97	39.626.842,97	0,00	39.626.842,97	0,00	
3.3.90.47 0 10.1	84.441,49	79.054,75	5.386,74	79.054,75	0,00	

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

05/04/2021 20:03:21.5

RFAE657 SIAFI

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ESTADO DE MINAS GERAIS

POSICAO ACUMULADA DA EXECUCAO ORÇAMENTARIA DA DESPESA

REFERENCIA: DEZEMBRO / 2020

PAG. 6

PRODEMGE

ORGAO EXECUTOR: 1190

NATUREZA IPE F.P.	COTA DESCENTRALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO DE COTA DESCENTRALIZADA	DESPESA REALIZADA	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.129.113.4282.0001 - CONTROLE FISCAL					
3.3.90.47 0 29.1	2.471,74	2.471,74	0,00	2.471,74	0,00
3.3.90.49 0 10.7	304.470,00	304.470,00	0,00	304.470,00	0,00
3.3.90.92 0 10.1	40.135,81	40.135,81	0,00	40.135,81	0,00
3.3.90.92 0 29.1	1.410,35	1.410,35	0,00	1.410,35	0,00
3.3.90.93 0 10.1	341.896,54	332.964,69	8.931,85	332.964,69	0,00
3.3.90.93 0 29.1	196,99	196,99	0,00	196,99	0,00
SUBTOTAL	716.840.501,17	716.361.706,19	478.794,98	716.361.706,19	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.129.113.4289.0001 - NOTA FISCAL MINEIRA					
3.3.90.39 1 10.1	366.287,48	366.287,47	0,01	366.287,47	0,00
3.3.90.40 1 10.1	1.123.241,92	1.090.762,97	32.478,95	1.090.762,97	0,00
4.4.90.40 1 10.1	1.269.321,44	1.126.773,60	142.547,84	1.126.773,60	0,00
4.4.90.52 1 10.1	25.034.301,95	22.922.894,26	2.111.407,69	22.922.894,26	0,00
SUBTOTAL	27.793.152,79	25.506.718,30	2.286.434,49	25.506.718,30	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.129.113.4312.0001 - GESTAO EFICIENTE E TRANSPARENCIA DO CONTENCIOSO ADM INISTRATIVO TRIBUTARIO					
3.1.90.11 0 10.1	7.927.937,94	7.927.937,94	0,00	7.927.937,94	0,00
3.1.90.13 0 10.1	25.515,60	25.515,60	0,00	25.515,60	0,00
3.1.90.92 0 10.1	65.993,83	65.993,83	0,00	65.993,83	0,00
3.1.91.13 0 10.1	1.128.227,20	1.128.227,20	0,00	1.128.227,20	0,00
3.3.90.37 0 10.1	323.395,31	323.395,31	0,00	323.395,31	0,00
3.3.90.39 0 10.1	79.227,47	79.226,58	0,89	79.226,58	0,00
3.3.90.40 0 10.1	103.240,04	102.625,14	614,90	102.625,14	0,00
3.3.90.46 0 10.7	499.413,79	499.413,79	0,00	499.413,79	0,00
3.3.90.47 0 10.1	649,27	649,27	0,00	649,27	0,00
3.3.90.49 0 10.7	4.356,00	4.356,00	0,00	4.356,00	0,00
3.3.90.92 0 10.1	434,84	434,84	0,00	434,84	0,00
3.3.90.93 0 10.1	22.173,86	22.173,86	0,00	22.173,86	0,00
SUBTOTAL	10.180.565,15	10.179.949,36	615,79	10.179.949,36	0,00
TOTAL	1.114.480.831,57	1.107.986.810,62	6.494.020,95	1.107.986.810,62	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

9) Demonstrativo da Receita e Despesa, Segundo as Categorias Econômicas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA, SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

18/02/2021 13:17:54

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 01 LEI 4320

RECEITAS			DESPESAS		
RECEITAS CORRENTES		83.698,01	DESPESAS CORRENTES		975.844.875,95
RECEITA PATRIMONIAL			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	774.319.380,90	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	201.525.495,05	
			DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		97.216.416,81
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97.216.416,81	
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - CUSTEIO		148.393.194,71			
SOMA		148.476.892,72	SOMA		1.073.061.292,76
DÉFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		924.584.400,04			
TOTAL		1.073.061.292,76	TOTAL		1.073.061.292,76
			DÉFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		924.584.400,04
RECEITAS DE CAPITAL		15.660.031,66	DESPESAS DE CAPITAL		34.925.517,86
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			INVESTIMENTOS	34.925.517,86	
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - CAPITAL		28.849.667,86			
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL		44.509.699,52	SOMA		34.925.517,86
SOMA		44.509.699,52			
DÉFICIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		915.000.218,38			
TOTAL		959.509.917,90	TOTAL		959.509.917,90
R E S U M O					
RECEITAS CORRENTES		148.476.892,72	DESPESAS CORRENTES		1.073.061.292,76
RECEITAS DE CAPITAL		44.509.699,52	DESPESAS DE CAPITAL		34.925.517,86
SOMA		192.986.592,24	SOMA		1.107.986.810,62
DÉFICIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		915.000.218,38			
TOTAL		1.107.986.810,62	TOTAL		1.107.986.810,62

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

10) Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARRECAÇÃO GERAL

18/02/2021 13:33:41

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 02 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	DETALHES	TIPO DE RECEITA	DESDOBRAMENTOS	ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA ORIGEM
1000.00.0.0.00.000	RECEITAS CORRENTES					83.698,01
1300.00.0.0.00.000	RECEITA PATRIMONIAL					83.698,01
1320.00.0.0.00.000	VALORES MOBILIÁRIOS				83.698,01	
1321.00.0.0.00.000	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS			83.698,01		
1321.00.1.0.00.000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS			83.698,01		
1321.00.1.1.00.000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL		83.698,01			
1321.00.1.1.01.000	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	83.698,01				
2000.00.0.0.00.000	RECEITAS DE CAPITAL					15.660.031,66
2400.00.0.0.00.000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					15.660.031,66
2440.00.0.0.00.000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS				15.660.031,66	
2448.00.0.0.00.000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - ESPECÍFICA E/M			15.660.031,66		
2448.10.0.0.00.000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS			15.660.031,66		
2448.10.1.0.00.000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS			15.660.031,66		
2448.10.1.1.00.000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL		15.660.031,66			
2448.10.1.1.08.000	EMPRESAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO	15.660.031,66				
2448.10.1.1.08.002	EMPRESAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO/SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	15.660.031,66				
TOTAL						15.743.729,67

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

11) Demonstrativo da Composição da Despesa Autorizada



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA DESPESA AUTORIZADA

18/02/2021 13:35:02

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

LEGISLAÇÃO		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS SUPLEMENTARES	ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	ANULAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL
1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA						
LEI	23579 DE 15.01.2020	1.225.570.104,00	0,00	0,00	0,00	1.225.570.104,00
NR SIAFI	20 DE 10.03.2020	0,00	6.230.959,51	0,00	0,00	6.230.959,51
NR SIAFI	51 DE 30.04.2020	0,00	3.420.959,00	0,00	3.420.959,00	0,00
NR SIAFI	62 DE 20.05.2020	0,00	286.040.252,00	0,00	286.040.252,00	0,00
NR SIAFI	82 DE 23.06.2020	0,00	45.900.000,00	0,00	45.900.000,00	0,00
NR SIAFI	118 DE 31.07.2020	0,00	0,00	0,00	14.000.000,00	-14.000.000,00
NR SIAFI	128 DE 14.08.2020	0,00	1.671.353,22	0,00	1.020.000,00	651.353,22
NR SIAFI	130 DE 19.08.2020	0,00	19.640.000,00	0,00	27.565.657,00	-7.925.657,00
NR SIAFI	140 DE 27.08.2020	0,00	0,00	0,00	3.510.618,00	-3.510.618,00
NR SIAFI	143 DE 01.09.2020	0,00	0,00	0,00	601.937,46	-601.937,46
NR SIAFI	145 DE 04.09.2020	0,00	0,00	0,00	8.000.000,00	-8.000.000,00
NR SIAFI	154 DE 22.09.2020	0,00	27.100.000,00	0,00	13.100.000,00	14.000.000,00
NR SIAFI	167 DE 15.10.2020	0,00	2.507.677,02	0,00	2.507.677,02	0,00
NR SIAFI	185 DE 13.11.2020	0,00	998.000,00	0,00	998.000,00	0,00
NR SIAFI	190 DE 23.11.2020	0,00	1.777.802,42	0,00	40.000,00	1.737.802,42
NR SIAFI	194 DE 27.11.2020	0,00	6.363.824,71	0,00	6.363.824,71	0,00
NR SIAFI	197 DE 02.12.2020	0,00	997.696,00	0,00	0,00	997.696,00
NR SIAFI	213 DE 22.12.2020	0,00	84.562,92	0,00	14.484.516,28	-14.399.953,36
NR SIAFI	217 DE 29.12.2020	0,00	10.000,00	0,00	5.734.344,50	-5.724.344,50
TOTAL		1.225.570.104,00	402.743.086,80	0,00	433.287.785,97	1.195.025.404,83

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

12) Demonstrativo Segundo a Natureza da Despesa por Item – Consolidação Geral



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTABILIDADE GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRATIVO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA POR ITEM - CONSOLIDAÇÃO GERAL

18/02/2021 13:49:25

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 02 LEI 4320

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CÓDIGO	TÍTULO	ITEM	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
300000	DESPESAS CORRENTES					1.073.061.292,76
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				871.535.797,71	
319000	APLICACOES DIRETAS			774.319.380,90		
319005	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR		1,92			
319005	09 SALARIO-FAMILIA	1,92				
319007	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA		5.358,55			
319007	01 CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	5.358,55				
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		765.460.820,04			
319011	01 VENCIMENTOS	179.594.940,30				
319011	03 ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO	132.691.146,21				
319011	12 GRATIFICACAO DE ESTIMULO A PRODUCAO INDIVIDUAL - GEPI	301.749.478,04				
319011	17 GRATIFICACAO DE CARGO EM COMISSAO	58.368.211,87				
319011	19 VANTAGEM PESSOAL	11.994.843,55				
319011	21 ABONO DE FERIAS	18.956.198,22				
319011	22 GRATIFICACAO DE NATAL	60.043.770,56				
319011	34 HONORARIOS	6.077,62				
319011	43 GRATIFICACAO DE ORGAO DE DELIBERACAO COLETIVA	190.701,00				
319011	45 VANTAGEM TEMPORARIA INCORPORAVEL	2.779,20				
319011	46 GRATIFICACAO DE DESEMPENHO DE PRODUTIVIDADE INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL	1.862.673,47				
319013	OBRIGACOES PATRONAIS		1.226.591,61			
319013	04 INSS - FOLHA	1.202.749,92				
319013	05 OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	23.841,69				
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		1.336.361,50			
319016	05 FERIAS-PREMIO	1.336.361,50				
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		4.924.287,65			
319092	01 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	4.924.287,65				
319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		1.365.959,63			
319096	01 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.365.959,63				
319100	APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACOES ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTIDA			97.216.416,81		
319113	OBRIGACOES PATRONAIS		97.216.416,81			
319113	05 OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	96.163.667,54				
319113	21 OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO - DESPESAS COM ASSISTENCIA A SAUDE	1.052.749,27				
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				201.525.495,05	
339000	APLICACOES DIRETAS			201.525.495,05		
339008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS		2,40			
339008	10 SALARIO FAMILIA	2,40				
339014	DIARIAS - CIVIL		69.675,81			
339014	01 DIARIAS - CIVIL	69.675,81				
339030	MATERIAL DE CONSUMO		537.094,82			
339030	03 UTENSILIOS PARA COPA, REFEITORIO E COZINHA	224,00				
339030	05 MATERIAL PARA ESCRITORIO	101.228,40				
339030	10 MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR	62.406,00				
339030	16 MATERIAL DE INFORMATICA	18.012,00				
339030	17 ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	47.342,70				
339030	19 MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	26.100,66				
339030	20 MATERIAL ELETRICO	74.729,61				
339030	21 MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE BENS DE DOMINIO PUB. OU DE TERCEIROS	1.362,22				
339030	22 FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	23.425,22				
339030	24 PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	8.715,00				
339030	26 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	165.408,11				
339030	27 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES P/ EQUIP. E OUTROS MAT. PERMANENTES	7.853,90				
339030	99 OUTROS MATERIAIS	287,00				

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRATIVO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA POR ITEM - CONSOLIDAÇÃO GERAL

18/02/2021 13:49:25

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 02 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	ITEM	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		114.400,00			
339033 01	PASSAGENS - PESSOA FISICA	5.012,49				
339033 02	DESPESAS COM TRANSPORTE URBANO, PEDAGIO E ESTACIONAMENTO PESSOA FISICA	8.623,47				
339033 04	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	100.764,04				
339035	SERVICOS DE CONSULTORIA		41.834,28			
339035 02	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA JURIDICA	41.834,28				
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		1.289.252,68			
339036 01	ESTAGIARIOS	34.914,51				
339036 11	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	1.228.620,82				
339036 12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	994,20				
339036 22	TAXA DE CONDOMINIO	24.293,15				
339036 99	OUTRAS DESPESAS PAGAS A PESSOAS FISICAS	430,00				
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		11.106.869,83			
339037 01	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	5.622.511,70				
339037 02	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.430.019,11				
339037 04	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	3.054.339,02				
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		64.969.591,58			
339039 04	CONFECCAO EM GERAL	5.920,00				
339039 06	TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS	3.999,99				
339039 10	PREMIOS DE SEGUROS	8.540,05				
339039 11	ASSINATURAS DE JORNAIS, REVISTAS E PERIODICOS	4.320,00				
339039 12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	1.258.998,83				
339039 13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	319.708,75				
339039 14	SERVICO DE TELEFONIA	179,79				
339039 15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	1.257.796,25				
339039 17	LOCACAO DE VEICULOS	27.070,68				
339039 19	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	500.278,60				
339039 20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	703.483,40				
339039 21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	2.853.533,85				
339039 22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	240.377,16				
339039 26	ENCARGOS FINANCEIROS	52.502.650,11				
339039 30	MULTAS DE TRANSITO	499,85				
339039 31	LOCACAO DE SERVICOS GRAFICOS	210,00				
339039 37	TAXA DE CONDOMINIO	659.314,61				
339039 43	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	241.050,67				
339039 53	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PROMOVIDOS PELO ESTADO	366.287,47				
339039 60	SERVICOS DE ATENDIMENTO AO CIDADAO	772.271,80				
339039 62	SERVICOS DE VIGILANCIA OSTENSIVA	103.598,83				
339039 69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETRICA	1.587.630,83				
339039 71	SERVICOS TECN DE IMPLANTACAO GESTAO E ADM DO SIST DE OBSERV ELETRONICA	13.911,11				
339039 87	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	24.000,00				
339039 99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	1.513.958,95				
339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA		68.010.815,37			
339040 02	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	43.357.957,40				
339040 03	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	21.207.305,56				
339040 04	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	1.376.317,70				
339040 05	REDE IP MULTISSERVICOS	2.069.234,71				
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO		54.021.129,82			
339046 01	AUXILIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	54.021.129,82				
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS		90.388,53			
339047 03	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU	60.652,55				
339047 07	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA E COLETA DE RESIDUOS	26.658,47				

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRATIVO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA POR ITEM - CONSOLIDAÇÃO GERAL

18/02/2021 13:49:25

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 02 LSI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	ITEM	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
339047	99 OUTROS - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.077,51				
339049	AUXÍLIO-TRANSPORTE		501.250,90			
339049	01 AUXÍLIO-TRANSPORTE - PECÚNIA	492.471,00				
339049	05 AUXÍLIO TRANSPORTE PAGO A ESTAGIÁRIOS PECÚNIA	8.779,90				
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		56.549,33			
339092	02 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	56.549,33				
339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		716.639,70			
339093	01 AJUDA DE CUSTO	368.122,28				
339093	99 OUTRAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	348.517,42				
400000	DESPESAS DE CAPITAL					34.925.517,86
440000	INVESTIMENTOS				34.925.517,86	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS			34.925.517,86		
449040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA		5.926.773,60			
449040	06 AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	1.126.773,60				
449040	07 AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DESENVOLVIDO PELA PRODEMGE	4.800.000,00				
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		28.998.744,26			
449052	07 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	28.998.744,26				
TOTAL						1.107.986.810,62

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda

13) Demonstrativo por Funções, Subfunções, Programas e Projetos/Atividades



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

18/02/2021 13:52:24

DEMONSTRATIVO POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES, PROGRAMA, PROJETOS E ATIVIDADES

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 06 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRAÇÃO		1.107.986.810,62	1.107.986.810,62
04 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		80.663.408,95	80.663.408,95
04 122 705	APOIO AS POLÍTICAS PÚBLICAS		80.663.408,95	80.663.408,95
04 122 705 2500	ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		80.663.408,95	80.663.408,95
04 123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		95.783.623,23	95.783.623,23
04 123 084	TESOURO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE		95.783.623,23	95.783.623,23
04 123 084 4199	CONTROLE E OPERAÇÕES FINANCEIRAS DOS RECURSOS ESTADUAIS		57.270.003,68	57.270.003,68
04 123 084 4247	GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO		696.006,56	696.006,56
04 123 084 4251	CONTADORIA TRANSPARENTE		3.112.876,82	3.112.876,82
04 123 084 4252	CONTADORIA LEGAL		2.046.039,52	2.046.039,52
04 123 084 4255	GOVERNANÇA DO SISTEMA INTEGRADO UTILIZADO PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E C		25.010.493,87	25.010.493,87
04 123 084 4258	GESTÃO DE ATIVOS E HAVERES		5.592.928,78	5.592.928,78
04 123 084 4260	ENDIVIDAMENTO SUSTENTÁVEL		1.539.683,31	1.539.683,31
04 123 084 4261	GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS		515.590,69	515.590,69
04 126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		65.521.605,84	65.521.605,84
04 126 115	GESTÃO DA INFORMAÇÃO COM USO DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO		65.521.605,84	65.521.605,84
04 126 115 2048	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL		6.075.850,00	6.075.850,00
04 126 115 2051	PROPOSIÇÃO, AMPLIAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SOLUÇÕES E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE TIC		35.460.945,67	35.460.945,67
04 126 115 2052	SUSTENTAÇÃO DO DATA CENTER		23.984.810,17	23.984.810,17
04 129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS		866.018.172,60	866.018.172,60
04 129 113	GESTÃO EFICIENTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA		866.018.172,60	866.018.172,60
04 129 113 4278	GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO, ARRECADACÃO, FISCALIZAÇÃO, CRÉDITO E COBRANÇA		113.969.798,75	113.969.798,75
04 129 113 4282	CONTROLE FISCAL		716.361.706,19	716.361.706,19
04 129 113 4284	NOTA FISCAL MINEIRA		25.506.718,30	25.506.718,30
04 129 113 4312	GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARÊNCIA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO		10.179.949,36	10.179.949,36
TOTAL			1.107.986.810,62	1.107.986.810,62

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas do Exercício de 2020 ao TCE-MG

Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

18/02/2021 13:58:08

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMA, CONFORME VÍNCULO DE RECURSOS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 08 LEI 4320

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CÓDIGO	TÍTULO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	683.100.767,03	424.886.043,59	1.107.986.810,62
04 122	ADMINISTRACAO GERAL	80.104.853,57	558.555,38	80.663.408,95
04 122 705	APOIO AS POLITICAS PUBLICAS	80.104.853,57	558.555,38	80.663.408,95
04 123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	75.320.529,18	20.463.094,05	95.783.623,23
04 123 084	TESOURO RESPONSAVEL E TRANSPARENTE	75.320.529,18	20.463.094,05	95.783.623,23
04 126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	54.770.657,22	10.750.948,62	65.521.605,84
04 126 115	GESTAO DA INFORMACAO COM USO DE TECNOLOGIA E COMUNICACAO	54.770.657,22	10.750.948,62	65.521.605,84
04 129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS	472.904.727,06	393.113.445,54	866.018.172,60
04 129 113	GESTAO EFICIENTE DA ADMINISTRACAO TRIBUTARIA	472.904.727,06	393.113.445,54	866.018.172,60
TOTAL		683.100.767,03	424.886.043,59	1.107.986.810,62



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

18/02/2021 14:01:10

POR FUNÇÃO, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E CATEGORIA ECONÔMICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 09 LEI 4320

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

FUNÇÃO	UNIDADE	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
04 ADMINISTRACAO	1191 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	1.073.061.292,76	34.925.517,86	1.107.986.810,62
SOMA FUNÇÃO ADMINISTRACAO		1.073.061.292,76	34.925.517,86	1.107.986.810,62
TOTAL		1.073.061.292,76	34.925.517,86	1.107.986.810,62

14) Demonstrativo de Restos a Pagar



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

18/02/2021 12:56:51

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CÓDIGO	TÍTULO	PROCESSADOS	RPNP EM LIQUIDAÇÃO	NÃO PROCESSADOS	SALDO EM 31/12/2020
1191	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	5.899.593,56		58.559.855,55	64.459.449,11
TOTAL		5.899.593,56		58.559.855,55	64.459.449,11

15) Demonstração da Dívida Flutuante



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2020

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

18/02/2021 12:48:35

1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 17 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÕES	BAIXAS	SALDO ATUAL
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	0,00	1.373.449,12	1.361.895,24	11.553,88
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	5.206.359,50	144.233.353,60	143.551.673,42	5.888.039,68
	DO EXERCÍCIO DE 2020	0,00	129.888.466,89	124.005.750,04	5.882.716,85
	DO EXERCÍCIO DE 2019	5.184.368,39	14.343.775,80	19.528.116,89	27,30
	DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2019/OUTRAS	21.991,11	1.110,91	17.806,49	5.295,53
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS	410.605,10	108.306.613,81	108.120.794,35	596.424,56
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	10.954,00	7.517.616,15	7.528.570,15	0,00
6.3.8.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	25.452.956,87	57.967.548,73	24.860.650,05	58.559.855,55
TOTAL		31.080.875,47	319.398.581,41	285.423.583,21	65.055.873,67

8. Conclusão

8.1 Referências Bibliográficas

1. Referências Bibliográficas
2. Plano Anual SEF 2020 - Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.
3. Plano Anual SEF 2021 1º Ciclo - Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.
4. Plano Anual SEF 2021 2º Ciclo - Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.
5. Plano de Investimento e Custeio - Proposta Orçamentária – 2020 – Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.
6. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI 2019-2030. Disponível em: <http://www.planejamento.mg.gov.br/documento/plano-mineiro-de-desenvolvimento-integrado-pmdi-2019-2030> . Acessado em: 23/03/2021
7. Resultados 2020. Secretaria de Estado de Fazenda. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/tesouro-estadual/tesouro-estadual/resultados-do-tesouro/resultados-2020>. Acessado em: 17/03/2020



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Fazenda
Controladoria Setorial da Fazenda

MINUTA

Minuta de Ofício SEF/CS nº. 7/2021

Belo Horizonte, 25 de maio de 2021.

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

Exmo. Sr. Conselheiro-Presidente

José Alves Viana

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais,

Assunto: **PRESTAÇÃO DE CONTAS UO 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda**

Referência: Processo nº 1190.01.0008074/2021-86

Senhor Conselheiro-Presidente,

Em cumprimento às determinações da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 14/2011 e Decisão Normativa TCE nº 01/2021, encaminho a V. Ex.a a Prestação de Contas Anual da Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda, cuja gestão é desta Secretaria, referente ao exercício financeiro de 2020, para julgamento por esse Egrégio Tribunal. Na oportunidade, informo que resido à [REDACTED]

Atenciosamente,

Referência: Processo nº 1190.01.0008074/2021-86

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-901

RELATÓRIO DOS RESULTADOS AUDITORIAIS E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Unidade orçamentária 1191

Nº 10/2021

Exercício 2020

SEF

20/05/2021

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Controladoria Setorial

RELATÓRIO DOS RESULTADOS AUDITORIAIS E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - EXERCÍCIO 2020

**Órgão: Secretaria de Estado de Fazenda de Minas
Gerais – SEF/MG - Unidade Orçamentária 1191**



**MINAS
GERAIS**



MISSÃO DA SEF

Prover e gerir os recursos financeiros do Estado para garantir o desenvolvimento econômico e a justiça fiscal em benefício da sociedade mineira.



QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Trata-se de relatório dos resultados auditoriais e do monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores de 2020 referente à Unidade Orçamentária 1191 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em atendimento às determinações do art. 10 da IN nº. 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 01, de 3 de fevereiro de 2021.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AUGE – Auditoria-Geral do Estado

CS – Controladoria Setorial

CGE – Controladoria-Geral do Estado

SEF/MG – Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais

TCEMG – Tribunal de Contas do Estado do Minas Gerais

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Ações de destaque	7
3. Auditorias realizadas	8
4. Providências adotadas.....	18
5. Resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores	19
6. Outras ações relevantes	19
Apêndice A – Detalhamento das medidas implementadas, pendentes de implementação e em curso, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, que foram recomendadas em documentos de auditoria ou constantes no Plano de Ação elaborado pelo gestor.	21
Apêndice B – Legislação aplicável	42



1. Introdução

Em cumprimento às determinações do art. 10 da Instrução Normativa nº 14, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG), de 14 de dezembro de 2011, e do art. 6º da Decisão Normativa TCEMG nº 01, de 3 de fevereiro de 2021, apresenta-se o Relatório dos Resultados Auditoriais e do Monitoramento das Contas Anuais de Exercícios Anteriores de 2020, da Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG da Unidade Orçamentária 1191.

Nossos exames foram realizados consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes, na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

Os trabalhos de auditoria realizados em 2020 seguiram as diretrizes técnicas estabelecidas pela Resolução CGE nº 36, de 29 de outubro de 2018, posteriormente substituída pela Resolução CGE nº 24, de 17 de julho de 2020, e pela Resolução CGE nº 09, de 2 de abril de 2020.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 49 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, por intermédio da Auditoria-Geral do Estado.

O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses, dos itens previstos no art. 10 da Instrução Normativa TCEMG n. 14, de 2011, e Decisão Normativa TCEMG n. 01, de 2021.

2. Ações de destaque

Em 2020, a CS/SEF realizou trabalhos de auditoria que consistiu em prestar consultoria de gestão de riscos no Processo de Execução da Dívida Pública e na Taxação da Folha de Pagamentos - verba férias-prêmio em espécie, processo este concluído no ano de 2021. Realizou ainda, a avaliação do processo de Transferência de Crédito Acumulado. Utilizou-se como metodologia dos trabalhos as diretrizes contidas na Norma ABNT ISO 31000:2018, com a definição do escopo, estabelecimento dos contextos interno e externo em que se insere a organização, identificação, análise, avaliação e o tratamento dos riscos que envolvem o processo

Foram também empreendidas as medidas de avaliação da estrutura de Controle Interno da SEF, por iniciativa da CGE-MG, cujo relatório foi entregue no mês de dezembro à Alta Administração.

3. Auditorias realizadas

A Decisão Normativa TCEMG n. 01/2021 determina em seu Anexo III, item V, primeira parte, que a unidade de auditoria informe os resultados das auditorias realizadas durante o exercício, os quais devem indicar as ilegalidades ou irregularidades apuradas e as medidas saneadoras recomendadas.

Os documentos técnicos relativos a auditorias realizadas pela Controladoria Setorial, unidade setorial de controle interno da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), bem como pela Auditoria-Geral (AUGE), e emitidos no ano-exercício sob análise encontram-se relacionados no quadro resumo, a seguir.

DOCUMENTOS TÉCNICOS DE AUDITORIA EMITIDOS EM 2020 QUADRO RESUMO

PRODUTO	QUANTIDADE
Relatório de Auditoria	17
Relatório de Avaliação de Efetividade	nihil
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial	nihil
Parecer Técnico	nihil
Certificado de Auditoria	nihil
Certificado de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial	nihil
Nota de Auditoria	17
Nota Técnica de Correção Administrativa	nihil
Carta de Recomendação	nihil
Relatório Preliminar (*)	nihil
Relatório de Atividades de Auditoria Interna	nihil
QUANTIDADE TOTAL	34

(*) Serão emitidos a partir de 2021.

No que concerne a trabalhos de auditoria de que podem resultar recomendações de adoção de providências por parte do gestor, encontram-se enumerados no quadro resumo a seguir, os documentos técnicos emitidos pela Controladoria Setorial, unidade setorial de controle interno da SEF/MG, no período em referência, bem como pela AUGE-MG.

RELATÓRIOS DE AUDITORIA EMITIDOS EM 2020

1	Número: RA 01/2020 SIGED 56204.1191.2017	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. SRF Juiz de Fora. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data: 03/01/2020	Providências adotadas pela Gestão: A Comissão Sindicante cumpriu de forma satisfatória as medidas necessárias para a elucidação dos fatos e do dano causado ao erário. Trabalho concluído. Para arquivamento.
2	Número: RA 02/2020 SIGED 40546.1191.2019	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. SRF Montes Claros. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data: 03/01/2020	Providências adotadas pela Gestão: Devolução do imóvel alugado. Procedeu-se às medidas necessárias quando da ocorrência, não se vislumbrando qualquer participação de servidores no evento. Trabalho concluído. Para arquivamento.
3	Número: RA 03/2020 SIGED 30069.1191.2018	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. SRF Juiz de Fora. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data: 03/01/2020	Providências adotadas pela Gestão: Formação de Comissão Sindicante, que cumpriu de forma satisfatória as medidas necessárias para a elucidação dos fatos e do dano causado ao Erário, nos termos dos autos enumerados de Fls. 01 a 55, não se vislumbrando pressupostos necessários à instauração de Tomada de Contas Especial – TCE. Trabalho concluído. Para arquivamento.
4	Número: RA 04/2020 SIGED 44024.1191.2019	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. SRF Belo Horizonte. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data: 03/01/2020	Providências adotadas pela Gestão: Instituída Comissão Sindicante, que concluiu, em decorrência dos exames realizados, que o dano ao Erário ocasionado pelo acidente de trânsito com o veículo oficial foi devidamente reparado pelo servidor. Trabalho concluído. Para arquivamento.

5	Número: RA 06/2020 SEI 1190.01.0003543/2020-12	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. SRF Juiz de Fora. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data: 09/03/2020	Providências adotadas pela Gestão: Processo foi devidamente instruído pela Comissão Sindicante e inserido no SEI sob o número 1190.01.0003543/2020-12, constando a documentação necessária para a sua elaboração. Trabalho concluído. Para arquivamento.
6	Número: RA 07/2020 SEI 1190.01.0001651/2020-74	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Inundação. SRF Belo Horizonte. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não
	Data: 13/03/2020	Providências adotadas pela Gestão: Instituiu Comissão Sindicante, que concluiu pela inexistência de indícios de qualquer tipo de envolvimento ou de responsabilidade de servidor no perdimento dos bens permanentes da AF/3º Nível/Sabará em razão da enchente do Rio Sabará, ocorrida no dia 24 de janeiro de 2020. Concluiu também pela conveniência administrativa para a baixa desses bens pertencentes à carga patrimonial daquela unidade, decorrente de motivo de força maior. Para arquivamento.
7	Número: RA08/2020 SEI 1190.01.0004286/2020-30	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Incêndio em imóvel, atingindo dois veículos da frota da AF/Pedra Azul, SRF/Gov. Valadares. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não
	Data: 23/03/2020	Providências adotadas pela Gestão: Em andamento.
8	Número: RA15/2020 SEI 1190.01.0005974/2020-44	Objetivo da auditoria: Avaliar as contas que compõem a Prestação de Contas UO 1191 – SEF, com vistas à certificação dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial – Exercício 2019. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (x) Não () Em elaboração
	Data: 08/07/2020	Providências adotadas pela Gestão: Aguardando julgamento no TCE.

9	Número: RA19/2020 SEI 1190.01.0011493/2020-23	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário (desaparecimento de bens), na AF/Nova Lima. SRF Belo Horizonte. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data: 13/08/2020	Providências adotadas pela Gestão: instituiu comissão sindicante que concluiu que, em decorrência dos exames realizados e dos fatos relatados, que o dano ao erário ocasionado pela não localização dos bens patrimoniais nº 14685990 e 33515611, pertencentes à carga patrimonial da Administração Fazendária de Nova Lima, quando da realização do Inventário de Bens, relativo ao ano de 2019, foi devidamente ressarcido ao Estado, conforme se extrai do conjunto probatório materializado na documentação incluída no presente processo”. Para arquivamento.
10	Número: RA21/2020 SEI 1190.01.0004677/2020-46	Objetivo da auditoria: Avaliar o Processo de Transferência de Crédito Acumulado. Fluxo do DCA. Subsecretaria da Receita Estadual (SRE/SEF). Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim () Não (X) Em elaboração.
	Data: 14/09/2020	Providências adotadas pela Gestão: Constituído Grupo de Trabalho, pela OS n.01/2021, de 18/02/2021, para análise das recomendações.
11	Número: RA22/2020 SEI 1190.01.0006176/2020-22	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário (Inundação da AF Ubá). SRF Juiz de Fora. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data: 09/11/2020	Providências adotadas pela Gestão: Instauração de sindicância administrativa, pela Portaria SRF/Juiz de Fora nº 003/2020, de 08/04/2020, para fins de apuração e elucidação dos fatos e responsabilidade administrativa, decorrentes de inundação do prédio onde funcionam as Unidades da Administração Fazendária e Delegacia Fiscal de Ubá, provocados por chuva intensa, no dia 07/04/2020. Para arquivamento.
12	Número: RA23/2020	Objetivo da auditoria: Avaliar a conformidade do funcionamento do Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), do processo de Autorização para emissão de Notas Fiscais Eletrônicas – NF-e, com a norma ISO/IEC

		27001:2013, e com a política e as normas do SGSI. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 12/11/2020		Providências adotadas pela Gestão: Implementação das medidas do Plano de Ação
13	Número: RA24/2020 SEI 1190.01.0016371/2020-43	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Emissão indevidamente de certidão de ITCD. SRF Montes Claros. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 18/11/2020		Providências adotadas pela Gestão: Instituiu processo de sindicância administrativa instaurada pela Portaria SRF/MONTESCLAROS nº 001/2020, de 14/09/2020, para se apurar possível responsabilidade pessoal de servidor de MASP XXX.XXX-X, que, na data deste relatório, estava afastado em razão do atendimento do pleito do próprio servidor para aposentação, mas que, à época dos fatos, encontrava-se em exercício na Administração Fazendária de São Francisco, quando se apurou ter havido disponibilização indevida de certidão eletrônica de pagamento/desoneração de ITCD, com recolhimento inferior ao lançado na Declaração de Bens e Direitos (DBD), número 201.905.166.347-6, referente a ITCD “Causa mortis”, ocorrida em 11/08/2020. Para arquivamento.
14	Número: RA25/2020 SEI 1190.01.0018836/2020-30	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao Erário. SRF Belo Horizonte. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 20/11/2020		Providências adotadas pela Gestão: A Comissão Sindicante concluiu que o dano causado ao veículo oficial – placa OQM-8629 não foi provocado pelo condutor, seja por dolo ou culpa, e opinou pelo encerramento da sindicância, onde se conclui pela não instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, em razão da inexistência de seus pressupostos. Remetido os autos pela Controladoria Setorial para a unidade de origem para a SRF/Belo Horizonte emitir despacho decisório acerca do arquivamento.

15	Número: RA27/2020 SEI 1190.01.0003670/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao Erário. Inundação do prédio onde se encontram instaladas as Administração Fazendária e Delegacia Fiscal de Ubá, ocorrida na noite de 04/03/2020 e suas consequências. SRF Juiz de Fora. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 30/11/2020		Providências adotadas pela Gestão: Diante dos motivos, a Comissão não vislumbrou os pressupostos necessários à instauração de Tomada de Contas Especial – TCE. Para arquivamento.
16	Data de emissão: 28/12/2020 Número do doc: RA29/2020 SEI 1191.010014032/2020-49	Objetivo da auditoria: Avaliar, ao nível de entidade, o grau de maturidade dos Controles Internos da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. Esta avaliação contemplou um conjunto de políticas, diretrizes e padrões mais abrangentes da SEF/MG, onde foram avaliadas a existência, a adequação e a efetividade dos controles internos instituídos pela SEF/MG, quanto à sua capacidade para reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, por meio do diagnóstico sobre a sua estrutura de controle. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 28/12/2020		Providências adotadas pelo Gestor: Constan no Apêndice A
17	Número do doc: RA30/2020 SEI 1190.01.0012433/2019-60	Objetivo da auditoria: Realizar consultoria para a implantação da gestão de riscos no Processo de Execução da Dívida, incluindo-se o processo de produção de informações gerenciais, conforme definição do escopo estabelecido pela Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública - DCGD. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 18/12/2020		Providências adotadas pelo Gestor: Implementação do tratamento de riscos proposto na consultoria.
18	Número: NA06/2020 Proc: 744038 (TCE 014/2006)	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 744038 (TCE nº 14/2006). Constatado dano ao erário em decorrência da

		autuação por infração à legislação de trânsito. Extingção, sem resolução de mérito. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data:03/03/2020	Providências adotadas pela Gestão: Processo em análise na SPGF para avaliação do custo <i>versus</i> benefício do procedimento administrativo para recomposição do dano.
19	Número: NA07/2020 Proc:744076 (TCE 006/2006)	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 744076, que apurou a responsabilidade e quantificou o dano ao erário em decorrência da autuação por infração à legislação de trânsito, aplicada a veículo oficial de placa GMG 9998 Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (X) Não () Em elaboração
	Data:03/03/2020	Providências adotadas pela Gestão: Processo em análise na SPGF para avaliação do custo <i>versus</i> benefício do procedimento administrativo para recomposição do dano.
20	Número: NA12/2020 Proc:706816 (TCE 016/2005)	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 706816. Constatado dano ao erário. Desaparecimento de bens na Superintendência de Recursos Humanos (atual Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças). Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (x) Não () Em elaboração
	Data:22/06/2020	Providências adotadas pela Gestão: A SPGF está avaliando os custos administrativos, para conduzir novo processo para reparação dos danos.
21	Número: NA14/2020 SEI 1190.01.0005974/2020-44	Objetivo da auditoria: Avaliar as contas da UO 1191 para emissão do relatório de prestação de contas enviado ao TCE. Nota emitida com as recomendações para o gestor sobre as inconsistências encontradas. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data: 30/07/2021	Providências adotadas pela Gestão: Constan detalhadamente no Apêndice A.
22	Número: NA17/2020 Proc:706817 (TCE 031/2005) SEI 1190.01.0012982/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 706817. Apuração de responsabilidade e quantificação do dano ao erário em decorrência da autuação por infração à legislação de trânsito, aplicada ao veículo oficial. Os procedimentos investigatórios preliminares concluíram pela ausência de responsabilidade. Decisão do TCE pelo arquivamento, sem resolução de mérito,

		e sem cancelamento do débito da Tomada de Contas Especial. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 25/08/2020		Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento do feito pelo TCE/MG, sem julgamento de mérito.
23	Número: NA18/2020 Proc: 706809 (TCE030/2005) SEI 1190.01.0012982/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 706809. Autuação por infração à legislação de trânsito, aplicada ao veículo oficial, pertencente à frota da SEF. Apurada a existência de dano ao erário no valor de R\$83,83 (oitenta e três reais e oitenta e três centavos) atualizado até 31/05/2012. Em parecer do Ministério Público de Contas opinou pela extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 248, § 2º, do RITCMG, bem como do art. 17, p. único, da Instrução Normativa n. 03/2013; pelo consequente arquivamento dos autos sem inscrição do responsável no cadastro de devedores do Tribunal, uma vez que o suposto dano ao erário não foi apurado em procedimento desta Corte de Contas. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 25/08/2020		Providências adotadas pela Gestão: Conforme motivos explicitados, promoveu-se o arquivamento.
24	Número: NA19/2020 Proc: 706815 (TCE 024/2005) SEI 1190.01.0012982/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 706815. Apuração de responsabilidade e quantificação do dano ao erário em decorrência da autuação por infração à legislação de trânsito, aplicada ao veículo oficial. Apurado dano ao erário no valor de R\$254,73 (duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos), atualizado em 31/05/2012. O Ministério Público de Contas, em seu parecer entende que no caso concreto, o dano apurado foi inferior ao valor de alçada fixado, e opina pelo arquivamento dos autos, sem cancelamento do débito. O TCEMG em 18 de junho de 2015 determinou o arquivamento dos autos, sem resolução de mérito e sem inscrição do débito. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 25/08/2020		Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento, pelos motivos expostos.

25	Número: NA20/2020 Proc: 706810 (TCE 028/2005) SEI 1190.01.0012982/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 706810. Sem resolução de mérito. Apuração de responsabilidade e quantificação do dano ao erário em decorrência da autuação por infração à legislação de trânsito, aplicada a veículo oficial. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 25/08/2020		Providências adotadas pela Gestão: Apurado dano ao erário no valor de R\$ 42,56. Não foi identificada pela comissão de Tomada de Contas Especial a responsabilidade pelo dano ao erário. Dano não ressarcido. Arquivamento dos autos sem resolução do mérito.
26	Número: NA21/2020 Proc: 706807 (TCE 022/2006) SEI 1190.01.0012982/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 706807. Desaparecimento de bens. Extinção sem resolução de mérito. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 25/08/2020		Providências adotadas pela Gestão: Não foi identificado pela comissão de tomada de contas especial o responsável pelo dano ao erário. Arquivamento dos autos sem resolução do mérito.
27	Número: NA22/2020 Proc: 704067 (TCE 024/2005) SEI 1190.01.0012982/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 704067. Furto de vale-transporte. Sem resolução de mérito. Dano inferior ao limite legal de alçada. Não foi identificado o responsável pelo dano ao erário. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 25/08/2020		Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento dos autos, nos termos do inciso I do artigo 176 do Regimento Interno do TCE/MG, Resolução 12/2008.
28	Número: NA23/2020 Proc: 708867 (TCE 023/2005) SEI 1190.01.0012982/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 708867. Acidente de trânsito ocorrido com o veículo oficial, pertencente à frota da SEF e sob a responsabilidade da SRF/Belo Horizonte. Ausência de provas de conduta culposa ou com dolo. Sem resolução de mérito. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data: 25/08/2020		Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento do processo sem resolução do mérito.
29	Número: NA24/2020 Proc: 744061 (TCE 021/2006)	Objetivo da auditoria: Avaliação a Tomada de Contas Especial nº 744061. Desaparecimento

	SEI 1190.01.0012982/2020-75	de um gerador da marca Honda, instalado em veículo oficial Fiat – Ducato, GMG-9572, pertencente à frota da SEF/MG, à disposição da SRF Belo Horizonte – AF BH 3. Não foi identificado o responsável pelo dano, não sendo possível a sua cobrança. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () não () Em elaboração
	Data:25/08/2020	Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento, com extinção do feito, sem resolução do mérito.
30	Número:NA25/2020 Proc:680978 (TCE 024/2005) SEI 1190.01.0012982/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 680978. Extravio de Processo Tributário Administrativo – PTA nº 02.000115420-00. Houve dano ao erário, mas o responsável foi julgado e o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas em despacho detalhado expôs e ao final concluiu pela impossibilidade de imputar a responsabilidade de ressarcimento ao servidor XXXXXXXXX, cabendo somente sanções administrativas, que já efetivadas pelo devido processo administrativo. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data:08/09/2020	Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento com resolução do mérito.
31	Número:NA26/2020 Proc:687183 e 687184 (TCE 016 e 017/2003) SEI 1190.01.0012982/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar a Tomada de Contas Especial nº 687183 e 687184. Abaloamento de veículos da frota da SRF-BH. Dano causado por terceiros, não sendo imputado aos servidores o dano ao erário. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data:25/08/2020	Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento do processo sem resolução do mérito, tendo por base o disposto no art. 267, inciso IV, do Código de Processo Civil c/c art. 176, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas.
32	Número:NA27/2020 Proc:680986 (TCE 013/2003) SEI 1190.01.0012982/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar de Tomada de Contas Especial nº 680986. Abaloamento de veículos da SRF-BH Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
	Data:25/08/2020	Providências adotadas pela Gestão: Aguardando decisão
33	Número:NA28/2020 SEI 1190.01.0012433/2019-60	Objetivo da auditoria: Realizar consultoria em Gestão de Riscos na SCGOV/STE – Gestão da

		Dívida Pública. Avaliação do escopo, objetivo e contexto. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data:28/08/2020		Providências adotadas pela Gestão: Solicitações atendidas
34	Número:NA29/2020 SEI 1190.01.0012433/2019-60	Objetivo da auditoria: Realizar consultoria em Gestão de Riscos na SCGOV/STE – Gestão da Dívida Pública. Avaliação da identificação de riscos e controles. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Data:29/08/2020		Providências adotadas pela Gestão: Solicitações atendidas

No Exercício de 2020 não foram emitidos relatórios preliminares. Os achados de auditoria foram discutidos com a equipe de trabalho e relatados nos relatórios finais. Releva destacar que a partir da publicação da Instrução Normativa no.04/2020, pela CGE-MG, e da obrigatoriedade de utilização do sistema e-AUD, a obrigatoriedade de emissão de relatório preliminar nos trabalhos de auditoria a serem realizados em 2021 já está determinada pela Controladoria Setorial da SEF/MG.

4. Providências adotadas

Diante dos trabalhos de auditoria realizados, o dirigente máximo e o corpo técnico da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais adotaram as providências relatadas no Relatório de Atividades de Auditoria Interna (Apêndice A). O quantitativo de medidas adotadas pela gestão encontra-se demonstrada, sinteticamente, no quadro a seguir.

QUADRO RESUMO DAS MEDIDAS ADOTADAS POR PARTE DA GESTÃO

DOCUMENTO	RESULTADO QUANTO À EFETIVIDADE:	QUANTIDADE %
1. Relatório de Auditoria RA 15/2020 – Emissão: 08/07/2020 e NA 14/2020 – Emissão: 30/07/2021 Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração.	Implementada	20
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	80
2. Relatório de Auditoria RA 21/2020 – Emissão: 14/09/2020. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim () Não (X) Em elaboração	Implementada	
	Não Implementada	
	Com medidas em curso	100

O percentual foi definido pela quantidade de recomendações, não se considerando o grau de relevância. O detalhamento das medidas adotadas pela gestão encontra-se no Apêndice A.

Quanto ao Relatório de Auditoria 21/2020, a medida adotada pela Gestão foi a constituição de Grupo de Trabalho, pela OS n.01/2021, de 18/02/2021, para avaliação das recomendações.

Para os demais relatórios e notas de auditoria, não foi possível identificar o percentual das ações previstas, não obstante o conteúdo estar demonstrado no Apêndice A.

5. Resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores

A Decisão Normativa TCEMG nº 01/2021 determina em seu Anexo III, item V, segunda parte, que a unidade de auditoria informe sobre o resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores.

Em pesquisa no site www.tce.mg.gov.br identificou-se o seguinte processo, unicamente, relacionado com as contas anuais de exercícios anteriores, no caso, das contas de 2010, da Secretaria de Estado de Fazenda, informando-se sobre a conclusão do mesmo, conforme se segue:

Processo: Prestação de Contas de Exercício nº 837510

Exercício de Referência: 2009

Situação das contas: Julgam-se regulares as contas, com fundamento no disposto no inciso I da do art. 48 da Lei Complementar n. 102/08, ante a constatação de ausência de impropriedades.

Providências adotadas: Arquivamento dos autos, conforme o disposto no inciso I do art. 176, regimental.

6. Outras ações relevantes

Dentre as ações de destaque empreendidas pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEF/MG em 2020, registra-se a existência de atividades de transparência e integridade, no direcionamento de se robustecer a Governança corporativa da instituição.

Mencionam-se:

1. **Publicação da Resolução n 5.385, de 20/08/2020**, que trata da Política da Gestão de Riscos na SEF, atualmente sendo elaborados o Plano de Gestão de Risco da SEF, a criação dos núcleos de controle e o Plano de Gerenciamento de Riscos das superintendências centralizadas;
2. **Primeira revisão anual do Plano de Integridade da SEF**, ocorrida em agosto de 2020. O andamento das ações nele constantes pode ser consultado diretamente pela internet, por meio do Painel de Integridade, acessível a qualquer interessado;

3. **Elaboração do Painel de Transparência Passiva da SEF;**
4. **Avaliação da estrutura de Controle Interno da SEF** (Relatório de Auditoria RA 29/2020 - QACI), por demanda da CGE-MG, cujo relatório foi entregue no mês de dezembro à Alta Administração. O Plano de Ação, elaborado pelo dirigente do órgão, para melhoria dos controles já foi encaminhado a esta Controladoria Setorial, em 26/03/2021, bem como cópia para a Controladoria-Geral do Estado;
5. **Comissão Interna de Gestão de Informações** no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda - Alteração da Resolução nº 4.462, de 23 de julho de 2012, que institui a Comissão Interna de Gestão de Informações no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio da Resolução nº 5370, de 26 de maio de 2020;
6. **Comitê de Privacidade**, instituído com o objetivo de promover a implementação das disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. O CP será responsável por elaborar programas e planos de ações, bem como coordenar as atividades necessárias para que a Secretaria de Estado de Fazenda esteja em conformidade com a LGPD, por meio da Resolução nº 5389, de 1º de setembro de 2020;
7. **Atendimento de demandas da LAI - Lei de Acesso à Informação**, que regulamenta o acesso dos cidadãos às informações públicas, Lei Federal nº 12.527, de 2011, por meio do Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, onde a Secretaria de Estado de Fazenda disponibiliza as informações, conforme exige a Lei de Acesso à Informação, para qualquer cidadão ter acesso sobre os seguintes itens: dados gerais para o acompanhamento de programas e ações de órgãos e entidades, inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, registro de despesas, dentre outros.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2021

Bruno Antônio Rocha Borges – MASP 668.882-4
Auditor Interno

De acordo

Alberto Luiz Alves Viotti

Assinado de forma digital por Alberto Luiz Alves Viotti
DN: c=mg, o=fazenda, ou=SEF, ou=Unidades SEF, ou=SRE - Subsecretaria da
Receita Estadual, ou=SUFI5 - Superintendencia de Fiscalizacao, ou=NAP, ou=Usuarios, cn=Alberto Luiz Alves Viotti, email=,
Dados: 2021.05.20 21:05:17 -03'00'

Alberto Luiz Alves Viotti – MASP 381.480-3
Controlador Setorial

Apêndice A – Detalhamento das medidas implementadas, pendentes de implementação e em curso, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, que foram recomendadas em documentos de auditoria ou constantes no Plano de Ação elaborado pelo gestor.

Apresenta-se, a seguir, em ordem cronológica, a relação dos documentos de auditoria emitidos em 2020, (com exceção dos itens 8 e 19, relativos ao Relatório de Auditoria e Gestão da Unidade Orçamentária, que são mencionados logo no início) com os dados abaixo solicitados:

8	Data da emissão: 08/07/2020 Número do doc: RA 15/2020 SEI 1190.01.0005974/2020-44	Objetivo da auditoria: Avaliar as contas que compõem a Prestação de Contas UO 1191 – SEF, com vistas à certificação dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial – Exercício 2019.
Providências adotadas pelo Gestor: Ver quadro abaixo		
21	Número: NA 14/2020 SEI 1190.01.0005974/2020-44	Objetivo da auditoria: Acompanhar as recomendações registradas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 015/2020 emitido em virtude das avaliações das contas do exercício de 2019 da Unidade Orçamentária – Secretaria de Estado de Fazenda/MG – UO 1191 – SEF.
Considerações do auditor: Foram constatados alguns itens em desacordo com a legislação que necessitam de análise e adoção de medidas saneadoras por parte da unidade responsável pela gestão. Portanto, foi realizado o envio do mapa de acompanhamento com as constatações e recomendações para a unidade gestora, que se encontram logo abaixo, juntamente com as ações implementadas pela gestão.		
Providências adotadas pelo Gestor: Ver quadro abaixo		

RA15/2020 e NA 14/2020 – Medidas de implementação tomadas pelo Gestor relativas ao Relatório de Auditoria e Gestão da Unidade Orçamentária 1191

Constatação	Recomendação	Ações empreendidas	Situação Atual
Consta do Relatório de Inventário Físico de 2019, 02 imóveis próprios cadastrados no Portal Imóveis MG que devem ser excluídos (Ofício nº 092/2014/SGF/SEF), situados nas cidades de Águas Vermelhas e Jequitinhonha, e 01 imóvel próprio	Que a SPGF faça gestão junto a SEPLAG responsável pela regularização dos imóveis, para que a pendência possa ser regularizada ainda no exercício de 2020, haja visto que tal situação ocorre desde 2014.	Imóveis nas cidades de Águas Vermelhas e Jequitinhonha: Interlocação com a Subsecretaria da Receita Estadual - SRE/SEF para providências junto à Superintendência Regional da Fazenda de Governador Valadares, que atendeu à solicitação da SEPLAG/DCGIM. Imóvel na cidade de Pedra Azul: Interlocação com a Subsecretaria da Receita Estadual - SRE/SEF para providências quando à regularização do imóvel.	Processo SEI 1190.01.0000390/2019-77 enviado à SEPLAG DCGIM e encontra-se em análise, conforme email 19127061 . Processo SEI 1500.01.0000563/2020-77: Necessária a emissão de Laudo Técnico de

**RA15/2020 e NA 14/2020 – Medidas de implementação tomadas pelo Gestor
relativas ao Relatório de Auditoria e Gestão da Unidade Orçamentária 1191**

não cadastrado no Portal Imóveis MG para ser inserido (Ofício 091/2014/SGF/SEF), situado em Pedra Azul.			Avaliação, Planta do Imóvel e Memorial Descritivo para regularização do imóvel da SRF/Governador Valadares. A SRE/SEF indagou a possibilidade de execução dos serviços pelos engenheiros lotados na Diretoria de Gestão de Ativos - DCGA/SCGOV.
Consta do Relatório de Inventário Físico de 2019, falta de registros de transferência patrimonial de bens em cessão de uso entre órgãos da administração.	Que a SPGF/SEF faça gestão junto à SEPLAG/MG, visando à transferência desses bens para os órgãos responsáveis, regularizando a divergência no SIAD.	Realizada transferência da carga patrimonial à SEPLAG (unidade SIAD 1501102 e Guia de Transferência do SIAD nº 1191267/2020/008), conforme Processo SEI nº 1190.01.0015666/2019-69.	Regularizado em 21/01/2020. (19127069)
Constam do inventário de valores em Tesouraria, conta contábil 8.1.1.1.1.01.01.00 do Ativo Compensado, os valores inscritos das cartas de fianças nºs 313931 e 557393 pendentes de baixa em função de estarem aguardando orientação da AGE, por descumprimento de cláusula trabalhista pelo fornecedor.	Que a SPGF faça gestão junto à AGE no sentido de se verificar as medidas passíveis de serem adotadas, para a regulação da conta contábil.	Em 2019, a antiga Diretoria de Gestão e Orientação de Contratações – DGOC/SPGF, atual Diretoria de Aquisições e Contratos – DAC/SPGF, solicitou à AJUR/SEF orientação sobre a manutenção de registros no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI-MG) de cartas fiança e apólices de seguro, cujos contratos tiveram o prazo de vigência expirados. Por sua vez, a AJUR solicitou à Advocacia Geral do Estado (AGE) informações sobre o andamento dos processos judiciais referentes à execução das garantias contratuais. Em resposta, a AGE informou sobre quatro processos judiciais, sendo que três deles são referentes a contratos celebrados por outras Secretarias do Estado, que não a SEF/MG. Diante das informações prestadas pela AGE, a Divisão de Contratos/DAC reencaminhou o presente expediente à AJUR/SEF, esclarecendo que, além das garantias informadas, existem outras apólices pendentes de baixa devido a existência de processos judiciais, solicitamos orientação acerca das medidas a serem adotadas. Em 17 de agosto de 2020, a AJUR/SEF, reafirmou a recomendação de manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser	Não implantada, com medidas em curso.

RA15/2020 e NA 14/2020 – Medidas de implementação tomadas pelo Gestor relativas ao Relatório de Auditoria e Gestão da Unidade Orçamentária 1191

		levantada. Desde meados de agosto de 2020, a Divisão de Contratos e a assessoria/DAC estão providenciando levantamento de dados das ações judiciais que envolvem os contratos correspondentes, para reenvio do expediente à AGE no intuito de obter uma análise pormenorizada, caso a caso, sobre a eventualidade de utilização da cobertura securitária para ressarcimento ao erário. Por parte da DPOF/SPGF não há providências a serem tomadas por esta DPOF/SPGF no presente momento, uma vez que as pendências de baixa têm como origem demandas judiciais e dependem de informações sobre o andamento dos processos.	
Constam do inventário de valores em Tesouraria, conta contábil 8.1.1.1.1.02.01.00 do Ativo Compensado, contratos lastreados por apólices de seguro cujos vencimentos já expiraram. A unidade apresentou no Relatório de Conformidade Contábil as justificativas para a permanência da inscrição dos valores atrelados a apólices e ou/contratos já encerrados, citando os Pareceres AS/SEF nº 521/2011, Nota Técnica AJUR/SEF nº 1385/2011, e Relatório AGE nº 15.122/2011.	Que a SPGF faça gestão junto as unidades executoras para que se proceda ao saneamento de cada um dos processos, adotando as medidas necessárias no sentido de ressarcir possíveis danos causados ao erário em função de descumprimento de cláusulas contratuais.	Em resposta à consulta feita pela DAC/SPGF à AJUR/SEF, esta reafirmou, por meio do Memorando SEF/AJUR. nº 96/2020, a recomendação contida no Parecer 15.122/2011 pela "manutenção no SIAFI-MG dos registros das fianças bancárias e garantias presentes nos contratos de seguro em que é beneficiário o Poder Público, até que não exista qualquer demanda judicial ou administrativa em que a responsabilidade da Seguradora possa vir a ser levantada". No mesmo expediente a AJUR informou ainda que a manifestação da AGE acerca do andamento dos processos em tela foi inconclusiva, não apresentando as informações solicitadas. Nesse sentido, não há viabilidade de gestão junto às Unidades Executoras para saneamento dos processos, uma vez que as pendências de baixa têm como origem demandas judiciais e dependem de informações sobre o andamento do processo.	Não implantada, com medidas em curso.
Da análise do RCC identificou-se em aberto na conta contábil 1.1.3.4.1.88 – Outras Responsabilidades. Consta justificativa	Que a SPGF proceda ao saneamento das contas contábeis, tendo em vista as diversas notas de auditorias emitidas pela Controladoria Setorial - CS no exercício de 2019	Acionada a Controladoria Setorial, por e-mail 19127072, em 26/06/2020, esta DPOF/SPGF solicitou esclarecimentos acerca dos procedimentos a serem adotados diante das orientações contidas nas Notas de Auditoria emitidas no decorrer do exercício de 2019 e em 2020, uma vez que não compete a esta DPOF/SPGF a emissão de recomendação às unidades da SEF acerca da baixa de registros	Aguardando manifestação da Controladoria Setorial para a baixa ou manutenção dos registros.

**RA15/2020 e NA 14/2020 – Medidas de implementação tomadas pelo Gestor
relativas ao Relatório de Auditoria e Gestão da Unidade Orçamentária 1191**

de estar sendo aguardado a autorização da Controladoria Setorial para baixa, constante do RCC.	com orientações para conclusão dos processos de Tomada de Contas Especial, efetuando assim o saneamento do saldo ainda existente. Não cabe a CS autorizar atos de gestão.	contábeis. A DPOF/SPGF, em suas competências, repassa orientações para a correta emissão de nota de lançamento contábil no SIAFI-MG, conforme se extrai do Decreto 47.794/19. Em que pese a menção de que não cabe à Controladoria Setorial autorizar atos de gestão, entendemos que as orientações possam ser esclarecidas para que sejam efetivamente implementadas e/ou direcionadas às Unidades competentes.	

1	Data de emissão: 03/01/2020 Número do docto: RA 01/2020 SIGED 56204.1191.2017	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Furto de cabo elétrico no local da DFT/Juiz de Fora, na SRF Juiz de Fora. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (X) Não () Em elaboração
Medidas implementadas pelo Gestor: Instauração de processo de sindicância administrativa pela Portaria SRF/Juiz de Fora nº 005/2017, de 20/10/2017, que buscou apurar os fatos, quantificar os danos e apurar as responsabilidades relativas ao dano causado por motivo de furto, de um cabo elétrico que estava sendo instalado no prédio da SEF, localizado na [REDACTED] Poço Rico, Juiz de Fora, onde se encontra instalada a DFT Juiz de Fora. Concluído. [REDACTED] documentos necessários à elucidação dos fatos, de onde se conclui pela não instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, em razão da inexistência de seus pressupostos. Proposta de arquivamento.		
2	Data de emissão: 03/01/2020 Número do docto: RA02/2020 SIGED 40546.1191.2019	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Furto de bens do ativo permanente (prateleiras metálicas). SRF Montes Claros. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Medidas elaboradas pelo Gestor: Devolução do imóvel alugado. Instauração de sindicância administrativa pela Portaria SRF/Montes Claros nº 003/2019, para fins de apuração dos fatos e de responsabilidade relativas ao dano ao patrimônio público e furto de bens patrimoniais. Houve arrombamento do prédio onde funcionava o arquivo de documentos do Gabinete SRF/Montes Claros, Delegacia Fiscal (DF) e Administração Fazendária (AF) de Montes Claros. A comissão não vislumbrou qualquer procedimento de culpa ou dolo cometido por parte dos servidores da SEF. A Comissão informa que na data da conclusão do relatório o imóvel já não mais funcionava como arquivo, estando em processo de devolução ao proprietário, em virtude do encerramento/rescisão do contrato de locação.		

Considerações do Auditor: conclui-se que a Comissão Sindicante cumpriu de forma satisfatória as medidas necessárias para a elucidação dos fatos e do dano causado ao Erário, nos termos dos autos enumerados de fls. 02 a 63, não se vislumbrando pressupostos necessários à instauração de Tomada de Contas Especial – TCE. Proposta de Arquivamento.		
3	Data de emissão: 03/01/2020 Número do docto: RA03/2020 SIGED 30069.1191.2018	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Acidente com veículo oficial Placa OQM 8139, pertencente à frota da SRF Juiz de Fora. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Medidas adotadas pelo Gestor: Formação de Comissão Sindicante, que elucidou os fatos e apurou o dano causado ao Erário, nos termos dos autos enumerados de Fls. 01 a 55, não havendo sido vislumbrados pressupostos necessários à instauração de Tomada de Contas Especial – TCE. Considerações do Auditor: Os autos de sindicância encontram-se instruídos com os documentos necessários à elucidação dos fatos, de onde se conclui pela não instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, em razão da inexistência de seus pressupostos. Para arquivamento.		
4	Data de emissão: 03/01/2020 Número do doc: RA 04/2020 SIGED 44024.1191.2019	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Acidente de trânsito com veículo OQM-8094, da frota da SRF Belo Horizonte. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (X) Não
Providências adotadas pela Gestor: Instituída Comissão Sindicante, que concluiu, em decorrência dos exames realizados, que o dano ao Erário ocasionado pelo acidente de trânsito com o veículo oficial foi devidamente reparado pelo servidor. Considerações do Auditor: Os autos de sindicância encontram-se instruídos com os documentos necessários à elucidação dos fatos, de onde se conclui pela não instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, em razão da inexistência de seus pressupostos. Para arquivamento.		
5	Data de emissão: 09/03/2020 Número do doc : RA 06/2020 SEI 1190.01.003543/2020-12	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Enchente que alagou a AF/Carangola, da SRF Juiz de Fora. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pelo Gestor: Instaurada sindicância, levada a efeito pela Comissão Sindicante e inserido no SEI sob o número 1190.01.0003543/2020-12, constando a documentação necessária para a sua elaboração		

Considerações do Auditor: Concluiu-se que o titular da SRF tomou as medidas necessárias à apuração do ocorrido e a Comissão sindicante executou os procedimentos necessários à apuração, instruindo o processo conforme os mandamentos legais vigentes, restando apenas incluir no processo a Declaração de Inexistência de Impedimento e o Termo de Compromisso que falta, em nome de um dos servidores. Para arquivamento.		
6	Data de emissão: 13/03/2020 Número do doc: RA 07/2020 SEI 1190.01.0001651/2020-74	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Inundação na AF/Sabará, SRF Belo Horizonte. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pelo Gestor: Instituiu Comissão Sindicante, que concluiu pela inexistência de indícios de qualquer tipo de envolvimento ou de responsabilidade de servidor no perdimento dos bens permanentes da AF/3º Nível/Sabará em razão da enchente do Rio Sabará, ocorrida no dia 24 de janeiro de 2020. Concluiu também pela conveniência administrativa para a baixa desses bens pertencentes à carga patrimonial daquela unidade, decorrente de motivo de força maior.		
Considerações do auditor: Concluiu-se que o titular da SRF tomou as medidas necessárias à apuração do ocorrido, e a Comissão sindicante executou os procedimentos necessários à apuração, instruindo o processo conforme os mandamentos legais vigentes. Não obstante, recomenda que, doravante, o procedimento para escolha dos locais de funcionamento das unidades fazendárias identifique, avalie e registre devidamente os riscos de fatores ambientais interromperem a prestação do serviço público, prejudicando a população. Para arquivamento.		
7	Data de emissão: 23/03/2020 Número do doc: RA08/2020 SEI 1190.01.0004286/2020-30	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Incêndio em imóvel, atingindo dois veículos da frota da AF/Pedra Azul, SRF/Gov. Valadares. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não
Providências adotadas pelo Gestor: instituiu Comissão Sindicante, conforme processo SEI n. 1190.01.0004286/2020-30.		
Considerações do auditor: A Controladoria Setorial concluiu que o titular da SRF tomou as medidas necessárias à apuração do ocorrido e a Comissão sindicante executou os procedimentos necessários à apuração, instruindo o processo conforme os mandamentos legais vigentes. Não obstante, em razão da suspeita de que os danos ao patrimônio público tenham sido causados por ação criminosa, recomenda-se o envio de consulta a Assessoria Jurídica, solicitando daquela unidade orientações quanto aos procedimentos cautelares a serem observados para resguardar a representação dos interesses do Estado em eventual ação penal. Processo em andamento.		
9	Data da emissão: 13/08/2020 Número do doc: RA19/2020	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao

	SEI 1190.01.0011493/2020-23	erário (desaparecimento de bens), na AF/Nova Lima, SRF Belo Horizonte. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pelo Gestor: instituiu comissão sindicante que concluiu que, em decorrência dos exames realizados e dos fatos relatados, que o dano ao erário ocasionado pela não localização dos bens patrimoniais nº 14685990 e 33515611, pertencentes à carga patrimonial da Administração Fazendária de Nova Lima, quando da realização do Inventário de Bens, relativo ao ano de 2019, foi devidamente ressarcido ao Estado, conforme se extrai do conjunto probatório materializado na documentação incluída no presente processo” Considerações do auditor: Os autos de sindicância encontram-se instruídos com os documentos necessários à elucidação dos fatos e o dano foi totalmente assumido e reparado pelo servidor responsável pela carga patrimonial da AF/Nova Lima, de onde se conclui pela não instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, em razão da inexistência de seus pressupostos. Para arquivamento.		
10	Data da emissão: 14/09/2020 Número do doc: RA21/2020 SEI 190.01.0004677/2020-46	Objetivo da auditoria: Avaliar o Processo de Transferência de Crédito Acumulado. Fluxo do DCA. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim () Não (X) Em elaboração.
Providências adotadas pela Gestão: Constituído Grupo de Trabalho, pela OS n.01/2021, de 18/02/2021, para avaliação das recomendações. Considerações do auditor: A criação do Grupo de Trabalho acima referenciado demonstra a atenção da Subsecretaria da Receita Estadual (SRE/SEF) para as recomendações contidas no relatório de auditoria, visando à melhoria e aperfeiçoamento do processo do fluxo do Demonstrativo do Crédito Acumulado. O monitoramento de implementação das ações está previsto a cada 6 meses.		
11	Data de emissão: 09/11/2020 Número do doc: RA22/2020 SEI 1190.01.0006176/2020-22	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário (Inundação da AF Ubá). SRF Juiz de Fora. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (X) Não
Providências adotadas pelo Gestor: instauração de sindicância administrativa, pela Portaria SRF/Juiz de Fora nº 003/2020, de 08/04/2020, para fins de apuração e elucidação dos fatos e responsabilidade administrativa, decorrentes de inundação do prédio onde funcionam as Unidades da Administração Fazendária e Delegacia Fiscal de Ubá, provocada por chuva intensa, no dia 07/04/2020. Considerações do auditor: Os autos de sindicância encontram-se instruídos com os documentos necessários à elucidação dos fatos, de onde se conclui pela não instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, em razão da inexistência de seus pressupostos. Para arquivamento.		
12	Data de emissão: 12/11/2020 Número do doc: RA23/2020 SEI	Objetivo da auditoria: Avaliação da conformidade do funcionamento do Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), do processo de Autorização para emissão de Notas

		Fiscais Eletrônicas – NF-e, com a norma ISO/IEC 27001:2013, e com a política e as normas do SGSI. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (X) Não
Providências adotadas pelo Gestor: Implementação das medidas do Plano de Ação		
Considerações do auditor: O SGSI certificado e avaliado durante a auditoria foi considerado em conformidade com a norma ISO/IEC 27001:2013		
13	Data de emissão: 18/11/2020 Número: RA24/2020 SEI 1190.01.0016371/2020-43	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao erário. Emissão indevida de certidão de ITCD. SRF Montes Claros. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pelo Gestor: Instituiu processo de sindicância administrativa instaurada pela Portaria SRF/MONTESCLAROS nº 001/2020, de 14/09/2020, para se apurar possível responsabilidade pessoal de servidor de MASP XXX.XXX-X, que, na data deste relatório, estava afastado em razão do atendimento do pleito do próprio servidor para aposentação, mas que, à época dos fatos, encontrava-se em exercício na Administração Fazendária de São Francisco, quando se apurou ter havido disponibilização indevida de certidão eletrônica de pagamento/desoneração de ITCD, com recolhimento inferior ao lançado na Declaração de Bens e Direitos (DBD), número 201.905.166.347-6, referente a ITCD “Causa mortis”, ocorrida em 11/08/2020.		
Considerações do auditor: Os autos de sindicância encontram-se instruídos com os documentos necessários à elucidação dos fatos, de onde se conclui pela não instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, em razão do reconhecimento do débito pelos contribuintes, através de termos de autodenúncias e respectivos parcelamentos do ITCD, calculado pelo valor apurado pela AF Patos de Minas, já considerado o parecer fiscal da Delegacia Fiscal de Montes Claros, reconhecendo o pedido de contraditório, em parte. Não havendo que se falar mais em prejuízo ao erário, já que o crédito tributário foi reconhecido e parcelado pelos herdeiros, contribuintes do ITCD. Pelo arquivamento.		
14	Data de emissão: 20/11/2020 Número do doc: RA25/2020 SEI 1190.01.0018836/2020-30	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao Erário. Danos ao para-brisa do veículo OQM 8629, da frota da SRF Belo Horizonte. IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pelo Gestor: Instituiu sindicância administrativa conforme Portaria SRF/Belo Horizonte nº 005/2020, de 21/10/2020, para fins de esclarecimento dos fatos e registro de dano causado ao erário, em virtude de avaria no para-brisa do Fiat Palio 1.6, placa OQM-8629.		
Considerações do auditor: De todo o processado, conclui-se que a Comissão Sindicante cumpriu de forma satisfatória as medidas necessárias para a elucidação dos fatos, evidenciando a isenção de culpa ou dolo do servidor que conduzia o		

veículo, na causalidade do evento, não se vislumbrando pressupostos necessários à instauração de Tomada de Contas Especial –TCE. Para arquivamento.		
15	Data de emissão: 30/11/2020 Número do doc: RA27/2020 SEI 1190.01.0003670/2020-75	Objetivo da auditoria: Avaliar as providências adotadas para apuração de possível dano ao Erário, causado por inundação do prédio onde encontram instaladas as Administração Fazendária e Delegacia Fiscal de Ubá. SRF Juiz de Fora.IN n. 003/2013 – TCE. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (X) Não () Em elaboração
Providências adotadas pelo Gestor: Instituiu processo de sindicância administrativa, conforme Portaria SRF/JUIZ DE FORA nº 002/2020 de 05/03/2020, visando a apuração dos fatos relativos à inundação do prédio onde se encontram instaladas as Administração Fazendária e Delegacia Fiscal de Ubá, ocorrida na noite de 04/03/2020 e suas consequências. Considerações do auditor: De todo o processo, conclui-se que a Comissão Sindicante cumpriu de forma satisfatória as medidas necessárias para a elucidação dos fatos e do dano causado ao erário, nos termos dos autos da Sindicância002/2020– SRF Juiz de Fora, não se vislumbrando os pressupostos necessários à instauração de Tomada de Contas Especial –TCE. Para arquivamento.		
16	Data de emissão: 28/12/2020 Número do doc: RA29/2020	Objetivo da auditoria: Avaliar o grau de maturidade, no nível de entidade, dos Controles Internos da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. Esta avaliação contemplou um conjunto de políticas, diretrizes e padrões mais abrangentes da SEF/MG, onde foram avaliadas a existência, a adequação e a efetividade dos controles internos instituídos pela SEF/MG, quanto à sua capacidade para reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, por meio do diagnóstico sobre a sua estrutura de controle. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pelo Gestor: Apresentação de Plano de Ação datado de 26-03-2021 e atualizado em 12-05-2021, conforme SEI 1190.01.0014032/2020-49. Considerações do auditor: Após a aplicação dos exames, foi constatado que a SEF tem um nível aprimorado de maturidade da estrutura de controle interno (82,9%), concluindo que os controles internos da SEF obedecem aos princípios estabelecidos, são supervisionados e regularmente aprimorados. A avaliação foi efetuada a partir da autoavaliação da Gestão e das evidências obtidas pela equipe de auditoria a cada controle avaliado. Recomendou-se a elaboração de Plano de Ação, em até 90 dias, no qual deveriam estar descritas as ações voltadas para o aperfeiçoamento da estrutura de controle, visando à implementação das recomendações adotadas. E também, a definição dos responsáveis pela implementação, e os prazos de início e conclusão da		

execução das ações a serem monitoradas pela Controladoria Setorial/SEF e Auditoria-Geral. Foi ressaltado também que os resultados de auditoria não esgotaram a possibilidade de identificação de outras fragilidades, problemas e inconsistências significativas relativas ao objeto do trabalho, sendo competência primária das unidades e dos gestores da SEF envolvidos, adotar processo contínuo para diagnosticá-los, bem como avaliar os riscos e as fragilidades dos controles, devendo, também, implementar as medidas cabíveis (controles internos eficazes) em resposta aos riscos identificados, tanto corrigindo as irregularidades e/ou impropriedades, quanto atuando de forma preventiva no desenvolvimento de políticas e procedimentos internos, a fim de garantir que as atividades estejam de acordo com as metas e os objetivos da Instituição.		
17	Data de emissão: 18/12/2020 Número do doc: RA30/2020	Objetivo da auditoria: Realizar consultoria para a implantação da gestão de riscos no Processo de Execução da Dívida, incluindo-se o processo de produção de informações gerenciais, conforme definição do escopo estabelecido pela Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública - DCGD. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pelo Gestor: Implementação do tratamento de riscos proposto na consultoria. Considerações do auditor: A Controladoria Setorial orientou à identificação, avaliação e o plano de tratamento de riscos. Ficou evidenciado, pelos elementos descritos neste relatório, que a unidade implantou a gestão de riscos no processo destinado à administração da execução da Dívida Pública em Minas Gerais e conta com recursos técnicos necessários ao aperfeiçoamento contínuo.		
18	Data de emissão: 03/03/2020 Número: NA 06/2020 Proc: 744038 (TCE 014/2006)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após a determinação da extinção, sem resolução de mérito, da Tomada de Contas Especial – TCE nº 744038 (TCE nº 14/2006), Acórdão da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, de 18 de junho de 2015, destinada a apurar responsabilidade e quantificar o dano ao erário em decorrência da autuação por infração à legislação de trânsito, aplicada ao veículo oficial de placa GMG 9544, conforme Notificação nº 64756347, de 23-9-2003. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Considerações do auditor: Foi orientado que se proceda à avaliação do custo/benefício da ação administrativa persecutória do ressarcimento, pois, ainda que seja provável que a razão custo/benefício tenha valor maior que um, a recomendar a baixa do registro contábil, com o registro da perda patrimonial, a		

avaliação deve ser feita pela unidade administrativa responsável pela tutela do patrimônio. Observado o princípio da eficiência, sendo possível realizar a execução para ressarcimento do erário. Em caso de necessidade de ação judicial, aguardar a manifestação do STF sobre a interpretação do disposto no § 5, do artigo 37 da Constituição de 1988, para providenciar o início de ação de ressarcimento, no caso da Corte Constitucional decidir favoravelmente à tese da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento em casos de ilícitos cometidos por servidores públicos no exercício de suas atribuições, mantendo-se os registros contábeis correspondentes aos atos e fatos, observando as normas técnicas e orientações da Superintendência Central de Contabilidade Governamental – SCCG. Cabe ressaltar que, após a emissão da nota de auditoria, o STF decidiu o tema 899 e considerou aplicável a prescrição.

19	Data da emissão: 03/03/2020 Número:NA07/2020 Proc:744076 (TCE 006/2006)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após a determinação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais –TCEMG, de arquivamento dos autos, sem resolução de mérito, da Tomada de Contas Especial nº 744076(TCE nº 006/2006), Acórdão da Primeira Câmara, datado de 09 de julho de 2013, com o fim de apurar responsabilidade e quantificar o dano ao erário em decorrência da autuação por infração à legislação de trânsito, aplicadas a veículo oficial de placa GMG 9998. Foi configurado dano ao erário no valor de R\$ 201,77 atualizado em 31/05/2012. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (X) Não () Em elaboração
Considerações do auditor: Considerando a extinção do feito pelo TCE/MG e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 744076(ou TCE 006/2006), mas sem o cancelamento do débito, e de acordo com as orientações exaradas na Nota Jurídica nº 4.788, bem como considerando o enunciado do acórdão TCU 1257/2019, encaminhou-se a Nota de Auditoria à SPGF, com a recomendação de se avaliar o custo/benefício do procedimento administrativo para recomposição do dano, com identificação do causador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e: 1) caso não seja eficiente a ação de reparação, providenciar a baixa do registro contábil correspondente ao dano, com as devidas notas explicativas, observando as normas técnicas e orientações da Superintendência Central de Contabilidade Governamental –SCCG; ou 2) havendo resultado positivo da reparação frente aos custos administrativos, conduzir processo administrativo que assegure os direitos de defesa do autor do dano e, então, proceder ao desconto em folha de pagamento do servidor, registrando os atos e fatos no sistema contábil, observando as normas técnicas e orientações da Superintendência Central de Contabilidade Governamental –SCCG; ou ainda, 3) no caso acima e não sendo possível a autoexecutoriedade para ressarcimento do erário, aguardar a manifestação do STF sobre a interpretação do disposto no §5, do artigo 37 da Constituição de 1988, para providenciar o início de ação judicial de ressarcimento, no caso da Corte Constitucional decidir favoravelmente à tese da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento em casos de ilícitos cometidos por servidores públicos no exercício de suas atribuições, mantendo-se os registros		

contábeis correspondentes aos atos e fatos, observando as normas técnicas e orientações da Superintendência Central de Contabilidade Governamental –SCCG. Cabe ressaltar que, após a emissão da nota de auditoria, o STF decidiu o tema 899 e considerou aplicável a prescrição.

20	Número:NA12/2020 Proc:706816 (TCE 016/2005) SIPRO:	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após determinação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG de extinção do processo da Tomada de Contas Especial - TCE nº 706816 (TCE nº 016/2005), sem resolução de mérito, bem como do arquivamento dos autos, após cumpridos os dispositivos regimentais, sem prejuízo das determinações impostas, Acórdão datado de 17 de setembro de 2013, com o fim de apurar responsabilidade e quantificar o dano ao erário em decorrência do desaparecimento do Projetor Multimídia marca Infocus –modelo LP 340, patrimônio nº 1.279.994-7, e da Máquina Fotográfica Digital, marca Kodak, modelo DX 453, patrimônio nº 2.800.001-3, pertencentes à carga patrimonial da Superintendência de Recursos Humanos (SRH), atual SPGF. Plano de Ação elaborado pela gestão: () Sim (X) Não () Em elaboração
Considerações do auditor: Considerando a extinção do feito pelo TCE/MG e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 706816(ou TCE 016/2005), mas sem o cancelamento do débito, e de acordo com as orientações exaradas na Nota Jurídica nº 4.788, bem como considerando o enunciado do acórdão TCU 1257/2019, foi realizado o encaminhamento da Nota de Auditoria à SPGF, com a recomendação de encaminhar a demanda para a Assessoria Jurídica para que indique se a busca do ressarcimento ao erário pela administração pública, por meio de medidas administrativas internas, está sujeita a prescrição quinquenal, típicas das execuções fiscais, considerando que a medida extrema a seu alcance, a execução fiscal se submete a esse regime. E que a Assessoria Jurídica se manifeste sobre se o responsável pela carga patrimonial de certa unidade administrativa deve responder pessoalmente pelos danos causados aos bens destinados à unidade, bem como se há e quais são as condições sobre as quais a responsabilidade em questão deve ser afastada. Em caso da Assessoria Jurídica apresentar entendimento de que há prescrição das ações administrativas, e não havendo sido identificada a possibilidade de cobrança do dano apurado, recomenda-se que sejam executados os procedimentos necessários para a baixa dos bens, com a regularização dos registros contábeis correspondentes. Caso a Assessoria Jurídica apresente entendimento de que não há prescrição das ações administrativas voltadas a recomposição do erário, bem como indique hipóteses em que o responsável pela carga patrimonial responderá pessoalmente pelos danos ocorridos aos bens afetados a certa unidade, recomenda-se avaliar as circunstâncias presentes no caso concreto para concluir se ocorreu alguma dessas hipóteses e, em caso afirmativo, avaliar o custo/benefício do procedimento administrativo para		

recomposição do dano, com identificação do causador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e 1) caso não seja eficiente a ação de reparação, providenciar a baixa do registro contábil correspondente ao dano, com as devidas notas explicativas, observando as normas técnicas e orientações da Superintendência Central de Contabilidade Governamental –SCCG; ou 2) havendo resultado positivo da reparação frente aos custos administrativos, conduzir processo administrativo que assegure os direitos de defesa do executado, visando ao ressarcimento do erário.		
22	Data da emissão: 25/08/2020 Número: NA17/2020 Proc: 706817 (TCE 031/2005)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, Acórdão da Segunda Câmara, datado de 23 de maio de 2013, que determinou o arquivamento dos autos, sem resolução de mérito e sem cancelamento do débito da Tomada de Contas Especial – TCE nº 706817 (TCE nº 031/2005), com o fim de apurar responsabilidade e quantificar o dano ao erário em decorrência da autuação por infração à legislação de trânsito, aplicada ao veículo oficial de placa GMG 9533. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento. Considerações do auditor: Tendo em vista o arquivamento do feito pelo TCE/MG, sem julgamento de mérito, vez que a tomada de contas não deveria ter sido instaurada, já que os procedimentos investigatórios preliminares concluíram pela ausência de responsabilidade e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 706817 (ou TCE 031/2005), no qual concluíram pela ausência de responsabilidade do servidor XXXXXXXXXXXXXXXX, encaminhou-se a nota de auditoria à Administração Fazendária de Belo Horizonte, SRF/Belo Horizonte, para que fossem efetuados os devidos ajustes contábeis.		
23	Data da emissão: 25/08/2020 Número: NA18/2020 Proc: 706809 (TCE030/2005)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, Acórdão da Segunda Câmara, datado de 18 de junho de 2015, que determinou o arquivamento dos autos, sem resolução de mérito e sem inscrição do débito no cadastro do Tribunal, da Tomada de Contas Especial – TCE nº 706809 (TCE nº 030/2005), destinada a apurar responsabilidade e quantificar o dano ao erário em decorrência da autuação por infração à legislação de trânsito, aplicada ao veículo oficial de placa GMG 9546.

		Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento.		
Considerações do auditor: Considerando a extinção do feito pelo TCE/MG, sem resolução do mérito e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 706809 (TCE 030/2005), encaminhou-se a Nota de Auditoria à SRF Belo Horizonte, para que fossem efetuados os devidos ajustes contábeis.		
24	Data da emissão: 25/08/2020 Número:NA19/2020 Proc:706815 (TCE 024/2005)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, Acórdão da Segunda Câmara, datado de 18 de junho de 2015, que determinou o arquivamento dos autos, sem resolução de mérito e sem inscrição do débito no cadastro do Tribunal da Tomada de Contas Especial – TCE nº 706815 (TCE nº 024/2005), destinada a apurar responsabilidade e quantificar o dano ao erário em decorrência das autuações por infração à legislação de trânsito, aplicadas ao veículo oficial de placa GMG 9519. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento.		
Considerações do auditor: Considerando a extinção do feito pelo TCE/MG, sem resolução do mérito e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 706815 (TCE 024/2005), encaminhou-se a Nota de Auditoria à SRF Belo Horizonte, para que fossem efetuados os devidos ajustes contábeis.		
25	Data de emissão: 28/08/2020 Número:NA20/2020 Proc:706810 (TCE 028/2005)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, Acórdão da Primeira Câmara, datado de 09 de setembro de 2014, para determinar o arquivamento dos autos, sem resolução de mérito da Tomada de Contas Especial – TCE nº 706810 (TCE nº 028/2005), destinada a apurar responsabilidade e quantificar o dano ao erário em decorrência da autuação por infração à legislação de trânsito, aplicada ao veículo oficial de placa GMG 9498. O valor do dano foi apurado em R\$ 42,56. A Comissão de Tomada de Contas Especial concluiu que não havia regulamentação legal para a aquisição de talonários de estacionamento rotativo, o que impediu a SEF de adquiri-los e fornecê-los aos servidores condutores de veículos oficiais. Não foi promovida citação ao responsável pelo TCE

		MG, e valor do débito é inferior ao estabelecido no art. 1º da Decisão Normativa 02/2013. O Ministério Público de Contas determina o arquivamento da Tomada de Contas Especial, sem resolução de mérito e sem inscrição de débito no cadastro do Tribunal. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento.		
Considerações do auditor: Considerando a decisão proferida pelo TCE/MG, por unanimidade, em declarar a extinção da Tomada de Contas Especial sem julgamento de mérito, determinando seu arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 706810 (TCE 028/2005), encaminhou-se a Nota de Auditoria à SRF Belo Horizonte, para que fossem efetuados os devidos ajustes contábeis.		
26	Data da emissão: 28/08/2020 Número: NA21/2020 Proc: 706807 (TCE 022/2006)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, Acórdão da Segunda Câmara, datado de 08 de maio de 2014, que determinou o arquivamento dos autos, sem resolução de mérito da Tomada de Contas Especial – TCE nº 706807 (TCE nº 022/2005), destinada a apurar o desaparecimento dos seguintes bens: uma máquina de calcular marca Olivetti, patrimônio n. 1048764/6; uma máquina de calcular marca Sharp, patrimônio n. 0761126- 9, uma máquina de calcular marca Sharp, patrimônio n. 1050813-9 e uma impressora jato de tinta modelo Inkjet 8ppm, patrimônio n. 1273349-0, pertencentes ao patrimônio da SEF/MG. O relatório da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial concluiu pela falta de indícios suficientes que permitissem identificar o responsável, não havendo que se falar em responsabilidade subjetiva de servidores estaduais. Com isso não foram indicados nomes de servidores envolvidos com o dano apurado, no valor de R\$ 1.400,18, atualizado em 31/05/2012 para R\$ 4.952,01. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento.		
Considerações do auditor: Considerando a extinção do feito pelo TCE/MG, sem resolução do mérito, e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 706807 (ou TCE 022/2005), encaminhou-se a		

Nota de Auditoria à SRF Belo Horizonte, para que fossem efetuados os devidos ajustes contábeis.		
27	Data:02/09/2020 Número:NA22/2020 Proc:704067 (TCE 024/2005)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, Acórdão da Primeira Câmara, datado de 10 de setembro de 2013, que determinou o arquivamento dos autos, sem resolução de mérito da Tomada de Contas Especial – TCE nº 744064 (TCE nº 022/2006), destinada a apurar dano decorrente do furto de vales-transporte, sendo 20 vales no valor unitário de R\$1,45 e 26 vales no valor unitário de R\$1,00, perfazendo um total de R\$55,00, ocorrido em 26/07/2004, pertencentes ao patrimônio da SEF/MG. O relator da Corte de Contas entendeu ser inexpressiva a repercussão do dano à esfera jurídica do Estado, diante do pequeno valor apurado na Tomada de Contas Especial, o que conduziu à aplicação dos princípios da insignificância e da razoabilidade. Não foi possível identificar o responsável. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento. Considerações do auditor: Considerando a extinção do feito pelo TCE/MG, sem resolução do mérito, e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 744064 (ou TCE 022/2006), onde se optou pela aplicação do princípio da insignificância e da razoabilidade, e não sendo possível identificar o responsável, a Nota de Auditoria foi encaminhada para a AF de Belo Horizonte – AF-BH3, para efetuar os devidos ajustes contábeis.		
28	Data:09/07/2020 Número:NA23/2020 Proc:708867 (TCE 023/2005)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, Acórdão da Primeira Câmara, datado de 11 de março de 2014, que determinou o arquivamento dos autos, sem resolução de mérito da Tomada de Contas Especial – TCE nº 708867 (TCE nº 023/2005). nº 3.676, de 15-07-2005, destinada a apurar o dano decorrente do acidente de trânsito ocorrido com veículo oficial, pertencente à frota da SEF e sob a responsabilidade da SRF/Belo Horizonte. Não comprovada a responsabilidade do servidor pela colisão do

		veículo. Impossibilidade de identificar a autoria do dano. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento.		
Considerações do auditor: Considerando a extinção do feito pelo TCE/MG, sem resolução do mérito, e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 708867 (ou TCE 023/2005), bem como não restou comprovada a responsabilidade do servidor pela colisão do veículo citado, por conseguinte, pelas avarias causadas no mesmo, impossibilitando a identificação de autoria do dano, associada ao decurso de tempo desde a ocorrência dos fatos, inviabilizando o levantamento de elementos essenciais à recomposição do patrimônio público, encaminhou-se a nota de auditoria à SRF/Belo Horizonte – AF BH 3, para dar a baixa nos registros contábeis existentes sobre os fatos, acompanhado das devidas notas explicativas.		
29	Data: 23/11/2020 Número: NA24/2020 Proc: 744061 (TCE 004/2003)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, Acórdão da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, datado de 09 de julho de 2013, que determinou o arquivamento dos autos, sem resolução de mérito dos débitos da Tomada de Contas Especial – TCE nº 744061 (TCE nº 021/2006, destinada a apurar dano ao erário decorrente do desaparecimento de um gerador da marca Honda, instalado em veículo oficial Fiat – Ducato, GMG-9572, pertencente à frota da SEF/MG, à disposição da SRF Belo Horizonte – AF BH 3. Não foi identificado o responsável pelo dano. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento.		
Considerações do auditor: Considerando a extinção do feito pelo TCE/MG, sem resolução do mérito, e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 744061 (ou TCE 021/2006), também o decurso de tempo da ocorrência do fato, além de não ter sido identificado responsável pelo dano, e não havendo sido identificada a possibilidade de cobrança do dano apurado, encaminhou-se a nota de auditoria à SRF/Belo Horizonte – AF BH-3, com a recomendação de se efetuar os procedimentos necessários para regularização dos registros contábeis do bem.		
30	Data: 08/09/2020 Número: NA25/2020 Proc: 680978 (TCE 004/2003)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, Acórdão da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de

		Minas Gerais – TCEMG, datado de 11 de maio de 2017, que determinou o arquivamento dos autos, com resolução de mérito dos débitos da Tomada de Contas Especial – TCE nº 680978 (TCE nº 004/2003), destinada a apurar o extravio de Processo Tributário Administrativo – PTA nº 02.000115420-00. A Comissão de Tomada de contas Permanente tinha concluído que houve lesão ao erário estadual e a Unidade Técnica entendeu que as contas deveria ser julgadas irregulares, nos termos dos art. 250, III, “c” e “d” da Resolução n. 12/2008, com a condenação do servidor a ressarcir ao erário o valor atualizado até 27/05/2003 de R\$ 70.845,63 devido ao extravio do Processo Tributário Administrativo. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Abertura de sindicância Considerações do auditor: Considerando a extinção do feito pelo TCE/MG, com resolução do mérito, e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 680978 (ou TCE 004/2003), a nota de auditoria foi encaminhada à SRF/Belo Horizonte – AF BH-3, com a recomendação de se efetuar os procedimentos necessários para regularização dos registros contábeis do bem.		
31	Data da emissão: 26/08/2020 Número: NA26/2020 Proc: 687183 e 687184 (TCE 016 e 017/2003)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, pela extinção da Tomada de Contas Especial - TCE nº 687183 e 687184 (ou TCE 016 e 017/2003), e consequente arquivamento, destinada a apurar responsabilidade e quantificar o dano ao erário em decorrência de abaloamento referente aos veículos placa GMG 9176 e GMG 9517, pertencentes a frota da Secretaria de Estado de Fazenda, sob a responsabilidade da AF/Belo Horizonte, da SRF Belo Horizonte. O acórdão exarado pelo Corte de Contas constou em seu relatório que as Comissões de Tomada de Contas Especiais concluíram com base nos relatórios das sindicâncias administrativas instauradas pelo corregedor da Secretaria de Estado de Fazenda que os servidores envolvidos não tiveram culpa ou concurso nos acidentes ocorridos e consequentemente danos causados ao erário.

		Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Arquivamento.		
Considerações do auditor: Considerando a extinção do feito pelo TCE/MG e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 687183 e 687184 (ou TCE 016 e 017/2003) e, não havendo sido identificada a possibilidade de cobrança do dano por ter sido imputadas a terceiros, conforme citado pelo Ministério Público, encaminha-se a presente nota de auditoria à SRF/Belo Horizonte, com a recomendação de se efetuar os procedimentos necessários para regularização dos registros contábeis dos bens.		
32	Data da emissão: 25/08/2020 Número: NA27/2020 Proc:680986 (TCE 013/2003)	Objetivo da auditoria: Orientar a gestão quanto às providências necessárias, após decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, em sede de julgamento da Tomada de Contas Especial – TCE nº 680986, destinada a apurar responsabilidade e dano ao erário decorrente do abaloamento do veículo placa GMG 9519, pertencente à carga patrimonial da AF/BH-3 – Superintendência Regional da Fazenda de Belo Horizonte. O relatório emitido pela Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial concluiu pela responsabilidade atribuída em observância à Lei nº 869/52. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Aguardando decisão.		
Considerações do auditor: A orientação ficou condicionada a parecer da Assessoria Jurídica sobre a prescrição das medidas administrativas em casos que envolvem necessidade de reparação de dano ao erário, causado por servidor público, com a seguinte orientação. Caso a Assessoria Jurídica apresente entendimento de que há prescrição das ações administrativas voltadas a recomposição do erário, e considerando a extinção do feito pelo TCE/MG, sem resolução do mérito, e seu consequente arquivamento, conforme Acórdão exarado nos autos da TCE nº 680986 (ou TCE 013/2003) e, não havendo sido identificada a possibilidade de cobrança do dano apurado, recomenda-se que sejam executados os procedimentos necessários para a baixa dos bens, com a regularização dos registros contábeis correspondentes. Caso a Assessoria Jurídica apresente entendimento de que não há prescrição das ações administrativas voltadas a recomposição do erário, recomenda-se avaliar as circunstâncias presentes no caso concreto para avaliar o custo/benefício do procedimento administrativo para recomposição do dano, com a notificação do causador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e 1. caso não seja eficiente a ação de reparação, providenciar a baixa do registro contábil correspondente ao dano, com as devidas notas explicativas, observando as normas técnicas e orientações da Superintendência Central de Contabilidade Governamental – SCCG; ou		

2. havendo resultado positivo da reparação frente aos custos administrativos, conduzir processo administrativo que assegure os direitos de defesa do executado, visando ao ressarcimento do erário.		
33	Data de emissão: 28/08/2020 Número: NA28/2020	Objetivo da auditoria: Realizar consultoria para implementação da técnica de gerenciamento de riscos na Gestão da Dívida Pública, a cargo da SCGOV/STE. Havendo sido superadas as etapas de sensibilização e capacitação da equipe da Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública – DCGD, foram desenvolvidas atividades para orientar a construção dos elementos fundamentais para estabelecer o gerenciamento de riscos aos objetivos da unidade. Assim, ficaram definidos o escopo do processo e registrado o contexto em que ele se desenvolve, conforme apresentado neste documento. Para complementação da documentação em questão, esta Controladoria Setorial recomendou que a unidade considere, na implementação da Gestão de Riscos, a possibilidade de: • Incluir em tabela própria, os interesses não identificados, bem como a revisão dos que ali se encontram; • Revisar a Matriz SWOT, levando em consideração as observações da equipe de auditoria; • Reavaliar os ambientes interno e externo, atentando-se para a pertinência de se incluir ou excluir algum ponto nos documentos disponibilizados à Controladoria Setorial, considerando a oportunidade de Vicência da situação atípica atual, relacionada à pandemia da COVID-19. Ressalta-se que a manutenção dos documentos produzidos, mantendo-os atualizados, com reavaliações periódicas, em particular para mapeamento do contexto, assegura a identificação, análise e avaliação adequadas dos riscos ao objetivo do processo. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Solicitações atendidas.		

34	Data de emissão: 29/08/2020 Número: NA29/2020	Objetivo da auditoria: Realizar consultoria para implementação da técnica de gerenciamento de riscos na Gestão da Dívida Pública, a cargo da SCGOV/STE. Considerando-se as carências identificadas na etapa de identificação de riscos, recomendou-se, como próximos passos: • discriminar de forma detalhada as causas e consequências dos riscos identificados; • Associar aos riscos identificados, se for o caso, outros tipos de controle, a exemplo daqueles previstos na legislação e em revisão pelos pares; • Relacionar os demais riscos aos objetivos da unidade, bem como os controles a eles associados; • Considerando a oportunidade da situação atípica vivenciada, relacionada à pandemia da COVID-19, relacionar, se for o caso, novos riscos e controles aplicáveis. Plano de Ação elaborado pela gestão: (X) Sim () Não () Em elaboração
Providências adotadas pela Gestão: Solicitações atendidas.		

Apêndice B – Legislação aplicável

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5-10-1988.
- Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21-09-1989.
- Lei Complementar Federal nº 101, de 4-05-2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 102, de 17-01-2008 – Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.
- Lei Federal nº 4.320, de 17-03-1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- Lei Federal nº 8.666, de 21-06-1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Lei n.º 15.032, de 20-01-2004 – Dispõe sobre o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – 2011 - 2030;
- Lei n.º 23.577, de 15-01-2020 – Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.
- Lei n.º 23.578, de 15-01-2020 – Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2020-2023.
- Lei n.º 23.579, de 15/01/2020 – Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2020 - Lei Orçamentária Anual – LOA;
- Lei n.º 23.364, de 25-07-2019 - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2020.
- Decreto n.º 37.924, de 16-05-1996 - Dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo;
- Decreto nº 42.251, de 9 de janeiro de 2002 – Institui o responsável técnico para atuação junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI-MG.
- Decreto n.º 47.865, de 14-02-2020 - Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2020 e dá outras providências;

- Decreto n.º 48.080, de 11-11-2020 - Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2020 para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;
- Resolução nº 5.331, de 26-12-2019 – Delega competência para a prática de atos de ordenação de despesas no âmbito da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, para o exercício de 2020.
- Resolução SEF nº 5.332, de 26-12-2019 - Indica os Responsáveis Técnicos que atuarão junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira durante o exercício financeiro de 2020.
- Resolução SEF nº 5.334, de 30-12-2019 - Dispõe sobre normas gerais e orientações de programação, execução orçamentária e financeira e avaliação no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda para o exercício de 2020.
- Resolução SEF n.º 5.416, de 21-11-2020 e retificada em 01/12/2020 - Dispõe sobre a constituição de comissões especiais de inventário, no âmbito da SEF/MG, a que se refere o art. 3º do Decreto Estadual nº 48.080, de 11 de novembro de 2020.
- Resolução Conjunta SEF/IPSEMG nº 5.426, de 18-12-2020 - Constitui Comissão para inventário da dívida flutuante e fundada do FUNFIP.
- Resolução SEF n.º 5.450, de 04-03-2020 - Dispõe sobre as atribuições e prazos para a elaboração das prestações de contas do exercício financeira de 2020.
- Decreto nº 47.774, de 4 de dezembro de 2019 – Dispõe sobre a organização da Controladoria-Geral do Estado.
- Instrução Normativa TCEMG nº 14, de 14 de dezembro de 2011 – Disciplina a organização e a apresentação das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal, para fins de julgamento.
- Decisão Normativa do TCEMG nº 01 de 03 de fevereiro de 2021, a que se refere o art. 3º da Instrução Normativa nº 14/2011 do TCEMG, editada anualmente.
- Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
- Portaria Conjunta STN/SOF nº 6, de 18 de dezembro de 2018, que aprova a parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários da 8ª edição do manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

- Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que aprova as Partes Geral, II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Fazenda
Gabinete do Secretário

Ofício SEF/GAB nº. 282/2021

Belo Horizonte, 29 de maio de 2021.

Exmo. Senhor
JOSÉ ALVES VIANA
Conselheiro-Presidente
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Assunto: **PRESTAÇÃO DE CONTAS UO 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda**

Referência: Processo nº 1190.01.0008074/2021-86

Senhor Conselheiro-Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos e em cumprimento às determinações da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 14/2011 e Decisão Normativa TCE nº 01/2021, encaminho a V. Ex.a a Prestação de Contas Anual da Unidade Orçamentária 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda, cuja gestão é desta Secretaria, referente ao exercício financeiro de 2020, para julgamento por esse Egrégio Tribunal. Na oportunidade, informo que resido à

Atenciosamente,

GUSTAVO DE OLIVEIRA BARBOSA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Oliveira Barbosa, Secretário de Estado de Fazenda**, em 31/05/2021, às 21:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30168930** e o código CRC **6C683E7C**.

RECIBO DE REMESSA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS REGISTROU O RECEBIMENTO DA SEGUINTE REMESSA

Protocolo: 637580946160000000

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MG

Data de Envio: 31/05/2021 21:50:16



FAZENDA DE MG		
FUNDO DE GARANTIAS DE PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS DE MINAS GERAIS	2018	Concluída
FUNDO DE ATIVOS IMOBILIARIOS DE MINAS GERAIS	2018	Concluída
FUNDO ESPECIAL DE CREDITOS INADIMPLIDOS E DIVIDA ATIVA	2018	Concluída
FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS DE MINAS GERAIS	2018	Concluída
FUNDO DE PAGAMENTO DE PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS DE MINAS GERAIS	2018	Concluída
FUNDO DE INVESTIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2018	Concluída

